

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LEANDRO ARTUR ANTON

NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS:
A Fotografia como Dispositivo de Construção de Vínculos de Territorialidade

Porto Alegre

2021

LEANDRO ARTUR ANTON

NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS:

A Fotografia como Dispositivo de Construção de Vínculos de Territorialidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

PORTO ALEGRE

2021

Anton, Leandro Artur
Narrativas fotográficas: a fotografia como
dispositivo de construção de vínculos de
territorialidade / Leandro Artur Anton. -- 2021.
210 f.
Orientador: Álvaro Luiz Heidrich.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2021.

1. Geografia social. 2. Territorialidade. 3.
Narrativas. 4. Fotografia. I. Heidrich, Álvaro Luiz,
orient. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Leandro Artur Anton

NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS:

A Fotografia como Dispositivo de Construção de Vínculos de Territorialidade

Conceito final:

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich – POSGEA/UFRGS

Profª. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires – POSGEA/UFRGS

Prof. Dr. Nelson Rego – POSGEA/UFRGS

Prof. Dr. Leandro Marino Vieira Andrade – UFRGS

(O original encontra-se assinado junto ao POSGEA/UFRGS)

RESUMO

A pesquisa proposta buscou compreender as contribuições das narrativas fotográficas na construção de uma geografia social e na identificação da construção de vínculos de territorialidade de jovens como atores sociais nas transformações de seus bairros. Está centrada na análise e interpretação das produções de narrativas fotográficas já realizadas pelo projeto fotográfico *Imagens Faladas* e das oficinas fotográficas *Sensibilização do Olhar – Territórios Educativos*, que têm como espaço de realização dos encontros e articulação das ações a Associação Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. O método teve como dispositivo a fotografia e seus artefatos, que são utilizados em percursos, nos bairros Cristal e Santa Tereza, no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, como prática socioespacial dos atores envolvidos na produção das narrativas. A dissertação também ressaltou e problematizou a definição de bairro e suas relações conceituais com território, lugar e paisagem, pela narrativa histórica e contemporânea do direito à cidade.

Palavras-chave: Geografia social. Territorialidade. Narrativas. Fotografia.

ABSTRACT

The proposed research seeks to understand the contributions of photographic narratives in the construction of a social geography and in the identification of the construction of territorial bonds of young people as social actors in the transformation of their neighborhoods. The research is centered on the analysis and interpretation of the photographic narrative productions already carried out by the photographic project Spoken Images and the photographic workshops Eye Awareness - Educational Territories, which has the as a space for meetings and articulation of actions, o Quilombo do Sopapo Culture Point. The method uses photography and its artifacts that are used on routes, in the Cristal and Santa Tereza neighborhoods in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, as a socio-spatial practice of the actors involved in the production of narratives.

Palavras-chave: Social geography. Territoriality. Narratives. Photography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caminhada fotográfica no Bairro Bom Jesus*	17
Figura 2: Caminhada fotográfica no Bairro Bom Jesus*	17
Figura 3 Painel: oficina “Qual é a lata da minha comunidade?”	19
Figura 4: Laboratório fotográfico no banheiro da E. E. E. F. Eva Carminatti.....	20
Figura 5: Laboratório fotográfico no banheiro da E. E. E. F. Eva Carminatti. na Estrada Papa João Paulo II, parada 02 da Lomba do Pinheiro, em junho de 2007.....	20
Figura 6: Porto Alegre, Plano Diretor 1954-1964*	31
Figura 7: Planta Porto Alegre 1888, João Cândido Jaques*	33
Figura 8: As estâncias que deram origem a Porto Alegre, Porto de Viamão 1732*	43
Figura 9: Vista do Cristal em 1917 desde o Morro Assunção*	44
Figura 10: Vista aérea do Hipódromo com a área das Cocheiras, 1960*.....	44
Figura 11: Dona Terezinha Garcia Soares em 05 de dezembro de 2009, na Vila Hípica, Bairro Cristal	45
Figura 12: Beco que dá acesso da Avenida Icaraí a casa de Terezinha.....	45
Figura 13: Região 11 do Orçamento Participativo*	49
Figura 14: Momento de localização da casa no mapa topográfico.....	53
Figura 15: Ao final das apresentações, todos os participantes iam ver como ficou a localização das casas no topográfico*	55
Figura 16: Transposição das informações inseridas no topográfico e inserção das informações dos percursos fotográficos no Google Earth*.....	55
Figura 17: Mapa da oficina produzido ao final do encontro no Google Earth*	55
Figura 18: Casa de Lucas*.....	56
Figura 19: Fotografia <i>pinhole</i> com câmera de lata revelada na oficina*.....	56
Figura 20: Significados de temas/assuntos para pensar a fotografia e o percurso de “Qual é a Lata da Bom Jesus?”*.....	56
Figura 21: Foto da lata - Vila Mato Sampaio*	57
Figura 22: Foto da digital - Vila Mato Sampaio*.....	57
Figura 23: Foto na lata - autorretrato do ator social revelando e construindo território de práticas sociais*	58
Figura 24: A performance do ator social diante do dispositivo pedagógico*	58
Figura 25: Imagem satelital impressa do território da Escola Eva Carminatti, Bairro Lomba do Pinheiro*.....	59

Figura 26: Mapa das moradias e dos locais das fotografias*	59
Figura 27: Região 10 do Orçamento Participativo*	64
Figura 28: Atual delimitação do Bairro Cristal e conseqüentemente da Região 11 do Orçamento Participativo – Cristal*	65
Figura 29: Mapa elaborado na base cartográfica do Google Earth*	65
Figura 30 : Mapa da irregularidade fundiária território de atuação do Quilombo do Sopapo, janeiro de 2010.*	73
Figura 31: Espacialização/localização dos integrantes locais do Conselho Gestor Comunitário do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo que tomou posse em janeiro de 2008. Imagem elaborada em janeiro de 2010 quando da posse do segundo Conselho Gestor*	75
Figura 32: Reunião do Conselho Gestor do Quilombo do Sopapo em 01 de setembro de 2010*	76
Figura 33: Sala do Telecentro do Ponto de Cultura*	76
Figura 34: Territórios-lugares do Cristal e Santa Tereza*	78
Figura 35: Assembleia de moradores em 22 de setembro de 2010*	80
Figura 36:: Assembleia de moradores em 22 de setembro de 2010*	80
Figura 37: Espacialização/localização dos terrenos desapropriados em 2011*	82
Figura 38: Espacialização/localização dos capítulos do <i>Imagens Faladas</i> *	85
Figura 39: Painéis fotográficos da interação estética e geracional entre tecnologias fotográficas presentes na metodologia que dará origem ao projeto <i>Imagens Faladas</i> *	88
Figura 40: Saionara nos caminhos casa e escola, fotografando os nomes das ruas no idioma Guarani, em 10 de abril de 2010.....	90
Figura 41: Fotos da reportagem fotográfica “O Nome das Coisas”, 21 de abril de 2010	90
Figura 42: Saionara entrevista Ramedi*	91
Figura 43: Ramedi imprimiu a relação de nomes das ruas do Cristal com as respectivas traduções para entregar durante a entrevista à Saionara*	91
Figura 44: Fotografia produzida com câmera <i>pinhole</i> feita de lata, utilizando filme de raio X*	96
Figura 45: Fotografia produzida com câmera <i>pinhole</i> feita de lata, utilizando filme de raio X*	96
Figura 46: Praça do Paço Municipal de Porto Alegre em 11 de março de 2010*.....	101
Figura 47: Fios de eletricidade puxados da Rua Prisma e que abasteciam as moradias da União Santa Tereza*	102
Figura 48: Canos.....	102

Figura 49: Piche no acesso que conecta a rua Prisma ao beco onde Cristina mora	102
Figura 50: O texto surge das histórias pela oralidade*	102
Figura 51: Entrevista com Dona Cecília, moradora da Vila Gaúcha (antiga Buraco Quente) desde 1978 (07 de abril de 2010)	102
Figura 52: Emaranhado de fios acesso da União Santa Tereza, abril de 2010*	103
Figura 53: Rede de alta tensão no topo do Morro Santa Tereza para conectar aos relógios individualizados (canto direito da foto)*	103
Figura 54: Comunidades existentes na área de 74ha pertencente à Fundação de Atendimento Socioeducativo*	105
Figura 55: Território Lugar, Vila Pedreira*	112
Figura 56: Roda de conversa na casa de Dona Ana.	112
Figura 57: A identidade entre atores sociais*	112
Figura 58: Dona Alzira, após o trabalho, tocando violão na área antes de ir para a igreja* ..	113
Figura 59: Ana Luíza fotografando Dona Alzira (foto no alto)	113
Figura 60: Ana Luíza na parte superior da Pedreira*	113
Figura 61: Percurso Território Educativo Vila Pedreira*	114
Figura 62: A PinLux, câmera <i>pinhole</i> feita de caixa de fósforos*	117
Figura 63: Percurso na Vila Ecológica*	117
Figura 64: Momentos de análise sobre as produções fotográficas	117
Figura 65: Performance reproduzindo a cena*	117
Figura 66: Autoretrato ou <i>selfie</i> com uma câmera <i>pinhole</i> *	117
Figura 67: Painel fotográfico “Olhe ao redor”	118
Figura 68: Painel fotográfico do percurso Vila Pedreira*	120
Figura 69: Encontro do <i>Imagens Faladas</i>	123
Figura 70: Câmera <i>pinhole</i> feita com caixa de fósforos e uso de filme 35mm.*	129
Figura 71: Câmera <i>pinhole</i> feita de lata*	129
Figura 72: Foto em filme de Raio X feito com câmera <i>pinhole</i> de lata e revelada em laboratório instalado num banheiro*	129
Figura 73: Laboratório no banheiro do Quilombo do Sopapo*	131
Figura 74: Negativo na película de Raio X	131
Figura 75: O Positivo obtido em processo digital*	131
Figura 76: cena captada com câmera digital posta à frente da câmera de lata*	131
Figura 77: Materiais para confecção do <i>pinholoscópio</i>	133
Figura 78: Em silêncio ao redor da mesa*	133

Figura 79: Usando as habilidades das mãos	133
Figura 80: Utilizando as e proporções do corpo, no caso dos dedos da mão, para as medidas das dobras dos prismas serem distintas*.....	133
Figura 81: Oficina Sensibilização do Olhar com profissionais da saúde de Caruaru, Pernambuco, 2016	135
Figura 82: Confeção do prisma interno que tem a imagem projetada sobre o papel vegetal	135
Figura 83: A ludicidade presente em cada etapa da confecção*	135
Figura 84: Uso do <i>pinholoscópio</i> no Quilombo do Sopapo, 2011.	137
Figura 85: Uso do <i>pinholoscópio</i> na praça em frente ao Quilombo do Sopapo.....	137
Figura 86: Uso do <i>pinholoscópio</i> no pontal do estaleiro em 2017	137
Figura 87: Imagem do coqueiro projetada na tela interna do <i>pinholoscópio</i> e captada por uma fotografia feita com celular.....	137
Figura 88: Câmera de Lata <i>Pinhole</i> *	138
Figura 89: Confeção de câmeras <i>pinhole</i> feitas de lata. Oficina Sensibilização do Olhar Territórios Educativos 2018	138
Figura 90: Câmera de lata posicionada para a fotografia	140
Figura 91: Foto da casa de Lucas no beco Alameda 1 Vila Mato Sampaio.....	140
Figura 92: Uma das celas do Instituto Central de Menores em ruínas, março de 2019*	140
Figura 93: Autoretrato de Artur Ruperti utilizando uma câmera <i>pinhole</i> de lata*.....	140
Figura 94: Materiais para a confecção da câmera PinLux.....	141
Figura 95: Uso teste em percurso na atividade pedagógica conheça sua câmera PinLux* ...	141
Figura 96: Fotografia <i>pinhole</i> feita com câmera PinLux*.....	141
Figura 97: Uso do mapa topográfico para a localização das casas e percursos com alfinetes	143
Figura 98: Projeção do <i>Google Earth</i> na oficina Sensibilização do Olhar Território Educativo, com jovens da Fase.....	143
Figura 99: Mapa produzido no <i>Google Earth</i> da espacialização do grupo na comunidade e dos percursos que cada um faz da casa a escola	143
Figura 100: Painel confecção dos diários de bordo cartoneros*	146
Figura 101: Percursos fotográficos*	148
Figura 102: Morro Santa Tereza, percurso em março de 2010 incursão ruínas ICM.	152
Figura 103: Douglas entrevista Nádia, moradora da Comunidade Padre Cacique	152
Figura 104: Douglas entrevista Nádia, moradora da Comunidade Padre Cacique	152
Figura 105: Parede interna de uma das Alas do antigo Instituto Central de Menores (ICM), desativado em 2002*	152

Figura 106: Vila Ecológica, Morro Santa Tereza, uma das comunidades dentro da área da Fundação de Atendimento Socioeducativo*	155
Figura 107: Vila Ecológica - Personagens do cotidiano invisibilizado e lúdico	155
Figura 108: Um cotidiano das ruas de terra na Vila Ecológica*	155
Figura 109: Empreendimento em construção na antiga área das cocheiras do Hipódromo* ..	157
Figura 110: Capa do livro Imagens Faladas lançado em 2011*	157
Figura 111: Marcos visuais das conquistas da luta pelo território nas comunidades da área da FASE, Morro Santa Tereza*	159
Figura 112: Outro marco da paisagem cultural da luta comunitária, a caixa d'água da Vila Ecológica*	159
Figura 113: Vista do Morro Santa Tereza: a Caixa d'água da Vila Ecológica*	159
Figura 114: Vista Vila Ecológica: pôr do sol do Guaíba*	159
Figura 115: Caixa d'água e Rua Florida na Vila Ecológica: fotos <i>pinhole</i> *	160
Figura 116: Caixa d'água e Rua Florida na Vila Ecológica: fotos <i>pinhole</i> *	160
Figura 117: Estética da favela: entrada da Vila Ecológica	162
Figura 118: Labirintos do bairro: acesso à Vila Ecológica*	162
Figura 119: Grafismo numa das alas das ruínas do ICM, abril de 2010	163
Figura 120: Vista da Avenida Capivari, bairro Cristal, para o a Vila união no Morro Santa Tereza	163
Figura 121: Painel com as cartografias dos percursos nas ruínas do ICM*	165
Figura 122: Pontal do Estaleiro Só, que hoje está cercado para construção de um edifício com 30 metros de altura*	168
Figura 123: Uma das atuais unidades da FASE POA, março de 2019*	168
Figura 124: Pés de Mateus na estrutura metálica presa à lateral de uma das plataformas do antigo Estaleiro Só*	168
Figura 125: Número 155 na Av. Capivari, que se refere a ato infracional*	168
Figura 126: <i>Pinholoscópio</i> confeccionado por Mateus com a assinatura de sua territorialidade*	170
Figura 127: Narrativa fotográfica elaborada por Giordana Grohmann, 02 de dezembro de 2015*	172
Figura 128: José Oliveira e sua gaita no som missioneiro*	173
Figura 129: José Oliveira pediu para retornarmos no dia seguinte e nos recebeu pilchado com seu lenço vermelho	173
Figura 130: Nelson cortando os nós para o plantio	174

Figura 131: Filhos de Nelson, estudantes do Colégio Estadual Paraná e colegas de Maria Antônia, integrante do coletivo Imagens Faladas.....	174
Figura 132: Evelyn associou características de seus sonhos com estas fotografias*	178
Figura 133: Fotografia que inspirou Deborah a trazer a reflexão anteriormente citada*	179

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 APROXIMAÇÕES ENTRE FOTOGRAFIA E GEOGRAFIA	15
2 BAIRRO	26
2.1 PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE BAIRRO.....	29
2.3 BAIRRO CRISTAL, MEU LUGAR.....	42
2.4 BAIRRO: TERRITÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	48
2.5 BAIRRO: DISPOSITIVO SOCIAL E CULTURAL DAS CARTOGRAFIAS SOCIAIS DO COTIDIANO.....	51
2.6 BAIRRO CRISTAL: TERRITÓRIO-LUGAR	61
3 CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS	69
3.1 QUILOMBO DO SOPAPO: O CULTURA VIVA FAZ SURGIR O <i>IMAGENS FALADAS</i> NO CRISTAL.....	70
3.1.1 Conselho Gestor Comunitário: uma cartografia social dos territórios-lugares para os percursos do <i>Imagens Faladas</i>	74
3.2 <i>IMAGENS FALADAS</i> : RESIDÊNCIA ARTÍSTICA INTERAÇÕES ESTÉTICAS	83
3.3 ALFABETIZAÇÃO ESPACIAL: AMPLIAÇÃO DAS RELAÇÕES DA FOTOGRAFIA COM A GEOGRAFIA	92
3.4 DISPOSITIVO	97
3.5 ALÉM DO PROJETO <i>IMAGENS FALADAS</i> : A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E VÍNCULOS TERRITORIAIS A PARTIR DE UM COLETIVO FOTOGRÁFICO	108
3.6 UM ATOR SOCIAL: COLETIVO <i>IMAGENS FALADAS</i>	114
4 FOTOGRAFIA COMO DISPOSITIVO PEDAGÓGICO NA ANÁLISE TERRITORIAL.....	125
4.1 A SENSIBILIZAÇÃO DO OLHAR PELA FOTOGRAFIA <i>PINHOLE</i> PARA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS E ALFABETIZAÇÃO ESPACIAL ...	128
4.1.1 Fotografia <i>Pinhole</i>	129
4.2 METODOLOGIAS DO <i>IMAGENS FALADAS</i>	132
4.2.1 <i>Pinholoscópio</i>.....	133
4.2.1.2 Atividade pedagógica	134
4.2.1.3 Análise da vivência.....	135
4.2.2 O uso do <i>pinholoscópio</i>	136

4.2.2.1 Atividade pedagógica	136
4.2.2.2 Análise da vivência.....	138
4.2.3 Pinhole de lata.....	138
4.2.4 Pinhole de caixa de fósforos: PinLux.....	141
4.2.4.1 Atividade pedagógica	142
4.2.4.2 Análise da vivência.....	142
4.2.5 Apresentação usando como base uma imagem satelital	143
4.2.5.1 Atividade pedagógica	145
4.2.5.2 Análise da vivência.....	145
4.2.6 Diário de Bordo Cartonero.....	145
4.2.7 O laboratório fotográfico	147
4.3 OS PERCURSOS: É PRECISO CAMINHAR PARA GEOGRAFAR (FOTOGRAFAR)	
.....	147
4.3.1 Paisagem: texto e pontos de vista, a narrativa dos vínculos territoriais por cartografias fotográficas	153
4.4 NARRATIVA DA TERRITORIALIDADE EXPRESSA EM FOTOGRAFIAS DA PAISAGEM CULTURAL URBANA.....	161
4.4.1 A produção de narrativas fotográficas como cartografias sociais	167
4.4.2 Narrativas do cotidiano: inspirações a partir da obra de Walter Benjamin	175
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICE A – OFICINA BOM JESUS NA LATA.....	189
APÊNDICE B – OFICINA SANTA MARTA NA LATA.....	192
APÊNDICE C – OFICINA CAMPINA NA LATA.....	194
APÊNDICE D – OFICINA LOMBA DO PINHEIRO NA LATA.....	197
APÊNDICE E – OFICINA BOM JESUS NA LATA: MAPA RESIDENCIAL E CONCEITOS	200
APÊNDICE F – OFICINA SANTA MARTA NA LATA: MAPA RESIDENCIAL E CONCEITOS.....	203
APÊNDICE G – OFICINA CAMPINA NA LATA: MAPA RESIDENCIAL E CONCEITOS	206
APÊNDICE H – OFICINA LOMBA DO PINHEIRO NA LATA: MAPA RESIDENCIAL E CONCEITOS	209

1 INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação trata da análise de um método de construção de narrativas fotográficas para construção de vínculos de territorialidade por práticas socioespaciais. O método de construção das narrativas assenta-se na apropriação da memória coletiva dos atores envolvidos como apropriação do espaço vivido (lugar) e percepção do espaço político (território) numa ação político-pedagógica. A fotografia está inserida nessa prática socioespacial como dispositivo pedagógico e artístico que visa produzir a elaboração de uma análise territorial sobre o espaço, sua apropriação na construção de território e territorialidades e do espaço como uma produção sociocultural.

O estudo busca analisar ações já realizadas por meio das experiências educacionais que envolvem a fotografia e a produção de vínculos territoriais e experimentar um método para relacionar a geografia e a fotografia. A fotografia é proposta como linguagem para a construção de narrativas visuais ou verbais associadas ao ato político de caminhar por percursos invisibilizados, mas presentes no cotidiano dos bairros.

A dissertação traz uma análise desta prática socioespacial, chamada *Imagens Faladas*, para refletir sobre o potencial que ela tem de ser um método para análise territorial. Também analisa seus processos, desenvolvidos durante uma década – entre 2010 e 2020 – em relação à inquietação que deu origem a ela, bem como o encontro da fotografia com a geografia na elaboração das metodologias que fazem parte dessa prática. A experiência de dez anos está assentada num bairro de Porto Alegre, o Cristal, e estabeleceu-se a partir de um equipamento cultural comunitário, o qual também oportunizou que essa prática viesse a extrapolar sua aplicação e experiência fora do bairro e também em outros ambientes de relações sociais, como a saúde e os processos socioeducativos de cumprimento de medidas, além de outros bairros fora de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul.

É uma dissertação que perpassa também a minha trajetória como trabalhador, educador e pesquisador. Assim, ela tem uma relação tempo-espaço que antecede a trajetória acadêmica do geógrafo e se entrelaça com o campo de pesquisa aplicada na caminhada inaugurada em 2006 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.1 APROXIMAÇÕES ENTRE FOTOGRAFIA E GEOGRAFIA

A aproximação entre a fotografia e a geografia nesta trajetória como acadêmico tem sua primeira versão de ação político-pedagógica com a oficina “*Qual é a lata da minha comunidade?*”. Essa oficina de fotografia *pinhole*¹ foi criada durante a extensão universitária Conexões de Saberes,² em 2007, para atuar no Território Escola Aberta.³ As oficinas aconteciam em finais de semana, em um dia com dois turnos de encontro, e foram realizadas em quatro escolas públicas de ensino fundamental, localizadas em dois municípios: São Leopoldo e Porto Alegre.

Qual é a lata da minha comunidade foi o nome dado à oficina, inspirada na gíria “lata”, que se refere à cara, rosto, e também à lata relacionada com tipo de câmera que seria utilizada pelos estudantes das escolas públicas para fotografar a *cara* da comunidade. O objetivo da construção das oficinas no Conexões de Saberes, conduzidas pelos estudantes bolsistas,⁴ era promover uma atividade que tivesse relação com o campo de conhecimento da sua graduação, assim como a promoção de direitos humanos a partir de uma linguagem que permitisse gerar ludicidade no trabalho com crianças e adolescentes. Nessa ocasião, tive a oportunidade de colocar em conexão os saberes que estava construindo como estudante de Geografia e os saberes de fotógrafo, que já desenvolvia no mundo do trabalho, como quando fui assessor comunitário de Habitação entre 2002 e 2004 no Departamento Municipal de Habitação de Porto

¹ Fotografias *pinhole* são imagens obtidas em artefatos, câmeras fotográficas, que não utilizam lentes. As fotografias são registradas em material que é sensibilizado pela luz, como papel fotográfico ou filme. O nome câmera *pinhole* vem de sua confecção. PIN-HOLE (pin: agulha, alfinete. e hole: buraco. Palavras em inglês, que dão nome a câmera). A *pinhole* (*buraco de agulha*) é basicamente uma câmara escura que tem um pequeno orifício, buraco, feito por uma agulha em um lado da câmara. O papel fotográfico ou o filme é colocado na câmara escura do lado oposto ao furinho. As câmeras *pinholes* utilizadas nesta primeira experiência foram feitas de lata e utilizaram papel fotográfico para gravar as imagens. Disponível em: https://www.eba.ufmg.br/cfalieri/cfalierinova/2-fotografia_pinhole.html. Acesso em: 18 jul. 2021.

² O Projeto Conexões de Saberes/UFRGS – inserido no Programa Conexões de Saberes do MEC/SECAD, consiste na elaboração e articulação de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), oriundos de comunidades populares. Uma política afirmativa, que atuará com este perfil de aluno, estimulando-o a ser protagonista no Ensino Superior, bem como em seu local de origem, por meio do estabelecimento de redes de saberes populares e acadêmicos. Fonte: Programa Conexão de Saberes / Escola Aberta Relatório de Atividades dos bolsistas Leandro Artur Anton, bacharelado em Geografia, e Alissa Gottfried, licenciatura em Filosofia, 29 de junho de 2007, entregue a Pró-Reitoria de Extensão – PROREXT/UFRGS.

³ No primeiro semestre de 2007 foram 90 bolsistas divididos em duplas, tendo cada dupla quatro escolas num universo de 189 em 22 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, do total de 31 que a compõe. Outros dois municípios (Camaquã e Tapes) somando 24 municípios no território do Escola Aberta - UFRGS. Fonte: Programa Conexão de Saberes / Escola Aberta Relatório de Atividades dos bolsistas Leandro Artur Anton bacharelado em geografia e Alissa Gottfried licenciatura em filosofia, 29 de junho de 2007 entregue à Pró-Reitoria de Extensão – PROREXT/UFRGS.

⁴ Leandro Artur Anton possui bacharelado em Geografia. Alissa Gottfried tem licenciatura em Filosofia.

Alegre, na Região Leste do Orçamento Participativo (OP), bem como na experiência quando fez parte da equipe que conduziu a elaboração do Plano Diretor Participativo do município de Esteio durante o ano de 2006 e da experiência de estágio no setor de regularização fundiária no Departamento Municipal de Habitação de São Leopoldo, no primeiro semestre de 2007; situações anteriores e simultâneas ao início do curso de Geografia na UFRGS.

Tais vivências nas escolas, dentro da extensão universitária, permitiram a experimentação de ações lúdicas, de diferentes temporalidades e do potencial da geografia como articuladora: (a) de áreas de conhecimento; (b) da comunidade; e (c) da mobilização de jovens, sendo este o ator social prioritário na experimentação das proposições das ações do Conexão de Saberes.

Os registros de campo⁵ da aplicação da oficina construída no Território Escola Aberta fortaleceu a ideia sobre a importância da participação e do diálogo intergeracional para processos de intervenções urbanas e de transformação das cidades como exercício para o direito à cidade. Foi também indicativo de como a Geografia se articula com linguagens artísticas – uma delas a fotografia – para construir práticas socioespaciais que possibilitassem esse exercício de participação e reflexão sobre a apropriação da memória coletiva dos lugares e como eles podem ser transformados a partir da participação de atores sociais do espaço cotidiano. Mostrou-se como uma possibilidade de envolver os jovens em tomadas de decisão, um dos atores sociais que é sensivelmente impactado na produção da territorialidade e da futura transformação espacial, pois ela não será somente física, mas também social.

A oficina “*Qual é a lata da minha comunidade?*” como uma prática socioespacial mostrou-se geradora de escuta que permite a participação geracional para pensar sobre transformações que o bairro pode ter, e que essa participação pode ser construída a partir de outros atores institucionais, como a escola e os espaços de convívio comunitário, entre eles, centros culturais comunitários e associações de moradores – que promovem processos com outras linguagens de potencial narrativo e de reflexões sobre o momento e a situação do bairro e da cidade, em especial dos moradores. Nesse contexto, passo a relacionar uma perspectiva de participação no planejamento da cidade e de suas transformações, envolvendo a geografia, com representações fotográficas e cartográficas, inspirados também em um outro espaço de

⁵ Relatório entregue na PROEXT em 29 de julho de 2007 com os registros dos bolsistas Leandro Artur Anton (Bacharelado Geografia) oficina Qual a lata dos bairros? e Alissa Gottfried (Licenciatura Filosofia) oficina RPG dos Bairros. Registros de campo também constam nos blogs de cada ação das quatro escolas. Disponível em: <http://escolaalvaronunes.blogspot.com/>, <http://escolasantamarta.blogspot.com/> e <http://escolacoelhoneto.blogspot.com/> e <http://escolaevacarminati.blogspot.com/> e de Anexos que constam ao final desta dissertação.

participação presente no cotidiano dos bairros de Porto Alegre: o Orçamento Participativo.

O uso da fotografia *pinhole* promoveu reflexões sobre a memória coletiva, o tempo do fazer e também a imaginação necessária para obter algo – no caso, uma fotografia, projetando e percebendo a espacialidade. A câmera da oficina, confeccionada para a experiência da extensão universitária, possui a característica de ter a condição de produção de somente um fotograma, ou seja, uma fotografia. Desse modo, um único ato fotográfico será registrado com a *pinhole* da câmera de lata. Após ser feita a escolha, é necessário retornar, ou seja, ir ao laboratório (Figuras 4 e 5) para poder recarregar a câmera, para então utilizá-la novamente. A escolha do que registrar favorece pensar e projetar sobre outras variáveis, outros fatores, como luz, distâncias, ângulos, pontos de vista possíveis sobre a cena, composição. O tempo lento segue sua presença no momento de contar os segundos necessários para fazer o *clique* que se dá com a abertura do orifício da lata, permitindo a entrada da luz por segundos que podem se estender por minutos, algo inconcebível com a presença e o uso da tecnologia digital.



Figura 1: Caminhada fotográfica no Bairro Bom Jesus*

* Na Rua Santa Isabel e Beco Alameda 1, durante a oficina na escola E.E.F. Coelho Neto em maio de 2007.

Foto: Alissa Gottfried.



Figura 2: Caminhada fotográfica no Bairro Bom Jesus*

* Na Rua Santa Isabel e Beco Alameda 1, durante a oficina na escola E.E.F. Coelho Neto em maio de 2007.

Foto: Alissa Gottfried.

Este tempo lento está presente também na atividade complementar – a captação da fotografia –, para revelar em laboratório o que foi produzido. É o momento de outras descobertas, de gravar algo durante uma caminhada no lugar em que se passa todos os dias e tornar essa gravação um estranhamento inovador e transformador, presente numa observação

registrada em algo mais estranho ainda, que é uma câmera feita de uma lata de tinta e com um papel dentro, posteriormente uma chapa de raio x. Tão inovador e transformador quanto ter uma lata como câmera fotográfica é entrar no banheiro da escola e descobrir que ele pode ser laboratório fotográfico e um espaço pedagógico.

O momento do laboratório estende a promoção de outros diálogos e histórias, questões e dúvidas. Esta condição de ludicidade presente na prática mostrou-se uma abertura para inserir temas e obter confiança para falar do lugar, da família, do que é geografia e história da cidade, do bairro, das distinções ou similaridades entre vilas e bairros, entre o que é cidade “informal” e cidade “formal” (Figuras 1 e 2), no exercício de caminhar como prática de direito à cidade. Foram muitas as descobertas!

A oficina “*Qual é a lata da minha comunidade?*”, no segundo semestre de 2007, tornou-se “*Qual é a lata do lugar?*”. A substituição de comunidade por lugar já é parte da ação de interação do trabalhador-educador-pesquisador na Geografia, motivada pela análise dos resultados dos exercícios de escrita de significado das palavras-conceito que ocorriam após a apresentação dos participantes, as quais eram feitas por meio da utilização de mapas topográficos ou imagens satelitais dos bairros na primeira parte das oficinas. A primeira oficina foi na Escola Coelho Neto, no bairro Bom Jesus (Figuras 1 e 2), passando por duas escolas em São Leopoldo: a Santa Marta, no bairro Santa Marta; e a Álvaro Alvin, no Bairro Campina (Figura 3), finalizando na Escola Eva Carminatti, na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre (Figuras 4 e 5). Todas as oficinas realizadas entre os meses de maio e junho de 2007. Em todas elas, foi recorrente a presença de lugar nas definições de território e comunidade feita pelos estudantes. Eles apresentaram, naquele momento, uma associação entre a expressão lugar, comunidade, território, meio ambiente e bairro.



Figura 3 Paineis: oficina “Qual é a lata da minha comunidade?”

Fotos superiores no território Escola Aberta da E.M.E.F Santa Marta, em São Leopoldo.

Foto da esquerda: percurso no bairro e visita a morador com prática social de ter horta no entorno de sua casa. Foto da direita: de Aiane e Adrielle, horta dentro escola e cena escolhida pelas estudantes que participaram da oficina e participam da ação de hortas comunitárias dentro da escola.

Fotos parte inferior: no Território Escola Aberta da E.M.E.F. Álvaro Alvin, em São Leopoldo, bairro Campina. Foto da esquerda: área no entorno da escola onde tinha um acampamento Cigano que foi apresentado no percurso fotográfico de Jeferson.

Foto da direita: na mesma área do entorno da escola onde tinha um foco de lixo e um sofá abandonado. Escolha da cena de autorretrato, de Jeferson.



Figura 4: Laboratório fotográfico no banheiro da E. E. E. F. Eva Carminatti
Fotos: Alissa Gottfried.



Figura 5: Laboratório fotográfico no banheiro da E. E. E. F. Eva Carminatti, na Estrada Papa João Paulo II, parada 02 da Lomba do Pinheiro, em junho de 2007.
Fotos: Alissa Gottfried.

O capítulo intitulado *Bairro* irá abordar esta origem e também o encontro da oficina de fotografia *pinhole* com seu espaço geográfico, o bairro e suas relações com território, lugar, paisagem, territorialidade e processos coletivos de memória com elo com os vínculos territoriais. É o momento de a oficina começar a ser uma prática socioespacial. *Qual é a lata da minha comunidade?* transforma-se e passa a ser *Qual é a lata do lugar?* quando se estabelece no bairro Cristal junto ao Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo,⁶. É o espaço que dará corpo às metodologias da aproximação entre fotografia e geografia.

A ação passa a compor o processo de aproximação e de construção de vínculo do Quilombo do Sopapo com as comunidades, contribuindo para a territorialização do Ponto de Cultura com os bairros Cristal e Santa Tereza, pertencentes às regiões Cristal e Cruzeiro, do Orçamento Participativo. A experiência da oficina *Qual é a lata do lugar?* no Quilombo do Sopapo tornou-se a base do projeto artístico e cultural *Imagens Faladas*, projeto para uma residência artística que se assenta na trajetória estabelecida pela ação político-pedagógica com

⁶ O Quilombo do Sopapo incentiva e desenvolve ações comunitárias, priorizando jovens que moram nas áreas sem regularização fundiária da região. As ações integram arte, cultura, cidadania e economia solidária, transversalizando nas formações os temas relacionados aos direitos humanos para a construção de uma cultura de não violência. O espaço no Cristal é um centro comunitário de cultura aberto desde janeiro de 2008. É fruto da implementação do Programa Cultura Viva que teve início em 2004, e como Ponto de Cultura tem desenvolvido e experimentado um conceito ampliado de cultura, que articula as dimensões simbólicas-identitárias, econômicas (como vetor do desenvolvimento local) e cidadã, enquanto estratégia de fortalecimento da participação e da democracia. (PONTO DE CULTURA QUILOMBO DO SOPAPO, 2017).

a fotografia na territorialização do Ponto de Cultura e assume no método as relações geracionais das tecnologias fotográficas, de moradores com suas memórias coletivas e atuações no presente do bairro, numa interação estética, para refletir sobre os processos de transformações do espaço cotidiano. Assim, o *Imagens Faladas*, suas metodologias e seu potencial método de análise territorial é objeto da análise desta dissertação.

É da experiência do projeto *Imagens Faladas* que se afirmam as possibilidades de ampliarem-se as relações entre fotografia e geografia numa prática socioespacial nos bairros Cristal e Santa Tereza. As ações passam a ser um processo continuado, com práticas realizadas em todos os anos e com formatos diversificados que podem ter a duração de até 16 encontros num período de 4 meses, assim como experiências de um dia, um turno ou um final de semana. As experiências com os diferentes formatos da proposta educativa produziram o projeto *Sensibilização do Olhar – Territórios Educativos*, que é a última ação realizada no território antes do contexto da pandemia da SARS-COV-2 e que está presente no capítulo 4, assim como as relações no campo socioeducativo desse método de ação político pedagógica.

Apesar dos diferentes formatos, é perceptível a manutenção da relação lúdica entre geografia e fotografia e do diálogo entre diferentes gerações, seja pelo encontro de jovens e idosos, seja pela união de diferentes tecnologias fotográficas, assim como a prática de caminhar no espaço cotidiano para ressaltar a presença desses processos geracionais na paisagem e transformação do lugar. Essa continuidade da ação no bairro Cristal foi fundamental para uma reflexão sobre os conceitos de lugar, território e paisagem e de como eles foram consolidados como espaço social da prática socioespacial e de pensar sobre o *Imagens Faladas* como método na análise territorial.

Assim, a dissertação abre-se com o capítulo *Bairro* e a problematização deste como conceito de dispositivo social e cultural de urbanidade que é o bairro. A continuidade da ação no Cristal e no Santa Tereza, a partir do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, foram compondo as reflexões sobre a transformação de comunidade para lugar como espaço geográfico de estudo a partir das oficinas de fotografia *pinhole* e com o assentamento do *Imagens Faladas* no Cristal, o entendimento de bairro como espaço urbano que é lugar, que é território, e dos espaços e áreas em disputa e que lutam pelo reconhecimento de seu pertencimento ao bairro como territórios-lugares. Toda essa trajetória estrutura o capítulo de abertura desta dissertação e também revela as relações de representação dos vínculos territoriais nas fotografias pela paisagem, como cartografias dos território-lugares, apoiadas nos percursos projetados a partir da leitura de imagens satelitais, vendo-as como mapas do bairro.

Esta relação da fotografia com a geografia é potencializada pela ação continuada, fundamentalmente, pelas tensões sociais presentes no espaço geográfico: os bairros Cristal e Santa Tereza, que estão sendo impactados por grandes operações urbanas e também interesse do mercado imobiliário nas terras públicas de grandes áreas presentes na região, como as áreas do Hipódromo do Cristal, do Estaleiro Só e da Fundação de Atendimento Socioeducativo. Essa conjuntura e cena local aflora o movimento comunitário e, também com isso, a memória coletiva dos lugares presentes nas histórias comunitárias que ocuparam essas áreas e as tornaram bairro, cidade.

Não só o capítulo *Bairro* apresentará ao leitor a relação da fotografia num processo de produção de representações em cartografias sociais e participativas, como também o capítulo *Construção de Vínculos Territoriais*. Nesses dois capítulos, destacam-se as metodologias do percurso e sua espacialização na produção de cartografias sociais e mapas participativos, utilizando as imagens satelitais, que representam a estética fotográfica vista de cima. Aqui, será possível perceber o potencial para métodos de análise territorial que há entre a fotografia e a geografia.

É a partir deste momento que a prática socioespacial *Imagens Faladas* acolhe, em suas metodologias, essa potencialidade que o movimento comunitário e os espaços de participação no bairro e também no Quilombo do Sopapo oportunizam como espaços de convergência, haja vista que possibilitam ações político-pedagógicas que envolvam jovens para um diálogo intergeracional sobre a construção da memória coletiva dos lugares. Assim, a escola afirma-se como espaço de convergência que o *Imagens Faladas* tem como elo entre bairro e dispositivos pedagógicos, no caso, fotografia e espaço cotidiano. algo também presente nas escolas públicas.

A metodologia e as ações do *Imagens Faladas* geraram repercussões que levaram o método utilizado a ser exposto em encontros acadêmicos⁷ e a ter a experiência difundida em jornais⁸ e mídias televisivas. O capítulo 4, *Fotografia como dispositivo pedagógico para análise territorial*, aborda a importância das práticas e dos artefatos presentes na oficina, como a câmera de lata e o uso da chapa de raio-X para gerar fotografias e reflexões sobre trajetórias de vida como recurso educacional. Essa condição promoveu o encontro do *Imagens Faladas* com o campo da saúde e as medidas socioeducativas.

No Sanatório Partenon, no final de 2016, foram realizadas oficinas com pacientes

⁷ Disponível em: <http://www.frispit.com.br/site/memoria-como-elo-de-geracoes/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

⁸ Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2013/06/imagens-faladas-o-fazer-fotografico-vira-ferramenta-de-expressao-popular/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

internados na unidade hospitalar para tratar a tuberculose. A experiência produziu novos olhares dos pacientes na relação destes com as imagens de raio-X e também com as latas, visto que parte deles tinham experiências com o uso de crack, fumado em cachimbos feitos de latas encontradas nas ruas, e as imagens de Raio X são parte da narrativa do tratamento da tuberculose para um paciente que pode ter sua permanência de até seis meses na unidade hospitalar.

As oficinas contribuíram para ressignificar esses materiais e acessar memórias da territorialidade de cada paciente e seus vínculos com a instituição de saúde. A partir dessas diversas experiências como educador do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, fui percebendo a necessidade de aprofundar meus saberes sobre o potencial da relação entre fotografia e geografia para produção de vínculos e de processos de transformação da realidade.

Na busca por produções sobre as relações da fotografia com a geografia, identifiquei diferentes estudos focados no uso da fotografia como recurso didático na sala de aula, na escolarização formal da educação básica e nos ensinamentos fundamental e médio. Nas produções de Mussoi (2008), Gâmbra (2013), Ribeiro (2013), Freisleben e Kaercher (2016), a fotografia é ressaltada como recurso didático dinamizador das aulas, geradora de maior envolvimento e participação dos estudantes com os temas da geografia e provocadora de relações entre o lugar de vida dos estudantes e seus cotidianos com outros lugares do mundo.

Outro aspecto destacado nessas produções é a contemporaneidade da linguagem imagética e de sua produção, acessíveis nos aparelhos celulares, o que amplifica a democratização desse tipo de linguagem. Também é salientada na dimensão da democratização o uso da internet, que possibilita acessar imagens fotográficas compartilhadas por milhões de usuários de todos os pontos do planeta e fazer conexão com grande parte do nosso mundo, desde o lugar onde se está vivendo o cotidiano do caminhar. São contribuições para a criação de dispositivos pedagógicos que relacionam as imagens ao ensino da geografia. Além disso, a fotografia é considerada uma linguagem comunicacional potente, afinada ao cotidiano e à prática dos jovens, conforme mencionam Antônio Filho e Dezan (2014) e Freisleben e Kaercher (2016), ampliando as metodologias participativas e buscando a democratização das relações a partir do uso de dispositivos imagéticos.

Na formação de geógrafos, a fotografia entremeia as produções científicas, tanto em relatórios de campo, durante o período de formação ou desenvolvimento da pesquisa, como também em publicações de livros técnicos ou didáticos, com a característica predominantemente ilustrativa para os estudos e temas abordados. A fotografia, na formação

do geógrafo e na pesquisa da geografia, demonstra potencial para abordar, de modo narrativo e analítico, os temas e conceitos da ciência e, como destaca Mussoi (2008), faz-se associação da fotografia para abordar o conceito e as dinâmicas da paisagem. Nesse caso, é comum seu uso tanto como recurso pedagógico quanto de análise da paisagem, especialmente para demonstrar as transformações das cidades (THOMAZ, 2012).

Tanto os estudos como as práticas sociais que fazem parte desta dissertação indicam uma potência criadora e participativa do uso da fotografia em processos educacionais e de pesquisa relacionados à geografia. Nessa trajetória, percebo-a como dispositivo pedagógico que, a partir da educação popular e da relação das linguagens artísticas com a educação, tem contribuído para estender a sala de aula ao extramuro das escolas ao mesmo passo que é uma abertura para o uso desta produção de conhecimento para a análise territorial a partir de percursos no bairro, com o uso de artefatos fotográficos pelos estudantes, ações promotoras de diálogos e reflexões sobre o território, sobre o lugar, sobre o bairro, a paisagem e a configuração territorial presente.

A geografia tem por objeto o espaço. Na escola básica, pode articular outras áreas do conhecimento e estimular o pensar e participar da cidade. Promover a reflexão sobre o direito à cidade a partir do lugar e do percurso entre casa e escola, e as histórias que estão neste trajeto cotidiano, estimulando interações coletivas da escola para fora dos muros, valorizando e construindo sua territorialidade inserida no mundo, num pensamento que transita do lugar para outros lugares e escalas, um pensamento global de mundo a partir do lugar. Esse contexto está no capítulo 3, em que será abordada a construção dos vínculos territoriais que a metodologia pode provocar com os atores sociais do lugar.

É possível a geografia aproximar as relações cotidianas do lugar com outras culturas e ambientes, valendo-se das tecnologias disponíveis atualmente, como o *Google Earth*, plataforma que se comunica com a produção de conhecimento a partir da produção fotográfica e cartográfica, para, mesmo dentro da sala de aula, alcançar o mundo de forma mais realista que aquela possibilitada pelos mapas administrativos, produzindo uma sensação de voo e de percurso em tempo real. Esse estudo pode contribuir com o profissional professor e educador da geografia, que trabalha na escola básica ou em centros comunitários, já que a pesquisa sobre o método dessa prática socioespacial pode inspirar outros projetos pedagógicos para que esse profissional da educação se mantenha como pesquisador a partir do espaço cotidiano, como o bairro.

Esta dissertação mergulha nessa relação com os jovens moradores dos bairros Cristal e

Santa Tereza, situados nas regiões Cristal e Cruzeiro, do Orçamento Participativo de Porto Alegre, como atores sociais envolvidos em ações oriundas do projeto fotográfico *Imagens Faladas* e das oficinas fotográficas *Sensibilização do Olhar – Territórios Educativos*, que são conduzidos pelo coletivo fotográfico *Imagens Faladas*. São ações que oferecem possibilidade de construção e análise de vínculos de territorialidade.

A dissertação é perpassada pela contribuição narrativa das figuras apoiadas por suas legendas ao mesmo tempo que abre caminho para a reflexão da leitora e do leitor, de buscar o texto diretamente nas composições fotográficas e cartográficas. Para isso, busco compreender como surge o método que vem sendo utilizado na produção de narrativas fotográficas numa geografia social, tecida por ações do *Imagens Faladas*. Analiso esse método e suas metodologias como perspectiva de construção de vínculos de territorialidade dos atores envolvidos e sua proposta de dispositivos pedagógicos e de análise territorial na geografia.

2 BAIRRO

O bairro constitui-se no espaço geográfico da prática socioespacial *Imagens Faladas*. Problematizar o conceito de bairro e analisar suas relações com os de paisagem, lugar e território são objetivos deste capítulo. A dissertação tem por ponte de interação refletir sobre bairro uma prática socioespacial com moradores de áreas sem regularização fundiária. Portanto, há uma forte presença dessa situação na definição de bairro na construção da relação cidade “informal” na busca de seu direito à cidade. É o bairro como espaço social e que tem a diversidade na sua composição, ou seja, um espaço social não homogêneo, mas como uma totalidade do cotidiano e de pertencimento, de vínculo.

A dissertação tem por base a cidade de Porto Alegre e contribuição do Orçamento Participativo (OP), na definição conceitual de bairro. Assim, inicialmente, vou apresentar algumas características da experiência do OP, que ativaram um modo de ser bairro na cidade, pois Porto Alegre, a partir de 1989, passou a promover assembleias com participação direta dos moradores dos bairros para definir o uso dos recursos financeiros da cidade: o Orçamento Participativo. Mesmo tendo sido posteriormente fragilizada, essa experiência ainda hoje é parte do imaginário e da materialidade da organização social de moradores para demandar e obter alguns serviços urbanos e aplicação de recursos nas áreas de habitação, assistência social, saúde, educação e áreas passíveis de priorização de investimentos. A cidade ainda conta com as regiões do Orçamento Participativo ativas na administração municipal. Essa prática social e de participação direta tem por objetivo aproximar a administração municipal e seus governos do cotidiano das comunidades, pois as reuniões acontecem dentro do próprio bairro, visando facilitar e ampliar a participação das pessoas. Fazem parte dessa prática social os encontros periódicos do Fórum Regional do Orçamento Participativo (FROP).⁹ Atualmente, a cidade conta com dezessete regiões do OP.¹⁰

⁹ Os Fóruns Regionais do Orçamento Participativo - FROP são compostos por delegados e conselheiros eleitos nas Assembleias anuais de cada Região do OP. A cada 10 moradores e ou representantes de entidades sediadas na Região se tem um ou uma delegada, portanto, numa Assembleia na Região Cristal, que é a Região ¹¹ do OP, com 300 presentes credenciados, a Região terá direito a ter 30 delegados(as) no seu FROP. Este regramento vale desde 1989 quando teve início o Orçamento Participativo e consta do Título II, Capítulo I do regimento que pode ser acessado no link que segue: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/regimento_interno_op.pdf. Cada Região possui seu FROP, que é coordenado pelos Conselheiros eleitos nas Assembleias Anuais do OP de cada Região, num total de dois conselheiros por região, com mandatos de um ano. Estes Conselheiros integram o Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre.

¹⁰ Das 17 Regiões do OP, 5 delas tem somente um bairro. Este é o caso da Região Cristal, que tem somente o bairro Cristal. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?reg=2&p_secao=5. Acesso em: 08 fev. 2021.

Com esse processo de ampliação da participação da população na definição do orçamento da cidade, foi conquistada visibilidade para as áreas em irregularidade fundiária, que passaram a ter poder de definição de investimentos em suas comunidades e também obter reconhecimento como bairro. A trajetória do OP como reconhecimento da luta de comunidades o mantém, ao menos no imaginário das lideranças comunitárias e da história do OP, como espaço a ser preservado e defendido pelo movimento comunitário. Ao longo das proposições das oficinas que vieram a constituir a metodologia do Imagens Faladas, as áreas irregulares integram e estruturam os percursos fotográficos e reflexões coletivas por meio de narrativas fotográficas numa prática socioespacial para a apropriação do espaço cotidiano.

Segundo Lefebvre (2013, p. 92), a prática social “[...] deve englobar a produção e reprodução em locais específicos com os grupos espaciais de cada formação social, e que como prática assegure a continuidade dentro de uma coesão relativa”. O Orçamento Participativo é uma prática social que construiu um imaginário coletivo de que é possível mudar a cidade no cotidiano, tendo por protagonistas os atores sociais que são moradores das áreas ainda não reconhecidas como cidade formal, mas que são bairro.

Assim, a inquietação e a definição de bairro como espaço geográfico desta dissertação possuem relação com os processos de reconhecimento das áreas “irregulares” como pertencentes aos bairros da cidade pelas experiências de participação social que definem e lutam pelas prioridades de investimentos para melhorias do espaço cotidiano. Essa condição do OP de prática social fez com que as comunidades vissem a materialidade de sua participação acontecer quando foram integradas e formalizadas como pertencentes aos bairros. O impacto do processo do OP na atualização da cartografia dos bairros, para além da delimitação, é marcado por situações como a que encontramos na descrição do bairro Cristal, estabelecida na revisão da lei de bairros¹¹. Na atual lei, a descrição do Cristal¹² tem a Vila Nossa Senhora das

¹¹ Lei Nº 12.112, de 22 de agosto de 2016, que extingue a lei nº 2.022 de 07 de dezembro de 1959 que era a lei dos bairros do município de Porto Alegre. É importante registrar que antes havia a lei nº 1.762 de 23 de julho de 1957 que oficializou o primeiro bairro em Porto Alegre, o bairro Medianeira.

¹² Cristal, “ponto inicial e final: encontro da Rua Doutor Castro de Menezes com a Avenida Wenceslau Escobar; desse ponto segue pela Avenida Wenceslau Escobar até a Rua Tamandaré, por essa até a Rua Coronel Aristides, por essa até a Rua Coronel Massot, por essa até a Rua Coronel Timóteo, por essa até o entroncamento do Beco A – Vila Nossa Senhora das Graças com o Beco M – Vila Nossa Senhora das Graças, ponto de coordenadas (pt 59) E: 277.095; N: 1.669.361, por esse e a projeção de seu eixo até o Arroio Cavalhada, ponto de coordenadas (pt 60) E: 277.127; N: 1.669.402, segue pelo eixo desse arroio até o Arroio Passo Fundo, ponto de coordenadas (pt 68) E: 277.180; N: 1.669.389, segue pelo eixo desse arroio até a Rua Doutor Campos Velho [...] pode ser acessada a continuidade desta descrição no link que segue com a lei dos bairros atual. Disponível em: http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1857_ce_172548_1.pdf. Acesso em: 08 fev. 2021.

Graças como um dos pontos de referência da delimitação do bairro. A Vila Nossa Senhora das Graças é uma área “irregular”, que teve sua primeira aparição com nome em um documento oficial do município no Mapa da Irregularidade Fundiária¹³ (Figura 13). Esta vila é uma das comunidades às margens do Arroio Cavalhada. É simbólico que, na descrição formal do bairro, uma comunidade que ainda não tem sua regularidade fundiária passe a ser um marco referencial do texto descritivo da área do bairro numa legislação, o que reforça o conceito de prática social de Lefebvre (2013), presente no Orçamento Participativo e na definição de bairro como espaço social.

A invenção de um bairro tem entorno na realidade das cidades brasileiras e suas regiões metropolitanas, que é a expansão que não tinha reconhecimento como cidade e, portanto, como bairro. A criação e invenção humana (HEIDRICH, 2017) da construção do abrigo é a origem das comunidades que têm, na trajetória da luta pela sobrevivência na sociedade e no espaço urbano, a ocupação de uma área para estabelecer um grau de segurança, estando acolhidas e envolvidas por outras em situação similar e que se reconhecem com o direito de ter e ocupar uma área para moradia, para, a partir disso, estabelecer relações sociais e vínculos territoriais. Conforme Heindrich (2017), tais vínculos ocorrem “[...] quando grupos, comunidades e seus atores estabelecem ligações com espaços em processo ou situação de apropriação por eles mesmos”.

Essa é uma ação e prática socioespacial que principia o surgimento de lugar e de território, e torna-se o porvir da expansão de bairros e da cidade enquanto tecido, corpo, uma totalidade em transformação e viva, não homogênea. A origem das vilas é que estas são como labirintos compostos por fragmentos, que são os abrigos e as casas que, do imprevisto, passam a consolidar um território, um processo rizomático (JACQUES, 2003), em transformação e aberto. Usam as conexões e a tecitura com o bairro e cidade e se constroem por tensões e conflitos sociais.

Esse reconhecimento foi obtido, em parte, no espaço de democracia participativa, também como prática de apropriação do espaço, de construção e ou afirmação de vínculos territoriais. A atualização, tanto da área na lei dos bairros, de 2016, como da cartografia feita pelo Mapa da Irregularidade Fundiária, definiu essas comunidades como passíveis, em grande medida, de regularização fundiária no próprio bairro e área ocupada. Essa atualização do mapa do bairro pela prática cotidiana é uma materialidade da apropriação do espaço.

¹³ MORAES, Aldovan de Oliveira; ANTON, Flávio. Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre. Porto Alegre: PMPA/Demhab, 1999.

Por ser o Cristal a referência como espaço geográfico para a prática socioespacial do Imagens Faladas, também será situado como o bairro foi constituído, sua relação com a divisão administrativa adotada por Porto Alegre a partir de 1989, em regiões do OP, medida que, em alguns casos, fortaleceu a identidade dessas regiões como um bairro. Importante ressaltar e destacar que há somente o bairro Cristal dentro da Região 11 do OP, o que reforça para esta situação a identidade bairro para o Cristal, como uma totalidade, ou seja, a região do OP, antes de ser uma divisão administrativa para definição de investimentos do orçamento municipal, ela é o bairro, o lugar e território Cristal.

2.1 PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE BAIRRO

A Porto Alegre da primeira metade do século XX passou por grandes transformações, que ocorreram em todas as principais cidades brasileiras no período. Esse foi o momento de redefinição da malha viária, com alargamento de vias para a chegada do automóvel e do transporte coletivo; obras de saneamento; início da verticalização da cidade; bem como o início do seu avanço sobre o Guaíba, a partir da implantação de grandes aterros e de todo um sistema de proteção da cidade para evitar inundações decorrentes das cheias do sistema fluvial do Guaíba. Essas transformações urbanas também buscavam responder ao crescimento demográfico vertiginoso que estava em curso nas capitais brasileiras, em especial as do sudeste e sul, realidade na qual está inserida Porto Alegre. Muitas dessas capitais passam a vivenciar o surgimento e desenvolvimento de parques industriais nos seus territórios, agregando municípios limítrofes, o que deu início ao fluxo de veículos em uma malha urbana contínua, inaugurando a formação das futuras regiões metropolitanas¹⁴.

No princípio da segunda metade do século passado, além de toda uma nova ordem mundial decorrente do pós-guerra, o Brasil intensifica a construção de um projeto desenvolvimentista, que buscava a transição da imagem de país agrícola para industrializado e urbano. Esse projeto desenvolvimentista, assentado na industrialização e urbanização concentrada nas capitais do Sul e Sudeste, era sinônimo de modernização e da chegada de um novo ideário. Surgem os planos diretores, como técnica de normatização e regulação do uso do solo das cidades.

Cabe aqui citar o paradigma modernista e suas marcas na paisagem. A difusão deste

¹⁴ A Criação de Regiões Metropolitanas no Brasil: motivações e características institucionais. Disponível em: <http://objdig.ufjf.br/42/teses/861929.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2021.

como ideário de regulação urbanística das cidades tem um de seus marcos inaugurais, a Carta de Atenas¹⁵, que teve desdobramentos arquitetônicos na paisagem das cidades, em escala global, conectando lugares em todo mundo. No Brasil, tem-se, em Brasília, o espaço síntese e de convergência, do urbanístico e do arquitetônico modernista de maior escala. Esse sentido global de urbanismo é dado pela Carta de Atenas, que é uma espécie de manifesto e um direcionamento de como o mundo viveria seu processo de urbanização. A modernização deveria conceber o futuro das cidades e suas funções para o trabalho, lazer, circulação e habitação, também a tecnologia, como um programa para o mundo urbano em construção por princípios necessários para uma cultura de massas, ou seja, a globalização de um processo cultural.

A concepção de Brasília é uma maturação brasileira desse programa, que teve origem no concurso para o Plano Piloto, o projeto urbanístico para construir a cidade de autoria de Lúcio Costa. O bairro Cristal, espaço geográfico desta dissertação, tem, na representação cartográfica de seu território e na sua paisagem, a presença desse paradigma modernista. É uma paisagem que pode ser lida de forma a pensar o lugar no mundo e nos acontecimentos em curso, em vários outros lugares, naquele momento histórico.

A representação dos lugares por mapas são uma marca do planejamento urbano, uma demonstração do domínio por um ordenamento do sítio, do território definindo em um processo administrativo territorial, como uma apropriação do espaço pelo urbanismo, pela modernização de pensar as cidades e suas parcelas. Na Figura 6, tem-se a representação, em mapa, do Plano Diretor 1954-1964 da cidade de Porto Alegre. O mapa é um encarte contido na publicação: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.¹⁶ Faz parte de estudo de Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro. A área física do município coincidia, na época, com a superfície mais habitada da cidade, onde era mais urgente a regulamentação. Seus limites eram as avenidas Sertório, D. Pedro II, Carlos Gomes, Salvador França, Aparício Borges e Teresópolis. Esse estudo resultou no primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, em 1959.¹⁷

¹⁵ Carta de Atenas é um manifesto do urbanismo resultante dos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). A Carta é redigida em novembro de 1933 como resultado da Assembleia do 4º CIAM realizado em Atenas, Grécia. A Carta de Atenas, em português, pode ser acessada na íntegra pelo endereço <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>.

¹⁶ Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1964. 128 p.

¹⁷ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=125. Acesso em: 15 fev. 2021.



Figura 6: Porto Alegre, Plano Diretor 1954-1964*

* O mapa é um encarte contido na publicação: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1964, 128 p. O Mapa faz parte de estudo de Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro. A área física do Município coincidia, na época, com a superfície mais habitada da cidade, onde era mais urgente a regulamentação. Seus limites eram as avenidas Sertório, D. Pedro II, Carlos Gomes, Salvador França, Aparício Borges e Teresópolis. Este estudo resultou no primeiro Plano Diretor de Porto Alegre em 1959.¹⁸

Foto reprodução: Leandro Anton.

O mapa da planta urbana de Porto Alegre, do primeiro plano diretor da cidade, surgiu dentro do paradigma modernista que se difunde durante a década de 50. Nele se pode identificar zoneamentos, funções e também traçados de regularização de vias existentes e projetadas, conforme a demanda por mobilidade e também o aumento vertiginoso em curso de inserção de veículos motorizados, seja os de uso coletivo ou, em especial, os de uso individual, os carros, o que pressionava o crescimento da cidade na sua malha viária e urbana, uma projeção de futuro, de expansão das cidades, principalmente das capitais. Os planos diretores para as cidades brasileiras sofrem grande influência das propostas contidas no plano de Brasília¹⁹ e, no Cristal, essa influência repercute na paisagem do bairro, com marcos visuais contendo nela a representação estética da arquitetura modernista²⁰ nas arquibancadas e edificações do

¹⁸ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=125. Acesso em: 15 fev. 2021.

¹⁹ Neste cenário, de transição do rural para o urbano, que surge Brasília na região Centro-Oeste, um ícone e um evento desse momento que impulsiona o ideário desenvolvimentista e modernizador brasileiro. Cidade construída a partir de 1956 e inaugurada em 21 de abril de 1960 para ser a nova Capital do país.

²⁰ Lúcio Costa – Registros de uma vivência, 1995, Editora UNB, Brasília. É o testemunho do Arquiteto e Urbanista Lúcio Costa sobre a arquitetura moderna brasileira. Lúcio é o autor do projeto do Plano Piloto da

Hipódromo do Cristal. Não será diferente a identidade que passa a ter o Cristal, gravada na representação cartográfica, que pode ser lida em mapas e fotografias de cima dos morros ou aéreas, com a destacada presença do traçado da pista de corridas de cavalos sobre o aterro do Guaíba (Figuras 9 e 10), o que também ampliou a área do bairro.

Nesse período, em Porto Alegre, é aprovada a lei nº 2.046, de 30 de dezembro de 1959, que institui o que é considerado o primeiro plano diretor de uma capital brasileira. Em 1959, também é inaugurado o Hipódromo do Cristal, um marco da arquitetura modernista dessa cidade, bastante representativo do ideário arquitetônico concebido com Brasília. A aprovação do plano diretor é antecedida pela formalização dos então arraiais em bairros, com a lei nº 2.022, de 07 de dezembro de 1959. Ela reconhece e formaliza a existência de 58 bairros, com seus nomes e respectivas descrições de delimitação.

A singularidade do Cristal entre os 58 bairros formalizados em 1959 é sua relação contemporânea com os eventos e acontecimentos da construção do urbanismo brasileiro da década de 60. Observando-se a planta acima, da Figura 6, fica evidente o marco ou a marca do Cristal para a cidade, uma vez que é facilmente identificável o bairro com a representação gráfica da área do Hipódromo, sendo inconfundível na leitura da cidade, em suas representações cartográficas.

A divisão territorial de Porto Alegre, a partir do fim da década de 50, incorpora pela primeira vez a noção de bairro, institucionalizada com o nome deste parcelamento. No mapa (Figura 7), pode-se observar o uso da denominação anterior: Arraial. A partir desse momento, surge uma nova organização espacial urbana para lugares de expansão da cidade, que viriam a ser formalizados pela lei nº 2.022 como bairros.

Cidade de Brasília. É uma seleção do próprio autor de textos, depoimentos, cartas, desenhos, croquis, projetos e fotografias que cobrem toda a trajetória do autor. Lúcio Costa atuou decisivamente na inserção brasileira no paradigma modernista que tem como um dos seus marcos inaugurais a Semana de Arte Moderna de 1922. Esta obra é um inventário intelectual do pensamento brasileiro para a cultura de massas que se estabeleceria no século XX mundialmente. Lúcio Costa faleceu em 13 de junho de 1998 aos 96 anos.

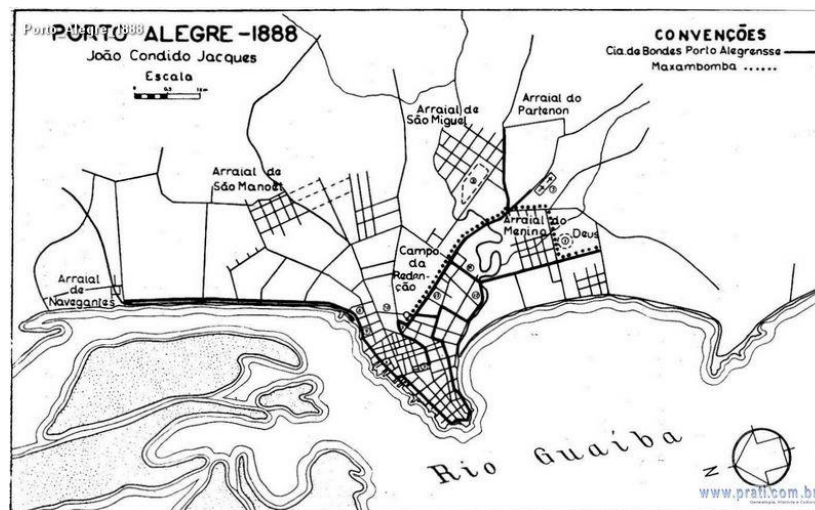


Figura 7: Planta Porto Alegre 1888, João Cândido Jacques*

* É uma reprodução da Planta da Cidade de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul, compreendendo seus Arraiais; do Engenheiro Militar João Cândido; 1888.

Fonte: Fotos (2017).

O processo de ordenamento territorial do espaço urbano da cidade, que surge com o plano de melhoramentos, em 1914, intensifica-se na segunda metade do século XX como o surgimento do plano diretor e da lei de bairros. É importante observar a atribuição de bairro ao espaço cotidiano intraurbano, que surgiu como arraial, que eram os núcleos urbanos em urbanização da cidade para além do Centro, espaço de sua origem. Ou seja, bairro absorve a memória e história desses lugares, não somente em Porto Alegre. Não será uma regra e há situações, como a da cidade de São Paulo, que se vale da concepção de distrito no lugar de bairro. De toda forma, esta será uma realidade de normatização, organização e configuração do espaço geográfico e espaço geométrico (LEFEBVRE, 1978) das cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XX.

Bairro passa a ser o espaço intraurbano que assenta o planejamento de expansão das cidades para além do centro e assume os nomes que os lugares receberam de seus moradores e tornaram-se referência na orientação e identidade das parcelas das cidades. Nomes e delimitações que surgiram, em grande medida, das relações e percursos necessários para estabelecer a orientação da vida cotidiana. É comum que os nomes dos lugares tivessem origem em características e fisionomias naturais presentes nos sítios (SOARES, 1959), ou também de personagens históricas que tiveram relação com eles, assim como seus nomes podem ter sido decorrentes da identificação do lugar com a instalação de determinadas estruturas produtivas do período colonial.

Estas são algumas situações naturais e históricas que deram origem aos nomes de muitos

Arraiais, Arrabalde, Vilas e, posteriormente, foram mantidos com os bairros que absorvem tais sítios. A produção teórica e a análise sobre bairro na geografia brasileira, mesmo que do ponto de vista de um olhar histórico, do modo como foram surgindo nas cidades, foram pouco expressivas nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, tornando-se mais presentes a partir dos anos 80. *Conceito de Bairro – Unidade Popular ou Técnica?*, de Marlene P. V. Teixeira e Rosa Maria Machado, publicado no Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ, em 1986, é uma dessas produções. Porém apresenta uma proposta de análise de bairro sem abarcar as tensões e os conflitos do espaço social.

O artigo traz uma proposta de como individualizar os bairros e estabelecer suas diferenciações, dentro de uma concepção de que a cidade é composta por um conjunto de bairros e, assim, torna-se importante comparativamente saber qual a identidade de cada um. Para isso, as autoras indicam, para a análise, a paisagem urbana, o conteúdo social e a função do bairro para a cidade. A paisagem urbana está relacionada à tipologia e idades das edificações e também aos traçados das ruas; o conteúdo social está ligado à condição econômica das famílias ali assentadas; e a função está relacionada ao tipo de atividade predominante no bairro: comercial, industrial, residencial ou outras.

O artigo também menciona que, para analisar e individualizar um bairro, há um quarto elemento, o sítio. Este elemento é uma recuperação da contribuição de Maria Terezinha de Segadas Soares (1959) sobre o conceito geográfico de bairro. Nesse artigo, a autora argumenta que na evolução de uma cidade o surgimento e a subdivisão dos bairros têm importante relação com o sítio local. Algumas vezes, a relação entre o bairro e o sítio é tão forte que se expressa no próprio nome pelo qual a população denomina o mesmo.

A definição que os artigos apresentam evidenciam o uso de bairro como processo organizativo e de administração territorial dos municípios, que vai enquadrá-lo como um objeto regulatório e geométrico no planejamento urbano. Esta condição de proposição é parte dos zoneamentos inseridos nos planos diretores inaugurados no Brasil do final da década de 50. Em contraponto a essa aplicação, como divisão territorial administrativa, o artigo valoriza a origem de bairro como espaço vivido e exemplifica como o pensamento estritamente administrativo busca reduzi-lo a um espaço geométrico por parte das gestões de Estado, seja ela dos municípios ou de órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Teixeira e Machado (1986) relatam que, no Rio de Janeiro, o IBGE pressionava a municipalidade a adequar os limites de seus bairros aos estabelecidos nos setores censitários definidos por aquele instituto. Este pensamento é mais um indicativo que reduz bairro a áreas, a processos geometrizados com

fins administrativos e estatísticos, uma finalidade importante, porém que ignora as dinâmicas sociais como parte indissociável da produção de espaço, portanto da produção de bairro.

O artigo, mesmo que não enfatize a presença dos conflitos na construção territorial do bairro, busca destacar a importância de se valorizar a manutenção dos limites do bairro aos processos cotidianos e não às definições verticais e técnicas administrativas. Os elementos definidores de bairro apresentados nesse artigo da década de 80, associados às referências do artigo de Soares (1959), do final da década de 50, estão entre as raras produções que tivemos na geografia brasileira, por quase 30 anos. Porém, mesmo sendo importantes contribuições, foram em pequeno número diante da complexidade do espaço cotidiano urbano, mas se destacam por terem nos seus títulos a provocação para se pensar o bairro com mais propriedade por parte da geografia, como um espaço vivido. Ambos acabam por reforçar a necessidade de se dar mais atenção à potência de bairro como espaço geográfico e social primordial para a análise territorial urbana contemporânea.

Souza (1989) ressalta que essas produções não alcançam os conflitos, as tensões e tampouco um movimento de participação naquilo que é determinante para as transformações de nossas cidades e ambientes urbanos. Esse pensamento crítico para compor uma análise sobre bairro traz uma perspectiva de reconhecimento da trajetória de luta pelo direito à cidade, que, no período da segunda metade do século passado, já estava ligado à moradia e à terra urbana, para, a partir deste direito, se poder acessar trabalho, lazer e mobilidade.

Essas tensões já constavam das Reformas de Base da década de 60, silenciadas no período da ditadura militar, iniciada em 31 de março de 1964. O que em parte pode justificar uma ausência do tema dos conflitos e tensões sociais nas abordagens de análise sobre os espaços urbanos e suas expressões comunais, como os bairros. Com a reabertura democrática, no início da década de 1980, volta-se a permitir a organização social de moradores, associações, comunidades eclesiais de base, sindicatos e partidos políticos, entre outros. Esse momento da retomada da democracia no Brasil, na conjuntura mundial, insere-se na nova era da globalização, com as cidades sendo atores globais, muitas delas mais centrais, na definição e operação da circulação do capital, do que os Estados-nação nos quais elas estão localizadas (CARVALHO, 2000). É também o momento em que o urbano se torna o modo de vida hegemônico. O bairro, o palco cotidiano e espaço cultural e de tensões sociais, passa a exigir novas reflexões sobre as imbricações da participação social nas transformações desse espaço geográfico.

Nesse sentido, Lefebvre (1978) nos aporta reflexões que demonstram a ausência do

espaço cotidiano como instância social e de pensá-lo como um palco de extrema importância para o futuro das cidades. Bairro como o espaço social, promotor da manutenção da diversidade e, conseqüentemente, da vitalidade das cidades num processo de globalização. Ele alerta e provoca que restringir o estudo e pesquisa sobre bairro como uma estrutura estruturante, ou seja, de dominação e imposição do capital por meio de sua elite, o tornará um processo classificatório, funcionalista e descritivo do espaço, limitando-o a uma cena político-administrativa das cidades, e reforçará o que está em curso: o sufocamento pelo espaço geométrico, do espaço e tempo sociais.

Ele não se opõe a um estudo que estabeleça tipologias de bairros, na perspectiva de compreender e identificar os que se mantêm, os que se consolidam e os que tendem a desaparecer em uma realidade de dinâmicas urbanas sociais e econômicas, mas critica a limitação da análise restrita à geometrização do espaço. Ao mesmo tempo, critica as vertentes que fazem uma romantização comunitária e nostálgica de bairro e enfraquecem a capacidade de enfrentamento e de resiliência perante o avanço da cidade mercadoria, automatizada e autoritária. Souza (1989) usa a expressão “conflito sem bairro e bairro sem conflito” para falar das tensões sociais e das lutas de classes ocultadas, que estão expressas na constituição do espaço urbano e do território das cidades.

As reflexões e leitura histórica de bairro que Lefebvre (1978) aporta indicam que bairro como espaço social expressa-se mais como lugar, no momento que o identifica pelas relações de pertencimento, afetividade, encontro comunitário. O mesmo autor vê as acepções de território menos presentes quando ressalta sua limitação política e de poder. Esta condição está latente nas decisões sobre os processos de transformação estruturais, sejam eles urbanísticos, econômicos ou do âmbito da educação, da saúde e de outros processos fundamentais para a vida do cidadão, uma vez que estas são tomadas por instituições que não absorvem ou atendem as possíveis decisões que a população de bairro poderia tomar, ou seja, vêm de fora para dentro, de forma impositiva.

Essa condição reforça bairro como espaço geométrico, como divisão intraurbana administrativa, uma expressão de um pensamento político controlador e centralizador, pois assim atua como uma célula de um organismo maior, uma subdivisão urbana de um município, de uma cidade, e que, na lógica concentradora e vertical da estrutura de poder, busca perpetuar uma relação subsidiária diante dos rumos que a cidade implementa, ou seja, o bairro como um espaço-tempo submisso ao poder central da cidade, do município ou de outras escalas ainda maiores. Essa visão pessimista, que restringe as possibilidades de exercício de poder, acepção

de território e impacto das decisões que se tem para a escala bairro, não extingue a dimensão política de bairro. Existe uma característica de tempo e espaço cotidiano, aceção de lugar, em que um bairro pode existir como território-lugar²¹.

Lefebvre reconhece que bairro “*es una forma de organización concreta del espacio y del tiempo en la ciudad. Forma cómoda, importante, pero no esencial; más coyuntural que estructural*” (LEFEBVRE, 1978, p. 200). Esse argumento coincide com a necessidade que apareceu ao longo das oficinas “Qual a lata da minha comunidade?”, de aprofundar-se na perspectiva conjuntural da produção das relações do bairro, trazendo a sua compreensão como um território-lugar.

Também, nesse sentido, ele expõe criticamente as contradições do sistema, que acaba regulando o espaço urbano como exercício de controle da vida, esvaziando o sentido político, social e cultural do espaço cotidiano, reduzindo este a processos quantitativos e privilegiando o espaço geométrico em detrimento do espaço social. Porém é importante observar a dualidade na sua crítica, pois, ao mesmo tempo em que critica o que chama de ideologia de bairro, uma romantização e fetichização do comunitário, ele também indica que esta regulação, que está muito presente no que se tornaram os planos diretores, será a morte das cidades e do urbano, quando aborda que:

El barrio es una unidad sociológica relativa, subordinada que no define la realidad social, pero que es necesaria. Sin barrios, igual que sin calles, puede haber aglomeración, tejido urbano, megalópolis. Pero no hay ciudad. El espacio y tiempo social dejan de ser orgánicos y organizados. Coinciden con el espacio geométrico; pero son sólo rellenos. En consecuencia, el estudio debe distinguir los barrios moribundos, los destrozados o descompuestos de los que aún se conservan. El problema consistiría en definir un optimum de dotaciones, que permitan consolidar las unidades «estructurantes.estructuradas». (LEFEBVRE, 1978, p. 201)

Assim, o autor demonstra a necessidade de buscar alternativas para o que ele pensa ser a morte das cidades, que está relacionada à morte dos bairros e também das ruas como espaço social, que são estruturantes do espaço geométrico, porém como espaço social. Desse modo, a proposta metodológica em análise nesta dissertação atenta para estabelecer processos de participação, constituir espaços de saber e também de convívio, que impactem na promoção de vínculos territoriais que importem ao bairro e a quem constrói o cotidiano nele. As relações

²¹ Esta definição de território-lugar, é uma proposição do autor desta dissertação, que será abordada neste capítulo em 2.6 BAIRRO CRISTAL: TERRITÓRIO-LUGAR. A proposição tem por base a luta pelo direito à cidade das comunidades que ainda não tiveram sua regularização fundiária conquistada. Comunidades com origem na ocupação de terras, chamadas de vilas, e que na pesquisa demonstram ter as aceções de lugar e território no seu processo de apropriação do espaço.

cotidianas no bairro estabelecem um jogo de forças e, por vezes, as práticas sociais têm ascendência sobre o espaço geométrico no qual elas estão atuantes e assentadas dentro da cidade. Assim, suas formas, delimitações e regulações podem vir a se definir a partir dessas relações como a instância social desse espaço geográfico e geométrico do cotidiano.

Lefebvre (1978) indica uma relação entre bairro e território quando pelas acepções que esta categoria de espaço tem de mais marcantes: o poder, o exercício do poder por participação e instância de decisão social de suas transformações e de domínio por participação e não por força, por solidariedade e não por imposição e ou submissão. Naquilo que está como excelência de espaço cotidiano, parece que Lefebvre (1978) compreende-o mais apropriado por lugar, para defini-lo como espaço geográfico, pois as acepções de afeto, de autonomia de fazeres a partir daquilo que o corpo oportuniza, em especial dentro da mobilidade urbana, e também de pertencimento à cidade, lugar tem presença e força quando ele define que bairro é

el más grande de los pequeños grupos sociales y el más pequeño de los grandes. La proximidad en el espacio y en el tiempo sustituye las distancias sociales, espaciales, temporales... Es el microcosmos de un peatón que recorre un espacio, un cierto espacio en un tiempo determinado, sin tener necesidad de tomar un coche. (LEFEBVRE, 1978, p. 201).

Há a necessidade de reconhecimento e construção de espaços dinamizadores como movimentos sociais urbanos, na perspectiva do direito à cidade como espaço cotidiano, que não permitam, como ressalta Lefebvre (2001), a morte das cidades. Sublinha-se, com isso, que bairro tem de ser também território e divisão intraurbana, sem sufocar lugar.

Souza (1989) vale-se de contribuições como as de Lefebvre (2013) para reclamar a importância de tornar bairro espaço geográfico central na pesquisa da geografia, para a construção de novas horizontalidades, para manter vivas as cidades. São essas novas práticas socioespaciais, como luta social, que invertem as prioridades hegemônicas geradas numa sociedade assentada no patriarcado, estruturada pelo trabalho escravo que segregou e racializou o espaço social e a territorialidade das cidades. O que, para uma realidade como a brasileira, está também estruturada num pensamento de colonialidade, que ignorou, ignora, invisibiliza e criminaliza a existência de outras racionalidades sobre o espaço geográfico e seu espaço social contemporâneo mais denso e complexo, que são as cidades.

Souza (1989) contribui bastante com a problematização do conceito de bairro, apresenta a dimensão da importância do processo de participação e organização social como prática socioespacial que visa construir novas horizontalidades (SANTOS, 2004) que deem poder decisório para o espaço do cotidiano urbano contemporâneo. O bairro, como uma base para a

retomada da organização de um movimento social urbano, de luta de classes, como um espaço de convergência, um redimensionamento do movimento comunitário, conectando o movimento numa rede, dando escala a partir do lugar.

Assim, se entende bairro como espaço de convergência, como lugar que converge o espaço cotidiano e pode gerar possibilidades de uma abertura para o mundo, naquilo que (MASSEY, 2000) traz de emergência para uma conceituação contemporânea de lugar, e que as novas tecnologias da informação permitem praticar um conceito de sentido global de lugar, uma relação positiva, que, ao invés de tornar o processo de globalização uma ameaça às especificidades e à diversidade dos espaços cotidianos e de suas culturas e identidades, potencializa a diversidade ao dar visibilidade a ela e a suas lutas.

É um sentido do lugar, um entendimento de “seu caráter”, que só pode ser construído por meio da ligação deste lugar com outros lugares. Um sentido progressista de lugar reconheceria isso, sem se sentir ameaçado. Parece-me que precisamos de um sentido global do local, de uma consciência global do lugar. MASSEY, 2000, p. 185.

É pensar o bairro com uma diversidade de territorialidades e de comunidades, e que o movimento comunitário age na escala da microterritorialidade quando luta por uma regularização fundiária de uma vila ou comunidade que precisa ser reconhecida como bairro e, por consequência, também como cidade. Souza denomina esse movimento como ativismo de bairro, o que, para nós, não é a definição para um movimento de luta de classes e tampouco de descolonização e emancipatório. Assim, superar o limite do movimento comunitário e conectar ele em uma rede é dar escala e alargar o horizonte numa perspectiva de movimento social de luta pela terra, a partir do meio urbano, de luta pelo direito à cidade, revelando e associando a luta de classes à luta contra a segregação espacial, marca das cidades latino-americanas. Portanto, um movimento de bairro não pode estar somente focado no seu interior, suas ações devem também estar conectadas ou ser visíveis para outros bairros e, conseqüentemente, vital para a cidade como espaço social, que tem lutas em comum, “el más grande de los pequeños grupos sociales y el más pequeño de los grandes” (LEFEBVRE, 1978, p. 201).

Souza (1989) define essa prática social como um processo revigorador do espaço geográfico bairro, na perspectiva de manter as acepções identitárias, afetivas, comunitárias, cultural-simbólicas e de resistência, presentes em lugar, agregando o processo político de poder e de auto-organização do espaço para a luta social, presentes em território. Essa proposição é destacada logo na abertura do artigo em que ele indica que o objetivo “[...] é realçar a dimensão política - o poder, o conflito - daquilo que é, para o ativismo de bairro, palco cotidiano, arena

de luta mais imediata, referencial organizativo básico e catalisador simbólico: o bairro” (SOUZA, 1989, p. 140). Essa prática social, ou socioespacial, que o autor entende como ativismo de bairro, e outros como movimento social urbano de luta pelo direito à cidade, promove um processo dialético que dá conta das dimensões afetivas, de pertencimento, que estão presentes no espaço cotidiano, vivido e percebido, que o bairro representa no meio urbano e, ao mesmo tempo, também assume a dimensão da participação, da organização social e do exercício político de luta por direitos.

O caso do ativismo de bairro, o Espaço é um referencial direto e decisivo, pois; define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e politicamente o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação socioespacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana. Essa característica de riqueza de vínculos com o Espaço, essa sua grande dimensão "telúrica" é plena de consequências. (SOUZA, 1989, p. 140).

Souza (1989, p. 148) propõe que “[...] o bairro, qualquer bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, e estas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-se uma à outra ao longo do processo histórico”. Diante disso, afirma ser:

Imperativo fazer interagirem dialeticamente as duas dimensões da realidade social, sem o que os bairros serão coisificados (objetivismo: o bairro como uma individualidade objetiva de formas espaciais e funções, historicamente forjadas no contexto da ação das “leis gerais da sociedade” e acima das subjetividades) ou então fantasmagorizados (subjetivismo: o bairro é um Espaço vivido e sentido por um coletivo, mas a realidade socioespacial que existe objetivamente, fora da mente de cada um, não é examinada seriamente e criticada) (SOUZA, 1989, p. 151.)

Nas primeiras produções teóricas da geografia brasileira, o bairro esteve estrangulado por uma visão que não refletia os conflitos sociais presentes no espaço geográfico urbano. Não teve a atenção acadêmica para buscar não estagnar e normalizar bairro como espaço geométrico dos planos diretores. A partir de contribuições como as que Marcelo Lopes de Souza aporta no final da década de 80, se reinventam possibilidades de compreensão do bairro. Ele ressalta a importância de se estabelecer “[...] um projeto em que se valorize e conceba o bairro como aquilo que ele deve ser numa sociedade livre: um Espaço de comunhão e polêmica, um Espaço vivo de diálogo” (SOUZA, 1989, p. 170) nesse processo dialético de “[...] bairro sem conflito e de conflito sem bairro” (SOUZA, 1989, p. 147).

Neste estudo, percebe-se que a prática socioespacial pode partir do processo conflituoso e combativo, como propõe Souza (1989), mas também de processos predominantemente

afetivos. Ambos pontos de partida dão vida aos bairros e, conseqüentemente, às cidades. Um modo de acessar essa dimensão afetiva é trabalhar a apropriação do espaço pela memória coletiva, num diálogo intergeracional, com utilização de artefatos que promovam ludicidade e reconhecimento da importância da luta das gerações anteriores. Portanto, o importante a ressaltar é também a necessidade de encontro e afetividade, que devem ser construídos e cultivados para se reestabelecer uma base a ser chamada de comunitária e que construa um movimento social de bairro.

Como na definição dos jovens estudantes das escolas em que aconteceram as oficinas “*Qual é a lata da minha comunidade?*”, “*comunidade é um espaço popular, para todos, é o bairro onde as pessoas moram, lugar onde as pessoas moram perto uma das outras*” (Figura 11). Compreende-se, nessa percepção dos jovens, o bairro como um espaço com diversidade e inclusivo, quando o definem como um lugar para todos. Essa definição o torna um lugar com direito à cidade, ao abrigo e ao exercício do morar. E tem força essa percepção do espaço vivido como comunitário e coletivo.

Buscava-se, como ponto de partida, uma relação entre processo histórico e a vivência cotidiana do espaço de cada jovem, e o que ele tinha da memória sobre a forma como sua família se estabeleceu naquele lugar, relacionando essas informações ao percurso que faziam, diariamente, entre a casa e a escola.

Estamos na civilização industrial/pós-industrial contemporânea, diante de sociedades onde o “comunitarismo”, entendido como o exercício de convivências para e a vivência de atividades lúdicas, cooperação, encontro com os vizinhos da rua e do bairro, acha-se minado, numa escala historicamente inédita, pela massificação da vida urbana, solapando a possibilidade de florescimento de comunidades... Uma comunidade, sublinho, é um conjunto de pessoas compartilhando o mesmo Espaço, unido-se por laços de interesse, mas também de solidariedade e de amizade (SOUZA, 1989, p. 165).

A enfermidade do bairro relaciona-se à produção do homem urbano massificado, um sucessor do proletário, do trabalhador que se via alienado pela repetição de movimentos mecânicos, dentro de uma fábrica, sem saber o que estava produzindo, de fato, ao final. A atualização desse homem massificado é o urbano, um espaço alienado pela redução das possibilidades de encontro no espaço cotidiano, por esvaziamento do encontro nas ruas, pela transformação em mercadoria dos espaços de convívio, de uma imposição da mobilidade como um deslocamento que visa chegar o mais rápido de um lugar ao outro e de uma excessiva motorização dessa experiência.

Essa é uma alienação do espaço cotidiano e dos lugares também cooptados pela

propaganda de consumo que idealiza um modo de vida urbana homogêneo e resulta em agravamento da segregação espacial por processos imagéticos, que reforçam uma narrativa de criminalização das parcelas da cidade e dos bairros identificados com a pobreza e a irregularidade fundiária. As vilas ou o “informal”, o “irregular”, passam a ser iguais à fonte dos problemas da cidade. Associados à violência.

Problematizar o conceito de bairro nesta dissertação está relacionado, prioritariamente, às áreas que não possuem regularização fundiária e que são parte da memória coletiva e da trajetória de atores sociais marcados pelos processos históricos constituidores das desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira e que se refletem e estão materializadas na ocupação socioespacial das cidades. Problematizar o conceito de bairro é também buscar a base para análises territoriais que envolvam práticas socioespaciais participativas. Conforme Heidrich (2017, p. 37), “[...] o território é o espaço, a paisagem e o lugar tomados em ocupação ou atribuição de funções, um meio geográfico apropriado ou dominado e compreendido nessa relação. Estando diretamente associado à ação, um importante aspecto é o seu uso coletivo”, que possam refletir sobre como se constituem os vínculos de territorialidade e de apropriação do espaço pela memória coletiva dos lugares de atores sociais que crescem na expectativa de terem reconhecidos seus territórios. As práticas socioespaciais coletivas para a apropriação do espaço são uma perspectiva de colaborar com processos de luta pelo direito à cidade e que esta luta possa ter sentido ao estabelecer diálogos intergeracionais que promovam a produção de conhecimento para a resiliência do lugar, os bairros.

2.3 BAIRRO CRISTAL, MEU LUGAR

As reflexões sobre o bairro Cristal, na disciplina de Geografia Cultural, no segundo semestre de 2009, fizeram convergir a fotografia e a geografia como base para pensar uma prática socioespacial que tivesse como espaço geográfico o bairro. Esse trabalho da disciplina de geografia cultural consistia na realização de entrevistas com moradores e, como produto final, um texto sobre o bairro escolhido. A partir dessa atividade, entrevistou-se Terezinha Garcia Soares, então com 66 anos. Natural de Alegrete, chegou ao bairro Cristal com 3 anos de idade. Foi doada a uma família da capital para ter uma educação que lhe permitisse melhores condições de vida. Na ocasião da entrevista, ela já morava há 50 anos no mesmo terreno da Vila Hípica, às margens do Arroio Cavalhada. No final daquela tarde, *mateando*²² no pátio de sua

²² Ato de conversar e beber o chimarrão, ou mate, em roda.

casa (Figura 10), ela relatou que primeiro morou numa antiga vila chamada Lapa, que era localizada na junção das atuais avenidas Diário de Notícias e Wenceslau Escobar. Chegou em 1945 e sua memória de infância registra o mato, o Arroio Cavallhada com outro curso, não retificado como se apresenta hoje, e tudo que viria a ser bairro Cristal, uma vez que nem Estaleiro, nem Hipódromo, nem aterro, nem retificação e canalização de arroios haviam sido começados (Figura 9). Vivenciou todas essas transformações, como testemunha e artífice da história do bairro. O mato predominava, a água se pegava em uma bica e os banhos aconteciam no Arroio Cavallhada, tão cristalino como os cristais de quartzo que abundavam aflorados nos solos e cintilavam com os raios do sol, no então arraial do Cristal, um dos sucessores da Sesmaria São José (Figura 8). Cena cotidiana que pode ter sido uma das possíveis inspirações para que o lugar viesse a ser chamado de Cristal pelos navegantes que o viam do Guaíba.

Terezinha narrou seu encontro com o arraial Cristal, com a fisionomia e a paisagem pouco alteradas em relação ao que foi o primeiro registro cartográfico dessa área: a Sesmaria São José. Percebe-se que desde os tempos do arraial o nome Cristal se fazia presente.

O nome do lugar – Cristal – provém da invulgar estrutura nitidamente cristalina das terras, eivadas de pórfiros quartzos transparentes, que as escarpas dos morros que o circundam oferecem com profusão. E é tal a quantidade, que os visitantes, mesmo de longe, até lá do outro lado do rio, identificavam o lugar pelo fulgor que os raios do sol arrancavam ao refletir na [sua] superfície [...]. (SANHUDO, 1979, p. 294 *apud* RIOS, 2003, p. 22).

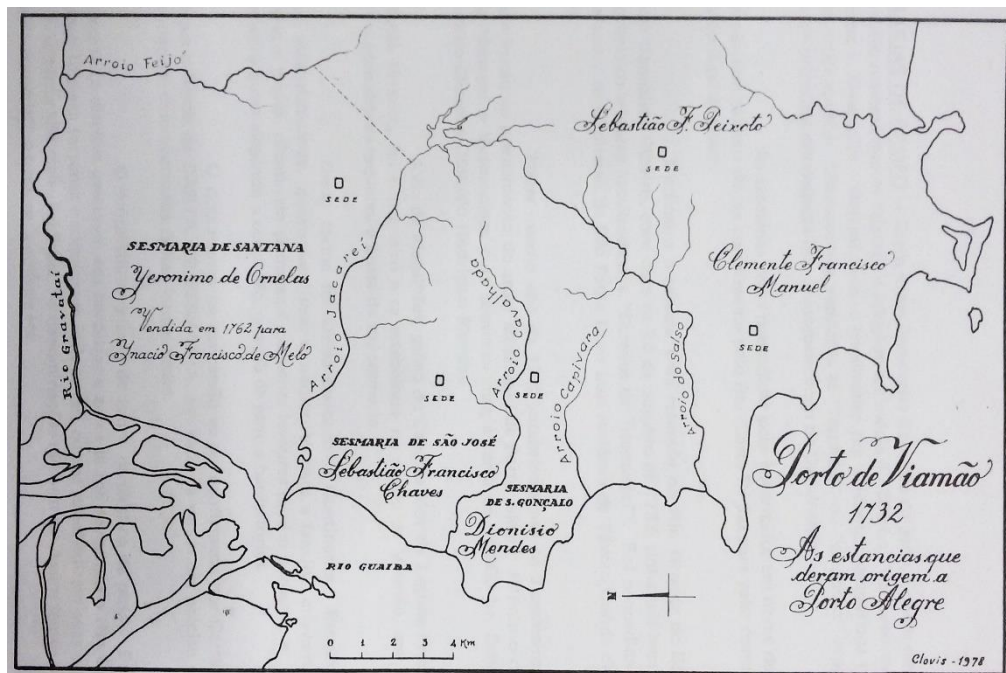


Figura 8: As estâncias que deram origem a Porto Alegre, Porto de Viamão 1732*

* Mapa reproduzido em 1978 por Clóvis Silveira de Oliveira.

Fonte: Oliveira (1985, p. 16).

O nome do lugar ilustra o que Soares (1959) classifica como um dos aspectos individualizadores dos bairros, o sítio, que influenciou o nome de muitos bairros antigos. As transformações deste sítio e, conseqüentemente, de sua paisagem como espaço geográfico e de vida de Terezinha, emaranham-se à história do bairro Cristal.

Em 1959, grávida de sua primeira filha, aos 16 anos, muda-se para morar provisoriamente nas recém construídas cocheiras²³ do Hipódromo (Figura 10), pois os padrões de seu marido, que trabalhava em um Prado em Canoas, transferem o serviço para o Cristal. Naquele ano, o Cristal seria formalizado como bairro pela Lei nº 2022. O marido de Terezinha foi orientado a construir sua casa naquelas áreas próximas ao seu trabalho. Áreas que não eram do Jockey Club, mas estavam cedidas pelo Estado para o clube. A falta de condições dignas de habitação torna a situação de irregularidade do local irrelevante aos padrões e menos relevante ainda a quem tinha necessidade de gerar condições mínimas de moradia, que permitissem o trabalho e a manutenção da família.

O projeto do Hipódromo do Cristal trouxe para a Cidade a ideia de construir um bairro nos moldes de Brasília. Projetado, seria o local mais moderno e alinhado com os padrões da época. Nada seria construído fora do planejado, com o intuito de ser o bairro mais elegante, rico e moderno da Cidade. Mas não foi assim que aconteceu. (RIOS, 2003, p. 75).

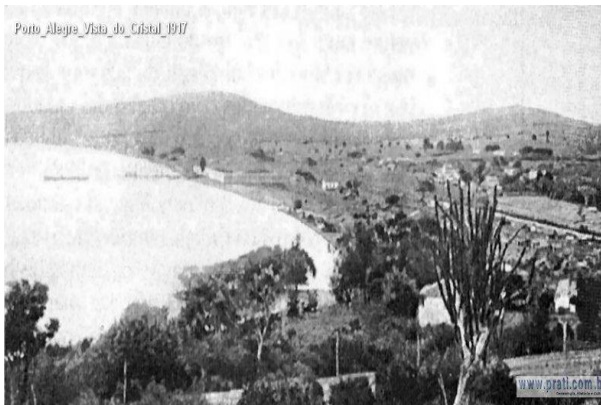


Figura 9: Vista do Cristal em 1917 desde o Morro Assunção*

* É visível um grande prédio junto ao Guaíba, que em 1917 já havia se transformado num quartel da brigada militar, mas que em 1893 foi construído e serviu nos primeiros anos como hospedagem para imigrantes e seu acesso se dava pelo Guaíba. Imigrantes que permaneciam por algumas semanas e posteriormente se



Figura 10: Vista aérea do Hipódromo com a área das Cocheiras, 1960*

* No canto inferior esquerdo, as edificações das cocheiras. Separando a área das cocheiras da pista de corrida o arroio Cavalhada com seu curso retificado. No lado direito da foto uma vegetação mais densa limitada pela curva da Avenida Icaraí, formando uma área meio triangular. Este será o local a ser ocupado pela Vila

²³ Cada araras possui um conjunto de cocheiras, e esta prática de ocupar uma ou duas cocheiras com moradia de cuidadores dos cavalos de corrida foi uma prática no Cristal até a demolição completa do antigo conjunto de cocheiras no ano de 2020.

dirigiam a cidade de Porto Alegre ou outras localidades próximas de Porto Alegre.

Fonte: Fotos (2017).

Hípica. Ao fundo, na extremidade esquerda do Morro Santa Tereza o Estaleiro Só, às margens do Guaíba.

Fonte: Fotos (2017).

Terezinha participou da construção da Vila Hípica, em 1959. Conta que, além da sua, haviam mais três outras casas. Ela é a única moradora desse período que ainda se encontra na comunidade. Conta que roçou o mato que havia ali. Que o arroio foi retificado para transpor um aterro, o que, segundo ela, tornou-se um problema para os moradores, pois começou a alagar as casas. E complementa: “as enchentes são as únicas coisas que não gosto da minha vida no Cristal”.

Antes de finalizar a prosa, perguntou-se à Terezinha quem fez o bairro Cristal. Ela respondeu, sem hesitar: “*quem fez o lugar foram as pessoas*”. Em quase 1 hora de mate e entrevista, as respostas de Terezinha deixaram explícita a relação entre bairro e lugar. Na despedida, ambos de pé junto ao portão de acesso ao beco (Figura 12), o entrevistador voltou a insistir sobre o que era o bairro Cristal e ela, sem titubear na resposta, afirmou que tudo era Cristal, tudo que os olhos dela alcançavam era Cristal e que, para ela, se o mundo todo fosse o Cristal, estaria feliz. A narrativa de Terezinha traz uma definição clássica de paisagem: é tudo o que a visão alcança. Ao mesmo tempo, sua resposta dialoga com uma contribuição de Relph, de que a “Geografia como estudo de lugar baseia-se nas maneiras como seres humanos se relacionam com o mundo” (RELPH, 2012, p. 6).

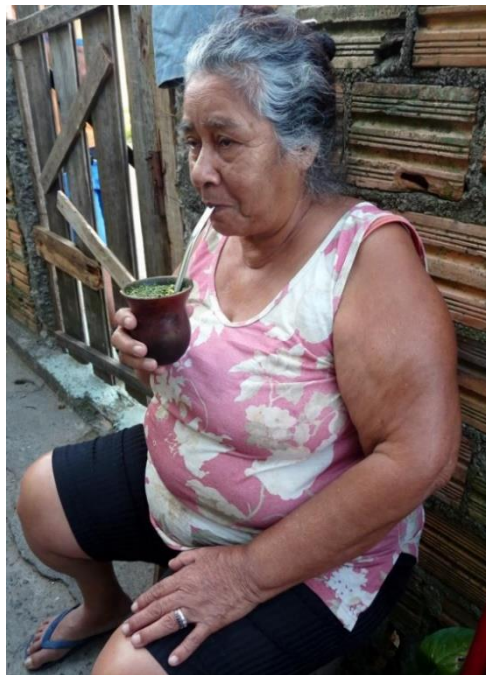


Figura 11: Dona Terezinha Garcia Soares em 05 de dezembro de 2009, na Vila Hípica, Bairro Cristal

Foto: Leandro Anton.



Figura 12: Beco que dá acesso da Avenida Icaraí a casa de Terezinha

Foto: Leandro Anton.

Este diálogo fez emergir um novo caminho para, a partir da geografia, pesquisar e estudar bairro como espaço geográfico urbano, enfatizando a construção dos vínculos territoriais que moradores estabelecem com o mundo a partir do bairro em que vivem. Também fez emergir a necessidade de refletir sobre a paisagem urbana e o imaginário urbano de mundo, de um morador que restringe a sua mobilidade ao bairro em que vive. Porém, nessa enriquecedora conversa, o mundo de dona Terezinha é o Cristal, o global e o local tornam-se um só. Esse espaço/tempo a partir do morar, torna-se bairro e mundo:

O bairro surge como domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele a pé saindo de sua casa. Por conseguinte, é o espaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência. (MAYOL, 1996, p. 41).

Quem fez o lugar foram as pessoas talvez até seja uma frase popular, corriqueira, o que só reforça sua dimensão cotidiana, afetiva, de pertencimento, de resistência e resiliência na luta pelos direitos à cidade. Também marca como são as pessoas que fazem o lugar, pois a definição traz coletividade, encontro, reunião que tem, no morar e trabalhar, mais de cinco décadas de construção da vizinhança, dos acessos, becos, ruas, que, a partir das casas e de seu entorno, foi expandindo o tecido, adentrando o Cristal, conquistando o ser bairro a partir do lugar, da Vila Hípica.

Relph (2012) dialoga com esses registros de campo, quando define lugar como

[...] uma reunião e uma abertura do ser com potencial para continuidade, mas é constantemente desafiado pelas tecnologias e formas de pensamento que desejam diminuí-lo. A experiência de lugar precisa estar continuamente lutando para ser renovada e reforçada. Como o caráter dos desafios e das tecnologias muda, as formas de pensar e habitar lugar também precisam mudar. (RELPH, 2012, p. 6).

O bairro como lugar é esse palco do cotidiano, das mudanças que afetam diretamente o espaço ao redor dos vínculos de uma família, de uma comunidade, o espaço onde moraram. Essa experiência vai revelando o bairro para além de uma nomenclatura administrativa territorial, para dar formalidade à cidade, porém não se restringe a esta adoção que foi feita pelas cidades brasileiras, de universalizar bairro como a divisão intraurbana e delimitada de área. Bairro como conceito de espaço geográfico, naquilo que é a origem de fato da grande maioria dos bairros nas cidades brasileiras, é, antes de tudo, o espaço vivido, o espaço do cotidiano, a sede da memória coletiva, simbólica, do pertencimento a um lugar. E está intimamente relacionado aos conceitos de território e paisagem.

Desde os anos de 1990, interpretações sobre lugar floresceram e foram refinadas. As interpretações são frequentemente contraditórias e muitas vezes contestadas, mas na base parece haver uma visão geral de que lugar tem um papel importante a desempenhar para compreender e, talvez, corrigir a insistência neoliberal na eficiência global de ganhos que diminui a qualidade de nossas vidas, erodindo tudo que é local. Em suma, estudar e promover lugar, seja de uma perspectiva humanista, radical, seja de uma perspectiva arquitetônica ou psicológica, **é uma prática de resistência** (RELPH, 2012, p. 5, grifo nosso).

Nessas décadas, entra em curso a propagação do projeto neoliberal e que estabelece uma tensão num território clássico, que é o Estado-nação, no momento em que a globalização promove um novo ator global, as grandes cidades e centros urbanos. O agir local e pensar global insere-se numa circulação de capitais para superar os processos regulatórios dos Estados-nação a partir das cidades globais. É também um momento de uma revolução nas tecnologias da informação. Essa revolução tem seus reflexos nos processos de análise territorial, com os sistemas de informações geográficas que começam a tornar-se mais acessíveis e permitir processos de cartografias sociais e participativas, o que remete a outras formas de horizontalidade com relação à disputa e ao exercício de poder, a partir do lugar como possibilidade de potencializar práticas de resistência, práticas socioespaciais. Hoje temos plataformas disponíveis na internet, como o *Google Earth*, que proporciona uma visão antes restrita ao domínio de militares, grandes corporações, pesquisadores e o Estado. Agora pode estar na mão de organizações de bairro, estudantes e interessados em se apropriar mais do espaço em que vivem.

A prática de bairro é desde a infância uma técnica de reconhecimento do espaço enquanto social. [...] o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo o processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública. (MAYOL, 1996, p. 43-44).

O conceito de lugar e sua acepção fundamental, o cultural-simbólico como percepção e o cotidiano como tempo, tem em bairro um assento prioritário para as práticas socioespaciais. É com ele que se tem o diálogo mais potente para a construção de vínculos de territorialidade e, assim, iniciação à apropriação do espaço e construção de território (HEIDRICH, 2017). Há um tempo cotidiano que aproxima e promove o encontro, lugar. Há o tempo do território a ser construído, que é lento para formar coesão e poder que lhe permitam gerar processos de resistência eficiente diante do capital que vê o território e, conseqüentemente, o lugar, meramente como mercadoria em formas espaciais, geométricas e quantificáveis.

2.4 BAIRRO: TERRITÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Bairro é um, mas são vários

O Cristal não se formou homogeneamente. Ele se desenvolveu da soma de várias histórias, do fragmento de muitas realidades, concentradas num mesmo espaço, envolvidas na mesma luta: a conquista da moradia. Assim, o Bairro Cristal se formou, alimentando e sendo alimentado por 16 vilas, com seus nomes que variam com o tempo ou de morador para morador... Vila Cristal, Vila Icaraí I, Vila Icaraí II, Vila Pedreira, Vila Bororó, Vila São Martinho, Vila Canadá, Vila Foz Cavalhada, Vila Alamedas do Cristal, Vila São Gabriel, Vila Ecológica, Vila Ângelo Corso, Vila Nossa Senhora das Graças, Vila Estaleiro, Vila Hípica e a Vila Cai-Cai, além, da região denominada como Bairro Cristal. (RIOS, 2003, p. 75).

Como já mencionado, não é objetivo fazer análises com fôlego sobre situações que impactam nas definições da divisão administrativa e que definem o espaço geométrico que é o bairro para as cidades. O foco está nas problematizações e relações do espaço social com as acepções de lugar e território para bairro e suas transformações, expressas nos tempos presentes, com suas representações imagéticas na paisagem. Porém é importante ressaltar que, desde 1989, Porto Alegre teve como experiência processos de participação direta dos moradores dos bairros, em ciclos anuais, nas definições de investimentos e também de qualificação de serviços públicos, com o Orçamento Participativo, que teve seu maior vigor até meados da primeira década do século XXI.

Quando Rios (2003) descreve o Cristal, remete à definição de território de Bozzano (2009), como um conjunto de lugares. O detalhamento da diversidade de lugares que fazem o bairro é fruto da consolidação do reconhecimento e pertencimento que se materializaram no Mapa da Irregularidade Fundiária (Figura 12), como memória coletiva dos atores sociais dessas vilas, que se fortaleceu no espaço de participação, de poder, de campo de forças que é a prática social do Orçamento Participativo. Essa prática oxigena o espaço social, e a descrição de que o *Bairro é um, mas são vários*, é uma demonstração da tecitura de território e de vínculos territoriais com o lugar, que se traduz como a manutenção da vida das cidades.

Essa experiência também teve sua repercussão na dimensão do planejamento urbano, relacionado ao Plano Diretor, e fez com que fossem estabelecidas oito Regiões de Planejamento²⁴ que aglutinam as Regiões do OP. A do Cristal, que é a Região 11, faz parte da Região de Planejamento 5, juntamente com as Regiões do Orçamento Participativo Cruzeiro e Glória. Um território que, segundo Marcelo Lopes de Souza:

²⁴ Disponível em: https://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=127. Acesso em: 08 fev. 2020.

Diversamente do substrato, os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim “campos de força” (souza, 1995:97), que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas. O verdadeiro Leitmotiv do conceito de território é político, e não econômico ou, como ocorre com o conceito de lugar, cultural-simbólico (SOUZA, 2013, p. 89).



Figura 13: Região 11 do Orçamento Participativo*

* Representação cartográfica da Região Cristal, que inclui o Bairro Cristal e todas as vilas, áreas consideradas irregulares. Esta representação está na publicação Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre publicado em 1998 pelo Departamento Municipal de Habitação (Demhab), elaborado pela Unidade de Pesquisa da superintendência de Ação Comunitária e Regularização Fundiária do Demhab. Equipe técnica Aldovan de Oliveira Soares, sociólogo e Flávio José Anton, sociólogo.

Fonte: Porto Alegre (2000).

Essas relações sociais podem ser induzidas pelo Estado e por uma das suas ferramentas de diálogo com a sociedade civil, que são as políticas públicas, e, neste caso, com algo mais ousado ainda, que é a definição de como se investe o orçamento da cidade a partir dos bairros. Esse campo de força, que aglutina lugares em que o bairro não é um, mas são vários lugares, denota-o como território. O Mapa (Figura 13) está inserido no conceito de administração territorial de Porto Alegre, inaugurado em 1989, e também é uma projeção espacializada das relações de poder que o espaço do orçamento participativo revela. Este mapa torna-se a primeira representação cartográfica que inclui a diversidade socioespacial da totalidade da parcela da cidade chamada Cristal, na qual estão reconhecidas, como parte desta parcela, todas as áreas consideradas irregulares, algo que até então não fazia parte do planejamento formal da cidade

conduzido pela Secretaria de Planejamento Municipal (SPM). Esse trabalho, o Mapa da Irregularidade Fundiária, elaborado pelo Demhab, apresenta este departamento como o responsável, na administração pública, para lidar com a cidade “informal, enquanto a secretaria de planejamento é a responsável pela cidade “formal”. É o Demhab que atua sobre os territórios considerados irregulares. Essa cidade é visível pela habitação, pela moradia, não pela cartografia e mapa da Porto Alegre planejada. Assim, o bairro não é um, mas são dois, o da SPM e o do Demhab.

[...] se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço – mesmo que não de modo diretamente material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa, de várias maneiras, deste último (SOUZA, 2013, p. 97-98).

Com a prática social das assembleias e do fórum de delegados da Região OP Cristal, todas essas comunidades passam a se apropriar do espaço bairro como território reconhecido pela cidade. Essa prática social, esse exercício de poder, que está assentado na democracia participativa, aufere a todas as áreas irregulares o direito à cidade. Um exemplo são as assembleias do OP, em que essas comunidades passam a ter o mesmo direito de decisão. Quem mora nelas pode e tem o mesmo direito de representação e de voto nas assembleias anuais que definem os investimentos no bairro, “o formal e o informal”, “o regular e o irregular”. O OP promove um campo de forças e, no Cristal, por ser o único bairro da Região, torna-se mais evidente o bairro como território.

Essa prática social, como ação de participação e de demonstração de poder da coletividade do lugar, tem sua repercussão relacionada diretamente com o espaço geográfico. É uma expressão espacial que materializa as relações sociais como produção de território. Quando o mapa da irregularidade fundiária reconheceu os lugares (vilas), essas comunidades passaram a ser consideradas como áreas pertencentes ao bairro e passíveis de receberem investimentos públicos com vistas à sua regularização fundiária.

A regularização fundiária e a produção habitacional para reassentamento e qualificação do ambiente das vilas tornam-se, em pouco anos, a prioridade²⁵ número um do Cristal e de quase todas as demais regiões do OP, e a habitação tem sido priorizada entre as três primeiras demandas, desde o início do ciclo do OP (Quadro 1). Um dos resultados do processo, na sua primeira década, foi a atualização do mapa urbano da cidade, incluindo todas as áreas ditas

²⁵ Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/diagnostico_porto_alegre.pdf .
Acesso em: 08 fev. 2020.

irregulares, fruto dessa cartografia participativa da memória coletiva e espacializada dos lugares, intitulada Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre.

A seguir, o Quadro 1 apresenta as prioridades das demandas do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre, de 1992 a 2007. Tais demandas constam na página 52 do Plano Municipal de Habitação, Etapa II – diagnóstico do setor habitacional de Porto Alegre, elaborado pelo Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre –Demhab, lançado em fevereiro de 2009.

Quadro 1: Prioridades das demandas do OP em Porto Alegre de 1992 a 2007

OP	1ª Prioridade	2ª Prioridade	3ª Prioridade
2007	Habitação	Educação	Assistência social
2006	Habitação	Educação	Saúde
2005	Habitação	Educação	Saúde
2004	Habitação	Social	Educação
2003	Habitação	Educação	Pavimentação
2002	Habitação	Educação	Pavimentação
2001	Pavimentação	Habitação	Saneamento básico
2000	Habitação	Pavimentação	Saúde
1999	Saneamento básico	Pavimentação	Habitação
1998	Pavimentação	Habitação	Saneamento básico
1997	Habitação	Pavimentação	Saneamento básico
1996	Pavimentação	Saneamento básico	Habitação
1995	Pavimentação	Habitação	Saneamento básico
1994	Habitação	Pavimentação	Saneamento básico
1993	Saneamento básico	Pavimentação	Habitação
1992	Saneamento básico	Educação	Pavimentação

Quadro 1: Resumo das prioridades dos planos de investimentos entre 1992 e 2007 do orçamento participativo*

*Resumo das prioridades dos planos de investimentos entre 1992 e 2007 do orçamento participativo que consta da p. 52 do Plano Municipal de Habitação, Etapa II – diagnóstico do setor habitacional de Porto Alegre, elaborado pelo Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (Demhab), lançado em fevereiro de 2009.

Fonte: Porto Alegre (2009).

2.5 BAIRRO: DISPOSITIVO SOCIAL E CULTURAL DAS CARTOGRAFIAS SOCIAIS DO COTIDIANO

Mayol (1996, p. 45) propõe o “[...] bairro como dispositivo social e cultural segundo o

qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento”. Propõe-se uma aproximação entre as compreensões de bairro como território-lugar, apresentadas até aqui, e bairro como dispositivo sociocultural. Ambas estabelecem uma relação dialética de pertencimento e reconhecimento, de afeto e poder, de lugar e território e, ao mesmo tempo, o sugerem como espaço geográfico favorável à construção de práticas socioespaciais com dimensão pedagógica, não só para a construção de vínculos territoriais, mas também para explicitá-los e compartilhá-los em momentos e espaços coletivos, como as escolas, de forma lúdica.

A metodologia experimentada nas oficinas “*Qual é a lata da minha comunidade?*” foi um momento empírico para compreender bairro como dispositivo social e cultural. Essa ação, inaugurada na extensão universitária como prática sociocultural para trabalhar com a memória social de vilas em situação de irregularidade fundiária a partir das escolas públicas, foi o momento de aplicar e viver experimentações, usando como recursos pedagógicos mapas topográficos, produção fotográfica com câmeras *pinhole* e construção de percursos referenciados no cotidiano dos participantes.

O compartilhamento da história, da cara, do rosto, das identidades, do lugar presente em cada integrante do grupo, com a localização da casa no mapa topográfico ou imagem satelital: a “lata”²⁶ da comunidade de cada vila pela narrativa dos jovens e a espacialização do percurso casa-escola. Um exercício que tinha como referência a história de cada um para associar a narrativa da memória percorrendo o mapa até para colocar um alfinete (Figura 14) sobre a casa, no topográfico ou numa imagem satelital.

Conforme Heidrich (2017, p. 31), “[...] sabe-se que a coesão social depende de múltiplos fatores, mas pode-se dizer que, quanto mais forem compartilhadas as experiências, mais ganha sentido uma memória remetida ao grupo e sua vinculação ao espaço vivido.” Essa dinâmica contou, muitas vezes, com a colaboração de colegas, que, por facilidade de leitura da representação ou de maior domínio dos percursos, apoiava o outro colega na localização da casa, em especial quando a representação utilizada para esse momento de apresentação era o mapa topográfico, um exercício de leitura e de participação apoiado em representações cartográficas do lugar para compartilhar as experiências, que não era presente nas reuniões comunitárias do orçamento participativo, mas também pouco presente nos processos escolares e nas aulas, sejam elas de geografia, história, literatura, artes.

²⁶ “Lata”, gíria que remete a rosto, cara, identidade de uma pessoa, comunidade ou lugar. A lata também se referia ao corpo da câmera fotográfica utilizada nas oficinas: latas de tinta.

Uma metodologia simples, que valoriza a oralidade, comunicação do cotidiano, diretamente associada a uma prática de bairro, que é o caminhar, porém ausente no letramento espacial. Uma relação entre processo histórico e a vivência cotidiana do espaço de cada jovem e o que ele tinha da memória sobre a forma como sua família se estabeleceu naquele lugar, relacionando essas informações ao percurso que faziam diariamente entre a casa e a escola. O bairro dispositivo social e cultural para o letramento cartográfico.

A oficina, nesse momento, respondia à inquietação de como dispor de formas de representar as conquistas das comunidades nos reassentamentos e ações de urbanização, assim como necessidade de perceber dinâmicas que permitissem a participação de crianças e jovens nesses momentos de transformação do bairro. Do mesmo modo, promover dispositivos de representação do território que fizessem dialogar entre si técnicas científicas abstratas, que são base para os processos de regularização fundiária, como mapas topográficos, e a ludicidade.

As inquietações que surgiram na experiência do mundo do trabalho quando o autor deste estudo atuava como assessor comunitário do Demhab, entre 2002 e 2004, encontram-se.



Figura 14: Momento de localização da casa no mapa topográfico.

Foto: Leandro Anton.

A oficina “*Qual é a lata da minha comunidade?*” teve a pretensão de vir a tornar-se uma

forma de ampliar a participação, para colaborar com a troca de experiência, com vista a fortalecer os vínculos e coesão sociais. Também valorizando e promovendo o conhecimento que esses jovens possuíam dos lugares ou que poderiam passar a construir a partir de seus cotidianos e rotinas dentro do bairro.

Assim, entende-se a escola básica como espaço de convergência, como lugar que converge o espaço cotidiano e que a Geografia na escola pode gerar possibilidades de uma abertura para o mundo, naquilo que (MASSEY, 2000) traz de emergência para uma conceituação contemporânea de lugar, e que as novas tecnologias da informação permitem praticar um conceito de sentido global de lugar, uma relação positiva, que, ao invés de tornar o processo de globalização uma ameaça às especificidades e à diversidade dos espaços cotidianos e de suas culturas e identidades, potencializa a diversidade, ao dar visibilidade a ela e a suas lutas.

Conforme Massey (2008), há um processo cognitivo a ser trabalho para a construção desse sentido global. As imagens satelitais permitem gerar esses exercícios de percepção do globo como um todo composto de uma rede de lugares, o que estabelece uma alternativa de conceituação contemporânea de lugar, que dialoga com o encontro e as relações sociais com especificidades de um espaço cotidiano, como o bairro, a vila, e também de construção de horizonte global a partir do lugar, num processo de diálogo geracional, de tempos e mundo distintos, compartilhando o mesmo espaço cotidiano do bairro.

E o faz quando se realça, conforme Massey (2000), a necessidade de entender as identidades com os vínculos territoriais, não ligadas estritamente ao espaço físico, locacional, mas sim ao dar visibilidade a partir de processos globais presentes nos lugares, relacionados a gênero, juventude e etnias, e que, a partir do espaço cotidiano, trazem a reflexão crítica sobre o processo histórico de um povo ou de um país nas suas lutas de classe, que estão interligadas historicamente com processos de escala global. Dessa conexão a partir das tecnologias da informação e de comunicação em redes, tornar lugar, bairro, um espaço global, destacando seus arranjos locais que se estabeleceram no tempo e espaço de forma distinta e que chegaram até o século XXI. Aqui destaca-se, novamente, um pensamento global não homogeneizante dos espaços e das relações, mas que permite visibilizar a diversidade. O bairro, o dispositivo social e cultural para um pensamento global, um olhar para o mundo e as relações sociais e históricas a partir do lugar.



Figura 15: Ao final das apresentações, todos os participantes iam ver como ficou a localização das casas no topográfico*

* Escola Coelho Neto, bairro Bom Jesus.

Foto: Alissa Gotfried.



Figura 16: Transposição das informações inseridas no topográfico e inserção das informações dos percursos fotográficos no Google Earth*

* Escola Coelho Neto, bairro Bom Jesus.

Foto: Alissa Gotfried.

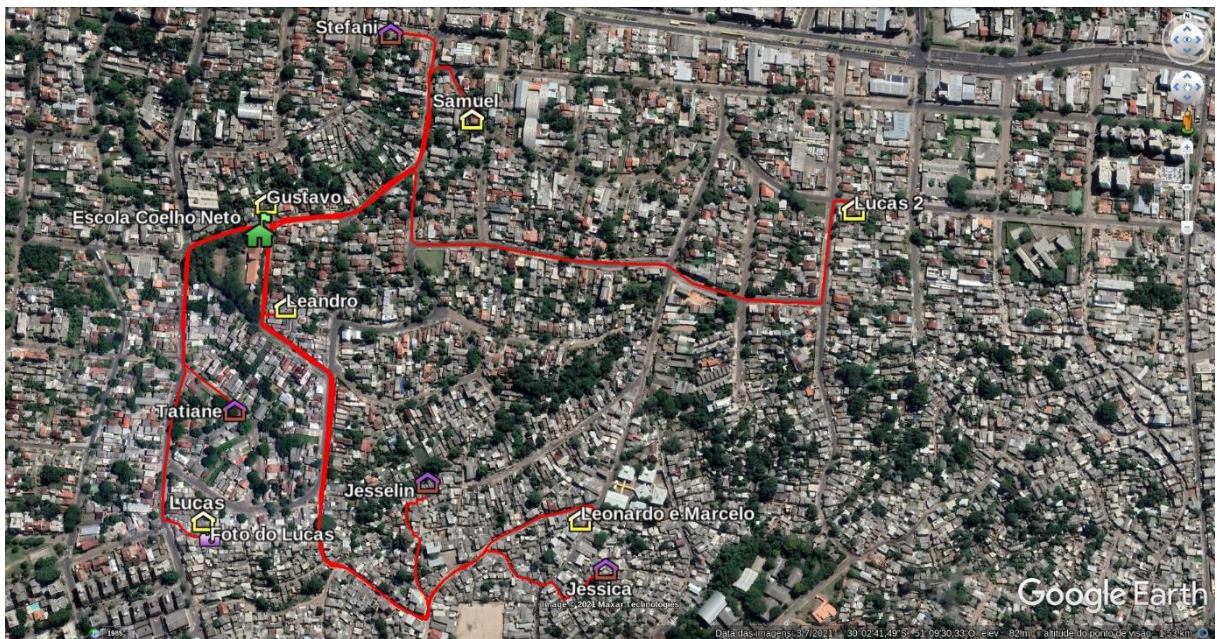


Figura 17: Mapa da oficina produzido ao final do encontro no Google Earth*

* Em vermelho caminho rotineiro da caminhada da casa a escola e a localização dos lugares onde foram feitas as fotografias por cada participante nos percursos da tarde. Imagem elaborada por Leandro Anton com a colaboração dos oficinandos.

Fonte: elaborada pelo autor.



Figura 18: Casa de Lucas*

* Local escolhido por ele para fazer o percurso e realizar a fotografia *pinhole* com a câmera de lata.

Foto: Leandro Anton.



Figura 19: Fotografia *pinhole* com câmera de lata revelada na oficina*

* Beco Alameda 1 Vila Mato Sampaio, Bairro Bom Jesus. Representação fotográfica de um dos vínculos territoriais de Lucas.

Foto: Lucas.

Esse exercício de letramento espacial, a partir das representações cartográficas para estimular a narrativa da memória coletiva dos jovens participantes, também aportou a conexão com conceitos caros à Geografia. A escolha das palavras-chaves para gerar o diálogo estava relacionada a elementos e dinâmicas presentes na atividade, na oficina. O exercício do percurso no território, no lugar, na comunidade, produzindo conhecimento por fotografias feitas em câmeras de lata, objetos reciclados e ressignificados, a tradução de uma lata para câmera fotográfica, assim também de forma lúdica poder falar sobre questões ambientais, culturais.



Figura 20: Significados de temas/assuntos para pensar a fotografia e o percurso de "Qual é a Lata da Bom Jesus?"*

* Sala de aula da Escola Estadual Coelho Neto, Bairro Bom Jesus em 07 de maio de 2007. Definições apresentadas pelos participantes sobre território, comunidade, meio ambiente, ecologia, cultura de colaboração e cultura na Bom Jesus.

Foto: Leandro Anton.

A partir da elaboração de cada participante, eram escolhidas as definições que mais se aproximavam ou dialogavam com a encontrada em dicionário, sem com isso abrir mão daquilo que havia surgido no processo criativo do exercício (Figura 20). A reiterada presença da palavra lugar nas definições de território, comunidade e meio ambiente, bem como a forma como estava inserida nas frases, indicou o quão próxima essa ideia estava do espaço cotidiano dos participantes da oficina e o quanto constitui-se como referência para situar onde está e localizar seu ponto de vista. O exercício revelou a riqueza provinda da provocação empírica, para refletir sobre as relações e sobreposições que poderiam existir entre os conceitos de território, lugar, comunidade. Torna-se uma legenda da produção fotográfica da “lata” da comunidade e cartográfica, quando marcados os pontos-lugares no *Google Earth*, localizando as casas, os percursos feitos até a escola, desenhando o espaço de convergência (Figura 17).



Figura 21: Foto da lata - Vila Mato Sampaio*

* Oficina “Qual é a lata da Bom Jesus?”, maio de 2007. O retrato junto ao carro novo da família e a garagem recém construída. A estética da memória na fotografia *pinhole*.

Foto: Leandro Anton, em coautoria com Gustavo, sentado ao lado da mãe.



Figura 22: Foto da digital - Vila Mato Sampaio*

* O tempo presente pela tecnologia digital.

Foto: elaborada pelo autor em coautoria com Gustavo, sentado ao lado da mãe.



Figura 23: Foto na lata - autorretrato do ator social revelando e construindo território de práticas sociais*

* Oficina “Qual é a lata da Lomba do Pinheiro?”, junho de 2007.

Foto: Jackson.

Figura 24: A performance do ator social diante do dispositivo pedagógico*

* O campinho de futebol, a apropriação do espaço ao construir o território da prática coletiva. O percurso e o fazer cotidiano dos vínculos territoriais.

As falas e as definições das palavras-chaves pelos participantes das oficinas de fotografia nas escolas, durante a extensão universitária, promoveram a reflexão sobre a interação e a sobreposição de conceitos como lugar, território e comunidade, associados à ideia de bairro. Conforme as discussões com os estudantes, destaca-se as ideias apresentadas: “*território é o lugar onde moramos*”; “*meio ambiente é o lugar onde vivemos*”; comunidade é “*o bairro onde as pessoas moram*” (Figura 20). Falas que sugerem a ideia de bairro, ligada a espaço social no meio urbano em que todos esses conceitos podem estar juntos e misturados.

Praticar bairro é fundamental para se iniciar e se situar no mundo. Planejar o futuro do lugar que se habita exige apropriar-se da história dele e da espacialização dessa história no espaço cotidiano. O que está visível não revela todo o conhecimento que se pode ter sobre essa paisagem. Para ampliar o olhar, é preciso acessar outros conhecimentos. Muitas vezes, são marcas do tempo presente na paisagem dos lugares e territórios, como rugosidades espaciais, conforme Santos (2004). Essa permanência do tempo e da história na paisagem, nem sempre visível, é uma possibilidade de texto e de narrativa de representação imagética para a produção de conhecimento dos lugares.



Figura 25: Imagem satelital impressa do território da Escola Eva Carminatti, Bairro Lomba do Pinheiro*

* Exercício de localização das moradias dos participantes e de seus percursos até a escola. Oficina Qual é a Lata da Minha Comunidade. Em junho de 2007. Foto: Alissa Gotfried.

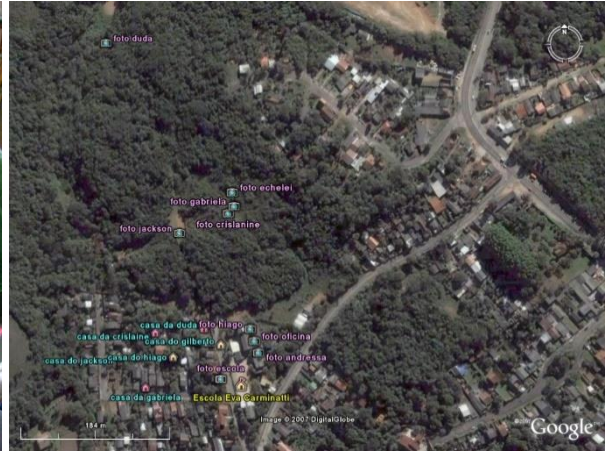


Figura 26: Mapa das moradias e dos locais das fotografias*

* Produzido pelos participantes da oficina com a transposição das informações localizadas na imagem satelital impressa.

Fonte: elaborada pelo autor.

Essa conexão pode ser explorada na oralidade, pela contação de histórias, que acontecem quando se promovem encontros que instigam a criação de elos geracionais entre moradores, de forma lúdica e politizadora. Mas também quando esses moradores contam, para quem não é do lugar, quais são suas práticas cotidianas, numa ação pedagógica entre fotografia e geografia na escola.

Assim, escolas são espaços de referência para promover práticas socioespaciais que tenham, na geografia e história oral, suas bases como dispositivos pedagógicos, sociais e culturais. E sobre essa base, a imagem fotográfica (Figuras 21 a 24) como linguagem e artefato representacional, cartográfico, elabora-se um dispositivo pedagógico-geográfico, de alfabetização espacial. As fotografias geram uma ponte entre paisagens e cartografias, entre percursos e mapas (Figuras 25 e 26), entre estar no mundo a partir do lugar por imagens satelitais, um voo numa estética fotográfica do espaço geográfico global.

Um exemplo da potência de uso está nos mapas apresentados nesse capítulo. Partiu-se de uma representação de uma primeira natureza pouco alterada, como no mapa das sesmarias (Figura 8), para as imagens satelitais (Figura 17), até as fotos manipuladas por jovens numa escola pública, a partir de computadores (Figura 16). Atualmente, esse tipo de acesso pode ser realizado a partir de dispositivos móveis, que são os celulares, artefato que a quase totalidade da população urbana possui, com recursos de georreferenciamento por meio de aplicativos instalados. Esses também possuem o recurso das câmeras fotográficas. Há uma facilitação da aproximação das pessoas a esses saberes sobre o lugar em que vivem, nesse momento histórico

em que vivemos.

Dona Terezinha manifesta que o Cristal é tudo aquilo que a visão dela alcança, porém, aquilo que hoje está visível é, em grande parte, de conhecimento de Dona Terezinha, de como se ergueu e se estabeleceu na paisagem urbana atual. É o que, para Milton Santos, “na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento” (SANTOS, 2004, p. 140). Nessa reflexão que faz sobre o que ele denomina de rugosidades do espaço, traz um conceito sobre paisagem, que a define para além do que é alcançável pela visão. Indica que a paisagem são fragmentos de tempos e que ela não é estática, pois esses tempos seguem presentes dentro das relações sociais atuais. O visível, a leitura estética, a composição, a sensibilização do olhar pelo diálogo, têm no conhecimento a revelação do processo histórico que a visão capta parcialmente. A partir da leitura cartográfica ou da fotografia, surge o texto, ao captar a paisagem como repositório de conhecimento e saberes do tempo.

Para Mayol (1996. p. 44), “[...] a prática bairro introduz um pouco de gratuidade no lugar da necessidade, ela favorece uma utilização do espaço urbano não finalizado pelo seu uso somente funcional”, a relação estabelecida com o trajeto para o trabalho ou com o mundo do trabalho, que impõe chegar a um local o mais rápido possível, é uma relação rígida entre espaço e tempo. “No limite, visa conceder o máximo de tempo a um mínimo de espaço para liberar possibilidades de deambulação” (MAYOL, 1996. p. 44). O tempo da apropriação precisa ser mais o tempo da produção de conhecimento pelo encontro, pelo diálogo, tempo do viver. Tempo lento, tempo da paisagem, tempo do observar, tempo do poder caminhar para chegar ao destino e não do correr motorizado para não se atrasar para o trabalho. O critério composicional da paisagem possibilita a ela ser uma articuladora dos processos interacionais e simbólicos na constituição do bairro como dispositivo pedagógico para construção de práticas socioespaciais.

Souza (2013) define para análise de bairro como composicional, uma relação mais aproximada à paisagem. A paisagem urbana, a paisagem do cotidiano e sua paisagem cultural são partes do dispositivo social e cultural que é o bairro, na produção de narrativas fotográficas, na perspectiva de colaborar com os atores envolvidos nessa produção, como prática socioespacial na construção de vínculos territoriais.

Essa abordagem encontra acolhida naquilo que Luiz Felipe Ferreira apresenta no artigo “Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo”, em que apresenta o conceito de memória intimamente ligado ao lugar. Aqui retoma-se uma das reflexões de Dona Terezinha, da Vila Hípica, ao afirmar que “quem fez o lugar foram as

peças”. Pode-se pensar nas memórias dessas personagens do bairro como referências para paisagens culturais e urbanas, verdadeiros “armazéns da memória social”:

O lugar dispara a lembrança daqueles que o vivenciaram, que compartilharam um passado comum, abrindo a possibilidade de uma compreensão para o outsider através dos passados compartilhados e inscritos na paisagem cultural. O conceito de memória, seja ele pessoal ou coletiva, está, deste modo, intimamente ligado ao de lugar. Estas memórias se encontram armazenadas nas paisagens urbanas que seriam, deste modo, verdadeiros “armazéns da memória social” (HAYDEN 1997:9), visto que tanto os elementos naturais quanto os construídos pelo homem frequentemente sobrevivem a muitas gerações (FERREIRA, 2000, p. 67-68).

O diálogo como prática social pode reestabelecer o encontro no espaço, lugar, bairro, relacionando tempos, perspectivas. O cotidiano como um tempo e espaço para encontro de gerações, gerações de técnicas e de vidas, de moradores e de estéticas. Encontros que anseiam transformações, que ressignificam seus papéis, truncados quando surgem intervenções urbanas, que denotam a fragilidade das relações dos tempos na ausência de espaço de diálogo entre gerações. Intervenções que os tornam meros objetos ou números nesses momentos, quando não há convergência entre a memória dos lugares e perspectivas materiais de transformações no presente, sendo sujeito dessas conquistas.

2.6 BAIRRO CRISTAL: TERRITÓRIO-LUGAR

“Território:

Significa o lugar onde eu moro.

Lugar onde moramos ou lugar para morar.

Tem pessoas que precisam de território.

Lugar marcado até um certo ponto”. (Stefani, Samuel, Gustavo, Lucas, Tatiane, Jesselin, Leandro, Jéssica, Leonardo e Marcelo, participantes da oficina “Qual é a lata da Bom Jesus?”, maio de 2007).

O morar denota o sentido de existir, de ter algo, de ter poder, de ser parte de algo, transmite a expressão de direito e de participar. São acepções e características que uma prática social como o orçamento participativo revela de forma muito intensa e representativa, quando politiza a participação e gera equidade nessa participação²⁷.

Aqui, na prática, compreende-se que o não reconhecimento do território é um princípio

²⁷ Aqui encontra-se uma das fontes da inquietação por buscar como a Geografia e práticas espaciais ampliar a experiência cotidiana do processo do OP. O FROP como prática social está conectada ao espaço geográfico, porém não é uma prática socioespacial, pois tem ausência das conexões das discussões e das narrativas pela oralidade do conhecimento do lugar e das demandas que são debatidas semanalmente no FROP com a espacialização delas no bairro. Espacialização que poderiam ser feitas em tempo real utilizando bases cartográficas disponíveis na internet, fazendo uma projeção das imagens satelitais do bairro. Este é um processo de alfabetização espacial, ou de tradução das narrativas repletas de imagens do bairro quando são descritas as demandas e as situações que uma comunidade solicita de investimentos ou de serviços. Esta prática tornaria o ambiente dos Fóruns uma ação político pedagógica de planejamento participativo.

estrutural da vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, compreende-se que as políticas públicas têm por referência a pessoa associada ao território, seja na saúde e saneamento básico, na educação, na geração de renda, na mobilidade, assistência social e segurança pública, para citar as que são mais presentes para quem vive no ambiente urbano. Morar, como processos organizativos e participativos, parece ser esse elo que associa a pessoa ao lugar e ao território. Por isso, aqui surge uma proposição de entender bairro como território-lugar. Por constituir espaço com predicados de pertencimento, afeto, encontro, somado ao exercício da participação, da apropriação do espaço e da memória coletiva dos lugares pela prática socioespacial. Um território-lugar como dispositivo social e cultural cotidiano para a geografia no meio urbano. “[O] lugar está para dimensão cultural-simbólica assim como o território está para a dimensão política” (SOUZA, 2013, p. 115).

Santos (2004) convoca a pensar o lugar na dimensão cultural-simbólica, o espaço do cotidiano. É a dimensão do espaço que menos define e decide por seu futuro, porém é, ao mesmo tempo, por ter pertencimento, identidade e domínio de cada morador, trabalhador que produz e vive esse espaço cotidiano, que o lugar é, por excelência e até involuntariamente, a sede da resistência. Nesse sentido, Santos (2004) alerta para o lugar ter poder de constituir uma outra história, de promover novas horizontalidades que lhe permitam atingir outras escalas e, assim, protagonizar decisões e não somente ter de absorver imposições de fora para dentro. Para isto, lugar precisa estabelecer-se como território no espaço social.

Por enquanto, o Lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual... devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que se anteponha à globalização perversa e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização (SANTOS, 2004, p. 259).

Por isso, Santos (2004) provoca a pensar o quão indispensável é não abrir mão de processos e práticas que permitam manter a produção de um conhecimento sistemático da realidade. Ter consciência de que no processo histórico para alcançar uma sociedade igualitária em direitos políticos, econômicos e sociais, dentro da trajetória de uma sociedade escravocrata, sexista, colonialista, desenvolvida por séculos, haverá ciclos de alta e de baixa, de fluxo e de refluxo, e não será sem conflito e luta.

O fundamental é ter a politização da técnica com processos lúdicos intergeracionais,

para possibilitar uma outra globalização a partir do protagonismo do espaço cotidiano, do espaço vivido, que ambicione escalas mais altas, que promova a organização social e a construção de espaços de participação direta na tomada de decisões. O bairro pode ser um espaço para se antepor à globalização perversa. Porém, além das ações de impacto de resistência, é fundamental atentar para a dimensão cultural-simbólica. Percebe-se, pelas experiências com as oficinas, que é preciso um tempo lento, focado na produção de vínculos consistentes e duradouros ao longo da história, para acessar a dimensão cultural-simbólica e consolidar memórias coletivas que, ao serem compartilhadas, permitam a apropriação do espaço. “O bairro é uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação” (MAYOL, 1996. p. 42).

Esse engajamento, necessário à produção de vínculos, implica uma visibilidade do corpo. E essa exposição do corpo ao espaço torna-se uma apropriação e uma confiança para si, de si para o outro e do outro para si. Essa exposição é, também, uma apropriação do outro e de sua territorialidade e seu vínculo com o território, incluindo a sua atividade que ali está vinculada, seja ele morador, educador, trabalhador ou outro, “[...] lugar é um espaço vivido, todo lugar é um espaço social, mas nem todo espaço social é lugar, pois lugar é um espaço vivido” (SOUZA, 2013, p. 117). Esse espaço vivido e dinâmico, que é o bairro, também é um espaço percebido como território e, como tal, devem ser delimitados participativamente, na prática, algumas situações que demonstram como a indução do estado pode gerar esse processo. Esse é o caso do OP e seus Fóruns Regionais, que são a instância social e de participação, cotidianas e estabelecidas dentro dos bairros.

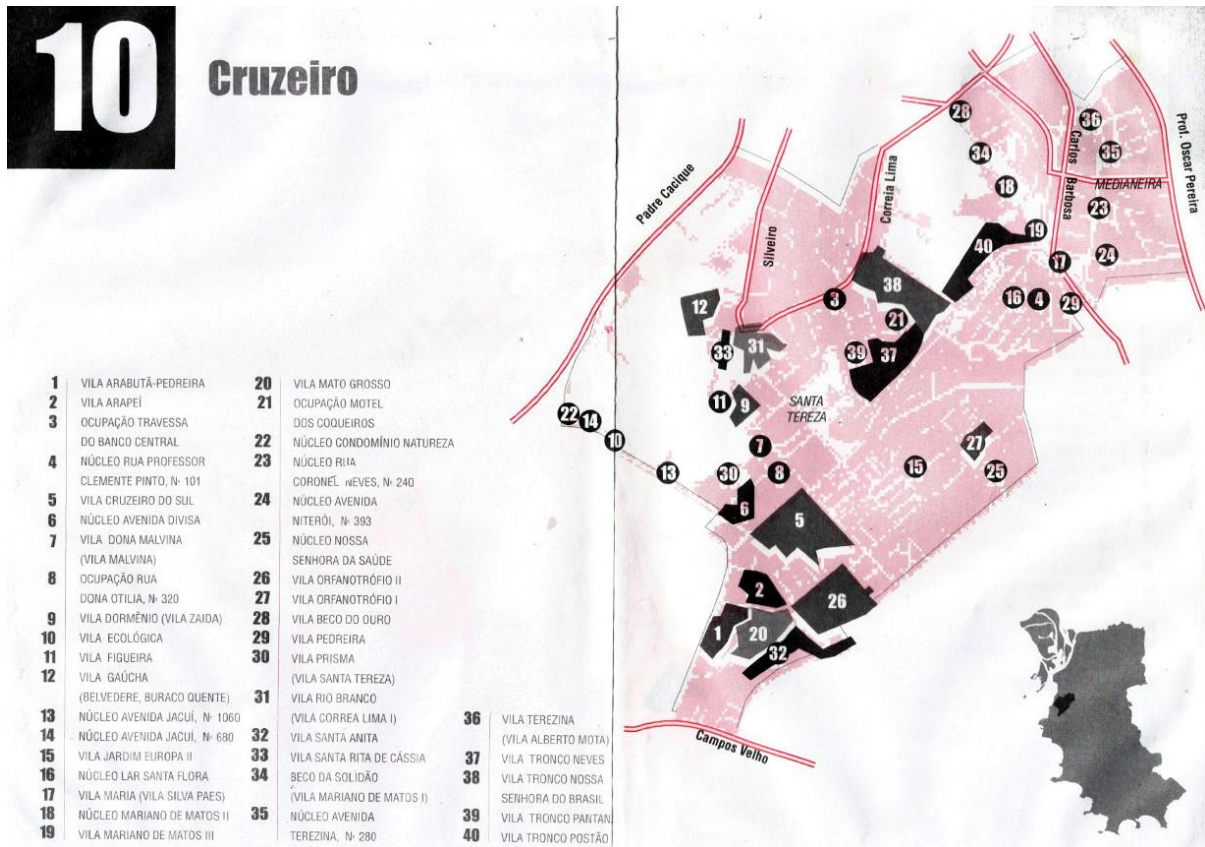


Figura 27: Região 10 do Orçamento Participativo*

* Representação cartográfica da Região Cruzeiro do qual fazem parte os bairros Santa Tereza e Medianeira. Essa é uma das Regiões do OP limítrofes com a Região Cristal. Essa representação está na publicação Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre publicado em 1998 pelo Demhab, elaborado pela Unidade de Pesquisa da superintendência de Ação Comunitária e Regularização Fundiária do DEMHAB. Equipe técnica Aldovan de Oliveira Soares, sociólogo e Flávio José Anton, sociólogo.

Fonte: Porto Alegre (2000).

Integram o Fórum do Orçamento Participativo do Cristal comunidades que não eram e seguem algumas não sendo parte do bairro Cristal. No mapa (Figura 27) podem ser vistas as Vilas Arabutã - Pedreira (1), conhecida somente como Vila Pedreira, Mato Grosso (20), Arapeí (2), Ecológica (10) e Prisma (30), conhecida como União Santa Tereza. Estas duas últimas seguem não pertencendo formalmente ao bairro Cristal (Figuras 28 e 29), mas tornaram-se parte da Região Cristal do Orçamento Participativo (Figura 13), região esta que tem somente um bairro.

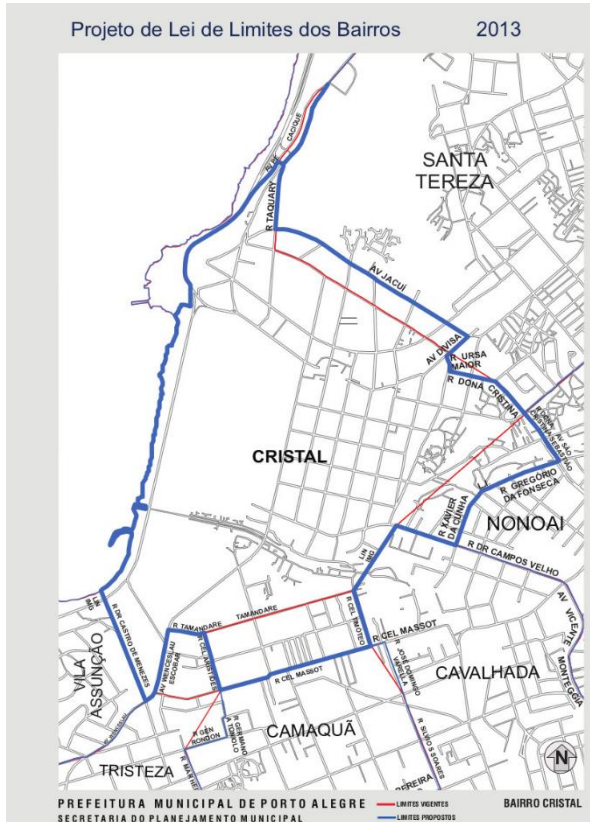


Figura 28: Atual delimitação do Bairro Cristal e consequentemente da Região 11 do Orçamento Participativo – Cristal*

* Representação cartográfica da Região Cristal, que inclui as Vilas Pedreira, Arapeí e Mato Grosso como Bairro Cristal.

Fonte: Porto Alegre (2003).



Figura 29: Mapa elaborado na base cartográfica do Google Earth*

* Para representar a Região OP Cristal e situar vilas que estão reconhecidas na região, mesmo não sendo formalmente pertencentes.

Fonte: elaborado pelo autor com base em *Google Earth*.

Essa prática e esse acolhimento na revisão e atualização da lei de bairros resultou que a prática da participação no ambiente do OP e FroP Cristal, a região-bairro Cristal passasse a incorporar ao seu território as Vilas Pedreira, Mato Grosso e Arapeí, oficialmente a partir de 2016. O mesmo ainda não ocorreu com as vilas Ecológica e União Santa Tereza, porém estas seguem sendo reconhecidas, pelo Fórum do OP Cristal, como pertencentes à Região do OP Cristal, fato que também é acolhido pela administração pública. Ou seja, o pertencimento, elemento cultural-simbólico da acepção de lugar, está presente na atuação dos atores dessas comunidades dentro do espaço do OP Cristal, assim como o reconhecimento, dimensão política e de poder da acepção de território, é acolhido pelos procedimentos administrativos territoriais do município. A sociedade civil reconhece as Vila Ecológica e União Santa Tereza como parte do seu Território Político do Orçamento Participativo Cristal, que tem somente um bairro, por mais redundante que possa ser essa identificação.

Essa situação teve impacto sobre a espacialização gráfica em mapas, como pode ser observado no Mapa da Irregularidade de 1998, da Região do OP Cruzeiro (Figura 27), em que

estão presentes as vilas citadas, e no mapa do bairro Cristal (Figura 28), formalizado na lei dos bairros de 2016, em que as mesmas vilas passam a pertencer e serem reconhecidas como Cristal, como pode ser observado na atual delimitação da Região OP Cristal (Figura 29). A delimitação da Região é a mesma do Bairro. Na Figura 28, estão identificadas duas Vilas, a Ecológica (10) e a União Santa Tereza (30), que fazem parte formalmente do bairro Santa Tereza, que está na Região do OP Cruzeiro, porém, historicamente, organizam-se politicamente como Região do OP Cristal.

Cabe, aqui, registrar algumas alterações no teor das leis que definem os bairros de Porto Alegre. A atual Lei nº 12.112, de 2016, traz:

Art. 1º Ficam criados, extintos, denominados e delimitados, nos termos desta Lei, os bairros que integram o território do Município de Porto Alegre. Parágrafo único. A efetivação do disposto no caput deste artigo expressa o desejo coletivo dos bairros, observado o disposto na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade –, e alterações posteriores.
Art. 2º O limite individual de cada bairro do Município de Porto Alegre é representado por meio de redação descritiva padronizada e espacialização gráfica georreferenciada (PORTO ALEGRE, 2016).

E a Lei nº 2.022, de 1959, a primeira lei de bairros de Porto Alegre, extinta com a entrada em vigor da lei de 2016, dizia:

Art. 1º - Denomina-se «CENTRO» da cidade de Porto Alegre, a zona compreendida nos seguintes limites e logradouros públicos: Estação do Riacho e prolongamento desta até a Rua Washington Luiz, por esta até encontrar o Rio Guaíba, pela margem desta com Casa de Correção, Energia, oficinas do DAER, Cais do Porto até Rua da Conceição, Rua da Conceição, Rua Sarmiento Leite até Av. João Pessoa, por esta, em direção sul-norte até Rua Avaí, Rua Avaí até convergência com Av. Borges de Medeiros e Estação do Riacho.
Art. 2º – Denominam-se bairros da cidade de Porto Alegre [...] (PORTO ALEGRE, 1959).

Assim, passados 57 anos entre a promulgação das duas leis, permite-se afirmar que a lei atual já absorveu termos que são fruto de reflexões, elaborações, debates e pesquisas sobre urbanismo, sociologia urbana e, em especial, da Geografia. É uma narrativa que passa a ter registrada na lei a categoria território, para definir que os bairros são parcelas e conformam o território de Porto Alegre. Que a definição da delimitação e existência destes é um desejo coletivo, indicando que foi uma atualização participativa e que atendeu aos desejos das coletividades que fazem parte dos atuais bairros. Outro registro importante no texto da lei é a de que o mapa é uma espacialização gráfica georreferenciada desse território e que Centro passa ser bairro, distinto da lei de 1959, em que o Centro, referência de urbano para a então Porto Alegre, tinha para ele uma outra categoria como espaço da cidade, era simplesmente Centro e

era tudo ao mesmo tempo.

Retomando a reflexão de pensar bairro como território-lugar, o exercício de participação para a definição da territorialidade da comunidade demonstra na prática esse processo dialético de pertencimento e reconhecimento, que está expresso nos mapas das Figuras 13, 27, 28 e 29. O Orçamento Participativo é uma referência dessa prática social com repercussões espaciais.

Porém, parece que a permanência no tempo de práticas sociais exitosas precisa ser, também, em práticas espaciais conscientes, para alçar horizontes mais largos. A Geografia tem como contribuir e protagonizar essa construção, a partir do espaço cotidiano e lugares comunitários, como escolas, associações de moradores, centros culturais comunitários, paróquias, entre outros espaços situados nos bairros, com inserções em redes que extrapolam os limites comunitários.

O bairro, compreendido como território-lugar, pode ser um dispositivo social e cultural para alfabetização espacial. Permite observar as dinâmicas de afeto e poder espacializadas. A experiência do OP, de gerar e consolidar mudanças nas delimitações e limites geométricos do bairro Cristal, mesmo que essas ainda não atendam a todas as comunidades que atuam politicamente no espaço do OP. Esse arranjo significou reduzir a disputa e facilitar, assim, o acesso a recursos que melhorariam suas qualidades de lugar de morar, no caso as vilas Pedreira, Mato Grosso, Ecológica e União Santa Tereza. Essas quatro vilas citadas, formalmente pertenciam à Região do Orçamento Participativo Cruzeiro, e suas comunidades estão nos limites com a Região Cristal.

A Região Cruzeiro possui tanto população como área e número de comunidades em situação de irregularidade fundiária, em número muito superior à Região Cristal; portanto, as disputas por recursos e hierarquização de demandas, nos ciclos do orçamento participativo, são muito mais acirradas na Cruzeiro que na Cristal. Na Cruzeiro, as tensões são muito mais presentes, o território é mais denso. Por outro lado, há também a relação cotidiana e de acesso a serviços, escolas, transporte, que Pedreira, Mato Grosso, Ecológica e União estão mais conectadas, seja fisicamente, como historicamente, no cotidiano, o que faz essas comunidades sentirem-se mais pertencentes ao Cristal do que à Cruzeiro. A pressão e a busca por alterar os limites do bairro Cristal e, conseqüentemente, da Região do Orçamento Participativo, tem nas acepções de território e de lugar as motivações para esse movimento, o que demonstra que a combinação desses conceitos em um mesmo termo requer a necessidade de uma “sincronização” analítica, que revelaria a integralidade existente entre sentimento, ação, simbolismo e materialidade.

E fica destacado, também, nesse arranjo político-espacial, que lugar é base e fonte da resiliência, pois informalmente, pela participação e decisão das comunidades do Cristal e do Frop Cristal, essa prática de acolher e de reconhecer o pertencimento das demandas das comunidades citadas no orçamento participativo do Cristal é legitimada, desde o final da década de 1990. Cabe ressaltar que Pedreira e Mato Grosso, hoje, estão dentro da nova delimitação do bairro Cristal, definida por lei, em 2016, o que não ocorreu com Ecológica e União Santa Tereza; porém, essas comunidades seguem politicamente atuantes e reconhecidas como Região do OP Cristal.

Na prática, lugares são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre territórios. Isso tem a ver com o fato de que às identidades socioespaciais se associam, sempre, relações de poder espacializadas, em que se nota a finalidade de defender identidades e um modo de vida (ou também, e não raro usando isso como pretexto, o propósito de defender os privilégios de um grupo ou o acesso privilegiado a certos recursos) (SOUZA, 2013, p. 121-122).

Processos participativos e políticas públicas que permitem a autogestão do espaço vivido ou uma cogestão do espaço administrativo, geométrico, em que de um lado está o Estado e do outro a sociedade civil, organizada como coletivo de moradores, são potencializadores do espaço geográfico bairro como território-lugar.

3 CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS

Este pesquisador vinculou-se ao bairro Cristal, como educador e trabalhador, no Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo²⁸, a partir de 2007, antes do espaço cultural abrir as portas de sua sede para o atendimento ao público, que ocorreu a partir de janeiro de 2008. A primeira atividade conduzida foi na Escola Loureiro da Silva, para fazer a oficina de fotografia *pinhole* “Qual é a Lata do Cristal?”, uma das primeiras ações do Quilombo do Sopapo no bairro. A oficina fez parte dos movimentos iniciais de territorialização do Quilombo do Sopapo com o bairro, para tecer vínculos com os espaços comunitários de referência dos moradores, entre eles as escolas, e também para as primeiras escutas e participações de jovens como atores sociais para os quais, prioritariamente, o espaço cultural passaria a existir.

A oficina realizada em setembro de 2007 é a primeira que passa a ter por referência de conceito Lugar, para a prática e observações como educador e pesquisador, referenciando-se como a cara, personalidade, identidade das comunidades, vilas, bairro, motivada pelas definições de território e comunidade, que associavam esses termos sempre a lugar, moradia, encontro. Essa relação com Lugar foi registrada pelos estudantes das escolas em que foram realizadas as oficinas “Qual a lata da minha comunidade?”, entre os meses de maio e junho de 2007. Todas essas situações foram maturações ocorridas nas experiências vividas na extensão universitária, registradas em fichas do relatório de atividades da extensão, que poderão ser acessadas nos APÊNDICES de A a H desta dissertação.

A chegada ao Cristal, pelo Quilombo do Sopapo, atende também a possibilidade de fazer da prática pedagógica um processo continuado e passar a interagir e vincular-se a um bairro, territorializar e estabelecer a experiência com uma região do orçamento participativo e seu espaço de participação, o Frop, no momento em que a oficina estaria presente, sazonalmente, como uma das ações de uma organização do bairro, no caso o Quilombo do Sopapo, que também teria representação de delegados no fórum do Orçamento Participativo do Cristal - Frop Cristal. As inquietações que mobilizaram a elaboração da proposta de oficina para a observação e leitura dos vínculos territoriais de jovens com a luta de suas comunidades pelo direito à cidade, encontra o seu lugar para uma atuação no espaço cotidiano, como um território de resistência que, conforme Zibechi (2015, p. 164),

[...] o espaço educativo não é somente a sala de aula, mas toda a comunidade; os que

²⁸ Disponível em: www.quilombodosopapo.redelivre.org.br e em <https://www.youtube.com/user/QuilombodoSopapo>. Acesso em: 14 jul. 2021.

ensinam não são apenas os mestres, mas todos os integrantes da comunidade, e as próprias crianças mostram sua capacidade de aprender-ensinar; o movimento todo é um espaço autoeducativo.

Efetuiu-se a participação de uma prática socioespacial de forma continuada, com moradores das áreas em disputa dentro do bairro, as vilas em situação de irregularidade fundiária, que têm no espaço do orçamento participativo uma condição de tensionamento e de conquistas pelo seu direito à cidade. E, junto a isso, a continuidade da experiência inaugurada na extensão universitária, de ter as escolas públicas como um espaço de convergência e de encontro e que estão presentes no Frop. Ao mesmo tempo, estabelecer essa prática num centro cultural comunitário permitiria envolver outros atores e espaços comunitários, escolas e associações de bairro, que poderiam valorizar e oportunizar que os saberes do lugar sejam base para a produção de conhecimento, como potencializadoras do movimento comunitário e das lutas desses territórios-lugares, que são as vilas do Cristal. A chegada ao Cristal estabelece esse ponto de partida para a qualificação da prática socioespacial da fotografia com a Geografia.

3.1 QUILOMBO DO SOPAPO: O CULTURA VIVA FAZ SURGIR O *IMAGENS FALADAS* NO CRISTAL

O Ministério da Cultura - Minc, em 2004, lança o Programa Cultura Viva²⁹, com editais de fomento para organizações sociais de atuação no campo da cultura, educação e cidadania, que foram reconhecidas como Pontos de Cultura. Para Gilberto Gil, então Ministro da Cultura, o Cultura Viva materializava, nas suas palavras, o reconhecimento dos territórios de resistência como base da diversidade cultural brasileira. O programa se somaria a outras políticas de base comunitária, como a educação básica por escolas públicas e as unidades básicas de saúde.

Para Gil, ela simboliza “uma espécie de *do-in* antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta³⁰”, os Pontos de Cultura.

O Cultura Viva apresenta a cultura como direito e sua ação de fomento como um

²⁹ Para obter mais informações sobre o Programa Cultura Viva, acessar <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>, www.culturaviva.gov.br e www.pontodeculturars.redelivre.org.br.

³⁰ Discurso de posse do Ministro da Cultura Gilberto Gil, proferido em 02 de janeiro de 2003 e acessado em 02 de fevereiro de 2013 em <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u44344.shtml>.

processo de cidadania cultural. Numa perspectiva orgânica e histórica, a hoje política pública de Estado Cultura Viva³¹ não cria, e sim reconhece a trajetória de coletivos, organizações, grupos que estejam descentralizados no corpo brasileiro, território e nas suas extremidades, periferias, lugares esquecidos, adormecidos, provocando a formação de uma rede de organizações sociais da sociedade civil, presentes nas cidades, nos territórios indígenas, nos quilombos, no campo, visibilizando o todo do território brasileiro, descobrindo o Brasil e seus brasis, numa ideia de protagonismo a partir desses pontos-lugares tensionados pelo processo de formação do território-nação brasileiro. Gil (2003) complementa:

[...] ou o Brasil acaba com a violência, ou a violência acaba com o Brasil. O Brasil não pode continuar sendo sinônimo de uma aventura generosa, mas sempre interrompida. Ou de uma aventura só nominalmente solidária. Não pode continuar sendo, como dizia Oswald de Andrade, um país de escravos que teimam em ser homens livres. Temos de completar a construção da nação. De incorporar os segmentos excluídos. De reduzir as desigualdades que nos atormentam. Ou não teremos como recuperar a nossa dignidade interna, nem como nos afirmar plenamente no mundo.

Essa reflexão transmite uma inter-relação de escalas, que vão do lugar, do bairro, à nação, e esta, numa visão global, de mundo, de uma globalização, ou de uma outra globalização, conforme Santos (2012). É nessa ambiência, associada às experiências de democracia participativa de Porto Alegre, no bairro Cristal, que se estabelece o Quilombo do Sopapo, e que, por sua vez, é composto pelo reconhecimento de coletivos e organizações formais e informais, com trajetórias diversas. Cultura Viva, em convívio, protagonista das transformações do seu lugar.

O Quilombo do Sopapo é reconhecido Ponto de Cultura, em 2006. Sua existência e reconhecimento é fruto de uma articulação de três frentes, que convergiram para estabelecer o espaço: a organização comunitária local, que teve no Frop o espaço de encontro e construção de pautas, no caso o da Região Cristal, com lideranças comunitárias de diversas vilas e que atuavam na Comissão de Cultura do Cristal³².

A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-Oscip Guayí³³ é uma

³¹ Lei 13.018/2014, sancionada em 22 de julho de 2014 institui a política nacional Cultura Viva. No Estado do Rio Grande do Sul também tem a lei 14.663/2014, que institui o Cultura Viva como a política de base comunitária do Sistema Estadual de Cultura, sancionada em 30 de dezembro de 2014.

³² A Comissão de Cultura é um espaço vinculado ao OP de cada Região no qual participam moradores que atuam com ações culturais. São estas Comissões também que elegem o Conselheiro Municipal de Cultura da sua respectiva Região conforme lei complementar nº 399 de 1997 que pode ser acessada em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/lc%20399>.

³³ Fundada em 2001 e legalmente constituída como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade tem origem em duas experiências históricas importantes na política gaúcha. A primeira delas é o **GEA (Grupo de Estudos Agrários)**, criado em 1979 que

organização não governamental, que desenvolve suas ações pautadas por direitos humanos, democracia participativa e economia solidária, atuante no Cristal, e será a personalidade jurídica da proposta do Ponto de Cultura. A Guayí trouxe consigo a parceria do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal-Sintrajufe-RS, proprietário da área que é cedida para o Quilombo do Sopapo estabelecer-se no bairro. O terceiro sujeito são os Coletivos Culturais, que, entre 2001 e 2005, foram atores sociais coletivos dos Acampamentos Intercontinentais de Juventude³⁴, nos Fóruns Sociais Mundiais em Porto Alegre, um verdadeiro laboratório de práticas de um outro mundo possível, compondo, assim, essa tríade, como elaboradores e fonte de educadores, para as ações e processos de formação que viriam a surgir a partir da existência do Quilombo do Sopapo.

Toda essa composição foi articulada a partir de um morador do bairro Cristal, residente na Vila Icarai I (Figura 30), às margens do Arroio Cavallhada, um dos territórios-lugares do Cristal (Figura 34). Éverton Rodrigues, militante do movimento *software* livre e liderança comunitária, participava da Comissão de Cultura no Fórum do OP Cristal, trabalhava na Guayí e integrou os Comitês Organizadores dos Acampamentos nos Fóruns Sociais Mundiais. Ele será a ponte e o articulador que irá tornar realidade uma demanda das comunidades das áreas irregulares do bairro, de ter um centro cultural que integrasse pela cultura a juventude do bairro nos movimentos comunitários e também fosse uma possibilidade de prevenção à violência e ao extermínio da juventude periférica, mais destacadamente a juventude negra.

É da relação e reconhecimento de trajetória desses atores sociais coletivos, com expressões organizacionais diversas, que o Quilombo do Sopapo se origina. Tem por foco a juventude periférica, a cultura digital e a comunicação comunitária manifestada na linguagem artística da música, prioritariamente, e transversalizada pelos princípios políticos dos direitos humanos, da democracia participativa e da economia solidária.

Durante o processo inicial de vinculação ao território, a presença no Orçamento Participativo e nas suas práticas sociais, entre elas os Fóruns e Assembleias Regionais, foram fundamentais para estabelecer as relações comunitárias e inserção nos movimentos de luta pela regularização fundiária. A experiência de participação nessas atividades fez reforçar a importância do encontro e diálogo com classes sociais e coletividades que residem na parte

posteriormente se transformou em GEA – Formação e Assessoria Sindical com atuação junto ao movimento social (urbano e rural), movimento sindical e na luta pelos direitos da mulher. GUAYÍ significa semente no idioma Guarani. Será ela a proponente do projeto Ponto de Cultura Caso do Cristal Quilombo do Sopapo em 2005. A GUAYÍ não possui sede no Bairro Cristal.

³⁴ Entre os anos de 2001 e 2005 foram realizados em Porto Alegre quatro, das cinco, primeiras edições do Fórum Social Mundial.

formal do bairro e que, muitas vezes, negam a realidade vizinha de sua rua, seja por ignorância ou por ausência de espaços de encontros que promovam a troca e o convívio. O OP provoca encontros com equidade de poder e também de protagonismo nas decisões que priorizaram os investimentos no bairro como um todo, reconhecendo a emergência de ações nos lugares com maior carência de infraestrutura. Os Fóruns Regionais do Orçamento Participativo trouxeram essa prática social para o cotidiano dos bairros de Porto Alegre.



Figura 30 : Mapa da irregularidade fundiária território de atuação do Quilombo do Sopapo, janeiro de 2010.*

* Primeira cartografia das vilas em situação de irregularidade fundiária feita no Quilombo do Sopapo para os percursos do *Imagens Faladas*. Mapa produzido quando teve início o movimento O Morro é Nosso. Cartografia feita a partir dos percursos do curso Agentes Comunitários de Cultura realizado no Quilombo do Sopapo, em novembro de 2008, e pelos integrantes do Conselho Gestor Comunitário do Ponto de Cultura num seminário em janeiro de 2010.

Fonte elaborada pelo autor.

Assim, com as ações nas linguagens artísticas em cursos e oficinas, a territorialização do Quilombo do Sopapo se expandiu e consolidou por meio da expansão das relações comunitárias do seu Conselho Gestor Comunitário, o que proporcionou observações das lutas presentes nas comunidades, a afirmação da importância do tema da habitação, do reassentamento ou manutenção de moradias no bairro. E, diferente do Frop, o Conselho Gestor não conta com a presença ou participação de agentes da administração municipal.

3.1.1 Conselho Gestor Comunitário: uma cartografia social dos territórios-lugares para os percursos do *Imagens Faladas*

Entre 2007 e junho de 2010, foram realizadas diferentes atividades de espacialização e leitura do território de atuação do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, em parceria com o Conselho Gestor. Dessas atividades e ações, resultaram representações da realidade do bairro, que criaram um acervo de cartografias do bairro Cristal. A produção desses mapas seguiu a metodologia desenvolvida nas oficinas de fotografia *pinhole*, utilizando a base cartográfica do *Google Earth*.

A criação do Conselho configura as relações comunitárias na abertura desse espaço, pois estabelece um encontro com base de representação territorial, seja pela moradia, como de trabalho na área da cultura e juventude, seja local, como de âmbito da cidade. A composição do Conselho contém quatro territórios-lugares da Região Cristal (Morro Santa Tereza, Pedreira, Arroio Cavalhada e Duplicação da Avenida Tronco), movimento social de juventude (Levante Popular da Juventude), entidades do Cristal que atuam na área da cultura (Casa de Nazaré e Clube de Mães do Cristal), Comunidade Eclesial de Base da Paróquia Santa Tereza, Escola Pública, a Coordenação do Ponto de Cultura e entidades de fora do Cristal, Guayí, Sintrajufe-RS e Amigos da Terra. Os encontros são mensais.

A composição do Conselho Gestor Comunitário (Figura 31) refletia as disputas e tensões sociais por regularização fundiária, presentes no território de atuação do Ponto de Cultura. Portanto, o Conselho é um espaço vivo, com diversidade de atores sociais.

Como pode ser observado na Figura 31, a delimitação do bairro com a linha lilás segue o que é anterior à lei dos bairros, de 2016, ficando evidente a Vila Pedreira (7) fora dos limites formais e oficiais do bairro Cristal, bem como as Vilas Ecológica (2) e União Santa Tereza (3), que ainda seguem formalmente dentro da região Cruzeiro do OP. É essa apropriação do espaço político que, como educador integrante do Quilombo do Sopapo, o autor observa que se torna bairro e, em especial, os lugares em luta por seu direito a ser bairro e cidade, que consolidam que o espaço cotidiano pela participação popular no orçamento participativo do Cristal é perpassado pelo de espaço vivido, ou seja, é território-lugar, independente da divisão administrativa oficial regrada pelo município. É essa condição que faz com que o Frop acolha comunidades que não estejam oficialmente e a administração municipal reconheça a legitimidade dessa composição. A construção das cartografias, pelo Conselho Gestor do território de atuação do Quilombo do Sopapo, foi revelando, também, a forte correlação entre

a especulação imobiliária e a mudança da política habitacional estabelecida a partir de 2005.



Figura 31: Espacialização/localização dos integrantes locais do Conselho Gestor Comunitário do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo que tomou posse em janeiro de 2008. Imagem elaborada em janeiro de 2010 quando da posse do segundo Conselho Gestor*

Fonte: elaborada pelo autor.

* Nota: Legenda da imagem:

1 - Quilombo do Sopapo

2 - Vila Ecológica

3 - Vila União Santa Tereza

4 - Vila Cristal

5 - Vila Divisa

6 - Comunidade Eclesial de Base Paróquia Santa Tereza

7 - Vila Pedreira

8 - Clube de Mães do Cristal

9 - Vila Icaraí II

10 - Casa de Nazaré - Vila Nossa Senhora das Graças

11 - Condomínios vizinhos ao Quilombo do Sopapo

A memória coletiva das lideranças sobre as conquistas no OP é memória coletiva da trajetória das políticas públicas, pois é fruto de conquistas, muitas delas do movimento comunitário de bairro. Uma delas, a da habitação, que até 2007 indicava que toda e qualquer família que fosse atingida por alguma situação que exigisse o reassentamento, este deveria ocorrer dentro de um raio de 1km.

Esses saberes e memórias afetivas das lutas e vitórias comunitárias por dignidade com sua territorialidade foram fundamentais para uma relação de troca (Figuras 32 e 33) entre uma ação pedagógica presente nas oficinas de fotografia *pinhole*, o uso das imagens satelitais para o compartilhamento de saberes sobre o lugar, para a leitura cartográfica do território na formulação dos percursos fotográficos que viriam a compor o *Imagens Faladas*.

Assim, a composição do Conselho Gestor Comunitário do Quilombo do Sopapo constitui uma cartografia que tem, para o *Imagens Faladas*, a identificação de quatro territórios-

lugares (Figura 34), e que vem a se revelar, também, como as principais fontes de tensão social relacionadas ao interesse imobiliário, em oposição à luta por regularização fundiária.



Figura 32: Reunião do Conselho Gestor do Quilombo do Sopapo em 01 de setembro de 2010*

* Lenemar Bastos da Vila Icarai II, afetada pelo PISA e Conselheiro do Quilombo do Sopapo.

Foto: Leandro Anton.

Figura 33: Sala do Telecentro do Ponto de Cultura*

* Ao fundo, imagem do *Google Earth* projetando a área das cocheiras do Jockey, com PL 178/2010 (RIO GRANDE DO SUL, 2010) em tramitação na Assembleia Legislativa.

Foto: Leandro Anton.

Como educador e trabalhador do espaço cultural, a contribuição deste pesquisador, desde o início, foi colaborar nos processos de leitura e de produção de conhecimento do território de atuação do Quilombo do Sopapo. E, com o Conselho Gestor, ficou definido o projeto político e institucional do Ponto de Cultura. A composição se daria a partir dos lugares em disputa, ou seja, que ainda buscavam sua regularização fundiária. São desses territórios-lugares que, majoritariamente, compõem-se as comunidades das escolas públicas.

As cartografias participativas, que definem como territórios-lugares o espaço social de atuação do Ponto de Cultura e sua inserção no movimento comunitário, se dá a partir de duas situações: (a) Conselho Gestor Comunitário do Quilombo do Sopapo, formado por moradores atuantes como lideranças no orçamento participativo; e (b) intervenções urbanas em curso ou situações de pressão imobiliária, ativas sobre áreas públicas. No mesmo período foi elaborada a representação que pode ser vista na Figura 32. Ela demonstra a configuração territorial entre intervenções urbanas e ou especulações imobiliárias no bairro, com a identificação de quatro territórios-lugares, todas áreas sem regularização fundiária. Estes são os espaços prioritários de relação e atuação social do Quilombo do Sopapo:³⁵

³⁵ Na dissertação, citaremos o bairro Cristal como uma totalização que inclui também suas bordas com o bairro

1. Vermelho: Comunidades Arroio Cavalhada (áreas de domínio público, às margens do Arroio Cavalhada – Projeto Integrado Socioambiental – Pisa³⁶, iniciado em 2001 e que, em 2007, foi o berço do bônus moradia), bairro Cristal.
2. Laranja: Vila Pedreira e Mato Grosso (pedreira desativada – área particular), bairro Cristal.
3. Amarelo: Vila Cristal e Vila Divisa (áreas de domínio público, às margens do Arroio Sanga da Morte e leito de avenida – projeto de duplicação da avenida Tronco), bairro Cristal.
4. Azul: Comunidades Morro Santa Tereza (morro área pública, de 74ha, pertencente à Fundação de Atendimento Socioeducativo – Fase, que teve projeto de lei encaminhado pelo executivo do governo do Estado de 2009, retirado da pauta de votação em junho de 2010, da Assembleia Legislativa; PL solicitava autorização para permutar ou vender a área), bairro Santa Tereza.

No mapa também estão representadas outras áreas, que se tornaram parte de uma grande operação imobiliária, que conecta as investidas da duplicação da avenida Tronco e também da tentativa de venda da área da Fase, no período que antecedeu a Copa do Mundo de 2014. Áreas vizinhas ao estádio Beira-Rio, que foi sede dos jogos em Porto Alegre, e que seguem ativas e

Santa Tereza. As comunidades que estão no Morro Santa Tereza dentro da área da FASE são formalmente pertencentes ao Bairro Santa Tereza, bem como outras comunidades que estão no entorno da duplicação da Avenida Tronco. Cabe destacar esta relação de divisa entre bairros como uma faixa de fronteira, um espaço que é também parte da paisagem cotidiana do Cristal e das relações de participação no fórum do Orçamento Participativo do Cristal. Outro aspecto para ter o Cristal como o bairro a ser citado por referência na construção do *Imagens Faladas* são o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo situado no bairro e espaço que faz surgir o *Imagens Faladas* e as escolas Loureiro da Silva e Paraná são dentro do Cristal, bem como o Centro de Convivência e Profissionalização – CECONP/FASE que é no Cristal, mesmo que a área da FASE tenha a maioria de suas unidades de seu complexo no Bairro Santa Tereza. Por fim, no cotidiano esta borda e também o Bairro Santa Tereza é mais conhecido dos territórios-lugares como Cruzeiro, denominação da Região do Orçamento Participativo e do complexo de vilas. O bairro Santa Tereza é uma referência do Bairro Formal, a Cruzeiro é a referência do bairro informal, e podemos afirmar que é mais conhecido e reconhecido a Cruzeiro que o Santa Tereza como espaço cotidiano e Santa Tereza é mais a referência de nome do lugar como Morro.

³⁶ Projeto Integrado Socioambiental (PISA), iniciado em 2002 e alterado em 2007, introdutor do bônus moradia e do aluguel social na política habitacional em detrimento de reassentamentos no raio de um quilômetro do endereço da família atingida. 1500 famílias estão em processo de remoção há mais de uma década. Nenhuma unidade habitacional construída no Cristal, como previa originalmente o projeto. O projeto além de atender com reassentamento as famílias às margens do Arroio, tem por objetivo sanear a bacia de três importantes arroios da cidade, Arroio Cavalhada, Arroio Dilúvio e Arroio do Salso. Com a conclusão do projeto, estima-se que a cidade passará dos atuais 27% de esgoto tratado, para aproximadamente 80%. Assistir em: <https://youtu.be/pmyP3vxSMhE>.

em execução, revigorada em 2021:

- I. Branco: Área das Cocheiras do Jockey (área de 16ha, que era pública e foi permutada com o Jockey Clube pela área da Pista de Corridas – lei de 2010, aprovada pela Assembleia Legislativa via projeto do executivo/governo do Estado).
- II. Verde: Pontal do Estaleiro Só, que, por dívidas, foi repassado ao município de Porto Alegre, e que, posteriormente, em 2007, em leilão, foi adquirido pela iniciativa privada.
- III. Rosa: Beira-Rio, estádio sede, em Porto Alegre, da copa do mundo de futebol, em 2014. Em 2009, Porto Alegre foi confirmada como uma das sedes da Copa.



Figura 34: Territórios-lugares do Cristal e Santa Tereza*

* Imagem elaborada em setembro de 2010 para uma Assembleia do Comitê Popular da Copa Cristal realizada em 22 de setembro de 2010 no Salão da Paroquial da Igreja Santa Tereza.

Fonte: elaborada pelo autor com base em Google Earth.

As especulações imobiliárias aqueceram-se, na região, com o anúncio de o Brasil ser sede da Copa do Mundo de 2014 e de Porto Alegre ser confirmada, em maio de 2009, como uma das sedes, com o estádio Beira-Rio para o local dos jogos. Uma das primeiras lutas comunitárias, com o anúncio do megaevento esportivo, foi contra a venda da área da Fase, feita pelo movimento O Morro é Nosso. Essa situação gerou um dos capítulos do livro *Imagens Faladas*, como será visto mais adiante.

Esse momento ressaltou a importância do Conselho Gestor Comunitário para a presença

e inserção do Quilombo do Sopapo, movimento comunitário que surgia. Esse arranjo estimula a construção da prática socioespacial *Imagens Faladas* e seus percursos.

Diane Barros, uma das coordenadoras do Ponto de Cultura, moradora da Vila Pedreira, na rua Ursa Maior, traduz bem esses processos de tensão e a importância das ações político-pedagógicas no Quilombo do Sopapo:

“Tu pode ter trabalho, ter escola pública conquistada pela comunidade, ter postos de saúde da família, a casa que era precária e hoje tá bem construída, toda equipada, os becos e ruas tem asfalto, e chega um anúncio de uma obra, nada disso importa, toda esta luta de anos, de fazer com que as coisas ficassem melhor, que a energia estivesse regular, que a água não falta, que chegou o esgoto, tudo isto, fruto de conquista das comunidades, inclusive via orçamento participativo, tudo isto é ignorado, pois a comunidade não tem seu território regularizado. Aí, chega o que se espera há tempos, obras que vão melhorar nossas vidas, que é um direito nosso, e todas estas famílias são expulsas do seu lugar, daquilo que conquistaram, quer dizer, pensavam ter conquistado. Então, para nós, no Quilombo do Sopapo, a vulnerabilidade social tem por base o território, se o território não está garantido, todo o resto se perde. Vai começar quase tudo do zero de novo, para aquelas famílias que aqui no Cristal ou próximo a ele não ficarem”. (Diane Barros, 2013, no dia 08 de março).

Nesse depoimento, obtido antes da manifestação “As Mulheres da Copa”³⁷, organizada pelo Comitê Popular da Copa Cristal³⁸, no dia 08 de março de 2013, Diane Barros, integrante do Quilombo do Sopapo desde abril de 2008, faz menção à ideia de como as ações do Ponto de

³⁷ Manifestação organizada para o dia 08 de março de 2013, pela Comitê Popular da Copa Cristal (COMITÊ, 2014), que pedia maior participação popular e reassentamento das famílias nas Regiões Cristal e Cruzeiro que estavam sendo atingidas pela duplicação da Avenida Tronco e sendo colocadas em aluguel social ou obrigadas a aceitar bônus moradia, o que não lhes permitia permanecer no bairro onde tinham suas casas que estavam sendo demolidas. Esta situação era considerada pelo movimento um despejo das famílias. O que na prática acabou se confirmando, pois até hoje nenhuma família foi reassentada nos Bairros Cristal e Santa Tereza. Sobre esta manifestação tem um clip fotográfico produzido pelo Coletivo *Imagens Faladas*, que pode ser acessado em <https://youtu.be/9ih4b0FM-4Y>.

³⁸ O Comitê Popular da Copa Cristal, se formou em virtude dos impactos das obras relacionadas aos jogos da Copa do Mundo de 2014 que seriam realizados no Estádio Beira – Rio localizado no entorno do Bairro Cristal. Uma das obras relacionadas com a sede da Copa é a duplicação da Avenida Tronco, que atingiria as Vilas Cristal e Divisa, dentro do Bairro Cristal, e inúmeras outras comunidades dentro da Região Cruzeiro e Glória do Orçamento Participativo. O Comitê do Cristal foi constituído no segundo semestre de 2010 e teve com uma de suas sedes de reuniões periódicas o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. O principal objetivo de formação do Comitê foi buscar viabilizar a desapropriação de áreas dentro do Cristal para o reassentamento das famílias atingidas pela duplicação. Este objetivo foi alcançado, porém, até hoje não foram construídas nenhuma unidade habitacional nos terrenos que seguem vazios. Desde 2011, quando deram início as demolições das casas para a obra de duplicação, seguem aproximadamente 340 famílias em aluguel social que eram moradoras das Vilas Cristal e Divisa. Fez parte também das atribuições do Comitê, produzir informações relevantes e fomentar publicações que pudessem denunciar e tornar público à população em geral os impactos sociais, ambientais, urbanísticos e econômicos decorrentes do megaevento esportivo.

Cultura pautaram-se, desde suas primeiras formações abertas ao público. O Quilombo do Sopapo foi consolidando essa concepção, ao elaborar suas práticas político-pedagógicas e torná-las parte das metodologias de suas ações continuadas, entre elas o uso das imagens satelitais nas oficinas e cursos fotográficos, o que se tornou uma das metodologias do *Imagens Faladas* e que teve início com as oficinas “*Qual é a lata da minha comunidade?*”.



Figura 35: Assembleia de moradores em 22 de setembro de 2010*

* Computador do Quilombo do Sopapo usado na apresentação do mapeamento e que na tela mostra uma projeção da duplicação da Avenida Tronco na Região Cristal. Salão Paroquial Igreja Santa Tereza. Entrega do mapeamento de áreas para desapropriação feita por uma comissão de moradores com o apoio do Ponto de Cultura. Apresentação com a projeção do Google Earth de onde estavam localizadas as áreas indicadas.

Foto: Leandro Anton.



Figura 36: Assembleia de moradores em 22 de setembro de 2010*

* Computador do Quilombo do Sopapo usado na apresentação do mapeamento e que na tela mostra uma projeção da duplicação da Avenida Tronco na Região Cristal. Salão Paroquial Igreja Santa Tereza. Entrega do mapeamento de áreas para desapropriação feita por uma comissão de moradores com o apoio do Ponto de Cultura. Apresentação com a projeção do Google Earth de onde estavam localizadas as áreas indicadas.

Foto: Leandro Anton.

O importante a destacar é que esse exercício de participação dentro do Quilombo do Sopapo e o uso das imagens satelitais para ir produzindo uma leitura das lutas e movimentos comunitários do bairro, confirmaram ser a falta de regularização fundiária a principal barreira ou limitação para a redução da vulnerabilidade social. Aquilo que foi reconhecido no Mapa da Irregularidade Fundiária e na priorização dos ciclos do orçamento participativo (Quadro 1), o direito das comunidades aos territórios conquistados na luta pelo direito à cidade, não concluída até hoje, segue sendo a pauta das comunidades e de seus moradores, para manterem-se no bairro que ajudaram a construir e também para superar injustiças sociais que estão atreladas ao acesso à infraestrutura e serviços em situação de igualdade com quem vive na “cidade formal”. Porém, essa superação passa pela regularização fundiária e pela titulação dos lotes, que, em Porto

Alegre, quando ela é sobre área pública, é denominada de Concessão do Direito Real de Uso.³⁹

Num primeiro momento, as metodologias utilizadas no Quilombo do Sopapo e pela fotografia produziam cartografias da composição do Conselho Gestor e das realidades das comunidades que integravam o Conselho, assim como para a realização dos percursos a partir da espacialização dos participantes das turmas das oficinas de fotografia, para uma leitura da realidade atual do bairro e também dos vínculos territoriais dos usuários do Ponto de Cultura. Além disso, há um momento em que essa ação pedagógica é demandada pelo movimento comunitário.

No segundo semestre de 2010, no mês de julho, é anunciada a obra de duplicação da avenida Tronco. Essa obra é apresentada como uma das exigências da Fifa, para que Porto Alegre e o Beira-Rio fossem sede dos jogos da Copa do Mundo 2014. O projeto *Imagens Faladas* e seus percursos para a produção das reportagens fotográficas do livro haviam sido concluídos no primeiro semestre, junto com a vitória do movimento O Morro é Nosso, no mês de junho, com a retirada do projeto de lei da pauta de votação da Assembleia Legislativa, que poderia dar a permissão de venda ou permuta da área da Fase. Tanto o *Imagens Faladas* como alguns fatos do movimento O Morro é Nosso serão abordados mais adiante. Essas situações visibilizaram as metodologias da fotografia e das cartografias, que fazem parte da ação pedagógica.

A junção da fotografia para fazer a cobertura do movimento comunitário e também para produzir um relatório associado ao mapeamento de terrenos dentro do bairro, desocupados e que eram de interesse dos moradores atingidos pela obra de duplicação da avenida Tronco, foi demandada ao Quilombo do Sopapo. O movimento Chave Por Chave, do Comitê Popular da Copa Cristal, em 22 de setembro (Figuras 35 e 36), entregou o relatório e apresentou ele em assembleia, no salão paroquial da igreja Santa Tereza. Das 12 áreas indicadas pelo movimento, as que estão na Figura 37 foram desapropriadas.

As ações de rua do movimento social de bairro potencializaram os processos de fotografia e de mapeamentos de áreas com análise territorial da demanda para a desapropriação e permanência dos moradores atingidos no bairro. A construção das moradias ainda segue sem solução, bem como as áreas seguem desapropriadas e hoje, portanto, são áreas públicas, com

³⁹ Conforme a Lei Complementar nº 242/91. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1991/24/242/lei-complementar-n-242-1991-disciplina-a-concessao-do-direito-real-de-uso-aos-ocupantes-de-areas-de-propriedade-do-poder-publico-municipal>. Acesso em: 22 jul. 2021.

origem e destinação para reassentamento e regularização fundiária da Região Cristal.



Figura 37: Espacialização/localização dos terrenos desapropriados em 2011*

* Vitória do movimento comunitário. Terrenos indicados a Secretaria da Copa de Porto Alegre para desapropriação para fins de reassentamento na tipologia edifícios de apartamentos pelo minha casa minha vida sem mensalidades, a título de indenização pela casa atingida. Publicados como áreas de interesse público no Diário Oficial de Porto Alegre conforme decretos e datas abaixo:

- 1- Rua Comandaí 238 e 250, decreto nº 16.954 de 04/02/11 e Rua Comandaí 226 decreto nº 17.138 de 04/07/11;
- 2 - Rua Jaguari 553 decreto nº 16957 de 07/02/2011
- 3 - Av. Jacuí, decreto nº 17.415 de 04/11/11
- 4 - Av. Jacuí, decreto nº 17.416 de 04/11/11
- 5 - Rua Upamaroti 632, Decreto nº 16.951 de 04/02/11
- 6 - Rua Upamaroti 620, Decreto nº 16.948 de 04/02/11
- 7 - Rua Jaguari 516 e 526, Decreto nº 16.949 de 04/02/11 e Rua Jaguai 538, decreto nº 7.366 de 04/07/11
- 8 - Rua Jaguari 563 e 573, Decreto nº 16.981 de 10/03/11
- 9 - Rua Comandaí 423 e 435 esq. Rua Inhanduí, Decreto nº 16.953 de 04/02/11
- 10 - Rua Comandaí 485 e 501 esq. Rua Inhanduí, Decreto nº 16.950 de 04/02/11
- 11 - Rua Jataí 593 esq. Rua Raul Moreira, Decreto nº 17.017 de 04/04/11
- 12 - Rua Comandaí nº 585 esq. Rua Raul Moreira, não localizada o número do decreto e a data de publicação, mas consta da lei 716.

Fonte: elaborada pelo autor.

As áreas seguem desapropriadas, a memória coletiva desse movimento e de suas conquistas é algo a ser mantido vivo, por espaços como o Quilombo do Sopapo e por todas as lideranças comunitárias que seguem residindo na região. Esse material tem sido mantido em uso para processos formativos feitos pelo Coletivo *Imagens Faladas*, com estudantes das escolas públicas e também pelo Frop Cristal e Cruzeiro e pelo Conselho Gestor Comunitário do Ponto de Cultura. Ele é uma síntese daquilo que estava surgindo como potencial método de análise territorial, a partir da fotografia com dispositivo pedagógico.

3.2 *IMAGENS FALADAS*: RESIDÊNCIA ARTÍSTICA INTERAÇÕES ESTÉTICAS

Na oficina “Qual a lata da minha comunidade?” viveu-se a experiência de integrar a fotografia e a geografia para o desenvolvimento de novos saberes sobre o bairro e sua dimensão de território-lugar. A experiência do uso das fotografias articuladas a práticas da geografia contribuiu, nas ocasiões relatadas acima, com a organização comunitária para a luta ao direito à moradia e com a implementação de uma política pública de base comunitária na área da cultura.

O *Imagens Faladas* surge da trajetória da fotografia no Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, que teve origem com as oficinas de fotografia *pinhole* “Qual é a lata do Cristal?”. O Quilombo do Sopapo teve o reconhecimento do Ministério da Cultura como Ponto de Cultura, isso resulta numa condição de participar em outras ações da política pública Cultura Viva. Entre essas ações, havia o prêmio Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura, uma ação estruturante dentro do Cultura Viva, promovida pela Fundação Nacional das Artes – Funarte via editais de fomento para artistas residentes. Eduardo Seidl, fotógrafo, juntamente com Leandro Anton, educador e fotógrafo no Ponto de Cultura, apresentaram a proposta *Imagens Faladas*, que foi selecionada no edital de 2009.

A Residência Artística apoiava com uma bolsa os artistas residentes para um intercâmbio em Pontos de Cultura. É esta bolsa que tornou possível toda a ação do primeiro semestre de 2010, que resultou em oficinas fotográficas com duração de três meses, com dois encontros semanais. Dessa formação ocorreram os percursos fotográficos dos quais saíram as reportagens fotográficas feitas pelos jovens participantes para o livro ‘*Imagens Faladas – uma reportagem fotográfica sobre a memória do bairro Cristal*’⁴⁰, lançado em março de 2011. Ao final do período de oficinas, é constituído e fundado, entre os jovens e os educadores, o Coletivo Fotográfico *Imagens Faladas*, que é incubado como um dos Coletivos do Quilombo do Sopapo e segue atuante até os dias de hoje, nos bairros Cristal e Santa Tereza.

O projeto *Imagens Faladas* consolida um método de ação pedagógica envolvendo fotografia e geografia, sintetizando no livro um documento a partir da história oral do cotidiano da região Cristal e de atores sociais do bairro, promovendo uma interação entre gerações,

⁴⁰ Disponível em: <http://imagensfaladas.redelivre.org.br/2020/03/26/disponivel-livro-imagens-faladas-acesse-leia-e-viaje-numa-reportagem-fotografica-sobre-a-memoria-do-bairro-cristal/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

tecnologias e a cidade. Crianças, adolescentes e “jovens” produziram imagens fotográficas baseadas em histórias contadas por moradores do bairro, mais antigos do que os jovens repórteres fotográficos. O projeto almejava destacar as profundas transformações que a região sofreu, em poucas décadas, e os vínculos territoriais dos jovens atores sociais do coletivo em formação.

A proposta da interação estética entre o morador antigo, espécie de historiador e fonte de saber, e o jovem fotógrafo, produziu um retrato do bairro naquele momento histórico, mas com referências no passado. Construiu-se a imagem a partir da memória visual e oral do morador e as técnicas fotográficas já desenvolvidas pelos jovens, em outras oficinas no Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, destacando o contraponto das aparências temporais do P&B com o digital.

A residência artística – interação estética *Imagens Faladas* – aconteceu entre janeiro e julho de 2010. Foram produzidas sete reportagens fotográficas (Figura 38) sobre os bairros Cristal e Santa Tereza, por meio de oficinas de fotografia *pinhole*, com câmeras de caixas de fósforos. O contexto da residência artística está imerso no momento em que o Quilombo do Sopapo aprofundava sua leitura do território de atuação e também dentro de uma ambiência de muita pressão sobre as comunidades desse território, como abordado anteriormente, com o anúncio da Copa do Mundo.

Os temas do período giravam em torno: da tentativa de venda da área da Fase no Morro Santa Tereza; o anúncio da obra de duplicação da avenida Tronco; o interesse sobre a área das cocheiras do Hipódromo, por parte da Multiplan, dona do Barra Shopping; o leilão da área do Estaleiro Só. São exemplos do quanto estava agitada toda a região, sobre o futuro do bairro e, em especial, das vilas que lutavam por sua regularização fundiária, que se somavam a já histórica ação do Programa Integrado Socioambiental – Pisa, iniciada em 2002.

Desse modo, o projeto também respondeu à necessidade de criar possibilidades de enfrentamento à realidade de especulação imobiliária e direito à moradia. Para o *Imagens Faladas*, toda essa efervescência emprestou legitimidade às suas metodologias de trabalho. Os percursos realizados pelo *Imagens Faladas* tecem a rede de territórios-lugares, e dão prosseguimento aos processos cartográficos sociais que foram parte da elaboração do Quilombo do Sopapo a partir do seu Conselho Gestor Comunitário.



Figura 38: Espacialização/localização dos capítulos do *Imagens Faladas**

*1 – O nome das coisas (refere-se ao nome das ruas do Cristal, o nome do lugar);

2 - Campo do Neri (testemunho dos campos de várzea do Cristal que o complexo Barra Shopping extinguiu sete e nenhum outro foi gerado em contrapartida);

3 - As histórias que o Morro Santa Tereza guarda (FASE e vilas do território-lugar, a luta O Morro é Nosso);

4 - O dia em que Fone voltou ao Jockey Clube (maior área disponível que poderia resolver a luta pela moradia digna dos territórios-lugares do Cristal e o espaço de lazer que um dia existiu);

5 - O Cristal de Dona Terezinha e o Arroio Cavalhada (projeto integrado socioambiental laboratório da mudança na condução da política pública de habitação por parte do município);

6 - O Estaleiro Só do Seu Manuel (a retomada da intensidade da especulação imobiliária);

7 - A casa onde tudo se mistura (o encontro, a reunião, o afetivo que para os jovens o Quilombo do Sopapo torna-se).

Fonte: elaborada pelo autor.

Diante do processo de territorialização do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, no bairro Cristal, o *Imagens Faladas* assume a inquietação e a reflexão sobre o desafio de colaborar com a participação e a inclusão de novos agentes nas organizações de base comunitária, em coletivos e em movimentos locais comunitários pela luta dos direitos das comunidades mais ameaçadas pela especulação imobiliária.

A opção pelo trabalho com os jovens aproximou o *Imagens Faladas* da realidade das escolas públicas de educação básica do bairro e identificou, com essas instituições, a possibilidade de contribuir com maior diversidade de convívio coletivo desse ator social no cotidiano do bairro, para a produção de conhecimento. Além disso, a escola também é campo de análise e reflexão sobre as práticas socioespaciais, visto que ela também tem o papel de difundir os saberes da Geografia e, desse modo, apresenta uma potência para promover e

fortalecer os vínculos entre os jovens e o território-lugar. Nesse arranjo, o morador estudante tem, com a escola fundamental, ao menos nove anos de percurso, sendo que em quatro anos tem a Geografia como disciplina curricular. Já no ensino médio, são mais três anos de percursos com esse arranjo.

Soma-se ao entendimento que “a relação espaço-sociedade é modelada pelo tempo, ela se faz no tempo, ela é feita de tempos” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p. 17). O *Imagens Faladas* propôs o desafio de promover encontros entre diferentes temporalidades e realidades sociais presentes no bairro, a partir de uma diversidade de técnicas fotográficas. Um olhar para a construção da relação espaço-sociedade e para o processo de sucessão no território-lugar bairros Cristal e Santa Tereza, para valorizar a trajetória das famílias que constituíram suas vidas e a diversidade do dia a dia a partir dali.

A prática do bairro é desde a infância uma técnica do reconhecimento do espaço enquanto social [...] o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública. (MAYOL, 1996, p. 43-44).

A rotina do caminhar por percursos entre a casa e a escola instaura-se ainda na infância, para muitos. É um movimento no bairro, que tem o potencial de ser a base de uma cartografia social, em narrativas fotográficas. Observando a movimentação dos estudantes no bairro, foi proposta uma valorização desses percursos como práticas de iniciação à urbanidade, que partissem de experiências lúdicas e ampliassem o imaginário dos jovens sobre os trajetos cotidianos que realizam no bairro.

Néstor García Canclini (2007), ao falar do imaginário, na capacidade imaginativa para a construção do ator social, elucida e realça a fotografia como dispositivo de acesso às linhas de subjetivação. A fotografia é proposta, no projeto *Imagens Faladas*, como uma potencializadora da construção de narrativas, ativadora do imaginário que amplia a condição criativa e atualizadora do ator social, na sua elaboração crítica, a partir da afetividade com o território-lugar. A possibilidade de a fotografia atuar desde a ludicidade possibilita a expressão de dimensões da afetividade como linha de subjetivação para a formação e construção dos vínculos territoriais. Dessa forma, a ação político-pedagógica do projeto buscou facilitar as práticas socioespaciais dos jovens e o reconhecimento da importância da luta, do envolvimento, da manifestação e construção do pensamento crítico, em relação ao seu território-lugar.

Durante o projeto, foram provocados tanto um encontro entre diferentes gerações de moradores do bairro como entre diferentes gerações de tecnologias e técnicas fotográficas (Figura 39), que ampliaram o potencial lúdico das atividades de promover vínculos. Utilizou-se diferentes tipos de máquinas fotográficas: a câmera SLR profissional analógica com uso de filme 35mm, a versão *pinhole* em caixa de fósforos (câmera introduzida na residência artística), a câmera *pinhole* de lata (da extensão universitária) e as digitais.

Essa sensibilização do olhar por diversas gerações de câmeras converge para um encontro no digital, e coexistem no espaço virtual e material, impresso. A maturação desse método de trabalho, que resulta e se consolida com o *Imagens Faladas*, está presente desde as primeiras ações de territorialização do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. Essa experimentação das interações estéticas e geracionais, da fotografia e do diálogo com o território, pelas histórias de moradores presentes nos percursos fotográficos, produziu a primeira exposição, que materializou esse protagonismo dos atores sociais do lugar, do bairro. Os painéis-exposição (Figura 39) foram produzidos em 2008. Eles registram o encontro com o bairro Cristal, pela oficina de “Qual a Lata do Cristal?”, que a fotografia apresentou ao Quilombo do Sopapo. Ações continuadas até 2009 fizeram maturar e surgir o *Imagens Faladas*.



Figura 39: Painéis fotográficos da interação estética e geracional entre tecnologias fotográficas presentes na metodologia que dará origem ao projeto *Imagens Faladas**

* Na parte superior a estética *pinhole* da foto na lata, “Qual a lata do Cristal?”. No meio a estética do filme colorido 35mm nas câmeras analógicas e na parte inferior a estética digital que hoje está acessível a quem tem um celular. Neles estão os primeiros percursos nos territórios educativos do do Quilombo do Sopapo, as vilas Cristal e Pedreira e a Escola Loureiro da Silva, primeiro local de uma oficina fotográfica do Ponto de Cultura no Cristal.

Fonte: elaborado por Eduardo Seidl e Leandro Anton.

No *Imagens Faladas*, os atores sociais têm por objeto a apropriação do espaço cotidiano por caminhadas, por meio de práticas socioespaciais, como se pode ver a seguir. Ao provocar

diferentes afetações, ao aguçar o imaginário por interações estéticas e geracionais, os jovens participantes da residência artística acessam a memória coletiva e produzem narrativas fotográficas dos percursos cotidianos, para que possam “analisar os conteúdos sociais e dinâmicos que configuram os espaços geográficos” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p.29). Sendo assim, o “ator não é mais uma pessoa em geral, é uma pessoa que age” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p. 29).

Saionara Silva da Silva, participante do projeto *Imagens Faladas*, moradora da Vila Icarai I, às margens do Arroio Cavalhada, uma das oito comunidades⁴¹ afetadas pelo Programa Integrado Socioambiental (Pisa), repercute na sua rotina a importância da apropriação do espaço cotidiano na construção do sujeito discursivo, do ator social (FERREIRA, 2017). Sua narrativa revela a relação de pertencimento ao bairro como Vila Icarai I, em que é visível a dúvida, ou, talvez, a presença da ausência de reconhecimento desse pertencimento da Vila Icarai I na composição como bairro Cristal. Essa dúvida ou indicativo de conflito, entre o bairro formal e informal.

“Morar num bairro e falar, bom, que moro no bairro Icarai, no bairro Cristal mas não saber né porque mora ali sabe, nunca me interessei em saber o significado deles, a importância do bairro ali né, que muita gente vem ali, viu o bairro crescer ser construído ali, pra mim foi bem interessante conhecer, conheci mais o bairro na verdade, eu saía com o Leandro rua a fora para tirar fotos do nome das ruas, tinha ruas que eu nunca tinha entrado, lugares que eu nunca tinha conhecido, então foi mais um aprendizado para mim conhecer mesmo o meu bairro mais ainda né, porque minha trajetória era só da frente de casa pro colégio e do colégio pra casa, então nem meu próprio bairro eu conhecia, mas a partir das fotos que eu tirei eu comecei a conhecer o bairro”. (Depoimento de Saionara Silva da Silva para o documentário *Imagens Faladas*, 2012).

⁴¹ Atualmente, são seis comunidades, pois as Vilas Foz Cavalhada e Icarai II já foram totalmente removidas. As famílias que ali residiam foram reassentadas em unidades habitacionais no loteamento Campos do Cristal, num condomínio no bairro Camaquã e muitas receberam bônus moradia. Portanto, a previsão do PISA que era de reassentamento no Bairro Cristal para as famílias que optassem não se cumpriu. Há uma exceção entre as oito comunidades que compunham as Vilas do Arroio Cavalhada, que é a Vila Hípica. Esta comunidade que também fazia parte das intervenções do PISA, obteve o desmembramento de sua área e conseguiu a regularização fundiária da Vila, que tem distanciamento de 30 metros das margens do Arroio. Com esta condição também recebeu a construção de unidades habitacionais que permitiram as obras de infraestrutura de pavimentação e saneamento de toda a comunidade cumprindo os requisitos básicos para a obtenção da regularização fundiária e da Concessão do Direito Real de Uso dos terrenos para cada família, entre ela a de Dona Teresinha, uma das personagens do livro *Imagens Faladas* – uma reportagem fotográfica da memória do bairro Cristal.



Figura 40: Saionara nos caminhos casa e escola, fotografando os nomes das ruas no idioma Guarani, em 10 de abril de 2010.

Foto: Leandro Anton.



Figura 41: Fotos da reportagem fotográfica “O Nome das Coisas”, 21 de abril de 2010

Fotos: Saionara Silva.

O depoimento de Saionara indica que a memória coletiva a ser compartilhada passa por diálogos intergeracionais e que a fotografia como dispositivo pedagógico provoca o estranhamento no percurso cotidiano, por suas descobertas como abertura e ou identificação de seus vínculos territoriais, da Vila Icarai com o Cristal, de ser parte do bairro. Não menos importante está na sua descrição a presença e a valorização da prática socioespacial como educação popular, e da intencionalidade da metodologia em fazer despertar ou significar diálogo, mantendo o protagonismo de cada geração no encontro.

“Por exemplo, a placa Jataí indicava que aquele nome fazia referência à Guerra do Paraguai. Isso me chamou muita atenção, eu nunca iria imaginar que esse nome vinha da Guerra do Paraguai. Bom, para falar a verdade, eu nunca tive interesse de saber os motivos de tantos “is” nas ruas do Cristal. Até o meu pai sabia que o nome que está nesta placa se refere ao local de uma batalha da Guerra do

*Paraguai, eu achei demais. Mas, agora, tenho interesse em descobrir a identidade das ruas do bairro onde eu moro. Inhanduí significa lugar onde o avestruz macho bebe água. Icaraiá, água santa ou água benta. Curupaiti, lugar de águas brancas, cristalinas, cheia de pedregulhos, e assim por diante. Quem sabe de cada uma dessas histórias é Nasson Remedi de Souza, morador do Cristal há quase 40 anos e dono de uma curiosidade ilimitada para esse tipo de coisa”. (Trecho da reportagem fotográfica *O nome das coisas*, escrito por Saionara Silva da Silva).*

O relato de Saionara destaca a construção ou revelação de vínculos territoriais a partir do espaço como produto social, do morar e do estudar, espaços de saberes e de relações sociais coletivas. Esse percurso é, também, uma conexão diária entre o bairro “informal” e o “formal” para a população que mais usa as escolas públicas do bairro. É importante ressaltar o movimento de ligação de espaços, de rotina do percurso, que conecta o território-lugar e a escola, sendo um equipamento comunitário que, ao se abrir para relações com outros espaços comunitários, visibiliza e estende a sua real territorialidade, reconhecendo as comunidades e o bairro como território educativo de seu fazer.

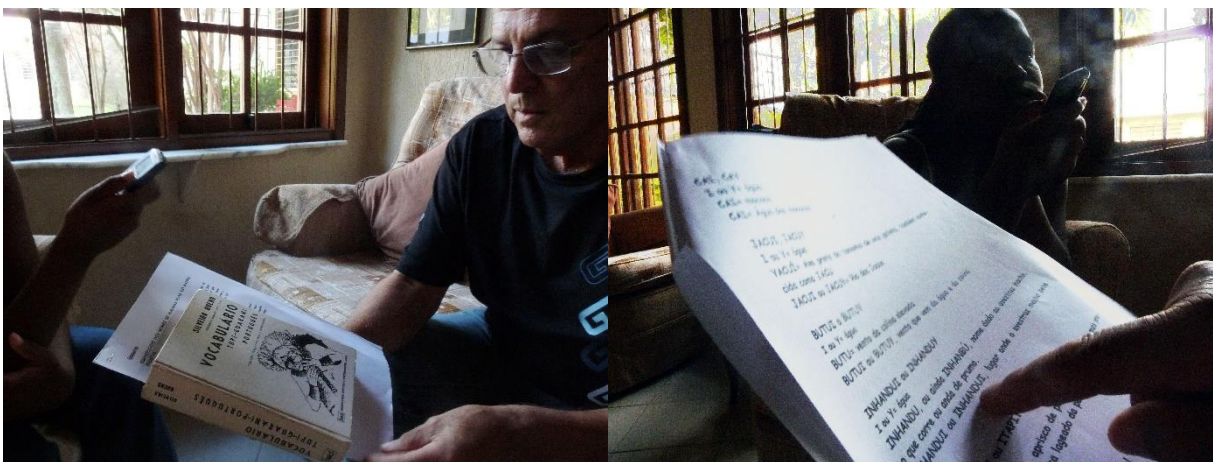


Figura 42: Saionara entrevista Ramedi*

* Ramedi é morador da Rua Inhanduí, onde o avestruz macho bebe água. Ramedi, que, por curiosidade, comprou um dicionário de Tupi Guarani para traduzir o nome das Ruas do Cristal. Entrevista realizada na casa de Ramedi em 21 de abril de 2010.

Foto: Leandro Anton.

Figura 43: Ramedi imprimiu a relação de nomes das ruas do Cristal com as respectivas traduções para entregar durante a entrevista à Saionara*

* A história oral na entrevista transcrita passada para o papel torna-se texto da reportagem fotográfica e *Imagens Faladas* com as fotografias das placas.

Foto: Leandro Anton.

O movimento da prática socioespacial no espaço cotidiano está associado às ações primárias dos jovens que integram o coletivo na sua temporalidade cíclica. Um processo geracional assentado no tempo inaugural de construção de relações sociais com o lugar, com o bairro, o que demonstra que a produção das narrativas fotográficas tem um assento na

apropriação da memória coletiva dos atores envolvidos, como apropriação do espaço vivido (lugar) e percepção do espaço político (território) como educativos, uma ação pedagógica para uma iniciação na participação político-comunitária do bairro.

A experiência, oriunda do processo de territorialização do Quilombo do Sopapo, que tem na obra *Imagens Faladas* um dos seus frutos, demonstrou que a articulação entre a fotografia e a geografia, bem como a produção de análises territoriais, poderiam participar das práticas de uma organização comunitária e cultural como o Quilombo do Sopapo e contribuir para o fortalecimento do laço com as escolas e com o bairro. A fotografia atuou como um processo e uma linguagem para a produção das narrativas, tanto na geografia como na arte. Concomitantemente, pôde atuar como facilitadora da alfabetização espacial de um bairro. As múltiplas potencialidades da fotografia instigaram a propô-la como artefato, processo, linguagem e técnica utilizada em caminhadas, em percursos de apropriação e enunciação do espaço bairro.

3.3 ALFABETIZAÇÃO ESPACIAL: AMPLIAÇÃO DAS RELAÇÕES DA FOTOGRAFIA COM A GEOGRAFIA

Com o advento dos programas que disponibilizam ferramentas pela internet, como os aplicativos de imagens satelitais, têm-se a possibilidade de operá-las em uma reunião comunitária de bairro. Além disso, a estética fotográfica é acolhida com muita força, atualmente. Ela é acessível tanto como imagens satelitais, por aplicativos, como pode ser produzida por câmeras, ambas situações portáteis nos aparelhos celulares, oportunizando a autonomia para sua produção e inter-relação. A intimidade com a fotografia retroalimenta, por afinidade estética, os mapas produzidos sobre imagens satelitais e pode conduzir a construção de práticas socioespaciais.

[...] por um lado, tornam-se claras as implicações políticas dos mapas, podemos falar, por outro lado, da emergência de políticas cartográficas, em que os mapeamentos são eles próprios objeto da ação política. E se ação política diz especificamente respeito à divisão do mundo social, podemos considerar que na política dos mapeamentos estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que articula-se às próprias disputas territoriais. Essas disputas, por sua vez, tendem a acirrar-se, mais ou menos explicitamente, quando as formas socioterritoriais estabilizadas sofrem alterações significativas – como é o caso das transformações socioespaciais associadas à liberalização das economias no final do século XX – ou quando a própria atividade mapeadora sofre os efeitos de mudanças técnicas que permitem expandir seu campo de ação e o universo de sujeitos nela

envolvidos, como é o caso recente do advento das tecnologias digitais na produção cartográfica. (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 14).

Os mapas sempre fizeram parte da alfabetização na geografia, a leitura deles sempre esteve presente nas suas ações, e os mapas participativos espacializam e territorializam o lugar como prática do cotidiano. Mapas, cartografias, são sinônimos do fazer e da produção de conhecimentos geográficos. Imagens satelitais são base cartográfica e de construção de mapas, o que esteticamente traz a fotografia para compor também o imaginário de ser uma fonte de conhecimento para o movimento comunitário. Percebe-se que tanto o fazer de fotógrafo quanto de geógrafo contribuíram para construir representações do espaço do bairro Cristal e do território de atuação do Ponto de Cultura.

As narrativas desses territórios-lugares e de suas comunidades, reconhecidas pelos moradores, seguem pouco visíveis ou ocultadas como parte ativa e construtora da cultura e da memória coletiva que Porto Alegre e seus bairros exaltam e se orgulham possuir. Um fato que contribui para essa invisibilidade ou visibilidade estereotipada está na narrativa verbal e imagética difundida por longo período na mídia de massas, em produtos televisivos, radiofônicos e impressos, de acesso cotidiano, que, quando expunham esses territórios-lugares e suas comunidades, o faziam predominantemente em momentos de violência e de outras situações indesejadas pela população que vive na cidade formal e informal.

As narrativas da mídia costumam usar termos pejorativos e ambiências estereotipadas, superficiais, para retratar a periferia: becos, rua A ou D conectadas e ambientadas por uma paisagem com tipologias de construções de moradias com lajes que aguardam um segundo piso, casas que não possuem reboco externo e ausência de pavimentação nas ruas e acessos desses territórios-lugares. As narrativas das mídias de massa associam a esta paisagem da estética da favela, rotineiramente, momentos negativos e violência. Isso é uma distorção não só estética, mas também da realidade e cotidiano desses lugares, o que esconde a responsabilidade histórica do Estado brasileiro em não ter políticas públicas de habitação popular e regularização fundiária continuadas.

Nisso reside a pertinência de construção do pensamento crítico, a partir da realidade do espaço cotidiano do entorno das escolas públicas, a partir dos percursos que a comunidade escolar faz, diariamente, para chegar até a escola. É uma conexão entre cotidiano e livros didáticos, com as áreas de conhecimento e temas da Geografia, fazendo convergir para o espaço

cotidiano as representações da História, Literatura, Artes, Sociologia, Filosofia. A prática socioespacial com a fotografia, ao usar as câmeras escuras e laboratórios, insere a Física, a Química e a Matemática, enquanto que o caminhar contempla a Educação Física, o meio ambiente, a Biologia, a Ecologia e a arte. Materializam a ressignificação do espaço cotidiano pela reciclagem de materiais, latas e caixas, como câmeras fotográficas, dá projeção à óptica, usando papel cartão para ver a imagem se formando e sendo captada invertida, provoca a reflexão sobre o manejo dos químicos dos laboratórios e a importância do descarte consciente desse tipo de resíduo. Há uma infinidade de atributos e criações interseccionadas nessa prática, que a torna alfabetizadora. A alfabetização, conforme Castrogiovanni e Costella (2007, p. 32):

[...] permite o desenvolvimento da capacidade das relações e da aplicabilidade. Assim, para um futuro leitor de mapas ou de espaços geográficos, é necessário que o mesmo, primeiramente, passe pela situação de mapeador e participante direto de discussões sobre os espaços trabalhados e, após, como leitor desses espaços.

Como citado anteriormente, essa definição de alfabetização espacial de Castrogiovanni e Costella (2007) não se restringe ao espaço físico e tampouco ao conhecimento de geografia, mas tem para a Geografia uma condição de fazer convergir para o trabalho com o território, com o lugar, a paisagem e o bairro, as áreas de conhecimento diversas, constituindo uma alfabetização que repercute em todo projeto político-pedagógico da escola e com participação comunitária. É um movimento de territorialização da escola e de fortalecimento dos vínculos de territorialidade da comunidade com esse espaço de convergência e de diversidade sociocultural, que é a escola pública, presente em todos os bairros de uma cidade.

A alfabetização espacial pode impactar ativando o convívio entre colegas de uma escola no bairro, conectando, em contrarrotas, condomínio de apartamentos com os becos na Vila Ecológica ou Pedreira, ou seja, o convívio de trajetórias sociais e de classes sociais. Da mesma forma, as práticas pedagógicas socioespaciais, que ocorrem em percursos de rua, dentro do bairro, revelam e possibilitam a apropriação da teia de caminhos que ligam as diversas partes do bairro, para abordar importância de práticas sociais como as do orçamento participativo e da relação deste com o direito à cidade, pela regularização fundiária no bairro.

Práticas que conectem os estudos e livros didáticos com a realidade da comunidade escolar e que deem possibilidades, às disciplinas, de provocar e produzir um pensamento crítico sobre como a ausência de regularização fundiária reflete na reclusão de jovens, que cumprem medidas socioeducativas nas unidades da Fase e na dos Serviços de Atendimento

Socioeducativo - Sase. Ambas atendem jovens que têm a mesma idade dos que estão nas escolas do bairro. Que relação tem a regularização fundiária com os serviços públicos dentro das vilas e a existência ou não de equipamentos públicos de convívio dentro das áreas irregulares, sejam creches, escolas, praças, quadras esportivas e espaços para andar com *skate* ou *roller*, ou uma sala para acessar internet pública e assistir a um vídeo ou escutar uma música?

Percebe-se que a fotografia pode tanto ocultar quanto explicitar relações de poder no território. Para Sontag (2004, p. 12), “[...] as fotos são meios de tornar “real” (ou ‘mais real’) assuntos que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar”. A narrativa da cidade informal, realizada pelos grandes conglomerados midiáticos, em geral oculta intencionalidades, e parte significativa delas está relacionada aos processos de exclusão social e de manutenção de uma ignorância socioespacial.

Para Raffestin (1993, 144), “[...] o território é a prisão que os homens constroem para si”. Feições desse aprisionamento, como o espaço tornado propriedade, uma mercadoria, um modo de produção de mais valia, são centrais para o poder capitalista criar espaços e populações vulnerabilizadas. Isso se constitui como um modo de dominação do capital via Estado, pela irregularidade fundiária. Desse modo, é importante que se discuta esse tipo de dimensão da produção do território. Ao longo da prática como educador e pesquisador, percebeu-se que a ampliação da relação entre fotografia e geografia poderia contribuir para pensar o bairro Cristal como um dispositivo social e cultural urbano, com potencial para a alfabetização espacial, a partir da análise das práticas socioespaciais que ali se dão.

Segundo Sontag (2004), a linguagem fotográfica está ligada à documentação de fatos reais. Desse modo, pode-se apreender que é uma linguagem que pode sensibilizar e estar relacionada com a fonte de informação e conhecimento, com grande poder de comunicação e que alcança todas as classes sociais de uma comunidade atualmente. Temas ligados à geografia social também se apresentam como fatos reais no espaço cotidiano. E a fotografia pode contribuir com a sua comunicação e ampliação dos pontos de vista sobre eles, quando realizadas a partir dos atores sociais locais e não só da lente dos grandes conglomerados midiáticos. A fotografia é uma linguagem contemporânea disseminada e acessível como texto visual. Benjamin (2017, p. 70) diz que: “‘O analfabeto do futuro’, disse alguém, ‘será aquele que não sabe ler as fotografias. E não o iletrado’. Mas não será praticamente um analfabeto o fotógrafo que não saber ler as suas próprias fotografias? Não se tornará a legenda parte essencial da

fotografia?”



Figura 44: Fotografia produzida com câmera *pinhole* feita de lata, utilizando filme de raio X*

* Foto produzida na oficina “Qual é a lata do Cristal?”, na vista da Vila Ecológica para o vale do Bairro, que sugere uma prática socioespacial que é o andar de SKATE, mas que não tem espaço nas comunidades e nem pavimentação que permita do morro com o carrinho. A fotografia com uma arte torna-se uma narrativa dos vínculos do ator social com o lugar e suas práticas socioespaciais pela paisagem.

Foto: Coletivo *Imagens Faladas*.



Figura 45: Fotografia produzida com câmera *pinhole* feita de lata, utilizando filme de raio X*

* Foto produzida na oficina “Qual é a lata do Cristal?”, na vista da Vila Ecológica para o vale do Bairro, que sugere uma prática socioespacial que é o andar de SKATE, mas que não tem espaço nas comunidades e nem pavimentação que permita do morro com o carrinho. A fotografia com uma arte torna-se uma narrativa dos vínculos do ator social com o lugar e suas práticas socioespaciais pela paisagem.

Foto: Coletivo *Imagens Faladas*.

Nesse tema, também se percebe outra relação entre o fazer do geógrafo e do fotógrafo na representação do espaço. Ambos lançam mão de práticas como a construção de textos para legenda, o uso de símbolos e o caminhar pelo espaço, por exemplo. Tanto a fotografia como a geografia beneficiam-se quando contribuem para o desenvolvimento de habilidades para leitura de imagens. Segundo Benjamin (2017), os processos imagéticos e imaginários são parte da alfabetização atual e essa alfabetização não pode abrir mão da relação dos narradores com a

escrita, sobre os lugares e seu cotidiano. Desse modo, compreende-se que tanto a geografia como a fotografia fazem uso de uma linguagem complexa, que se potencializa quando utilizam imagem e palavra (Figuras 44 e 45). A proposta do projeto *Imagens Faladas* instigou a escrita, a fala e a relação da imagem com a alfabetização espacial, por meio de diferentes tecnologias da informação.

A experiência oriunda do processo de territorialização do Quilombo do Sopapo, que tem na obra *Imagens Faladas* um dos seus frutos, demonstrou que a articulação entre a fotografia e a geografia poderia participar das práticas de uma organização comunitária e cultural, como o Quilombo do Sopapo.

A fotografia é o instante captado e não o movimento congelado (Figura 44). Instante captado e movimento congelado tão pouco são sinônimos. A fotografia não congela nem o tempo nem o movimento, fotografia é fragmento temporal e espacial, e seu quadro visível não é uma moldura que confina, ela é uma janela aberta, que compõe um todo. Ela é parte do tempo e do movimento-espço, que fazem dela o instante captado como fotografia, como escrita visível de um contexto invisibilizado, mas apreensível como conhecimento e processo histórico de que a fotografia é parte. A fotografia é a fixação de um fragmento da realidade (COSTA; REIS JÚNIOR; STEINKE, 2014). É um artefato construtor de memórias coletivas.

A fotografia está na prática, como um processo e uma linguagem para a produção das narrativas, tanto na geografia como na arte. Concomitantemente, pode atuar como facilitadora de um potencial método de alfabetização espacial, pela educação popular de um bairro. As múltiplas potencialidades da fotografia instigaram a propô-la como linguagem e técnica, que opera artefatos e que tem seu fazer por meio de caminhadas, percursos, nos quais acontecem apropriações e enunciações do espaço bairro. Dessa forma, apresenta-se a condição de utilizar a proposta de bairro e fotografia como um dispositivo, no projeto *Imagens Faladas*.

Essa aceção comum entre fotografia e bairro, destacada como um dispositivo (Figuras 44 e 45), convoca a abordar referenciais do conceito de dispositivo, para compreensão de como ele está presente no *Imagens Faladas* e na articulação geografia e fotografia.

3.4 DISPOSITIVO

As primeiras duas dimensões de um dispositivo [...] são as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação. [...] Cada dispositivo tem seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que

nasça ou desapareça o objecto que sem ela não existe. [...] Se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz – mas é também a dos regimes de enunciado. [...] Não são nem sujeitos nem objectos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc. Em terceiro lugar, um dispositivo comporta linhas de forças [...] cobrem os trajectos de uma linha a outra linha, estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer [...]. É a «dimensão do poder», e o poder é a terceira dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos. É uma linha composta com o saber, tal como o poder (DELEUZE, 2015, p. 84-86).

A partir das experiências realizadas com as ações que derivaram do projeto *Imagens Faladas*, constituíram-se a fotografia e o bairro como dispositivos para produção de vínculo territorial. Será tratado do modo como, a partir do estudo realizado nesta dissertação, em que se construiu um aprofundamento e uma sistematização dessa proposição.

A fotografia é um dispositivo artístico e pedagógico, operado pelos atores sociais, para captar a paisagem do bairro. A paisagem pela fotografia, a partir do visível fala do invisível. Instiga pertencimento e reconhecimento do bairro como território-lugar. A fotografia e a paisagem, o visível e o enunciável, como conhecimento e revelação da memória coletiva presente nos vínculos territoriais. O tempo visível no espaço como historicidade do espaço social. A estética da favela é uma paisagem cultural da paisagem urbana, produtora de vínculos de territorialidade e de imaginários. A fotografia apresentada em meio impresso, no papel, ou em um visor, na tela, é o visível. Demonstra relação de tempo com o regime de luz utilizado para fazer a imagem, captar a espacialidade, a paisagem. São as linhas do visível e do enunciável, presentes na prática. A fotografia como dispositivo permite dominar os códigos dos regimes de luz, tornando-os uma extensão do olhar do ator social que está produzindo o ato fotográfico.

A utilização de diferentes artefatos para produção das fotografias do bairro visa a sensibilização do olhar, para aguçar a percepção dos regimes de luz, com uma estética de passado e, ao mesmo tempo, onírica. As câmeras *pinhole*, câmeras escuras, têm essa produção fotográfica carregada de tempo (Figura 44), de observação e também é produtora de imaginário e estranhamento. O uso desses diferentes artefatos, que produzem estéticas fotográficas e representações da paisagem diversificadas, também atuam como elementos lúdicos no processo educacional. Nesse fazer reside o dispositivo pedagógico, orientado pela ludicidade, para que o artístico e o estético, que passará a compor esse dispositivo, possibilitem a apropriação da técnica com a intencionalidade do fazer, das escolhas.

O ato fotográfico é uma politização dos aspectos físicos e técnicos da fotografia. É uma composição das curvas de visibilidade com as curvas do enunciável (o bairro, o espaço cotidiano, dispositivo social e cultural), o ver e o dizer. Esse ato político e artístico é o enunciado da intencionalidade, captada na observação, é um estranhamento nos percursos cotidianos, por meio de experiências diversas com o tempo, e instiga a explicitação das linhas de força no caminhar pelo bairro e nos encontros que produz. Ampliar a percepção dos regimes de luz da fotografia contribui para percepção das lutas, das disputas e das relações sociais e suas desigualdades históricas, tangíveis na paisagem e territorialidades. Esse ato, que envolve tempo, espaço e técnica politizada, pode tornar enunciável e visível a apropriação da memória coletiva, um dos regimes de luz da historicidade dos lugares.

A fotografia, no *Imagens Faladas*, atua como processo pedagógico e como uma das linguagens utilizadas, em relação às curvas de enunciação referentes aos percursos no bairro, que é parte do método da produção das narrativas fotográficas. No ato de caminhar pelos percursos com uma câmera fotográfica, seja ela de lata, caixa de fósforos ou profissional (o celular, hoje, já não é estranho na paisagem cotidiana atual), se está exposto aos encontros que vão construindo a apropriação do espaço e a possibilidade de identificação e ou construção dos vínculos territoriais. É importante ressaltar que esse é, também, um momento performático do ator social, pois portar câmeras é parte da visibilidade do fazer e do ator social, de sua ação e territorialidade, de seu reconhecimento dentro do bairro. “Para detectar o status de um sujeito ator-agente, a linguagem passa a ser considerada transparente, não apenas de palavras, mas de ação. E neste patamar da argumentação, o sujeito ator é um agente performativo na e da linguagem.” (FERREIRA, 2017, p. 624).

Essa composição, que é parte da ação da prática socioespacial *Imagens Faladas*, apresenta-se como as linhas de força interiores aos dispositivos fotografia e bairro, um exercício de participação para se aproximar da terceira dimensão do espaço. Como destaca Deleuze (2015), é uma possibilidade de exercer poder e deter saber pela produção de conhecimento. O dispositivo bairro revela-se no reconhecimento histórico da constituição do lugar em que os atores vivem, da abertura para o diálogo entre gerações e dos estranhamentos que são produzidos no percurso cotidiano. Esse vai e vem entre o visível e o enunciável apresenta a terceira dimensão do espaço, o poder e o saber, o conhecimento que vai transformando-se em pensamento crítico, as linhas de força dos dispositivos que descobrem a memória coletiva e dão

sentido ao espaço cotidiano. É nessa relação fotografia com a geografia a partir do espaço cotidiano, que é perceptível que o bairro é um dispositivo social e cultural. Espacializa a inserção dos atores sociais na urbanidade, na história dos lugares e no pertencimento e reconhecimento de suas trajetórias. Um exemplo da atuação da fotografia e do bairro como dispositivo pode ser visto logo a seguir.

Conforme relatado anteriormente, as primeiras ações do *Imagens Faladas* aconteceram em meio a definição de Porto Alegre como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, no ano de 2009. A definição da sede evidencia como se opera, no lugar, a mobilidade do capital global e como ele é posto para especular, no entorno do estádio sede da copa, o Beira-Rio. Hoje, a duplicação da avenida Tronco ainda não está concluída, mas tanto o empreendimento no Pontal do Estaleiro, em fase final, como as obras para a construção de 18 novas torres residenciais, na antiga área das cocheiras, área com 16ha, já iniciadas, passam a se revelar no cotidiano e a afetar negativamente as comunidades nas áreas sem regularização fundiária do Cristal. Uma das afetações negativas mais evidentes são todas as áreas que foram desapropriadas pelo movimento comunitário Chave Por Chave, do Comitê Popular da Copa (Figura 37), que seguem vazias, sem uma única unidade construída. E as famílias, que saíram de suas casas, seja por áreas de risco, na Vila Pedreira, seja para a obra de duplicação da avenida Tronco, seguem, parte delas, em aluguel social. É uma década de aluguel social, sendo que muitas famílias já abandonaram essas casas alugadas e não se sabe qual a localização dessas pessoas.

Um dos primeiros indicativos dessa mobilidade do capital global foi o projeto de lei⁴² que visava a autorização do legislativo estadual ao executivo, para permuta ou venda de uma área de 74 há, no Morro Santa Tereza, pertencente à Fundação de Atendimento Socioeducativo - Fase. Sobre essa área pública, existem seis comunidades já constituídas, há mais de quatro décadas. Entre elas, a Vila União Santa Tereza, na qual uma das jovens da primeira turma do *Imagens Faladas*, iniciada em janeiro de 2010, fazia parte. Cristina é uma das autoras do livro e produz parte da reportagem fotográfica “As Histórias que o Morro Santa Tereza Guarda”. Em 2012, ela dá um depoimento para o minidocumentário⁴³ produzido pelo Coletivo Catarse, sobre

⁴² Publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 14 de dezembro de 2009 com o número 388/2009 que autoriza a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul – FASE a alienar ou permutar imóvel situado no município de Porto Alegre. Para acessar o texto na íntegra <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20091218-01-100234/EX20091218-01-100234-PL-388-2009.pdf> .

⁴³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5e-MW9d99pI>. Acesso em: 17 jan. 2021.

a experiência de produção do livro *Imagens Faladas* – uma reportagem fotográfica sobre a memória do bairro Cristal:

“Bom, as fotos que a gente fez é mais levado para a luta do Morro Santa Tereza, o impacto da copa, né, das pessoas que teriam que sair de suas casas, assim por, nem sabendo o motivo, daí foi voltado pra isto que eu fiz as fotos.... na real no começo eu não queria fazer nada assim, do lugar onde que eu morava né e daí no fim das contas, ahhh, deu a maior repercussão sobre isto, foi a primeira vez que eu participei de alguma coisa assim que movia tanta gente por uma causa legal, ah, eu acho que fala um pouco sobre a luta, a luta dos moradores de sair pras ruas, e protestar, principalmente que foi um povo mais velho também e não a garotada, daí eu achei isto interessante de registrar”. (Cristina da Rosa Nascimento, depoimento minidocumentário *Imagens Faladas*, 2012).



Figura 46: Praça do Paço Municipal de Porto Alegre em 11 de março de 2010*

* Concentração do primeiro ato de rua do movimento *O Morro é Nosso*.
Foto: Cristina Nascimento.

O relato de Cristina e a fotografia feita em um dos atos do movimento *O Morro é Nosso* revelam o enunciável e o visível presentes na fotografia e no bairro. Eles compõem a trajetória de um percurso no qual fotografia e o espaço cotidiano tornam-se conhecimento pela participação na ação (Figura 46). Essa ação faz com que nasça ou seja identificada essa historicidade em que as lutas sociais e os regimes de luz tornam nítido o objeto de luta e também identificam quem está ameaçando o território-lugar. Cristina apresenta, em suas reflexões, uma crítica e análise da historicidade do lugar que não a afetava antes da experiência com o *Imagens Faladas*. A experiência parece contribuir com a sua construção como ator social do lugar onde vive. O depoimento demonstra a apropriação do espaço e da memória coletiva presente na luta

pelo Morro Santa Tereza. O dispositivo pedagógico fotografia e bairro está presente no *Imagens Faladas*, contido na análise narrativa de Cristina dialogando com “[...] o vaivém entre o ver e o dizer [...]. É a ‘dimensão do poder’, e o poder é a terceira dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos. É uma linha composta com o saber, tal como o poder” (DELEUZE, 2015, p. 84-86).



Figura 47: Fios de eletricidade puxados da Rua Prisma e que abasteciam as moradias da União Santa Tereza*

* Vila União Santa Tereza, Morro Santa Tereza em 17 de abril de 2010.

Foto: Cristina Nascimento.



Figura 48: Canos

Foto: Cristina Nascimento.



Figura 49: Piche no acesso que conecta a rua Prisma ao beco onde Cristina mora

Foto: Cristina Nascimento.



Figura 50: O texto surge das histórias pela oralidade*

* Entrevista de Cristina com José Gabriel, primeiro morador da Vila União Santa Tereza, 22 de maio de 2010.

Foto: Eduardo Seidl.



Figura 51: Entrevista com Dona Cecília, moradora da Vila Gaúcha (antiga Buraco Quente) desde 1978 (07 de abril de 2010)

Foto: Eduardo Seidl.

“Ah, uma foto que eu achei tri de ter tirado, foi quando a gente vai entrar na União, tem muito fio, muito fio e bah... acho aquilo ali tri ruim, curti tirar aquela foto, porque queriam nos tirar dali sabe, sem nenhum motivo e sem nenhum porque,

*claro, tinha um motivo, tirar os vileiros e colocar os playboy e tipo bah, olha só o estado da vila e ao invés deles arrumar aquilo ali, a gente não tá pedindo muito sabe, a gente tá pedindo o que é nosso por direito, ao invés deles arrumar aqueles fio lá, botar um relógio para cada um né, daí cada um paga a sua conta e não!, eles não fazem isso, só querem tirar o pessoal da vila. E eu tirei também umas fotos de uns canos que tavam estragados, que às vezes é nós mesmos que arrumamos, nós moradores sabe, ao invés disto deveria ser o governo que deveria tá arrumando aquilo ali e não arrumam sabe, e daí querem tirar a 'negrada' dali, que, com muito sacrifício, botou piche, com muito sacrifício, puxou uma água. Que pelo menos a água foi a única coisa que eles arrumaram lá, foi o encanamento da água, sabe, e acham que é muito ainda, eu achei tri ter tirado fotos disto aí, estas fotos". (Cristina da Rosa Nascimento, depoimento minidocumentário *Imagens Faladas*, 2012).*

Existe um sentido de lugar, que é um espírito e uma esperança de fazer do lugar algo que acolha os desejos de mudança de uma população. O êxito da luta do movimento *O Morro é Nosso* contou com a presença de outros movimentos, como o ambientalista, e os movimentos de luta pela terra, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e também o Levante Popular da Juventude (núcleo orgânico do bairro e das vilas), que trouxe esse sentido de lugar inserido nos processos de resistência no mundo (MASSEY, 2000), seja de outros países por onde passaram os megaeventos esportivos, seja de outras capitais brasileiras onde comunidades também estavam lutando pelo direito de permanência em seus territórios.



Figura 52: Emaranhado de fios acesso da União Santa Tereza, abril de 2010*

* A retirada do projeto de lei que permitiria, se aprovada, fazer a permuta ou a venda da área da FASE é feito em 28 de junho de 2010. Cristina como educanda no *Imagens Faladas*.

Foto: Cristina Nascimento.



Figura 53: Rede de alta tensão no topo do Morro Santa Tereza para conectar aos relógios individualizados (canto direito da foto)*

* Transformador num dos acessos da União Santa Tereza, caminho que conecta a União com a Vila Ecológica. Cristina no centro da foto, como educadora no *Imagens Faladas*, guiando a turma no percurso Morro Santa Tereza, maio de 2016.

Foto: Leandro Anton.

Tal sentido de lugar reforça a definição de bairro como dispositivo social e cultural naquilo que Deleuze, a partir da abordagem sobre dispositivo, na obra de Foucault, estrutura e qualifica o conceito de dispositivo também por caminhos, linhas de força. As diferentes linhas de um dispositivo repetem-se em dois grupos: nas linhas de estratificação ou de sedimentação e nas linhas de atualização ou de criatividade (DELEUZE, 2015). As linhas de sedimentação são aquilo que se consolida numa cultura, num tempo, o que estabelece uma hegemonia histórica. Pode-se vê-las nas paisagens e na divisão espacial do território que compõe o espaço social urbano e sua base cotidiana, que são os bairros. A paisagem surge como um dos regimes de luz do espaço e desses tempos; é um texto para leitura da historicidade dos lugares, também chamados de linhas de estratificação, de sobreposição de tempos presentes no lugar.

Por sua vez, as linhas de criatividade são as que estão por fazer a transformação, a atualização. Como exemplo, propõe-se pensar na transformação da paisagem do emaranhado de fios (Figuras 47 e 52) se transformando em uma linha de alta tensão (Figura 53), resultado da luta pelo direito à moradia digna, como foi feito pelo movimento O Morro é Nosso. Essa mudança de paisagem foi registrada por diferentes jovens que participaram do *Imagens Faladas* e compõe seu acervo fotográfico sobre o bairro. Cristina, primeiramente, vivenciou esse percurso como jovem participante da primeira turma do *Imagens Faladas* (Figura 50) e, posteriormente, também vivenciou como educadora (Figura 53) do Ponto de Cultura. Na foto da linha de alta tensão, a visibilidade e o enunciado no espaço, na paisagem, de uma conquista de direito à cidade, de escrita da história dos lugares pela memória coletiva dos atores que moram em áreas irregulares, tornado texto também por narrativas fotográficas.

Para Cristina, educanda-repórter fotográfica, a aproximação da memória coletiva do lugar em que reside surge na luta pela defesa da comunidade, do território-lugar União Santa Tereza (Figura 54). Ao perceber a repercussão da luta (regime de luz), despertou sua ação no *Imagens Faladas* e o interesse em falar sobre sua vila se enunciou como parte da narrativa da luta da União Santa Tereza, o que a fez partícipe do movimento. Ver, dizer e saber é a tríade dos dispositivos (DELEUZE, 2015) avivando seus vínculos territoriais.

Linhas de sedimentação estão presentes na constituição do bairro Cristal. O bairro como área administrativa, como norma ou estrutura cartográfica administrativa, é um regime urbanístico de controle e uma forma de moldar o que é permitido e o que não é aceito enquanto expressão de uso e ocupação do solo. Isso se dá na dimensão fundiária da regularidade como

sinônimo de propriedade, que tem sua autenticidade numa escritura cartorial, o que, na correlação de forças capital x inclusão social, faz com que a terra seja considerada mais como mercadoria do que como um direito humano, um direito à cidade.



Figura 54: Comunidades existentes na área de 74ha pertencente à Fundação de Atendimento Socioeducativo*

* Espacialização/localização da investida da especulação imobiliária ao final de 2009 na Região Cristal -

1- Complexo Beira-Rio;

2 - Estaleiro Só;

3 - Área da FASE;

A - Vila Ecológica;

B - Vila União Santa Tereza;

C - Vila Figueira;

D - Vila Santa Rita;

E - Vila Gaúcha;

F - Associação de Moradores da Padre Cacique;

Alfinete branco mancha azul - Complexo Bara Shopping;

Alfinete Verde mancha amarela - Quilombo do Sopapo.

Perímetro lilás Região do OP e Bairro Cristal.

O Ponto A Marca local da vista da capa do livro *Imagens Faladas*;

O Ponto B o local do acesso a União Santa Tereza do emaranhado de fios e do acesso por onde chegou a eletrificação após a vitória do Movimento o Morro é Nosso.

Fonte: elaborada pelo autor.

É como se a irregularidade fundiária fosse algo assimilado por quem opera o sistema formal de terras como uma reserva de ativos para um mercado futuro. A mobilidade do capital opera mecanismos associados à escritura da terra e propriedade, gesto que é uma constante

ameaça aos territórios-lugares, além de evidenciar que a existência dessas comunidades é ignorada como passível de compor a cidade formal. Vale lembrar que o texto do projeto de lei nº 388/2009 (RIO GRANDE DO SUL, 2009), que objetivava a venda ou permuta da área da Fase, no período que antecedeu a copa do mundo, não citava a presença de mais de três mil famílias e suas casas (Figura 54). Para o capital, ali encontrava-se uma área com vista para o Guaíba e seu pôr do sol, vizinha ao estádio sede da Copa do Mundo de Futebol. A área teve sua ocupação por moradias iniciada na década de 1950, década na qual ocorreu a primeira Copa do Mundo no Brasil.

Porém há, nos dispositivos, um segundo grupo das linhas de sedimentação, as que lhe resistem. Essas são as potenciais fissuras que podem ser geradas na cidade mercadoria. Movimentos sociais de bairro, como O Morro é Nosso, são diálogo enquanto linhas de sedimentação que resistem, pois são os moradores atingidos pela mobilidade do capital global que se potencializam, se essas forem conectadas com as linhas de atualização, de criatividade. O Morro é Nosso é essa linha de atualização e o *Imagens Faladas* buscou apresentar-se como pertencente a essa linha de atualização nas práticas socioespaciais do bairro, assim como as cartografias sociais e participativas, o Orçamento Participativo ou planejamentos participativos.

São linhas de atualização que promovem processos de politização de técnicas na luta pelo direito à cidade, de educação popular cotidiana e de alfabetização espacial coletiva. Identificam-se como práticas socioespaciais que disputam e constroem vínculos e territórios como uma produção socioespacial emancipatória e não mercantil “[...] para trazer à tona como um dispositivo nunca será capaz de capturar até o fim as relações às quais se aplica. Para analisar um dispositivo de poder, ele nos diz, devemos sempre nos referir ao que lhe resiste”. (CHIGNOLA, 2014, p. 38).

Se, para Cristina, não havia interesse em produzir uma narrativa sobre a sua vila, pois ela não tinha, do lugar, motivos que o tornasse algo a ser registrado como relevante para uma produção fotográfica e textual para um livro, o movimento O Morro é Nosso gerou conexão com sua criatividade, e também afirmação da luta de periferia e de sua identidade. O movimento e sua ação político-pedagógica é uma *ação cultural para a liberdade* (FREIRE, 2011), que ativou a memória coletiva de Cristina e a fotografia traduziu essa memória nas narrativas da luta pelo território do morro e tornou-se (Figura 53) o que, na educação, Freire (2011) define como:

Profetismo e esperança que resultam do caráter utópico de tal forma de ação, tornando-se a utopia como a unidade inquebrantável entre a denúncia e o anúncio. Denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais. Anúncio e denúncia não são, porém, palavras vazias, mas compromisso histórico. (FREIRE, 2011, p. 102).

O pensamento crítico de Cristina traduziu-se nas fotos da infraestrutura (Figuras 47, 48 e 49), mas também em perceber que os mais velhos (Figuras 50 e 51) conduzindo o movimento tinham histórias sobre a trajetória de vida dela e do seu lugar até então ignorado e ou negado, a União Santa Tereza, as quais tinham importância para ela contar ao mundo.

Nesse conflito ou inquietação, a relação da fotografia com o espaço geográfico bairro ressalta a aceção destes como dispositivos pedagógicos e socioculturais para a construção de vínculos territoriais, ao serem parte de uma prática socioespacial. Conforme o pensamento de Paulo Freire (2011, p. 98) sobre práticas ou ações da educação popular, ele define que

[...] a educação como prática para a liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

Trata-se de uma prática com um projeto político pedagógico entre a fotografia e o espaço cotidiano dessa condição de ser uma prática de educação popular para uma alfabetização espacial. Essa condição caracteriza a possibilidade de materialização daquilo que Deleuze (2015) destaca, na obra de Foucault, como produções de subjetividade que saem dos poderes e dos saberes de um dispositivo para se reinvestir noutro, sob outras formas que hão de nascer.

Nesse reinvestir, encontra-se uma lacuna para potencializar a relação pedagógica entre a fotografia e o espaço cotidiano e dar visibilidade a movimentos sociais de bairro, em disputas que se instalam nos territórios-lugares, valorizando a memória coletiva e os vínculos territoriais que afloram nesses momentos e tensionamentos. “O sujeito se faz e se produz livremente, não como uma consciência ou interioridade, mas como um projeto ou uma flexão da inventividade e da liberdade, tornando-se o ‘processo de subjetivação’. Por sua vez, uma linha de subjetivação é um processo e um ‘dispositivo’.” (CHIGNOLA, 2014, p. 9).

A operação da linha de atualização de um dispositivo por um ator social pode ocorrer por meio daquilo que Sontag (2004) propõe como definição da fotografia: exercício de poder, de participação, de produção de conhecimento, de ponto de vista, exercício de se apropriar do objeto fotografado, no caso do espaço cotidiano, do bairro na relação com o território-lugar,

ponto de chegada e partida rotineiro do ator social produtor dessas narrativas.

Um dispositivo é o que conecta lógicas heterogêneas e formas do discurso marcadas por anonimidade e ligadas a tecnologias. Um dispositivo, talvez se poderia dizer, é o que é formado pelo cruzamento entre uma proveniência e uma posterior derivação de linhas, o ponto em que é possível captar a operatividade específica de um poder (CHIGNOLA, 2014, p. 38).

3.5 ALÉM DO PROJETO *IMAGENS FALADAS*: A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E VÍNCULOS TERRITORIAIS A PARTIR DE UM COLETIVO FOTOGRÁFICO

O espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais (SOUZA, 2013). Essa definição de espaço como um produto social não significa que o autor sugere que o condicionamento que o espaço exerce no cotidiano seja um engessamento das relações sociais, deixando-as imutáveis. Com a definição, ele ressalta que o espaço é parte indissociável da desigualdade social e que, para ocorrer justiça social, é necessário transformar a organização espacial. O espaço preestabelecido é parte fundamental para a produção de sentido e entendimento do mundo e também de tempo e de modelagem da construção de relações da pessoa com o lugar, constitui as relações cotidianas, seja de trabalho, de estudo ou de moradia.

O espaço social, no caso o bairro e sua diversidade territorial interna, é um condicionador das relações espaço-sociedade. As transformações pelo direito à cidade convocam as coletividades, em muitas situações, ao tensionamento das relações diante do Estado e dos proprietários de terras. São tensionamentos que exigem estabelecer ações que promovam a leitura crítica do espaço cotidiano, ressaltando o quão importante são as práticas espaciais. A partir delas,

[...] estabelece-se o entendimento de que pretender mudar as relações sociais sem mudar a organização espacial (não somente no que concerne ao substrato material, mas também aos territórios e lugares) seria mais que inútil, um verdadeiro contrassenso. Em um nível de significativa ambição, a mudança da sociedade concreta rumo a uma maior justiça social, portanto, não admite ser entendida e tampouco é muito menos conquistada como uma mudança meramente das relações sociais; há de se concebê-la como pressupondo também, simultaneamente, uma mudança do espaço social. Ela terá de ser, pois, uma mudança socioespacial. Quanto às práticas humanas orientadas nessa direção, elas não deverão ser somente práticas sociais sem conteúdo espacial ou espacializante explícito: práticas espaciais se fazem, seguramente, imprescindíveis, e é por isso igualmente imprescindível elucidá-las e valorizá-las. De toda maneira, qualquer transformação social relevante, independente de seu conteúdo

ético-político, é impensável à revelia do espaço. (SOUZA, 2013, p. 236-237).

É possível apreender, da abordagem de prática espacial colocada por Souza (2013), uma relação com a abordagem de prática social proposta por Lefebvre (2013, p. 92): “Deve englobar a produção e reprodução em locais específicos com os grupos espaciais de cada formação social, e que como prática assegure a continuidade dentro de uma coesão relativa”. Considera-se que essas proposições contribuam para alcançar a justiça social, como direito à cidade e ao território, com a participação dos atores sociais dos lugares como os bairros Cristal e Santa Tereza, território de atuação do *Imagens Faladas*. São esses espaços que remetem a compreender e abordar a prática espacial como uma ponte entre as relações sociais e o espaço, como conclui Souza (2013, p.239). Toda prática espacial é uma prática social.

En este esfuerzo por producir totalizaciones -no totalidades- que se saben relativas y modificables, lo imaginario y las representaciones que nos hacemos de lo real, aparecen como componentes importantes. Ese sería el núcleo de la problemática epistemológica de los Imaginarios. También es legítimo hablar, como se hace, de los imaginarios a partir de las prácticas sociales de actores que no tienen la pretensión de construir ciencia ni conocimiento científico. En parte corresponden a la misma dinámica: se trata de ocuparse -con la imaginación- de cómo funciona el mundo y cómo podrían llegar a funcionar los vacíos, los huecos, las insuficiencias de lo que sabemos. Esta tarea la hacen los actores sociales, políticos, los individuos comunes. (CANCLINI, 2007, p. 90).

Com a prática socioespacial, Cristina Nascimento manifesta o desejo de mudar a realidade em relação ao lugar de sua moradia, que tem a infraestrutura precária e que seguiria precarizada caso a vitória do movimento não ocorresse, com a retirada de votação do Projeto de Lei nº 388/2009,⁴⁴ em 09 de junho de 2010. Com a vitória, obteve-se também a garantia de instalação da rede de distribuição elétrica para as vilas, fato que se consolidou em 2016. O desencaixe entre identificar a possibilidade do lugar da Vila União Santa Tereza ser esse território para ocorrer a mudança que busca uma vida digna é que talvez não levasse Cristina a pensar em falar sobre sua vila, sua comunidade. A luta do O Morro é Nosso fez desse evento um elemento real para a prática socioespacial, na qual ela estava instigada a refletir sobre o espaço cotidiano, dar visibilidade a ele e, conseqüentemente, ao seu vínculo territorial.

Com a intersubjetividade no diálogo entre gerações, destacado por Cristina, ao perceber

⁴⁴ Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20100203-01-100000/EX20100203-01-100000-PL-388-2009.pdf> e <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2010/06/por-que-o-governo-retirou-o-projeto-388/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

que eram pessoas mais velhas que estavam puxando a luta, o movimento foi detonador de um processo de encontro para apropriação da memória coletiva do passado e do presente. Por um lado, é produção de conhecimento e, por outro, de reconhecimento de pertencer a um processo histórico socioespacial comum. Essa conexão geracional e também histórica está muito marcada no seu depoimento e, junto a ele, as fotografias que ela produziu, dois anos antes da entrevista. É uma definição de espaço social.

Essa conexão geracional e também de narrativa fotográfica é objeto de atuação no *Imagens Faladas* e sustenta o foco de ter como ator social o jovem, como processo de participação via linguagens de rápida manifestação e de forte impacto, como são a fotografia e seu potencial produtor de imaginários que conectam tempos e gerações distintas numa única imagem. Uma cartografia social que gera reflexões coletivas quando compo narrativa e apresentada em distintos formatos e suportes, que podem ser exposições, livros, percursos traçados em imagens satelitais, mostra coletiva de fotografias de um mesmo percurso e lugares pouco visíveis nesse tipo de apresentação.

O *Imagens Faladas* aparece como um método possível para produção de conhecimento, de apropriação da memória coletiva e revelador de lugares, muitas vezes não reconhecidos pelos próprios atores envolvidos na ação, como um território de futuro e de permanência, de sucessão. Esse também é um encontro entre a cidade formal e a cidade informal presentes no bairro. A escola pública é esse espaço de convergência de classes sociais e da diversidade territorial, para a Geografia articular a extensão da escola no espaço cotidiano como território educativo das práticas de alfabetização espacial.

Giordana e Ana Luíza ingressaram no *Imagens Faladas* quando eram estudantes do Colégio Estadual Paraná, escola com ensino médio e que tem sua comunidade composta, majoritariamente, de moradores dos bairros Cristal e Santa Tereza. Tanto Giordana quanto Ana Luíza, residiam no bairro Cristal, nos conjuntos de blocos de apartamentos. O fato de morarem na parte formal do bairro e serem colegas de moradores das Vilas Ecológica, Cristal e Pedreira (Figura 61) não foi suficiente para terem contato com a diversidade territorial do bairro e entenderem o todo do bairro. Pensar a geografia social a partir do ensino médio não deu conta de adentrar as paisagens do Cristal e Santa Tereza para falar da injustiça social a partir da produção de conhecimento existente no lugar.

Após se afastarem do coletivo, por mudança de rotina em suas vidas (Giordana, por ter

ingressado no curso de enfermagem, e Ana Luiza, por trabalho), produziram espontaneamente textos, com *Imagens Faladas* (Figuras 56 a 60), dos percursos que fizeram como coletivo fotográfico. Textos que postaram no grupo do coletivo, no *Facebook*. Deleuze (2015) tem uma reflexão sobre educação: que o processo de aprendizagem exige o encontro com a solidão, ou seja, um tempo lento, o tempo das reflexões para a produção de um pensamento crítico. E aqui complementa-se que esse encontro com a solidão exige, antes, viver a experiência que irá oportunizar este processo de aprendizagem. Uma experiência não estritamente teórica, mas inaugurada por temas geradores que estão no cotidiano da cidadina, como ensina Freire (2011). E esses temas geradores no *Imagens Faladas* são movidos pelos percursos.

Os depoimentos de Ana e Giordana são reveladores de que a fotografia e o bairro são dispositivos potentes para a educação popular e para a investigação de temas geradores a partir da metodologia do percurso e do encontro com os narradores, para a produção de *Imagens Faladas* como narrativa dos vínculos territoriais:

“O que dizer [...]. Bateu saudade e não é a primeira vez! Tentei escolher as fotos que eu particularmente mais gosto, mas é difícil, todas as fotos produzidas pelo coletivo são importantes pra mim e pra minha gurizada, todas nos transmitem uma mensagem... Essas fotos foram tiradas a mais de um ano, e eu não canso de observar cada uma delas, claro que nos nossos arquivos tem milhares, e Giordana, são reveladores, todas são incríveis! Cada detalhe foi feito com muito amor e dedicação, as pin lux, a exposição e até os almoços. Eu queria agradecer ao pessoal da casa de cultura, os meus mestres Leandro Anton, Cristina Nascimento, ao nosso filósofo particular Oscar e aos meus colegas que fizeram dessa época uma das melhores fases da minha vida... Cresci muito com eles e aprendemos juntos o valor das coisas, e várias outras lições que certamente eu levarei pro resto da minha caminhada! Não tem palavras que expressam o que eu sinto pelos nossos trabalhos, gratidão se encaixa um pouco, mas é mais do que isso... Obrigada por terem entrado na minha vida, por me mostrarem o outro lado da moeda e como a banda toca! Eu sou feliz por ter conhecido vocês, o Pirulito, a Dona Ana, os nossos "guias" nas saídas fotográficas e até os cachorros que nos seguiam! A aprendizagem com vocês foi tão grande que passei a pensar de outro jeito desde os nossos primeiros encontros e conversas... Saudade disso! Os corres da vida nos afastaram, mas não nos separaram, ainda trabalharemos juntos se depender de mim! Eu amo vocês, cada um com sua personalidade... Obrigada minha gurizada medonha!” (Giordana Grohmann, 02 de dezembro de 2015).



Figura 55: Território Lugar, Vila Pedreira*

* 1100 famílias moram na pedreira desativada no final da década de 1970. Comunidade passível de regularização fundiária, porém são necessários reassentamentos de moradores das áreas de risco e também para alargamento de vias. Áreas desapropriadas no Cristal para as famílias atingidas pela duplicação da Avenida Tronco podem absorver estes reassentamentos.

Foto: Leandro Anton.



Figura 56: Roda de conversa na casa de Dona Ana.

* Momentos de encontros para a escuta dos narradores da história dos lugares. Escuta para a produção de *Imagens Faladas*.

Foto: Leandro Anton.



Figura 57: A identidade entre atores sociais*

* A performance do fotógrafo, a linguagem gera diálogos nos percursos. A fotografia lida como texto. Giordana compartilha sua produção.

Foto: Fernanda Medeiros.

“Essa foto é tão importante pra mim! 2014 foi um ano de muitos aprendizados pra mim e um deles foi quando eu entrei para o coletivo fotográfico Imagens Faladas, uma das minhas melhores escolhas, o caminho que eu pude entender que a vida não é um conto de fadas. Pessoas que fizeram parte do momento em que eu estava me tornando alguém ciente das minhas ações, me tornando uma cidadã. Nesse coletivo pude aprender a respeitar o próximo, pude aprender o quão importante é você escutar as pessoas, mas acima de tudo foi nesse mesmo coletivo que eu me tornei um ser pensante (hahaha). Por meio das fotografias que eu tirava eu sabia que passava minha opinião e minha visão de tudo... se vocês soubessem o quanto foi gratificante (e ainda é) poder fazer parte de algo tão grande quanto é esse

coletivo!!! Já fazem dois anos dessa foto, e eu me lembro bem de quando subi na Vila Pedreira. Eu simplesmente não acreditava no que via [...] ahhh, e a Dona Alzira? impossível esquecer [...]. Vim por meio deste agradecer pelos mestres Leandro e Cris, sem vcs eu não teria aprendido tanto quanto eu aprendi (e continuo aprendendo)! O que eu sinto pelo coletivo e pelo Quilombo é um sentimento de expansão, sempre crescendo. Sem palavras pra vocês, pelo que fazem até hoje! Vocês são fodas, e eu me sinto lisonjeada de poder ter aprendido tanto com vocês!” (Ana Luíza Brito, janeiro de 2016).



Figura 58: Dona Alzira, após o trabalho, tocando violão na área antes de ir para a igreja*

* Final da tarde, dia de semana na Vila Pedreira.

Foto: Ana Luíza Brito.



Figura 59: Ana Luíza fotografando Dona Alzira (foto no alto)

Foto: Leandro Anton.



Figura 60: Ana Luíza na parte superior da Pedreira*

*A alfabetização espacial pela paisagem, o contraste entre a cidade formal, visível e a informal, invisível. Tão longe e tão perto.

Foto: Leandro Anton.



Figura 61: Percurso Território Educativo Vila Pedreira*

* Para produzir a exposição fotográfica Pedreira em Foco foram feitas duas caminhadas no percurso Território Educativo Vila Pedreira. O traçado Vermelho com saída do Quilombo do Sopapo. O traçado Azul com saída do Colégio Estadual Paraná.

Fonte: elaborada pelo autor.

Conforme Pires (2010), é na perspectiva da complexidade que a análise territorial se dá, na contemporaneidade. As práticas socioespaciais são ações que fazem parte dessa complexidade, para estabelecer novas horizontalidades, constituir atores sociais, necessários para a construção do direito à cidade, ao território e à paisagem enquanto expressão cultural das comunidades, dos povos e dos lugares.

3.6 UM ATOR SOCIAL: COLETIVO *IMAGENS FALADAS*

Como conceito para ator social, é importante ressaltar que pessoa não é o indivíduo que está pensando só em si, mas o que já está com um olhar para o mundo, para a coletividade. É um pressuposto metodológico para a entrada do ator, este como a entidade propícia para “analisar os conteúdos sociais e dinâmicos que configuram os espaços geográficos” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p. 29).

O enlace do encontro de tempos no espaço bairro tem, com os estudantes de escolas públicas e moradores das áreas em situação de irregularidade fundiária, a base para constituir um ator coletivo. Santos (2004, p. 259) enfatiza que “[...] para isso é indispensável insistir na

necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual”.

Após a experiência do projeto *Imagens Faladas*, foram sendo propostas novas experiências, que constituíram a fotografia e o bairro como dispositivo de atuação do coletivo fotográfico que se formou e da prática profissional do autor desta dissertação como fotógrafo e geógrafo. Pela complexidade e exigência que é a produção de um livro fotográfico e também pela constituição do coletivo fotográfico e pela necessidade de manter ações de produção fotográfica que seguissem como processo formativo para o grupo que se formou e, ao mesmo tempo, aberto a compartilhar a ação fotográfica com novos interessados, foi necessário estabelecer formatos de tempos e durações que pudessem se adaptar à demanda.

Em todas elas, sempre salientando o objetivo de ter uma produção coletiva que pudesse ser exposta fisicamente, seja para uma atividade de um turno, seja para de quatro encontros, ou para de quatro meses. Assim surgiu o projeto *Imagens Faladas* e suas metodologias para constituir uma diversidade de formas para as oficinas fotográficas, o que poderá ser compreendido no próximo capítulo, no qual cada uma das atividades será detalhada. Foi a partir do conjunto de atividades que surgiram as oficinas de foto na lata, com laboratório feito para escolas, num turno somente de encontro e que permitia, ao final, cada criança ou jovem ter uma fotografia revelada e uma exposição virtual para ser compartilhada. Essas oficinas permitiam construir artefatos e usar eles também com câmeras fotográficas digitais e montar exposições de um percurso fotográfico com 30, 40 fotografias. Também era permitido, inclusive, ter outras produções publicadas como livro, o que ocorreu em 2017, com o livro *Inova SUS* e, em 2019, com o livro *Presença da Ausência*.

Pelas razões expostas anteriormente, o *Imagens Faladas* propõe-se a compor experiências coletivas fotográficas com jovens e, dessa forma, tornar-se, como coletivo, um ator social do bairro. É parte da sua concepção o reconhecimento da escola como um espaço cultural comunitário e os caminhos que conectam os jovens à escola, os percursos inaugurais para a prática socioespacial, como ação constituidora desse ator. Essa decisão produz um arranjo institucional no território, que objetiva dar legitimidade e estabelecer confiança para uma acolhida e abertura da comunidade aos processos e às ações produzidas por este ator coletivo. O coletivo fotográfico *Imagens Faladas* almeja, assim, ser um ator orgânico do lugar, um ator endógeno ao bairro.

Esse arranjo local é inaugurado a partir do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, dentro do qual o coletivo *Imagens Faladas* surge e se desenvolve. Esse vínculo faz o *Imagens Faladas* ser respaldado politicamente, pela perenidade de um equipamento cultural no território, com ações acessíveis ao público das escolas públicas e também aos moradores do bairro. Por essa razão, o Quilombo do Sopapo se insere-se como um ente institucional e configura com a casa-família e a escola-comunidade, um arranjo territorial local que instiga e articula o surgimento de atores sociais coletivos a partir da acolhida de jovens.

Essa condição de manutenção de vínculo e incentivo de permanência desses jovens em grupos, ocorre pela política de incubação de coletivos e projetos do Ponto de Cultura no campo do audiovisual, da percussão e do teatro de animação. Além disso, o espaço disponibiliza uma biblioteca comunitária, uma sala de acesso à internet e cursinho popular pré-vestibular. Esses coletivos e espaços que vão surgindo, por sua vez, ampliam a legitimidade do Ponto de Cultura e consolidam sua territorialidade no bairro. O Quilombo do Sopapo, como incubadora de práticas de cultura e educação, vem se consolidando como instituição do bairro Cristal e acolhendo diferentes atores, desenvolvendo diversos modos de relação ao longo do tempo. Permite que os jovens se aproximem ou se distanciem, conforme seu momento de vida, e promove um movimento de vinculação ao Ponto de Cultura e ao bairro.

Essa atuação busca a construção de atores engajados ao território-lugar bairro Cristal. O elo inaugural para o processo de construção do ator social coletivo é a oferta de oficina ou curso de produção fotográfica pelo Ponto de Cultura. Considera-se que esse é o primeiro momento em que os jovens indicam, ou melhor, manifestam, sua intenção, seu interesse de participar da ação proposta, manifestando um interesse considerado como exercício de sua condição de agente, o elo inaugural para o processo de construção do ator social coletivo.

No entanto, mesmo que ator não seja a mesma coisa que agente (ator está ligado à função e agente à ação), este ator não deixa de ser um sujeito agente de ação concreta. É um ator participante de um coletivo, não mais falado, mas falante e atuante. [...] Para detectar o status de um sujeito ator-agente, a linguagem passa a ser considerada transparente, não apenas de palavras, mas de ação. E neste patamar da argumentação o sujeito ator é um agente performativo na e da linguagem (FERREIRA, 2017, p. 624)



Figura 62: A PinLux, câmera *pinhole* feita de caixa de fósforos*

* Demonstração de seu uso. Eduardo e Nicolás observam. Grupo do *Imagens Faladas* na residência artística de 2010.

Foto: Leandro Anton.



Figura 63: Percurso na Vila Ecológica*

* Câmeras analógicas 35mm nos pescoços, a performance da linguagem nos becos dos territórios-lugares. O coletivo construindo o ator social.

Foto: Leandro Anton.



Figura 64: Momentos de análise sobre as produções fotográficas

Foto: Douglas Oliveira.



Figura 65: Performance reproduzindo a cena*

* Carlos no momento das análises coletivas das produções fotográficas dos percursos. Seleção de fotos para o livro e exposição.

Foto: Douglas Oliveira.



Figura 66: Autoretrato ou *selfie* com uma câmera *pinhole**

* A descoberta de uma caixa de fósforos é uma câmera.

Foto: Elincoln Lucas.

Nas experiências posteriores ao projeto *Imagens Faladas*, na iniciação de novos integrantes ao coletivo, com as técnicas fotográficas e com o uso dos equipamentos, é comum os participantes optarem pela produção de fotos de autorretrato, ou *selfie* (Figura 66), como é enunciada contemporaneamente. A relação de interação e interdependência no grupo vai se expressando pelo gesto de pedir apoio ao outro, para que esse faça um retrato de si, durante o tempo em que o grupo está caminhando pelo bairro, para fotografar. A construção do ator social coletivo é percebida na prática socioespacial, nos atos fotográficos, para a produção da fotografia pelo diálogo do olhar, pela observação. É possível perceber a transição do grupo para um coletivo, pelo movimento e posicionamento dos agentes da ação, que vão compondo uma espacialidade, para gerar pontos de vista múltiplos sobre a cena e o território, não mais exclusivamente sobre si, tendo o bairro como pano de fundo.



Figura 67: Painel fotográfico “Olhe ao redor”*

* Fotografias no percurso Arroio Cavalhada, comunidade Nossa Senhora das Graças. Encontro com uma moradora em que quatro fotografias são produzidas da cena por pontos de vistas distintos, ação do ator social coletivo fotográfico *Imagens Faladas*.

Fotos: Eduardo Seidl, Leandro Anton, Elincoln Lucas e Douglas Oliveira.

É possível identificar, na sequência de fotos intitulada “Olhe ao Redor”, essa iniciativa de formação do ator social coletivo, de performance da linguagem na ação, de função no encontro, de observação dos movimentos que estão construindo uma cena. Assim como a ação do fotógrafo, que enuncia que algo importante está por acontecer e que ele, o ator fotógrafo, é parte do acontecimento. A prática socioespacial no bairro pode ser um dispositivo de politização da técnica pelo ato fotográfico coletivo: ato político e discursivo, carregado de intencionalidade. A sequência de fotos (Figura 67) e a legenda apresentam um ator coletivo de bairro e não mais a representação de um indivíduo.

[...] as linhas traçam o sujeito individual, chega a sujeito social, do sujeito social chega-se ao ator – o sujeito que assume uma função social a qual deve e quer desempenhá-la – e por tal função age, cuja agência permite que adquira a propriedade de agente. Ao assinalar que sua agência tem um propósito, se torna protagonista de uma ação social que visa à transformação e à mudança (FERREIRA, 2017, p. 636).

É importante observar que há uma profundidade e complexidade nesta cena de composição coletiva. A percepção da espacialidade se dá na observação, sem suporte tecnológico de telas digitais, é no imaginário e nas valências do corpo humano que está a construção desse tempo e espaço. Luz e distâncias percebidas no olhar e sincronidade do ato fotográfico pela decisão coletiva, na voz de um dos agentes, tudo observado de forma serena por quem é o motivo da parada e do encontro no percurso da Vila Nossa Senhora das Graças, uma moradora com seu filho.

No painel “Olhe ao redor” (Figura 67), predomina a fotografia produzida por câmeras *pinhole*, feitas de caixas de fósforos, utilizando filmes 35mm. Portanto, não há apoio das telas LCDs, nem tampouco de fotômetros analógicos ou digitais, porém há, também, a presença da câmera digital na interação, em diálogo no tempo e espaço, compartilhados como presente. Este uso de tecnologias distintas, que possuem tempos distintos para o seu fazer fotográfico, evidencia na performance do ator coletivo e na sua linguagem o sentido metodológico do diálogo de gerações da linguagem fotográfica dentro do processo de diálogo de gerações de moradores. É uma conexão dos dispositivos fotografia e bairro, para a revelação da historicidade do espaço cotidiano conectada à historicidade do conhecimento e fazer fotográfico. O ator coletivo vai criando corporeidade no seu fazer.

A partir da prática socioespacial, cria-se uma condição de acontecer, o que Ferreira (2017) define como sujeito discursivo, o nosso ator coletivo, como coletivo fotográfico

composto de jovens que passam a agir relacionando a sua trajetória como base de conhecimento para transformar sua realidade ou torná-la visível com seu próprio discurso, porém disputando a narrativa de seu lugar, ou melhor, construindo uma narrativa do lugar e pelo lugar, de seu território perante o mundo, como atores sociais.



Figura 68: Painel fotográfico do percurso Vila Pedreira*

* A foto superior é a mencionada por Maria Eduarda no seu registro textual no site do *Imagens Faladas*. A foto inferior esquerda é de uma das ruas da Pedreira que promove a vista do perfil do Cristal mudando com as torres de vidro ao fundo. A foto inferior direita é do encontro com Dona Alzira. Percurso realizado nos dias 01 e 11 de novembro de 2014.

Fotos: Maria Eduarda Bortoli.

Maria Eduarda, que fez parte do coletivo entre 2014 e 2015 e participou da ação Sensibilização do Olhar - Territórios Educativos do Colégio Estadual Paraná, em que cursava o ensino médio, indica que o *Imagens Faladas* é ator social por ter uma função na alfabetização espacial, que resulta em construção de vínculos entre os territórios-lugares, escola e Quilombo do Sopapo. Seu comentário no site do *Imagens Faladas* ressalta o quanto o ato fotográfico mantém a memória coletiva e a função da prática socioespacial:

“Nenhum olhar fotográfico seria capaz de registrar a riqueza do olhar desse menino, que guardo com tanto carinho lembrando também de seu sorriso. O Coletivo Imagens Faladas, que tanto me alegro de poder ter participado, preenche uma das lacunas existentes na educação pública e tem o poder de transformar nosso olhar sobre a vida. Espero que seja apoiado e expandido cada vez mais e continue tocando a vida das pessoas”. (Maria Eduarda Bortoli).⁴⁵

O jovem, em um coletivo fotográfico, como agente comunitário, tem nas atividades, propostas por este, a possibilidade de agir e também de vir a integrar a condução desse ator social coletivo. Assim como, também, construir seus vínculos territoriais, revelando-lhes como sujeito discursivo, como ator social, manifestando suas escolhas na produção de conhecimento dos territórios-lugares que estão em disputa, para visibilizar o seu direito à cidade.

Se em toda ação-agente o protagonista age com um propósito, neste propósito, ele “mergulha nos acontecimentos a fim de potencializá-los criativamente, ‘inventando formas de viver na diferença, sem impor um consenso, um controle regulador” (GALLO, 2007, p. 35). E na criatividade se esconde um emaranhado de astúcias, que Certeau (1994), chama de táticas e estratégias. A tática depende do tempo, vigiando o momento das possibilidades de ganho, para transgredir as regras instituídas, ou melhor, transformar os acontecimentos em ocasiões. (FERREIRA, 2017, p. 632).

Trazer a tática, a estratégia, a ocasião e os acontecimentos pela criatividade. Assim, o *Imagens Faladas* vai se construindo como um ator endógeno, que é aquele “[...] originário e impregnado dos lugares nos quais ele vive, aos quais ele se identifica plenamente e prioritariamente” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p. 33). O *Imagens Faladas* origina-se com a pretensão de se tornar um ator endógeno, um coletivo fotográfico de bairro e do bairro, com reconhecimento em todos territórios-lugares do Cristal. Sua incubação é feita num espaço cultural comunitário, o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. É importante observar que o coletivo fotográfico também é construído para colaborar com a territorialização do Quilombo do Sopapo.

Por essa referência, o *Imagens Faladas*, em seu início como residência artística, é um projeto com vínculo no bairro, junto ao Quilombo do Sopapo. O *Imagens Faladas* tem sua primeira composição orientada pela atuação territorial do Ponto de Cultura. É no Quilombo do Sopapo que se produz a ação que irá resultar no livro e na formação do coletivo fotográfico, ao final da residência, composto por jovens moradores dos territórios-lugares Vila União Santa

⁴⁵ Disponível em: <http://imagensfaladas.redelivre.org.br/banco-de-imagens/territorio-educativo-colegio-estadual-parana-mais-cultura-nas-escolas/percurso-pedreira-na-foto/menino-e-o-cao/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Tereza, Vila Cruzeiro, Vila Icaraf I, Vila Nossa Senhora das Graças e pelos educadores fotógrafos do Ponto de Cultura.

Porém, ao mesmo tempo, para os integrantes do coletivo, ele pode ser entendido como um ator transicional, “[...] que combina a ação do ator exógeno, que todavia tende a se integrar, mais ou menos progressivamente, pela identidade ou pela resistência, por habitar no território de sua ação” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p. 33).

O coletivo fotográfico torna-se um ator social dentro da prática socioespacial *Imagens Faladas*. A sua composição tem, na duração da ação e, em especial, na produção de conhecimento por construção de narrativas fotográficas, a afirmação como ator social endógeno e transicional, conforme definição apresentadas por Di Méo e Buléon (2007). O coletivo tem, para os territórios-lugares, o papel de um ator transicional e, para o bairro Cristal como um todo, constitui-se como um ator endógeno. Isso por ter no território o pertencimento a uma totalização, que são os bairros Cristal e Santa Tereza, nas suas variações formal e informal. Assim, ao mesmo tempo transita e realiza seus percursos de forma a ter o reconhecimento das vilas, dos territórios-lugares. Porém, o coletivo não é da vila, é um coletivo do bairro em que a Vila União Santa Tereza, Vila Cruzeiro, Vila Icaraf I e Vila Nossa Senhora das Graças fazem parte e os jovens que moram naquela comunidade participam das ações que o *Imagens Faladas* constrói e propõe.

A fotografia (Figura 69) mostra o livro do projeto *Imagens Faladas* (2010), nas mãos de Giordana. Ela busca as páginas em que Seu Manoel, que é um dos narradores do livro *Imagens Faladas*, foi registrado pelas fotos do grupo. Ele encontrou a turma de 2015 na esquina da rua Curupaiti com a avenida Tronco, no retorno do percurso fotográfico realizado pelo Arroio Cavalhada, em março desse ano. Foi um ato fotográfico realizado por Mateus, outro estudante que participava do grupo, que registra o diálogo geracional que extrapola o livro produzido em 2010. Ele se atualiza no percurso e na rua. É a poética da fotografia social, que traz consigo a alfabetização espacial e a fotografia como narrativa de que o *Imagens Faladas* está num novo ciclo.



Figura 69: Encontro do *Imagens Faladas*

Foto: Mateus da Silva

Naquele encontro, Manoel, que morava às margens do Guaíba, ao lado da área que um dia foi o Estaleiro Só, revelou onde estava morando atualmente, que era no Morro do Osso. Manoel contou que reconheceu o coletivo fotográfico pelas câmeras fotográficas no pescoço e pelas câmeras de lata nas mãos. A performance do coletivo fotográfico na rua, que anunciava a realização de mais um percurso, ativou a memória de Manoel. A fotografia e o bairro como dispositivos atualizam a produção de vínculos territoriais, ao longo do tempo, no bairro. É uma demonstração de que a prática socioespacial expressa o pertencimento e o reconhecimento de seu ator coletivo, um momento revelador de vínculos territoriais dos atores sociais do espaço cotidiano.

Em Geografia, assim como em Fotografia, há de início o olhar. Mais precisamente olhares múltiplos, cruzados, que varrem e exploram o visível, e o interrogam no anseio de tudo abraçar. O real torna-se uma paisagem. Em seguida vem o momento do ato fotográfico. Ele é uma escolha. Escolha do melhor ângulo de visão, que irá relatar, senão a realidade, pelo menos a nossa percepção, num dado momento. (BERTRAND, 2014, p. 6).

Por essa reflexão, é possível destacar, na trajetória dos jovens, mesmo que de forma incipiente e restrita ao período de vínculo com a ação, que a Geografia e a Fotografia são dispositivos pedagógico e artísticos, sociais e culturais, que possibilitam a construção de atores sociais coletivos. Além disso, que esses permanecem no tempo e no espaço cotidiano,

independente da permanência física do ator social individual que ajudou a construí-lo. O coletivo fotográfico como ator social constrói-se nesse processo de encontros e cria corporeidade nos percursos fotográficos.

4 FOTOGRAFIA COMO DISPOSITIVO PEDAGÓGICO NA ANÁLISE TERRITORIAL

Ao longo da realização das ações do *Imagens Faladas*, a fotografia foi constituindo-se como um dispositivo pedagógico e artístico, para ser aplicado em análises territoriais. De acordo com Baremlitt (2002, p. 135), “[...] ’dispositivo’ é algo elaborado para atingir uma finalidade. Um “artifício produtor de inovação” que promove “realidades alternativas e revolucionárias que transformam o horizonte considerado do real”. Algo capaz de gerar um acontecimento que pode tanto explicitar conflitos como promover diálogos. São recursos de ordem artística, política, comunicacional, estatística ou outro, que: (a) contribuam para constituição de uma ação, (b) promovam o engajamento de um grupo em torno de algo que vai ser colocado em questão, (c) “produzindo assim um artefato próximo à vida cotidiana”, mas que, ao mesmo tempo; (d) possibilitam seu estranhamento” (BAREMBLITT, 2002, p. 135).

Essa construção metodológica do *Imagens Faladas* define o bairro como território educativo e um dispositivo de urbanidade, bem como a fotografia como uma iniciação ao olhar sobre a urbanidade, pelo ator social envolvido no *Imagens Faladas*, uma vez que, no bairro,

[...] se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento (MAYOL, 1996, p. 45).

Esse processo de reconhecimento na prática socioespacial é expresso na identificação de vínculos territoriais dos atores sociais com o bairro, o que se entende como um processo de alfabetização espacial. Atualmente, a fotografia ganhou novos espaços, popularizou-se e faz parte da vida da maioria das pessoas. Sua versão digital, disseminada especialmente devido aos recursos disponíveis nos aparelhos de telefonia celular, objetos de uso pessoal e cotidiano das populações urbanas em todo o mundo, permite ao portador a utilização desse recurso em qualquer percurso que realize e situação que vivencie. A ampliação da presença da fotografia na vida cotidiana, por um lado, pode banalizá-la numa mera produção de imagens em grande quantidade, mas, por outro lado, é um sinal de sua democratização. Ela vem expandindo a sua capacidade de facilitar a comunicação e construção de memória individual e coletiva dos lugares e dos fazeres cotidianos.

A definição da fotografia como um dispositivo pedagógico⁴⁶, para o *Imagens Faladas*, consolida-se no momento em que houve a oportunidade de executar o método que vinha sendo aplicado no bairro Cristal, em outros territórios. Ao se deslocar do projeto de sua primeira aplicação, foi se tornando método, algo mais que uma metodologia, com potencialidade para ações político-pedagógicas, com atores sociais diversos do espaço cotidiano.

Destaca-se, especialmente, uma experiência que teve como desdobramento a realização de oficinas em diferentes lugares do país e, posteriormente, a construção de um artigo científico que relatou essa experiência (SOUZA; ANTON; OLIVEIRA, 2019).⁴⁷ Nessa oportunidade, foi possível analisar o uso da fotografia em uma prática que promoveu um processo de reflexão sobre os territórios da saúde, seus vínculos, espaços e percursos cotidianos, presentes na atuação coletiva daquelas equipes de profissionais. Na análise contida no relato da experiência, a fotografia encontrou definição como um dispositivo pedagógico, por ser sensibilizadora do olhar e produtora de outros olhares, de estranhamento e de inovação, sobre a rotina do trabalho e de suas conexões com território e lugar.

Conforme mencionado anteriormente, considera-se a fotografia como uma prática de aproximação da coisa fotografada, uma forma de produzir uma certa relação com o mundo, um modo de conhecimento e poder, conforme propõe Sontag (1981). A fotografia não é apenas uma forma de representação da realidade, mas também pode ser uma forma de criação de realidades possíveis. A fotografia pode transformar os lugares, à medida que tem o poder de criar recortes, aproximações e distanciamentos, ampliando e explicitando detalhes que tendem a ser pouco percebidos no cotidiano (SONTAG, 2004). Nesse contexto, de experimentação do uso da fotografia e produção científica sobre a vivência realizada, a fotografia atuou como dispositivo para a criação de narrativas que ativaram o estranhamento do sujeito em relação ao cotidiano e não apenas a captura do mesmo em imagem.

Ao perceber o potencial da fotografia como dispositivo, busca-se ampliar a reflexão sobre sua condição criadora junto à prática socioespacial, que, “[...] por meio do estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas, através das práticas sociais,

⁴⁶ Perceber a fotografia como um dispositivo na metodologia do *Imagens Faladas* aconteceu quando houve uma oportunidade de realizar ações fora do bairro Cristal e com atores sociais diferentes dos que foram o foco do *Imagens Faladas* até então. Esta experiência fora do bairro Cristal ocorreu com as oficinas fotográficas sensibilização do olhar para produção de um livro de experiências ligado ao Prêmio InovaSUS – Gestão da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde no segundo semestre de 2016 e envolveu como atores sociais na prática socioespacial coletivos de profissionais do Sistema Único de Saúde.

⁴⁷ Desta experiência também resultou um livro fotográfico, *InovaSUS 2015 – Gestão da Educação na Saúde*, lançado em janeiro de 2017 e que pode ser acessado em: <http://imagensfaladas.redelivre.org.br/2020/06/29/disponivel-livro-inovasus-2015-gestao-da-educacao-na-saude-leia-e-conheca-38-experiencias-do-sus/> ou <https://online.fliphtml5.com/nyoyw/etki/#p=1>.

é que se produz território, que se constitui uma territorialidade” (HEIDRICH, 2016, p. 27). A partir dessa perspectiva, coloca-se em análise a fotografia como um dispositivo pedagógico para produção de processos de construção de vínculos territoriais, de reflexão crítica sobre o tempo e espaço que o ator social está vivendo. Assim como de participação política de atores no espaço social do cotidiano, que acolhe e contempla toda sua diversidade socioespacial por sua linguagem contemporânea e acessível.

Vale destacar que o fotógrafo, nesse caso, não é o profissional da fotografia, mas o ator social, e o ato de compartilhar essas relevâncias em fotografias contribui para a produção de novos significados. “A fotografia é uma porção pequena do espaço, bem como do tempo” (SONTAG, 1981, p. 22), realça a possibilidade de sua utilização como recurso, não só pedagógico, mas também estético e de análise territorial.

A geografia tem, na produção fotográfica aplicada ao espaço cotidiano, um método de educação popular para a alfabetização espacial e social. Essa situação está presente na definição de Bozzano (2009) para a tríade social que compõe um método de estudos: lugares, seus processos e seus atores. Tríade que, conforme o autor, constrói ou contribui para explicar um território.

Um ator social carrega consigo a territorialidade, sendo ela uma representação da relação deste com o espaço geográfico, com seu ambiente, é uma conexão com o lugar e sua paisagem. A territorialidade tem na paisagem uma representação imagética cultural, fotográfica, que faz parte da narrativa da memória individual e afetiva do ator social e também compõe a memória coletiva dos lugares. O espaço social e sua paisagem são ativadores de memória individual e criadores de imaginários possíveis de serem transpostos por meio da fotografia, a partir da paisagem de outros lugares. O ator social comunica os vínculos com sua territorialidade, com aquela para a qual tem sentimentos, manifesta presença e atuação cotidiana, observadas nas figuras do capítulo anterior e associadas aos depoimentos e relatos de Cristina Rosa, Saionara Silva, Maria Eduarda, Ana Luiza e Giordana Grohmann. Também estarão presentes mais adiante, neste capítulo, com Douglas Oliveira, Evelyn e Deborah. O ator social tem na fotografia um suporte cartográfico ágil e acessível para estabelecer essa comunicação e compartilhar instantaneamente sua territorialidade com quem está vivenciando aquela experiência.

A trajetória iniciada com as oficinas de fotografia *pinhole* e com câmeras de lata, na extensão universitária, que se vinculou ao bairro Cristal ao fazer parte das ações do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo e transformou-se na residência artística Imagens Faladas, gerou uma experiência de 10 anos de produção de artefatos e de atividades, que foram vivenciadas

como ações educativas, no modelo de oficinas e cursos, com variadas durações. Apresenta-se, a partir de agora, o que foi sendo consolidado como práticas que promovem o vínculo territorial e a alfabetização espacial.

4.1 A SENSIBILIZAÇÃO DO OLHAR PELA FOTOGRAFIA *PINHOLE* PARA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS E ALFABETIZAÇÃO ESPACIAL

Com a finalidade de ‘desnaturalizar’ as técnicas presentes no ato de fotografar, foi proposto o uso de artefatos fotográficos rudimentares e diferentes tecnologias de câmeras fotográficas.

Olhe ao redor. O que você vê?
A iniciativa fotográfica é isso.
Ver algo acontecer, ou prever antes que se materialize, e ter o instinto de fotografar. Assim se aguça o olhar, cria-se o comportamento fotográfico, aquela sensação de olhar algo que nos atrai não pelo fato de olhar, mas de registrar para mostrar. Pela memória coletiva. (Imagens Faladas – uma reportagem sobre a memória do bairro Cristal, SEIDL, 2010, p. 17).

As câmeras fotográficas utilizadas são de diferentes gerações tecnológicas. Desde câmeras digitais profissionais até câmeras rudimentares “*pinhole*”. A presença da ausência de lentes está entre as principais diferenças das gerações de câmeras, que foram parte das experiências educacionais. A ausência de telas LCD⁴⁸ (Figura 70 e 71) permite que a percepção e a imaginação atuem no ato de transformar o olhar em fotografia. De outra forma, a presença dessas telas, potencializadas no uso das câmeras digitais, profissionais, ou nos telefones celulares, também produzem efeitos no ato da fotografia. Assim, percebe-se a diversidade proposta pelos materiais, com potencial para sensibilizar o olhar dos atores.

Nas oficinas de fotografia, os artefatos rudimentares aproximam do modo como as primeiras câmeras fotográficas funcionavam, no surgimento da fotografia, no século 19. Pela confecção e uso dos artefatos, abre-se a sensibilização do olhar, o encantamento e a descoberta da construção dos vínculos para gerar o coletivo da ação e suas produções. Esses artefatos rudimentares, produzidos na ação educativa, possibilitam acentuar a experiência sensorial e cognitiva, em várias dimensões: observação sensível; vivência de uma modulação lenta do tempo; experimentação de uma estética incomum, similar à onírica; ativação de memórias coletivas e de afetos; bem como reconstruções criativas do cotidiano (SOUZA; ANTON;

⁴⁸ LCD significa “Liquid Cristal Display”, que, em português, é tela de cristal líquido. Elas são as telas de celulares, estão nas câmeras fotográficas e em diversos outros equipamentos geradores de imagem digital.

OLIVEIRA, 2019). Essas são condições para que a fotografia por câmeras escuras e as câmeras *pinhole* sejam utilizadas como dispositivos, que abrem espaço para outros sentidos interagirem com o ato de fotografar.

4.1.1 Fotografia *Pinhole*



Figura 70: Câmera *pinhole* feita com caixa de fósforos e uso de filme 35mm.*

* Um filme de 36 poses permite uma autonomia de 30 fotografia num percurso. Se for colorida será revelado em laboratório comercial. Se o filme for preto e branco poderá ser revelado em laboratório instalado num banheiro, como ocorre com a revelação das chapas de Raio X. Foto com câmera digital.

Foto: Cristiano da Rosa.



Figura 71: Câmera *pinhole* feita de lata*

* Ato fotográfico registrado pela *pinhole* feita com caixas de fósforos, que por ser feita com caixa de fósforos da Fiat Lux, denominamos ela de PinLux, agulhas ou alfinetes de luz. Foto com câmera pinlux filme 35mm colorido.

Foto pinlux: Leandro Anton



Figura 72: Foto em filme de Raio X feito com câmera *pinhole* de lata e revelada em laboratório instalado num banheiro*

* Foto feita na oficina sensibilização do olhar no Centro de Atendimento Socioeducativo de Novo Hamburgo em maio de 2019.

Foto *pinhole*: Caulin.

Como foi possível ver nas figuras 71 e 72, as câmeras *pinhole* produzem fotografias com uma estética onírica. O ato fotográfico pode durar minutos de exposição para captar a luz refletida das cenas ou paisagem, gesto propício para um trabalho, uma ação que envolve apropriação da memória por meio do espaço. Uma experiência bastante diversa do “clic” instantâneo das câmeras digitais dos celulares, por exemplo. Através de um processo de revelação lúdica, lenta, carregadas de tempo e de percepção, promove-se a observação e a escuta. Não há necessidade de conhecimentos prévios sobre fotografia, somente disponibilidade e curiosidade para participação de atividades de expressão pela imaginação, em fotografias e palavras, escritas e faladas, na rima e na manha (ANTON, 2019).

Benjamin (2014) compreende que a invenção e popularização da fotografia desencarregou a mão do processo de registro de imagens, visto que, até esse momento, a humanidade precisava de um artista com habilidades manuais para fazê-lo. Com a fotografia, agiliza-se o registro e enfatiza-se o olho como o principal produtor desse registro. Desde a análise de Benjamin (2014) até os dias atuais, essa perspectiva aprofundou-se e, por vezes, banaliza o registro fotográfico. As câmeras *pinhole* ativam a possibilidade de percepção de um tempo lento para a produção de uma imagem fotográfica e a possibilidade de construir as próprias câmeras fotográficas estabelece, com a produção imagética, uma reaproximação das mãos, uma reaproximação não só manual como tátil, com uma artesanaria. Reinsere o tempo lento na produção de imagens fotográficas, no contexto da era digital.

No século XXI, a fotografia *pinhole* é um gesto simples que reaproxima as mãos da produção fotográfica. É uma fotografia que dialoga com a linguagem da pintura, do desenho e da gravura. É uma proposta de imaginar a fotografia e não de ver em tela, como fácil reprodução do olhar. O fato de transpor a imagem fotográfica da tela para o papel, do virtual para o químico, do clicar em uma tela para o destampar um orifício, de deslocar o olho e seu olhar da tela para a cena, para a paisagem, todo esse gestual é, também, uma forma de recuperar o sentido da experiência, que, conforme Benjamin (1987), é o princípio para preservar os narradores dos lugares. Passado um século dessa leitura crítica da modernidade, estando já imersos na era digital, a fotografia pode contribuir com a dimensão humanizadora da produção de saberes e conhecimento em um bairro, na escala do cotidiano que as passadas do caminhar alcançam numa manhã ou tarde. Caminhar para fotografar é geografiar o lugar.



Figura 73: Laboratório no banheiro do Quilombo do Sopapo*

* O laboratório químico revela o negativo na película de Raio X.

Foto: Eduardo Seidl.



Figura 74: Negativo na película de Raio X

Foto: Eduardo Seidl.



Figura 75: O Positivo obtido em processo digital*

* Com a mesma câmera digital que registra a cena pela fração de segundos que a *pinhole* de lata captou em 25 segundos, iremos fotografar a foto Raio X sobre uma mesa de luz e com um software de tratamento de imagens faremos do negativo um positivo digital.

Foto: Maria Eduarda.



Figura 76: cena captada com câmera digital posta à frente da câmera de lata*

* Interações geracionais e estéticas em tempos distintos revelando pontos de vista da mesma cena.

Foto: Maria Eduarda.

O avanço da tecnologia possibilitou uma transformação muito grande e muito rápida na produção da fotografia, desde a sua invenção. Conforme Benjamin (2014, p. 15) afirma, “[...]”

o olho apreende mais rápido do que a mão desenha” e o processo de reprodução da imagem foi “[...] acelerado tão gigantescamente que pode fluir no ritmo da fala”. (BENJAMIN, 2014, p. 15). A imagem no processo de alteridade e de reconhecimento na narrativa do outro obliterou, em grande medida, a escuta, que também pode ser sinônimo de observação. A automatização do processo de fazer fotografia, conseqüentemente, atrofiou o encontro-diálogo que o ato fotográfico proporcionava.

Uma fotografia é o testemunho de algo extinto, mas permanece como portadora de possibilidades quando foi produzida com apaixonado empenho, guiada por olhos informados e pela percepção sensível da vida. Por sua natureza fragmentária, a fotografia permite-nos a reavaliação de uma realidade, pela recuperação de valores perdidos na invisibilidade do convívio cotidiano (HUMBERTO, 2000 *apud* COSTA; REIS JÚNIOR; STEINKE, 2014, p. 64).

Apesar de perceber a ampliação da banalização do olhar, que aconteceu com o avanço e popularização do uso da fotografia, não nos dispusemos ao uso das câmeras *pinhole*, nessa prática socioespacial, como substituta de nenhuma das tecnologias fotográficas. Tampouco da fotografia digital, seja ela produzida por celulares ou por câmeras profissionais, ela insere-se para produzir diálogos, tanto entre as gerações de atores do bairro, como de técnicas fotográficas. O que se percebe, a partir das experiências educacionais realizadas, é que ela contribui para a apropriação do espaço e da memória coletiva. As câmeras rudimentares estão presentes para acentuar o tempo do encontro, a ludicidade, o imaginário. Trata-se de explorar os campos de visão para perceber o invisível, pois parte-se da proposta de Gomes (2013), que diz que há uma diferença entre olhar e ver. Segundo o autor, quando se olha, o olhar dirige o foco e os ângulos de visão constroem um campo visual; enquanto ver significa prestar atenção, perceber detalhes e relações nesse panorama do olhar.

A fotografia, independente da tecnologia que a produz, atua como dispositivos quando não respeita, para sua montagem e funcionamento, os territórios estabelecidos e os meios consagrados; pelo contrário, os faz explodirem e os atravessa, conectando singularidades cuja relação era insuspeitável e imprevisível. Gera, assim, o que se denomina linhas de fuga do desejo, da produção e da liberdade, acontecimentos inéditos e invenções nunca antes conhecidas (BAREMBLITT, 2002, p. 66).

4.2 METODOLOGIAS DO IMAGENS FALADAS

Os dez anos de ações fotográficas do Imagens Faladas consolidaram uma proposta metodológica de sensibilização do olhar, com artefatos e atividades. Neste momento, serão apresentadas as metodologias estruturantes desta prática socioespacial e potencial método de

análise territorial.

4.2.1 Pinholoscópio



Figura 77: Materiais para confecção do pinholoscópio

Foto: Cristiano da Rosa.



Figura 78: Em silêncio ao redor da mesa*

* Sem competição, movimentos feitos observando quem conduz a atividade. Sensibilização do olhar pela observação lento dos acontecimentos.

Foto: Cristiano da Rosa.



Figura 79: Usando as habilidades das mãos como ferramentas de corte

Foto: Cristiano da Rosa



Figura 80: Utilizando as e proporções do corpo, no caso dos dedos da mão, para as medidas das dobras dos prismas serem distintas*

Todas terão um *pinholoscópio*, porém cada um será diferente e terá a identidade corpórea de quem confeccionou.

Foto: Cristiano da Rosa.

O *pinholoscópio* recebeu esse nome por mesclar o funcionamento de uma câmera *pinhole* e um “telescópio” (Figuras 84 a 86). Como pode ser visto (Figuras 77 a 83), ele é construído com papel cartão. É um artefato que promove a visualização da projeção fotográfica (Figura 87) como ela acontece dentro de uma câmera fotográfica. Elaborado pelos participantes, com papel cartão, vegetal e alumínio, cola, dobraduras e noções de medida baseadas nos dedos e nas mãos dos participantes (Figuras 79 e 80). São construídos dois prismas quadrangulares

com papel cartão e a face preta fica para o lado de dentro dos prismas. Eles são confeccionados com uma pequena diferença de tamanho, para permitir que um se encaixe no outro.

O prisma menor tem uma de suas extremidades cobertas com papel vegetal, que vai atuar como uma tela de projeção da imagem, e o maior tem uma das extremidades vedada com papel-alumínio. O papel alumínio é perfurado com uma agulha ou com um espinho de uma planta. O pequeno orifício permite a entrada da luz para a formação da imagem no papel vegetal (Figura 87). Na extremidade livre de cobertura, pode-se ver a imagem que se forma (Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, 2017). As figuras a seguir mostram o seu processo de confecção.

4.2.1.2 Atividade pedagógica

Objetivo: construir o *pinholoscópio* a partir das instruções do educador, utilizando o corpo como unidade de medida e sem utilização da fala.

Todos participantes ficam, lado a lado, formando um grande círculo, ou ao redor de uma grande mesa, como pode ser observado acima. Os materiais necessários para a construção do *pinholoscópio* (cola, pincel, agulha ou espinho) são compartilhados por todos. Para a construção do artefato, os únicos instrumentos de medida utilizados para o corte e a dobradura do papel são as mãos e os dedos de cada participante, não sendo disponibilizadas régua ou tesoura. Cada participante visualiza e executa, em um ritmo variado, seus próprios *pinholoscópios*, a partir do que observam dos movimentos do educador. A proposta é que todos realizem a atividade em silêncio, para aguçar a capacidade de observação individual, atuando coletivamente, de forma cooperativa e não competitiva. É provocar, também, o tempo lento do ato fotográfico e do fazer um percurso sem pressa para chegar junto, quando caminhando em grupo. É um exercício para construção de vínculos como coletivo e de pertencimento a um grupo de ação. Buscar, de forma lúdica, construir um conhecimento sobre o tempo e os movimentos do outro, suas habilidades. Terminada a construção do artefato, que leva entre 30 e 40 minutos, é realizada uma roda de conversa sobre percepções e sentimentos vivenciados durante a experiência.



Figura 81: Oficina Sensibilização do Olhar com profissionais da saúde de Caruaru, Pernambuco, 2016
Foto: Leandro Anton



Figura 82: Confeção do prisma interno que tem a imagem projetada sobre o papel vegetal

Foto: Cristiano da Rosa.



Figura 83: A ludicidade presente em cada etapa da confecção*

* O *pinholoscópio* vai surgindo.

Foto: Cristiano da Rosa.

4.2.1.3 Análise da vivência

O exercício da observação exige aguçar a habilidade de interpretação, por parte do observador, e transformar o que ele vê em gestos e movimentos que possibilitem a completa realização da tarefa: construir um *pinholoscópio*. Durante as diferentes proposições dessa atividade, percebeu-se que promover uma coordenação coletiva do tempo de execução de cada etapa da tarefa produz uma não competitividade. Procurou-se conduzir a experiência, de modo

que todos os participantes acompanhassem a demonstração e executassem as manobras coletivamente. A observação dos companheiros de oficina, do próprio corpo, do ritmo coletivo do grupo, a necessidade de pedir ajuda, de ser solícito ao companheiro que demonstra algum tipo de dificuldade ou carência de material, dispara a um só tempo desafios pessoais e coletivos.

As habilidades manuais são pouco valorizadas na sociedade contemporânea, com exceção feita às atividades das artes. A própria escrita, hoje, está migrando para um processo de digitação, que possui menos variações e não gera os símbolos, mas aciona botões que contém os símbolos. Ao mesmo tempo, o contato com as facilidades e dificuldades em relação às competências manuais gera uma série de situações inusitadas e provocadoras, de estranhamento de si. Com isso, procura-se a oportunidade de ativar a consciência sobre o próprio corpo como parte da produção de conhecimento. Muitos se surpreendem positivamente com os resultados alcançados na construção do *pinholoscópio*, pois revelam, ao final, terem duvidado de acreditar serem capazes de realizá-lo e ir até o final. Para os que sentem mais dificuldade, a finalização da tarefa, com o uso prático do artefato, converte-se em fator de elevação da autoestima. Outro ponto digno de nota, nessa atividade em que todos têm a mesma tarefa e produzem o mesmo artefato, é o fato de que não há duas mãos ou dedos idênticos, logo, não há dois *pinholoscópio* iguais.

É comum serem produzidas outras formas de comunicação diante da experiência do silêncio. Observou-se, ao longo da realização dessa atividade, a importância da criação de formas alternativas de comunicação e de apoio intencional de uns com os outros, para que o desconforto inicial, que a ausência de palavra gera ou poderá gerar no grupo, não se converta em fonte de paralisia de algum participante diante do inusitado e do obstáculo.

4.2.2 O uso do *pinholoscópio*

4.2.2.1 Atividade pedagógica

Objetivo: compreender o funcionamento de uma câmera escura e experimentar um outro ponto de vista da realidade.

Na tela branca do papel vegetal, presa em uma das extremidades do prisma interno que compõe o *pinholoscópio*, as imagens sempre aparecem de cabeça para baixo, visto que o *pinholoscópio* é a reprodução do interior de uma câmera, e a tela de papel vegetal permite ao observador ver como a imagem é formada dentro das câmeras. Não se antecipa, aos participantes, o fato de que verão o mundo de “pernas para o ar” e que aquilo que percebem à

esquerda, sem o uso do artefato para visão, vai estar à direita, dentro do *pinholoscópio*.



Figura 84: Uso do *pinholoscópio* no Quilombo do Sopapo, 2011.

Foto: Eduardo Seidl.



Figura 85: Uso do *pinholoscópio* na praça em frente ao Quilombo do Sopapo.

Foto: Leandro Anton.

Oficina sensibilização do olhar com jovens da FASE, janeiro de 2019.

Propõe-se aos participantes a realização de percursos fotográficos, nos quais integrarão o uso do *pinholoscópio* ao uso das suas câmeras de celular. Pede-se que registrem os enquadramentos mais interessantes que consigam obter, com o auxílio do *pinholoscópio*. Dessa forma, é possível registrar o processo de (re)conhecimento e de estranhamento do território onde vivem e, diariamente, caminham para transitar entre a casa e a escola, entre a casa e o Quilombo do Sopapo, por exemplo. Ao retornar do percurso fotográfico para o local em que está baseada a prática educativa, os registros realizados com o celular são compartilhados com o grupo, por meio da projeção das imagens digitais captadas.



Figura 86: Uso do *pinholoscópio* no pontal do estaleiro em 2017

Foto: Leandro Anton.



Figura 87: Imagem do coqueiro projetada na tela interna do *pinholoscópio* e captada por uma fotografia feita com celular.

Foto: José.

4.2.2.2 Análise da vivência

A combinação de um artefato de visualização de imagens rudimentar, o *pinholoscópio*, com a câmera digital dos celulares, símbolo da contemporaneidade, promove diálogo entre diferentes gerações de tecnologias. O artefato rudimentar imprime uma estética inusitada para o registro realizado com a câmera do celular e convida os participantes a recorrerem à imaginação e subverterem a ideia de que a fotografia capta uma realidade dada e imutável. A atividade mostrou-se potente para práticas de educação popular e de alfabetização espacial.

4.2.3 *Pinhole* de lata



Figura 88: Câmera de Lata *Pinhole**

* Das 10 câmeras que foram confeccionadas para as oficinas *Qual é a lata da minha comunidade?* Na extensão universitária em 2007, 6 estão em funcionamento até hoje com o Coletivo Imagens Faladas no Quilombo do Sopapo.

Foto: Leandro Anton – Ruínas do ICM 2019.

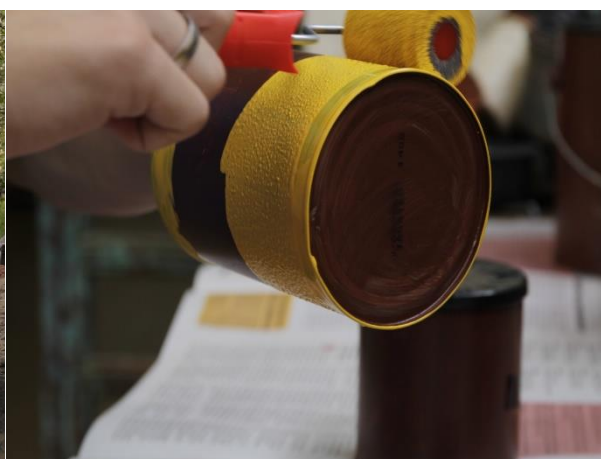


Figura 89: Confeção de câmeras *pinhole* feitas de lata. Oficina Sensibilização do Olhar Territórios Educativos 2018

Foto: Cristiano da Rosa.

A câmera *pinhole* de lata é confeccionada a partir da reutilização de latas, tais como de tinta, café, leite em pó, achocolatados. A embalagem é limpa e seu interior é pintado com tinta preta ou forrado com cartolina preta fosca. O objetivo desse procedimento é não permitir o rebatimento dos feixes de luz que entram na abertura do orifício, durante o ato fotográfico. Na parede cilíndrica da lata é feito um orifício, da espessura de uma agulha. Para conseguir essa pequena abertura é preciso realizar o furo em duas etapas. A primeira consiste no uso de um alfinete de quadro, com boa ponta. Ele deve tensionar a parede pelo lado interior da lata, aproximadamente na metade da sua altura, a fim de produzir uma saliência do lado externo, sem furá-la, preferencialmente. Após esse procedimento, a saliência deve ser eliminada, com

uma lixa apropriada para metal, até abrir um orifício que permita a entrada de luz. O furo deve ser finalizado com a inserção da ponta de uma agulha de fora para dentro e girada para arredondá-lo. Um pedaço de fita isolante preta deve ser colado no lado externo da lata, tapando o buraco até o momento do registro fotográfico. Importante que seja colocado, no meio dessa fita isolante, um pedaço de papel alumínio. Esse papel alumínio ficará sobre o orifício, evitando que a goma da fita isolante obstrua o orifício e a entrada de luz, quando destapado. Desse modo a câmera está pronta.

No interior da lata, no lado oposto ao furo, é fixado um material sensível à luz, como, por exemplo, papel fotográfico ou chapas de raio X, que podem estar vencidas, desde que não tenham tido contato com a luz. Quando a fita adesiva é retirada do orifício, a luz penetra por um tempo e registra a imagem no material sensível à luz. O tempo de abertura da passagem de luz necessário para formação de uma imagem dependerá das condições de iluminação do ambiente. A lata possibilita uma única foto por carga de material sensível. Para que seja possível um novo uso da lata como câmera fotográfica, é preciso que o material sensível à luz, que está dentro dela, seja substituído. Essa substituição precisa de um local adequado, privado de luz, para que se preserve o registro das imagens para sua revelação.

As fotos produzidas nas latas são reveladas pelos participantes, em laboratório fotográfico, que são montados nos locais em que são feitas as oficinas. Um bom lugar para acolher um laboratório fotográfico são os banheiros. Eles têm acesso à água, material necessário para conduzir a experiência de revelação, e costumam ter janelas pequenas, que possibilitam uma vedação eficiente da luz.

Os tempos para fazer uma fotografia com essas câmeras variam, tanto pelas condições de luminosidade como pelo tamanho da lata utilizada e o orifício feito para a entrada da luz. Quanto mais luz, menor o tempo, quanto menor o raio da circunferência da lata, menor o tempo de exposição do material fotossensível, quanto maior o orifício menos o tempo de exposição, portanto, cada câmera é diferente da outra, mesmo que as latas tenham o mesmo tamanho, os orifícios nunca serão idênticos. Como exemplo de tempo aproximado, utiliza-se as latas de tinta de 3,6 litros, usadas como câmera fotográfica desde 2007 (Figura 90 e 92), quando foram confeccionadas para a extensão universitária e seguem em uso no Quilombo do Sopapo. Nos dias com sol, em áreas externas, os tempos para registro de uma imagem variam de 20 a 30 segundos e, em áreas sombreadas ou cobertas, com boa luminosidade, os tempos variam de 40 segundos a pouco mais de um minuto de exposição. Assim, quanto menos luminosidade houver, maiores os tempos de exposição.



Figura 90: Câmera de lata posicionada para a fotografia

Foto: Leandro Anton.

Oficina Qual é a lata da Bom Jesus? maio de 2007, Vila Mato Sampaio.



Figura 91: Foto da casa de Lucas no beco Alameda 1 Vila Mato Sampaio.

Foto *pinhole*: Lucas.



Figura 92: Uma das celas do Instituto Central de Menores em ruínas, março de 2019*

* Projeto A Presença da Ausência – Sensibilização do Olhar do Coletivo Imagens Faladas.

Foto: Leandro Anton



Figura 93: Autoretrato de Artur Rupertti utilizando uma câmera *pinhole* de lata*

* Ruínas do ICM março de 2019. A câmera de lata é a mesma utilizada na oficina de 2007. Lata com 12 anos de fotografia.

Foto *pinhole*: Artur Rupertti.

Ao longo desses dez anos de promoção de atividades educativas utilizando câmeras *pinhole* de lata, foi possível desenvolver um acervo de latas junto ao coletivo Imagens Faladas. Atualmente, ele é composto por 20 câmeras, devidamente calibradas e testadas, 6 delas originadas no Conexão de Saberes – Território Escola Aberta. Esse acervo tem possibilitado o desenvolvimento de propostas educativas com poucas horas de duração, pois se tem a possibilidade de suprimir o tempo de confecção do artefato e oferta a prática fotográfica *pinhole* a grupos com até 20 participantes.

4.2.4 *Pinhole* de caixa de fósforos: PinLux

A câmera *pinhole* de caixa de fósforo, foi renomeada, nas oficinas, como “pinlux” (alfinetes de luz), por ser confeccionada em caixas de fósforos Fiat Lux, que se caracterizam por ter um tamanho diferenciado em relação as demais caixas de fósforo. Esse tamanho possibilita que seja anexado a ela um filme fotográfico e se produzam imagens de modo similar à câmera de lata, sendo uma das diferenças o fato de poderem ser produzidos mais de um fotograma por percurso, antes de fazer a revelação, pois são utilizados rolos de filme e não somente uma “chapa” de material fotossensível em cada câmera.



Figura 94: Materiais para a confecção da câmera PinLux

Foto: Eduardo Seidl.



Figura 95: Uso teste em percurso na atividade pedagógica conheça sua câmera PinLux*

* Caneta na mão para depois anotar no caderno cartonero o tempo de exposição. 8s.

Foto: Eduardo Seidl



Figura 96: Fotografia *pinhole* feita com câmera PinLux*

* 8 segundos de exposição. Arroio Cavalhada.

Foto pinlux: Aline (registro feito em 2010).

A parte interna das caixinhas são pintadas com tinta preta. Uma abertura é feita, em uma das faces da parte externa da caixa, na qual é colado um pedaço de papel-alumínio. Nele é feito

um pequeno orifício com a ponta de uma agulha. Em seguida, uma máscara em papel cartão funciona como uma janela, para deixar exposto o local de papel alumínio com furo. A máscara é fixada na caixinha, com fitas adesivas. Na parte superior, é deixado um vão, uma passagem, em que irá ser inserido outro pedaço de papel cartão, gerando uma espécie de “guilhotina”. O movimento de erguer o papel cartão sobre o orifício vai possibilitar a abertura e fechamento da entrada de luz dentro da caixa. No interior da caixa, no lado oposto ao do furo, é colocado um material sensível à luz. Nessas câmeras são utilizados rolos de filme fotográfico de 35 milímetros, colorido, com ISO 100 ou 200, aqueles que eram utilizados nas câmeras fotográficas analógicas. A caixa é vedada com fita isolante.

Assim como na câmera de lata, o tempo de abertura da passagem de luz é definido pelas condições de iluminação do ambiente. As fotos tiradas durante o dia, em áreas externas, com boa luminosidade, ou seja, dias não nublados ou chuvosos, variam de 3 a 10 segundos de abertura da “guilhotina”. Em locais cobertos ou sombreados, os tempos variam de 8 segundos até mais de 1 minuto. Cada filme de 36 fotos produz, com essa câmera, aproximadamente 30 fotogramas ou “poses” (SEIDL, 2010). Diferente das fotografias obtidas com a câmera de lata, as fotos dos filmes de caixas de fósforo precisam ser reveladas em laboratório fotográfico comercial.

4.2.4.1 Atividade pedagógica

Objetivo: criação de câmeras fotográficas rudimentares, sem lente, para registrar práticas socioespaciais.

Assim como a construção do *pinholoscópio*, a confecção das câmeras rudimentares de caixa de fósforo é realizada coletivamente, compartilhando os materiais entre os participantes.

4.2.4.2 Análise da vivência

A revolução tecnológica da contemporaneidade, que permite a presença de câmera fotográfica digital nos diferentes equipamentos eletrônicos, promove um imediatismo na visualização da imagem produzida. Nas câmeras digitais, o acesso ao resultado da foto é imediato ao registrado. Já na câmera pinlux, o resultado só é visto depois da revelação no laboratório em serviço especializado, uma vez que, por usar filme colorido, esse laboratório não pode ser realizado como o da câmera *pinhole* de lata. É comum haver diferença entre a intencionalidade da ação do fotógrafo e o resultado da fotografia. Essa surpresa promove a

ativação de processos afetivos e emocionais diante da sua prática, um exercício de abertura ao diferente, possibilitando que novos signos, relacionados à história de vida das comunidades e dos atores sociais envolvidos nas atividades venham a emergir.

O percurso fotográfico é um recurso fundamental para ação do dispositivo fotografia e bairro na construção de vínculos territoriais e práticas socioespaciais. Todos os artefatos são vivenciados pela metodologia do percurso. Por ser estruturante do método Imagens Faladas, sua concepção estará mais adiante.

4.2.5 Apresentação usando como base uma imagem satelital



Figura 97: Uso do mapa topográfico para a localização das casas e percursos com alfinetes de cabeça de plástico

Em processos de regularização fundiária é a primeira representação cartográfica feita de um território. Oficina Qual é a la da Santa Marta?, em São Leopoldo, extensão universitária em 2007.

Foto: Alissa Gotfried



Figura 98: Projeção do Google Earth na oficina Sensibilização do Olhar Território Educativo, com jovens da Fase

Realizada pelo Coletivo Imagens Faladas em 2019. Uso de alfinetes e linhas virtuais para localização das casas e comunidades e seus percursos.

Foto: Eduardo Seidl

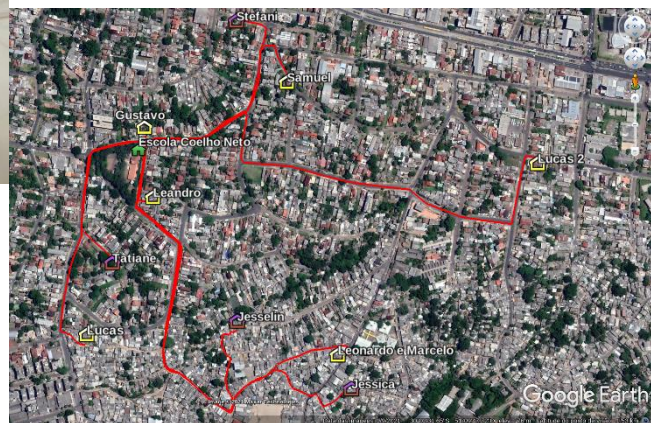


Figura 99: Mapa produzido no Google Earth da espacialização do grupo na comunidade e dos percursos que cada um faz da casa a escola

Fonte: Leandro Anton com base em Google Earth.

A partir da projeção em tela, de um mapa do bairro disponibilizado pelo aplicativo *Google Earth*, ou, quando possível, também de mapas topográficos ou fotografias aéreas do

bairro, os participantes são convidados a identificar e compartilhar com o grupo: (a) localização da casa ou rua onde reside, na base cartográfica, para perceber como é a desenvoltura para lidar com a representação; (b) mostrar o caminho que fez entre a casa e o lugar do encontro; (c) citar lugares que destaca no percurso que faz entre a casa e o local do encontro; (d) falar desde quando mora no bairro; (e) contar, se souber, como os pais ou quem da família foi o primeiro a ter residência no bairro; (f) quem conhece, que mora há mais tempo no bairro e que saiba contar algo sobre a história do lugar, de como foi se formando a comunidade; (g) quais lugares que gosta de ir no bairro e onde se localizam. Essas são algumas sugestões e perguntas que vão surgindo na apresentação, para serem espacializadas na base cartográfica, como momento de compartilhamento da memória coletiva do grupo. Há uma riqueza nesse momento, para a escuta e observação do educador e pesquisador, sobre como é a percepção territorial de quem está se apresentando, usando a base cartográfica.

Além de ser uma prática para a apresentação de cada participante, permite uma primeira narrativa, que situa a experiência de cada um no território, a partir de uma “fotografia aérea”. São revelados alguns vínculos que cada um tem com o lugar. A representação cartográfica é uma “fotografia” que dá início no planejamento participativo e pactuação dos percursos que serão realizados para a produção fotográfica e suas narrativas. Esse exercício, de se conhecer espacializando onde se está no bairro, utilizando as imagens satelitais, dá conta de demonstrar que o bairro é grande suficiente, diverso suficiente e desconhecido suficiente para ser fotografado e revelar um novo velho lugar. Esse mapa espacializa uma primeira representação de vínculos e convergências espaciais entre os atores sociais e conecta, pela imagem, a fotografia e a geografia.

Essa experiência de uso da imagem de satélite permite uma vista aérea do bairro, um ponto de vista diverso do que os participantes costumam ter. É comum que ela repercuta em outras atividades, provocando associações e reflexões. Frequentemente, informações levantadas nesse momento são atualizadas e lembradas nos percursos fotográficos realizados na superfície do território. Assim, as cidades, os bairros, quebradas, vielas, ruas e becos são explorados com riqueza de detalhes.

O percurso fotográfico virtual potencializa o encontro com os percursos do caminhar e possibilita o diálogo com o território, com o lugar, a partir da leitura da paisagem e do espaço social, pelas cenas cotidianas. Ele dá concretude à prática socioespacial, pela produção fotográfica, o enlace para a construção de narrativas. O percurso, que acontece no caminhar pelo bairro, é uma prática para gerar processo com a fotografia e geografar o lugar, através do corpo, apropriar-se do espaço para instigar a reflexão na construção de vínculos de

territorialidade ou para revelá-los.

4.2.5.1 Atividade pedagógica

Objetivo: sensibilizar os participantes para aguçar a experiência com os diferentes sentidos.

Atividade: o grupo é convidado a subtrair o sentido da visão, vendando os olhos com uma faixa de tecido preto e responder as perguntas: *Eu sou...? O que me move? Qual é meu “perrengue” /desafio?* E uma quarta questão, que é formulada de acordo com a realidade de cada grupo e objetivo específico daquela atividade educativa. Essa pergunta procura trazer algo específico relacionado ao coletivo e ao território de atuação do grupo. Após quatro rodadas de perguntas, em que todos respondem a elas, as vendas são retiradas. A partir daí é promovida uma roda de conversa, em que as sensações e sentimentos vivenciados com a experiência são compartilhados com o grupo.

4.2.5.2 Análise da vivência

Os participantes das oficinas vivenciam um estranhamento na ação de falar com os olhos vendados. Vivenciar o espaço coletivo, sem o recurso do olhar, produz muitas reflexões sobre a valorização da escuta do outro e da escuta de si mesmo, ao passo que faz emergir novas sensibilidades sobre a função do olhar na produção de sentidos sobre o outro e a realidade. Por meio da técnica, tem sido possível ativar a atenção de um modo diferenciado para si e para o outro, aguçando outros sentidos, potencializando a criação imagética e explicitando aspectos afetivos e socioemocionais envolvidos na prática pedagógica em coletividade.

4.2.6 Diário de Bordo Cartonero

As últimas experiências de realização dessas práticas educacionais vêm integrando a participação de outros educadores, que também desenvolvem atividades no Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. A confecção e utilização de um caderno cartonero dialoga tanto com o aprofundamento da ligação entre a linguagem imagética e a linguagem verbal como com a valorização do trabalho manual, a reciclagem e a ressignificação de materiais, processos criativos e de imaginação.



Figura 100: Paineis de confecção dos diários de bordo cartoneros*

* Metodologia de registro de campo. Para conhecer as câmeras *pinhole* feitas pelos oficineiros e pelos integrantes do coletivo para testar elas e marcar seus tempos de uso. Como para registrar diálogos, momentos, percursos, desenho, cartografias escritas na cidade.

Fotos superiores: Leandro Anton - 2019

Foto inferior esquerda: Cristina da Rosa - 2014

Foto inferior direita: Cristiano da Rosa – 2018

A oficina de cadernos cartoneros, criados de forma artesanal, com papelão coletado nas ruas, configura um espaço de interação e convivência. Inspirado no Movimento Cartonero⁴⁹, que problematiza a pressa, o tempo acelerado, o produto industrializado, os resíduos e a obsolescência das coisas. Com os cadernos cartoneros, as jovens e os jovens têm a oportunidade de fazer sair de suas mãos um produto único, irrepetível, criado a partir de sua criatividade, vivências e motivações.

As atividades estão baseadas na troca de saberes. Por exemplo: em uma oportunidade, um dos jovens participantes compartilhou com o grupo uma nova maneira de cortar folhas de papel para montar o caderno, ela usava um barbante. Técnica que nem os educadores e nem os

⁴⁹ A origem do Movimento Cartonero está associada à editora argentina Eloisa Cartonera, criada em 2003, em meio ao colapso econômico e político no país. Sem dinheiro para manter sua antiga editora, o poeta Washington Cucurto encontrou uma saída nas montanhas de entulho que cobriam as ruas de La Boca, em Buenos Aires. Começou a fazer livros com capas de papelão, com o título e o nome do autor pintados em cores chamativas. Disponível em: <https://www.mariposacartonera.com.br/site/movimento-cartonero/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

demais participantes conheciam. Uma demonstração viva de educação popular, em que todas e todos compartilham saberes, praticando, para que todos e todas adquiram conhecimento.

4.2.7 O laboratório fotográfico

O laboratório reproduz as condições de uma câmera escura. A lâmpada de luz branca ou amarela é substituída por uma de luz vermelha, que possibilita a revelação do material sensível à luz, sem o danificar (Figuras 4, 5 e 73). Durante o processo de revelação, é preciso que as pessoas envolvidas e os observadores da ação permaneçam reclusos dentro do laboratório. O banheiro tem outra paisagem para os jovens, é inusitado ocupar um banheiro escuro em grupo. Esse tempo de convívio promove trocas sobre as experiências vividas nos percursos e, em muitos momentos, também abre possibilidades para falar mais sobre o bairro e suas experiências com a fotografia.

O laboratório geralmente é pequeno e promove diminuição no volume das conversas, criando uma atmosfera de intimidade. O ambiente do laboratório simula a experiência de estar dentro de uma câmera escura, mas também pode atualizar a situação da atividade de olhos vendados. É necessário sensibilizar o olhar para trabalhar em baixa luminosidade. Geralmente, cria-se um clima de expectativa sobre o resultado da foto, que contrasta com o ritmo lento da sua revelação. Percebe-se que, nesse momento, é possível uma facilitação da abertura para o outro. Os tempos vivenciados nos laboratórios dos percursos realizados são momentos de muita contação de histórias, “confidências”, de fortalecimento dos vínculos e da confiança entre os integrantes do coletivo.

4.3 OS PERCURSOS: É PRECISO CAMINHAR PARA GEOGRAFAR (FOTOGRAFAR)

Festina lente (apressa-te lentamente) (LABBUCCI, 2013, p. 46).

O percurso é uma ação, na produção fotográfica, que parte da ativação da memória coletiva para a sensibilização do olhar, a partir do ato de caminhar, individual ou em grupo, por nichos de um certo lugar sobre o qual se quer produzir registros e/ou novos olhares. “Caminhar não é mover-se por mover-se” (LABBUCCI, 2013, p. 120), há intencionalidade, que é revelar, no sentido de visibilizar, as lutas sociais presentes no território. Provocar a sensibilização do olhar para questões como a regularização fundiária, o reassentamento de famílias atingidas por uma obra de interesse do bairro e da cidade, por exemplo.



Figura 101: Percursos fotográficos*

* Orla do Guaíba, projeto Presença da Ausência Sensibilização do Olhar, com jovens da FASE. 2019.

Foto: Eduardo Seidl.

É parte desses percursos fortalecer relações e vínculos entre escola, espaços comunitários e parcelas do bairro que buscam seu reconhecimento pela cidade formal, bem como gerar trocas entre a diversidade socioterritorial do lugar, a partir da produção de narrativas fotográficas pelos atores envolvidos na prática de apropriação do espaço, por meio do reconhecimento e de ser parte de um território em transformação. Por exemplo, morar na Vila Pedreira, na Vila Ecológica, no condomínio Capivari, na Vila Nossa Senhora das Graças, na Vila Cristal, é morar no bairro Cristal, no Bairro Santa Tereza. As escolas, as unidades de saúde, o percurso caminhado ou de bicicleta até a orla do Guaíba, a ida ao trapiche do catamarã ou ao Barra Shopping, ter o arroio Cavalhada saneado, a avenida Tronco duplicada, com corredor de ônibus e ciclovia, com calçamento para o pedestre, ter o Guaíba balneável, tudo isso são lutas, conquistas e desejos de todas as comunidades e lugares dos bairros afetados por essas intervenções urbanas. Para Franz Hessel,

[...] é recomendável não sair a passeio completamente sem meta [...]; no “andar a esmo” reside o danoso diletantismo. Proponha-se a ir a um determinado lugar. Pode ser que você desvie agradavelmente do percurso escolhido. Mas um desvio pressupõe sempre uma meta preestabelecida (LABBUCCI, 2013, p. 121).

Conforme apontado anteriormente, o percurso é definido antes do ato de caminhar pelo

bairro, ele é uma ação projetada. A principal fonte para a construção dos percursos são os trajetos que cada participante realiza entre a casa e a escola, bem como entre a casa e o local de encontro em que acontecem as atividades, o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, ao qual o coletivo *Imagens Faladas* está vinculado. A visualização da teia desses trajetos nas imagens satelitais é uma referência para estabelecer os percursos fotográficos no bairro.

O planejamento e a realização de percursos no bairro costumam explicitar a tecitura social e as barreiras invisíveis existentes no território. É comum que os jovens apresentem, inicialmente, uma narrativa de medo, insegurança, diante de um percurso que envolve caminhar por labirintos de incertezas, que são os acessos, becos e o miolo das vilas irregulares. Os participantes trazem as incertezas e inseguranças que estão presentes nas ruas da “cidade formal” do bairro, e que se expressam numa paisagem urbana agressiva, repleta de grades e tipologias de cercamentos, que transpõem o convívio das ruas para dentro de espaços fechados e com segurança privada, como o shopping, por exemplo. Essa situação também está presente entre moradores das vilas, e é manifestada quando o percurso é feito numa vila que não é a da sua moradia e de seus percursos cotidianos dentro do bairro. Para Hessel, fazer um passeio pela cidade é, antes de mais nada, uma escola do prazer:

Uma escola que devemos voltar a frequentar. Uma escola difícil, uma disciplina encantadora e dura. Mas que, no fim das contas, não existe; se alguma vez se tentasse fundá-la, surgiria a assim chamada, horrível, ‘seriedade da vida (HESSEL, 1991, p. 216-217 *apud* LABBUCCI, 2013, p. 104-105).

O percurso é um agir para construir relações sociais que se estendam para além de uma sala de aula, que repercutam no convívio territorial em uma praça, em um condomínio ou na vila. O percurso é, para o *Imagens Faladas*, uma disciplina encantadora e desafiadora e está dentro da dimensão da alfabetização espacial pelas práticas sociais, por meio do registro e da análise das paisagens presentes no percurso dos jovens.

Os percursos fotográficos são uma oportunidade de estranhamento dos caminhos feitos diariamente, uma renovação das paisagens cotidianas, pois é comum, no passo acelerado, não erguer a cabeça ao caminhar, não olhar para o lado e tampouco para o rosto das pessoas que cruzamos nos trajetos. A fotografia, associada ao percurso, promove a atenção à luz do dia, que altera a percepção da paisagem e dos anteparos que a luz toca, ou seja, das formas expostas com outras sombras e cores, na paisagem

[...] ver de novo o que já se viu, ver na primavera o que se tinha visto no verão, ver de dia o que se viu a noite, com sol onde na primeira vez chovia, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que não existia. É necessário voltar pelo caminho que já se fez, para repetí-lo, e para traçar ao lado dele novos

caminhos. É necessário recomeçar a viagem. Sempre. O viajante volta já (SARAMAGO, 1999, p. 507 *apud* LABBUCCI, 2013, p. 123-124).

Para Relph (2012, p. 6), “[...] lugar é onde conflui a experiência cotidiana, e também como essa experiência se abre para o mundo”. Aqui, a dialética presente na definição de lugar, para Relph, e que, para nós, está presente nessa definição, é o território-lugar que é o bairro, que tem esta confluência. É a reunião que é lugar e, ao mesmo tempo, tem uma outra escala que compõe um campo de força que reúne um conjunto de lugares, correspondendo a um território, que é o bairro como uma totalização de lugares, porém, com uma abertura para o mundo, como um território dentro da cidade que quer e busca decidir sobre as transformações cotidianas de seu território preservando seus lugares. Nesse movimento de poder decisório, ter a ascendência e criar a possibilidade que o principal ator social de seu cotidiano possa se manter dentro do bairro, quando este é afetado por algo externo ou de interesse maior, de uma escala maior, como a cidade, o estado, o país.

A abertura para o mundo, o espaço em transformação é o território, e ele não pode somente resistir, há de ser, também, uma instância decisória, como condição de preservar a experiência cotidiana do conjunto de lugares que compõem o bairro, um território-lugar. Nessa relação de afetividade e poder, de convergência e troca, Relph contribui para pensar o percurso, o qual, como prática cotidiana, tem o potencial e é gerador do encontro e reunião com o outro para construir território, como processo aberto, mas que reconhece sua história e mantém viva a memória coletiva. Aqui, encontra-se a inspiração da prática socioespacial na “festina lente”, no *apressa-te lentamente*, para com o caminhar ressignificar e estranhar os percursos do cotidiano com o ato fotográfico, com a prática espacial, para refletir, a partir da fotografia, a geografia social, o conjunto de lugares de um bairro como território.

E percurso em caminhadas, pelo espaço cotidiano, conecta-se àquilo que, para Relph, é uma premissa para que os processos de resistência sejam robustecidos e sejam, também, decisórios, que, conforme ele, “[...] a experiência de lugar precisa estar continuamente sendo renovada e reforçada” (RELPH, 2012, p. 29), porém não pode viver isolada, precisa ser parte de um conjunto que compõe um campo de força, um território e, no meio urbano, é o bairro esse espaço base de conjunto.

As novas tecnologias de comunicação pressionam a redução da experiência do percurso pelo caminhar como uma prática de estudo do território, “tem um papel importante a desempenhar para compreender e, talvez, corrigir a insistência neoliberal na eficiência global de ganhos que diminui a qualidade de nossas vidas, erodindo tudo que é local. Em suma, estudar e promover lugar “[...] é uma prática de resistência” (RELPH, 2012, p.5). É preciso fortalecer

o sentido de lugar como espaço cotidiano e global (MASSEY, 2000). Porém, está na politização das novas tecnologias comunicacionais, por meio da alfabetização espacial, torná-las suportes, instrumentos de narrativas e de resistência, algo propositivo para a preservação dos territórios que foram conquistados pela trajetória de luta e resiliência de coletividades, entre elas as vilas do Cristal e da Grande Cruzeiro. Os percursos em diálogo com essas novas tecnologias politizam as técnicas e tornam a ação cotidiana do caminhar um processo de apropriação do espaço, no sentido lúdico e político.

O percurso fotográfico é um exercício de promoção de novos olhares sobre o cotidiano, a partir do reconhecimento daquilo que afeta, mobiliza ou desacomoda, e, no caso dessa prática em análise na dissertação, instigado pelos artefatos fotográficos propostos. De acordo com Certeau (2014, p. 177), “[...] o ato de caminhar [...] é uma realização espacial do lugar, assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua [...] ato de caminhar parece, portanto, encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação”. É uma convocação ao registro de um estranhamento daquilo que é corriqueiro. Nesse sentido, a proposta do caminhar é uma técnica politizadora de apropriação do espaço, no método *Imagens Faladas*. Com ela, há a intenção de promover uma atualização das trajetórias pessoais e coletivas, possibilitar novas percepções e produção de conhecimento, com exercício de poder, de participação no território.

Um exemplo do potencial do ato de caminhar pelo bairro, por meio da realização de percursos fotográficos, está presente na leitura que Douglas fez do território-lugar, quando escolheu o tema para sua reportagem fotográfica, na produção do livro *Imagens Faladas*, em 2010. Douglas morava num abrigo masculino, chamado Casa Amarela, no bairro Nonoai, contíguo ao Cristal. Ele escolheu fazer sua reportagem fotográfica sobre a relação que a Fase tinha com os bairros Cristal e Santa Tereza.

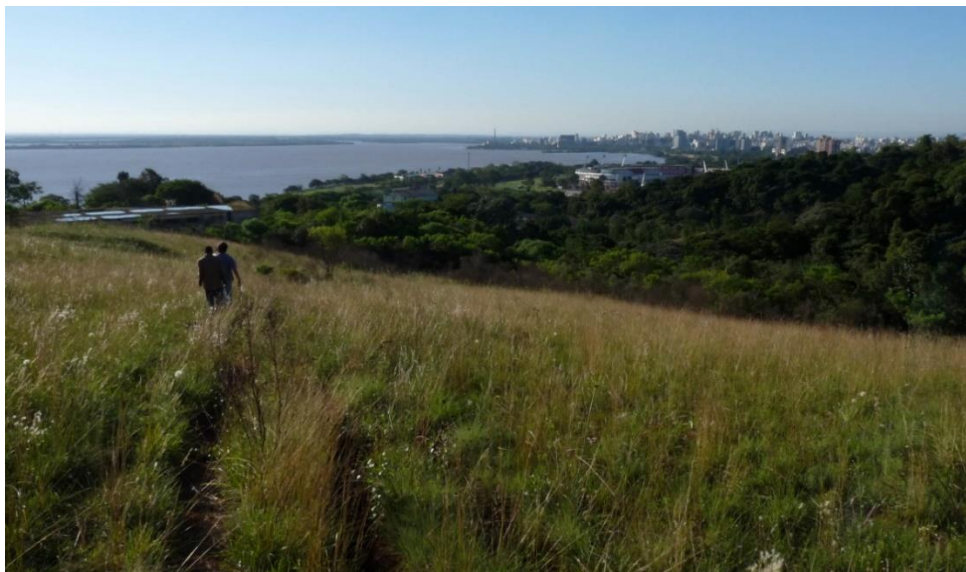


Figura 102: Morro Santa Tereza, percurso em março de 2010 incursão ruínas ICM. Guia da incursão, Cristina da Rosa, moradora da Vila União Santa Tereza. Foto: Douglas Moreira

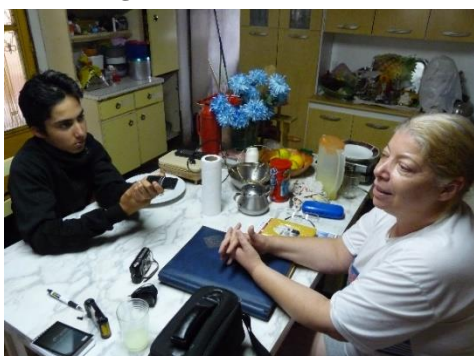


Figura 103: Douglas entrevista Nádia, moradora da Comunidade Padre Cacique Foto: Douglas Moreira.



Figura 104: Douglas entrevista Nádia, moradora da Comunidade Padre Cacique Foto pinlux: Douglas Moreira.



Figura 105: Parede interna de uma das Alas do antigo Instituto Central de Menores (ICM), desativado em 2002*

* FASE, no Morro Santa Tereza.

Foto: Douglas Moreira.

Por sua trajetória de vida, no território foram projetados e criados percursos, e um deles resultou em uma incursão pela unidade abandonada do Instituto Central de Menores (ICM), que faz parte do terreno da Fase (Figura 102 e 105) e integra a história das políticas públicas relacionadas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Com essa incursão, identifica-se, também, uma prática socioespacial dos jovens moradores das Vilas Ecológica e União Santa Tereza, que frequentavam as ruínas do ICM. Pôde-se perceber as marcas dessa relação dos moradores com as ruínas, por meio dos sinais encontrados lá, que podem ser identificadas por frases, escritas nas paredes com datações posteriores ao fechamento e encerramento das atividades no ICM, uma vez que a unidade encerrou suas atividades em dezembro de 2002. Além desses fatos, documentos nas paredes das ruínas, o percurso teve como guia Cristina da Rosa, moradora da Vila União Santa Tereza e que nos revelou ser essa uma aventura juvenil dela e de um grande número de crianças e jovens moradores das Vilas do Morro Santa Tereza, assentados dentro da área de 74ha da Fundação de Atendimento Socioeducativo – Fase.

A experiência de vida de Douglas projetou uma territorialização da sua trajetória no bairro e uma territorialidade entre o abrigo e a Fase, que fez ele conhecer histórias e lugares pouco ou nada visíveis no próprio Cristal e Morro Santa Tereza.

*“[...] tem gente que não sabe que eu sou morador de abrigo e eu não tenho vergonha de falar isto, por que tipo, hoje eu também tô trabalhando... eu fiz sobre a Fase, aonde tem gurizada nova também que lá não tem só aquelas gurizadas que tipo, como que eu posso dizer, usuários de droga, lá tem pessoa boa também, assim, eu sou um deles... uma destas fotos [...] que mais me chamou a atenção... foi uma foto que estava escrito Liberdade!, numa janela [...] dentro da Fase, e esta foto a que me marcou mais, no peito, me marcou tudo mesmo” (Trecho de depoimento no documentário *Imagens Faladas* (2012) de Douglas Moreira, morador da Casa Amarela, abrigagem masculina no bairro Nonoai, 18 anos).*

O percurso tem essa condição pedagógica e cultural, de revelar os lugares e, ao gerar conexões, passa a costurá-los, constitui tessituras, constrói território. Nessa prática, a fotografia orchestra a memória coletiva do espaço bairro em fragmentos, para compor uma exposição fotográfica como narrativa de vínculos do ator social com o lugar.

4.3.1 Paisagem: texto e pontos de vista, a narrativa dos vínculos territoriais por cartografias fotográficas

O método em análise nesta dissertação estabeleceu um percurso inaugural, no bairro

Cristal, de suas práticas socioespaciais estendidas, que tem formato de cursos com duração de três a quatro meses. O percurso tem um trajeto entre o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, que está localizado na parte “formal” do Cristal, e a Vila Ecológica, no morro e bairro Santa Tereza. Esse percurso inaugural, da prática socioespacial, vale-se da morfologia do bairro para promover diálogos entre linguagens imagéticas: a fotografia, as imagens satelitais e representações cartográficas do território (mapas). Esse percurso oportuniza a conexão dessas linguagens imagéticas com a geografia e seus territórios-lugares em disputa pela transformação da paisagem em curso.

O percurso caracteriza-se por uma oferta de um ponto de vista do lugar que dá uma noção panorâmica do todo do bairro. Essa noção de horizontes, relaciona-se à reflexão que Gomes (2013) sugere: o bairro como dispositivo espacial, social e cultural, em que a paisagem é uma ponte com a dimensão pedagógica e artística promovida pela fotografia.

Comumente utilizamos a expressão ponto de vista como sinônimo de opinião, como uma maneira de considerar as coisas. É nesse sentido metafórico que a expressão é mais frequentemente utilizada. De fato, também a utilizamos, embora menos rotineiramente, em um sentido mais concreto para designar lugares que oferecem uma visão panorâmica, de onde se pode observar uma paisagem, por exemplo. Consideramos, no entanto, que a palavra ponto nesse caso indica um lugar determinado, seja de concreto ou metafórico. Isso quer dizer que, ocupando aquele ponto, ou seja, naquela posição, podemos ver algo que não veríamos se estivéssemos situados em outra posição qualquer. A expressão estabelece, portanto, uma relação direta entre o observador e aquilo que está sendo observado. O ponto de vista é um dispositivo espacial (posicional) que nos consente ver as coisas (GOMES, 2013, p. 19).

O percurso parte da cidade formal, na qual está o Ponto de Cultura, e insere-se na cidade informal, subindo o Morro Santa Tereza pela entrada da Vila Ecológica. Espaço que é acessado, majoritariamente, ou quase exclusivamente, por quem mora naquela comunidade. Esse percurso leva o grupo até uma vista de cima, possibilitada pela topografia, e conecta a experiência realizada com as imagens satelitais e a cartografia do bairro. Esse movimento promove ângulos e perspectivas distintas para captar a paisagem do lugar, cria possibilidade de diversificação da narrativa pela linguagem visual. Ali se pode contemplar e captar uma visualização rara do cotidiano do Cristal, pois não é um percurso de quem não é morador das vilas Ecológica e União Santa Tereza.

A capa do livro *Imagens Faladas* traz esse ponto de vista e sua aura do aqui e agora presente na prática inaugural da construção de narrativas fotográficas, no método Imagens Faladas.



Figura 106: Vila Ecológica, Morro Santa Tereza, uma das comunidades dentro da área da Fundação de Atendimento Socioeducativo*

* Território Educativo Colégio Estadual Paraná.

Foto: Leandro Anton.



Figura 107: Vila Ecológica - Personagens do cotidiano invisibilizado e lúdico

Foto: Leandro Anton.



Figura 108: Um cotidiano das ruas de terra na Vila Ecológica*

* Jogar bolitas, o jogo do boco. A apropriação do espaço, o território da ludicidade.

Foto: Maria Antônia Nobre.

Ripper (2012 *apud* BALTAR, 2019), fundador e idealizador da Escola de Fotógrafos Populares da Maré⁵⁰, experiência consolidada de coletivos fotográficos de bairro e formados

⁵⁰ Disponível em: <http://www.imagensdopovo.org.br/quemsomos>. Acesso em: 18 jan. 2021.

em bairro, ação que o *Imagens Faladas* tem por inspiração, diz:

Como a gente pode falar de favela se a gente não ouve o povo favelado? É grave quando, editorialmente, há a determinação de que sejam esquecidas a beleza, a alegria e a vida da favela. O que a população não conhece não existe. Eu acho fundamental fazer a denúncia, mas é revolucionário buscar a beleza dos espaços segregado (RIPPER, 2012 *apud* BALTAR, 2019).

Essa reflexão aponta uma das fontes da criminalização do espaço das vilas e áreas irregulares, e Ripper (2012 *apud* BALTAR, 2019) define isso como ignorância, uma vez que aquilo que não se conhece não existe. A experiência inaugurada por Ripper, na Maré, busca reverter essa ausência, do ponto de vista de quem está no cotidiano desse espaço segregado e ignorado pela cidade, pela sociedade. As práticas pedagógicas nas escolas públicas também sofrem essa influência e refletem o medo diante de territórios estigmatizados, atendidos e que formam suas comunidades escolares, deixando de promover vivências extramuros por esses percursos do bairro.

O exercício de análise de diferentes pontos de vista tem importante aplicação para processos críticos, associado a práticas lúdicas e pedagógicas, ancora-se na materialidade das relações e conflitos sociais históricos presentes no espaço cotidiano de um bairro. As imagens satelitais disponíveis no meio virtual, associadas às fotografias disponíveis na rede mundial de computadores ou em acervos, como os que já existem no Quilombo do Sopapo, sobre o bairro Cristal, podem colaborar com a produção de conhecimento sobre determinados temas caros aos estudantes e aos espaços cotidianos de suas vidas.

[...] a ideia de ponto de vista é a de um privilégio do olhar sobre algo. Esse algo, no entanto, é parte de um conjunto maior, e a consciência dessa espacialidade, na qual se constroem os pontos de vistas, é fundamental para a compreensão da relação entre aquilo que é visto e daquilo que não está sendo contemplado (GOMES, 2013, p. 20-21).

No caso do percurso inaugural do *Imagens Faladas*, que conecta o bairro Cristal com o bairro Santa Tereza, é importante salientar uma relação corporal com a morfologia dos lugares para além da paisagem, e potencializar a reflexão sobre as relações que se estabelecem no bairro. Há um ponto de vista diferenciado, panorâmico, acessível ao cotidiano do bairro, do território-lugar. O percurso que conecta bairros, também é um percurso que transita do bairro formal para o informal.



Figura 109: Empreendimento em construção na antiga área das cocheiras do Hipódromo*

* Área permutada pela Pista de Corridas passada para o Estado no PI 178/2010 (RIO GRANDE DO SUL, 2010), aprovado pela Assembleia Legislativa por unanimidade. Foram 16Ha de área pública entregue a iniciativa privada. Dos 8 terrenos desapropriados pela luta do Movimento Chave Por Chave em 2011, até hoje nenhuma unidade foi construída para o reassentamento das famílias atingidas pela duplicação da avenida tronco.

Fonte: Foto divulgação do empreendimento obtida em <https://bairrogoldenlake.com.br/> acessada em 26 de janeiro de 2021.



Figura 110: Capa do livro Imagens Faladas lançado em 2011*

* Vila Ecológica, percurso inaugural de cada ação fotográfica do Coletivo desde 2010. Vista do bairro para refletir sobre as transformações do bairro pela leitura da paisagem desde o Morro Santa Tereza.

Fonte: Foto de Eduardo Seidl (foto) e arte gráfica de Sílvia Pont.

A mirada para o vale, para quem chega ao topo do morro, promove uma conscientização da espacialidade, do movimento de transformação da paisagem urbana e da manutenção da

segregação espacial⁵¹. A Vila Ecológica segue sem sua regularização fundiária, uma segregação espacial histórica. Dali se vê o futuro conjunto de prédios novos, em formato de torres, hoje em construção, na antiga área das cocheiras⁵² do Jockey Clube. Apesar de “regularizado” e de atender a uma camada economicamente privilegiada da população, será o maior espaço segregado espacialmente de toda região. Serão ruas e percursos acessíveis somente aos moradores e aos trabalhadores do condomínio fechado.

O conflito presente no bairro, em relação a essa área, que hoje está nas mãos da especulação imobiliária, dura mais de uma década. A obra teve início neste 2021 (Figura 109) e a reivindicação do capital foi atendida. Já a Vila Ecológica (Figura 110), por exemplo, ainda segue sendo uma área irregular. A Ecológica surgiu durante a década de 1980. Teve sua existência reconhecida e passível de regularização fundiária, com a instalação da Caixa d’água (Figura 112), nos anos 1990, mesmo período em que foi lançado o Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre e ela consta no Mapa da Região Cruzeiro (Figura 27). Em 2009, teve sua existência ameaçada pelo PL 388/09, que visava autorizar o executivo estadual, detentor da área da Fase, e permitir a venda ou permuta da área., situação evitada com o arquivamento do PL, em junho de 2010.

Em 2016, revigora-se o processo de regularização fundiária, com a rede elétrica de alta tensão (Figura 111), resultada da vitória do movimento O Morro é Nosso, com o arquivamento do PL 388. Toda essa trajetória de conquistas é visível em marcos da paisagem, e a Caixa d’água é uma identidade da Ecológica, vista da orla do Guaíba (Figura 113), da Vila Pedreira, da Vila Cruzeiro ou também da área das antigas Cocheiras do Jockey. Porém, o ponto de vista é composto, também, pelo invisível, que são esses eventos. O invisível é preservado na memória coletiva, e os percursos fotográficos, produzindo narrativas, fortalecem a sucessão dessa memória coletiva, como produção de conhecimento sistematizado ao alcance de espaços de convergências, entre os principais, estão as escolas públicas da região.

O anúncio do empreendimento imobiliário na área das cocheiras, que está sendo construído, diz “Resgatamos a ‘vida de bairro’: familiaridade com a vizinhança, crianças livres, pais despreocupados e tudo feito a pé. Uma fusão entre comodidade, segurança, necessidade e prazer”. Também chama a atenção o nome do empreendimento: *Golden Lake*. Pode-se perceber, em ambas as referências, uma mercantilização e uma expropriação do espaço

⁵¹ Disponível em: <http://quilombodosopapo.blogspot.com/2010/07/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

⁵² Disponível em: https://bairrogoldenlake.com.br/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=pre-lancamento&gclid=CjwKCAjwjbCDBhAwEiwAiuDBy4bTYaovMwBbBoSFVVYWi3lgbQdwipL3Ourbk2DCKy0mYRIYCKSkOBoCNM8QAvD_BwE. Acesso em: 26 jan. 2021.

cotidiano. Na primeira, da vida comunitária, e na segunda, da paisagem do Guaíba e do pôr do sol: o Lago Dourado (Figura 114).



Figura 111: Marcos visuais das conquistas da luta pelo território nas comunidades da área da FASE, Morro Santa Tereza*

* Postes de linha de alta tensão no caminho entre Vila Ecológica e União, fruto da vitória de 2010 do Movimento O Morro é Nosso. Postes instalados em 2016.

Foto: Cristina da Rosa.



Figura 112: Outro marco da paisagem cultural da luta comunitária, a caixa d'água da Vila Ecológica*

* Instalada em 1999, quando o governo do estado garantiu que a área era passível de regularização para moradia e com isto a administração municipal providenciou a instalação da caixa d'água. Água e eletrificação são básicos para consolidar moradias e são marcos da paisagem cultural da luta pelo direito à cidade destas comunidades.

Foto: Leandro Anton.



Figura 113: Vista do Morro Santa Tereza: a Caixa d'água da Vila Ecológica*

* Marco visual da paisagem que é memória coletiva de uma das conquistas pelo direito à cidade e a regularização fundiária do movimento comunitário no orçamento participativo.

Foto: Leandro Anton.

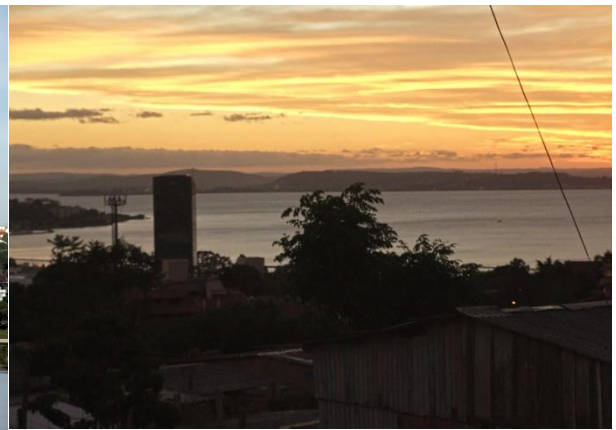


Figura 114: Vista Vila Ecológica: pôr do sol do Guaíba*

* “A geografia do Cristal completamente mudando” (trecho da música 40.000, dos Rappers do Cristal Doido Pelota e Negro É). 40.000 é alusão ao valor do Bônus Moradia.

Foto: Leandro Anton.



Figura 115: Caixa d'água e Rua Florida na Vila Ecológica: fotos *pinhole**

Figura 116: Caixa d'água e Rua Florida na Vila Ecológica: fotos *pinhole**

* Fotos *pinhole* com câmeras de lata gravadas em chapas de Raio – X e reveladas no laboratório do Quilombo do Sopapo.

Fotos: Maria Eduarda Silva, feitas em 2018.

O percurso até a Vila Ecológica é um encontro entre o olhar da geografia e da fotografia, na prática do caminhar no território. É possível explorar conceitos de território, paisagem e lugar para gerar o estranhamento do cotidiano presente nos percursos de bairro, de onde se mora e mais se tem domínio da espacialidade, dá novo movimento não só à paisagem, mas ao lugar, ao afeto, ao sentimento de pertença e à valorização da memória dos lugares. “A arte não é a simples cópia da natureza, ela é criadora de sensações” (GOMES, 2013, p. 79).

Essas são bases importantes para ousar em elevar os processos participativos e de apropriação do espaço, sua territorialização por novas gerações, para refletirem criticamente no seu papel, enquanto atores sociais na construção de território.

[...] a paisagem ao ser considerada uma expressão do espaço geográfico a partir das relações com o passado, o presente e o futuro, reúne fenômenos percebíveis e aspectos subjetivos cuja significação são variáveis e inseparáveis do observador, tornando uma possibilidade conceitual e metodológica para a realização desse engajamento com o mundo (PIRES, 2010, p. 210).

A paisagem é a companheira e guia dos percursos, é por ela que o olhar, a observação no caminhar, gera o elo com o território, para o ator social agir e ter o ato fotográfico contextualizado e conectado ao espaço geográfico. Esse é um princípio de diálogo com o espaço social, instantes que o ator social interroga o território, não por fala e palavras, mas por captações de fragmentos do percurso e posterior composição de uma narrativa fotográfica. O percurso, ao pôr em prática a fotografia e o bairro como dispositivo pedagógico e artístico, promove a análise territorial.

Esse arranjo local faz parte de uma alfabetização espacial, na perspectiva de processos

de participação social nas transformações da cidade. “A paisagem no método fortalece a construção dos vínculos territoriais explorando e aguçando as acepções de lugar, a afetividade e familiaridade” (PIRES, 2010, p. 141). Nesse momento, “o bairro se torna lugar quando é experienciado” (PIRES, 2010, p. 142). Desse modo, o método presente nas ações do coletivo Imagens Faladas parte de fragmentos fotográficos que captam o espaço por meio do percurso labiríntico das áreas informais, para construir narrativas imagéticas e verbais.

A fotografia procura traduzir a experiência concreta da “visão em movimento”, esse contínuo passeio do olhar [...] Por isso, a fotografia é menos uma arte gráfica, ela é – como a dança ou o passeio – uma arte do tempo e do espaço. Em resumo, o novo fotógrafo é antes um caminhante urbano e se aproxima do flâneur, sobre o qual afirma Benjamin “a cidade é um terreno sagrado (GOMES, 2013, p. 233-234).

Gomes (2013) indica que há, no percurso, a experiência concreta da visão em movimento, por um ator social do espaço cotidiano, em uma prática espacial da construção de território e territorialidade pela sensibilização do olhar. Compreende-se que o fotógrafo social é esse caminhante urbano, que pode ser uma das personagens do *flâneur* de Benjamin. Para Gomes (2013, p. 230), “...as condições de morfologia, o público e a narrativa mudaram – um novo regime de visibilidade surge: o olho na rua.” Essa vem sendo uma prática do método de educação popular, que integra geografia e fotografia, no bairro Cristal.

4.4 NARRATIVA DA TERRITORIALIDADE EXPRESSA EM FOTOGRAFIAS DA PAISAGEM CULTURAL URBANA

Uma das relações comunitárias desenvolvidas pelo Ponto de Cultura, que vem promovendo diversas experiências educativas com o método Imagens Faladas, são projetos fotográficos com grupos de jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas na Fase. Nos bairros Cristal e Santa Tereza estão localizadas nove unidades da Fase, entre elas, a única unidade feminina de todo o estado. Os meninos que cumprem medidas em Porto Alegre são oriundos de diversos municípios da Região Metropolitana e do Litoral Norte. São meninas e meninos que, geralmente, têm a experiência de morar em áreas sem regularização fundiária ou com grande precariedade de infraestrutura urbana e ausência da presença do Estado, com seus serviços.

Em 2017, o percurso inaugural, no Morro Santa Tereza, constituído pelo Imagens Faladas, foi realizado com jovens internados na Fase, que possuíam permissão para realizarem atividades externas. Esse percurso foi para dar início a suas práticas socioespaciais de construção de narrativas fotográficas sobre o território Cristal e Santa Tereza, a partir dos

territórios-lugares, as vilas e suas comunidades em luta por regularização fundiária. Tal percurso tinha numa de suas extremidades o Quilombo do Sopapo e, na outra, a Vila Ecológica, que estava dentro da área da Fase, caminho que também conectava à Vila União Santa Tereza.

Ao chegar na praça localizada na entrada da Vila Ecológica (Figuras 117 e 118), dois meninos, do grupo de nove jovens, questionaram se havia autorização para entrar no território. O diálogo evidenciou que, mesmo com nenhum dos jovens sendo morador da região, e somente um deles residir em outro bairro de Porto Alegre, eles definiram a vila como território com domínio de algum grupo do tráfico, e que esse grupo tinha o poder e o controle de acessos à vila, podendo ser um risco aos que estavam no nosso grupo.



Figura 117: Estética da favela: entrada da Vila Ecológica.

Foto: Cristiano da Rosa.



Figura 118: Labirintos do bairro: acesso à Vila Ecológica*

* Fonte: Elaborada por Leandro Anton a partir do Google Earth.

Ao desenvolver mais o diálogo, ficou destacado que a estética da favela (Figura 119 e 120), da vila que denuncia a ausência do Estado, deflagrou uma compreensão de que ali havia um poder que controlava o acesso ao território e que poderia ser rival à facção da qual eles faziam parte. Foi problematizado, por esses jovens, que haveria espias no acesso à vila, para anunciar que um grupo externo ao local e, possivelmente, não pertencente à organização do tráfico da vila, estaria acessando a Ecológica.



Figura 119: Grafismo numa das alas das ruínas do ICM, abril de 2010

Foto: Leandro Anton



Figura 120: Vista da Avenida Capivari, bairro Cristal, para o a Vila união no Morro Santa Tereza

Foto: Max, julho de 2017.

Maior saudade da família mano eu tô bolado
 Privado neste canto triste angustiado
 Se querer falo um pouco
 Escute o meu recado
 Só estou passando a visão de mais uma favelado
 Só estou passando a visão de mais uma favelado

(Trecho da música composta por Max, Ítalo, Mateus e José, agosto de 2017).⁵³

A problematização é de que sem autorização de quem domina aquele território haveria risco da entrada do coletivo, o que evidenciava, na leitura dos jovens, que a circulação por aquelas comunidades estaria restrita para o nosso grupo. Mais uma vez, vê-se a definição de território e lugar imbricado ao que Bozzano (2009) apresenta como uma tríade social para compreender o objeto da Geografia: o espaço geográfico e suas categorias. São elas: os processos, os atores e os lugares.

Outra importante análise na narrativa dos vínculos daquele grupo, que estava iniciando um projeto fotográfico com o método do Imagens Faladas, foi evidenciar que estava consolidada, ou que já havia uma atitude do coletivo Imagens Faladas como ator social, com características endógenas, seja da atitude do coletivo com a condução do percurso como também desse olhar da comunidade e a identificação da ação fotográfica praticada com as câmeras de lata junto às câmeras fotográficas profissionais, marca rotineira do Imagens Faladas, pelo percurso Morro Santa Tereza, e de sua performance. Por outro lado, naquele momento, para os integrantes do coletivo Imagens Faladas, foi uma demonstração que, para aqueles jovens, era uma novidade perceber a condição dessa prática socioespacial da fotografia em

⁵³ A música foi gravada no estúdio do Quilombo do Sopapo em agosto de 2017. Ela integra a exposição fotográfica “Sensibilização do Olhar – território educativo do CECONP/FASE”, lançada em 01 de novembro de 2017. Para acessar a exposição, o link é: <https://flic.kr/s/aHsmx3VLO9>, e para assistir ao clip fotográfico com música criada pelos fotógrafos da exposição, o link é <https://youtu.be/Qd0rdRSFoGs>.

relação à sua mobilidade no território, no trânsito entre a cidade “formal” e a “informal”. Cabe destacar que não se está romantizando essa relação do *Imagens Faladas*, não há imunidade diante do tráfico e das disputas que possam existir, mas, sim, a problematização dos jovens evidenciou a característica já alcançada deste coletivo como ator social do lugar para acessar territórios.

As relações de continuidade das ações projetam que o coletivo fotográfico já possuía características e condições de um ator endógeno, ao mesmo tempo que, para os jovens da Fase, aquela prática socioespacial era exógena ao território-lugar. O coletivo *Imagens Faladas*, por seus processos e produções, foi, com o tempo, modelando e consolidando seus vínculos territoriais com o espaço e as suas relações sociais locais. A reflexão que foi trazida para a roda por esse grupo, em 2017, da tensão para entrar na Vila Ecológica e de o quanto o pensamento do conflito, da disputa territorial, mantinha a mente dos jovens presa a essa relação, de que é necessário a permissão para circular dentro da Vila Ecológica sem estar em risco, foi enriquecedora para aquela experiência e para o entendimento do reconhecimento alcançado pelo *Imagens Faladas* na região.

Como ator, a presença com ações continuadas no Cristal e no Santa Tereza, a partir do Quilombo do Sopapo, tornou o coletivo fotográfico um ator social endógeno (DI MÉO; BULÉON, 2007) do bairro e dos lugares que compõem o território. Como processo, apresentou um método com práticas socioespaciais e político-pedagógicas reconhecidas por outros atores institucionais de atuação no território, entre eles a Fase e as escolas.

Essa relação com o espaço, modelada pelo tempo e associada à continuidade, oportuniza que esses tempos diversos se encontrem e o tema da mente presa, de uma cultura de território, ressurja em uma outra composição de poesia, dois anos depois, durante o processo de produção do livro fotográfico *Presença da Ausência – Sensibilização do Olhar*⁵⁴, feita por outro grupo de jovens que também estavam cumprindo medidas na Fase, no ano de 2019. Cleoson, educador da Fase que acompanhou o grupo, em 2017, e que também estava na monitoria do grupo de 2019, trouxe para a letra a frase e reflexão feita no retorno do percurso da Vila Ecológica: quando a mente está presa, ela limita a possibilidade de transformação.

Esse momento aconteceu durante uma oficina de escrita criativa, conduzida por Richard Serraria (Figura 121), e que tinha, também, fotografias das paredes das ruínas do Instituto

⁵⁴ Produção de 2019, coordenado por Leandro Anton. Livro fotográfico que teve no livro *Imagens Faladas* seu argumento para 10 anos depois ser produzido com atores sociais em cumprimento de medidas socioeducativas. Disponível em: <http://imagensfaladas.redelivre.org.br/2019/11/04/disponivel-livro-presenca-da-ausencia-sensibilizacao-do-olhar-acesse-leia-e-viaje/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Central de Menores (ICM), feitas por aquele grupo de jovens, além de outras frases e apontamentos já produzidos por esses jovens e registrados nos cadernos cartoneros que eles também haviam produzido numa oficina conduzida por Leandro Silva⁵⁵ (Figura 100). Essa reflexão, verbalizada na roda de conversa em 2017, apresentou-se como memória coletiva dos processos, atores sociais e lugares envolvidos pelo método *Imagens Faladas*. A frase mencionada no final do parágrafo anterior foi originada pela realização do percurso, que provocou um estranhamento de jovens com a possibilidade de acessar o lugar por estarem numa ação com um coletivo fotográfico endógeno ao bairro e assim ter um outro ponto de vista das relações possíveis entre atores sociais de territórios aparentemente rivais. Esses jovens, muitas vezes, cumprem medidas por disputas territoriais do tráfico ou por conflitos e tensões sociais entre o bairro formal e o bairro informal.



Figura 121: Painel com as cartografias dos percursos nas ruínas do ICM*

* Registros feitos nos diários de bordo cartoneros.

Foto superior esquerda: Artur Ruperti Capa do Livro *Presença da Ausência* de 2019.

Foto superior direita: Patrick Porto. Escritos nas paredes das ruínas do ICM que estão na letra da trilha sonora “A Vida Acontece em Tudo que é Lugar”.

⁵⁵ Leandro Silva é artista bonequeiro e diretor teatral, filiado à ABTB Centro Unima Brasil. Chegou ao Quilombo do Sopapo por uma Residência Artística – Interação Estética em janeiro de 2013. Residências artísticas para serem realizadas em Pontos de Cultura, ofertadas em editais pela FUNARTE como a que deu origem ao *Imagens Faladas*. Leandro Silva é de Canto do Buriti, Piauí. Após a Residência permaneceu em Porto Alegre. Artista colaborador do Núcleo de Teatro de Animação do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo e Diretor do Grupo Fuzuê Teatro de Animação, desde 2013. Mestre em Artes Cênicas pelo PPGAC UFRGS. Mais informações: www.leandrosilvabonecos.com.

Foto inferior esquerda: Patrick Porto. Foto de uma poesia de autoria dele.
Foto inferior direita: Leandro Anton.

A luz por entre as grades apagava a escuridão
E trazia a liberdade pra dentro do coração/
Não adianta estar livre se sua mente está presa
Vou na fé e na sorte essa é minha certeza/
(Trecho da música “A vida acontece em tudo que é lugar”)⁵⁶

A narrativa cartográfica é composta por grafismos nas paredes das ruínas do ICM, captada em fotografias, no percurso que é parte da experiência de vida dos jovens que habitam o lugar, em privação de liberdade, seja por estarem reclusos numa unidade da Fase ou por manterem-se reclusos quando fora das unidades, em seus territórios-lugares de vida e de pensamentos (Figura 121).

A VIDA ACONTECE EM TUDO QUE É LUGAR

Só quem é de verdade sabe quem é de mentira
Só quem sentiu o frio das grades
Sabe dar valor ao calor da liberdade sabe dar valor só quem sentiu o frio das grades
A paz que eu quero não é a paz do cemitério
Na janela da minha cela corre água sem chover
Se nesse silêncio tentar me esquecer
Nesse mesmo silêncio estarei pensando em você
Se nessa ausência tentar me esquecer
Nessa mesma ausência estarei presente em você presente em você estarei presente em você

Não me julguem pelo meu passado
Porque eu não vivo mais nele eu não vivo mais nele
Não me julguem pelo meu passado
Porque eu não vivo mais nele eu não vivo mais nele

E hoje soldado vivo maldade
No mundo de crueldade, neguin não é mole não
Na favela reina mó desigualdade
Dentro da comunidade é muita discriminação
Mas busco vivo minha liberdade
Toque na metamorfose
Meu mundo vou transformar
Acredito que um dia tudo chega ao fim
E o meu sonho eu vou realizar
Muitos me seguem
Mas só deus me acompanha
Na rima e na manha
Eu jamais vou desistir
De cabeça erguida eu sigo assim

⁵⁶ A música foi composta para o projeto “Presença da Ausência – Sensibilização do Olhar” de 2019 que resultou nesta trilha sonora, um livro fotográfico, exposição fotográfica, minidocumentário e clip fotográfico. Para acessar o clip fotográfico, o link é https://youtu.be/PaGmkYT_1oM; o minidocumentário pode ser acessado por meio do link https://youtu.be/U_1YrZjwrDk; a exposição fotográfica pode ser acessada pelo link <https://flic.kr/s/aHsmJrchM>, e o livro encontra-se no link <http://imagensfaladas.redelivre.org.br/2019/11/04/disponivel-livro-presenca-da-ausencia-sensibilizacao-do-olhar-acesse-leia-e-viaje/>.

Só deus é por mim
E ele cuida de mim

Não me julguem pelo meu passado
Porque eu não vivo mais nele eu não vivo mais nele
Não me julguem pelo meu passado
Porque eu não vivo mais nele eu não vivo mais nele

A luz por entre as grades apagava a escuridão
E trazia a liberdade pra dentro do coração/
Não adianta estar livre se sua mente está presa
Vou na fé e na sorte essa é minha certeza/
Agradeço a família por estar comigo
Tirar da alma todo ódio dos meus inimigos
Vou buscar o meu lugar nessa sociedade
Contagem regressiva pra mudar a realidade
Não importa se tem facção ou não
Neginho favelado não tem chance nesse mundão
A vida está presente em tudo que é lugar
Na vila, viela, na jéga, na tela do whatsapp
(Letra da música “A Vida Acontece em Tudo que é Lugar”).

4.4.1 A produção de narrativas fotográficas como cartografias sociais

Caminhar é uma prática de liberdade e, conforme Labbucci (2013, p.124), “porque liberdade e responsabilidade não existem sem um contexto social e sem uma tomada de consciência e de posição que permita dizer quem sou eu, onde estou e aonde estou indo”.

As fotografias, que estão nas Figuras 122, 123, 124 e 125, foram feitas pelo grupo de jovens de 2017, que se tornou, ao final dos quatro meses de ações, um coletivo fotográfico efêmero. Mateus, um dos integrantes, é morador de Imbé, município do litoral norte do Rio Grande do Sul. Quando em cumprimento da medida socioeducativa, jovens ou pessoas com privação espacial da liberdade, seja na Fase ou numa penitenciária, têm um gesto que é parte do cotidiano, que é estar diante da janela olhando (Figuras 121, 122 e 123) para fora e ter seu olhar sobreposto por grades, por telas, por cercas, por muros, por arames.

Todas as medidas de privação de liberdade, sejam elas socioeducativas ou penais, são identificadas por numeração e elas são parte dos diálogos, para que o outro saiba quais são suas referências de atuação, de poder. Esses números compõem narrativas textuais que podem ser obtidas em percursos de rua, essa foi uma das descobertas e abertura de trocas e diálogos sobre trajetórias de cada um dos jovens daquele coletivo efêmero, com os educadores do Imagens Faladas. A caminhada pelas ruas do Cristal, para a apropriação da técnica fotográfica pelos integrantes, para o ensaio final, que seria realizado dentro das ruínas do ICM, teve essa construção narrativa sobre os vínculos que esses jovens constituíram com a instituição Fase.



Figura 122: Pontal do Estaleiro Só, que hoje está cercado para construção de um edifício com 30 metros de altura*

* Foto tirada por Mateus em julho de 2017, que integra a exposição fotográfica⁵⁷ Sensibilização do Olhar Território Educativo CECONP/FASE. Foto: Mateus.



Figura 123: Uma das atuais unidades da FASE POA, março de 2019*

* Todos os jovens que fotografei dentro das unidades e de seus quartos pediram para fazer um retrato deles olhando pelas grades das janelas.

Foto: Leandro Anton.

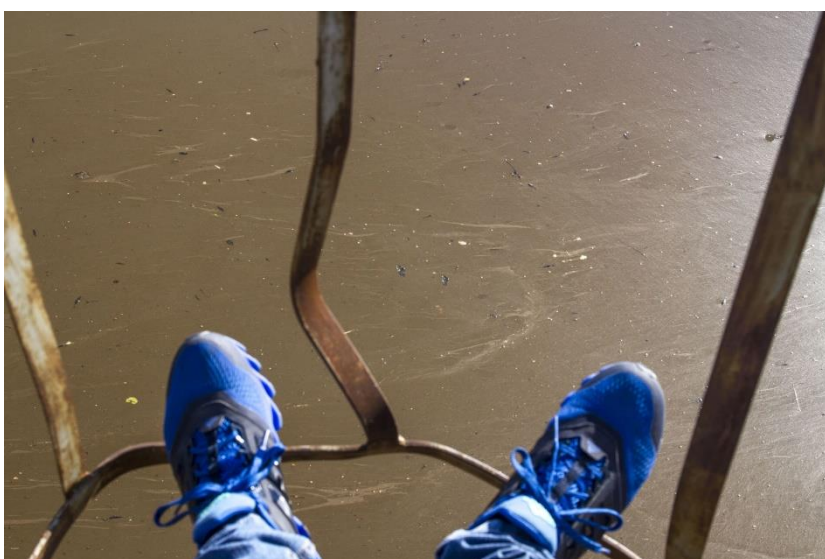


Figura 124: Pés de Mateus na estrutura metálica presa à lateral de uma das plataformas do antigo Estaleiro Só*

* Estrutura utilizada por Mateus para a fotografia da Figura 26, que reproduz as grades de um quarto das janelas da FASE que tem ainda um revestimento de outro tela metálica.

Foto: Mateus.



Figura 125: Número 155⁵⁸ na Av. Capivari, que se refere a ato infracional*

* Coberto por tela com textura similar a que reveste as grades dos quartos.

Foto: Mateus.

⁵⁷ Disponível em: <https://flic.kr/s/aHsmx3VLQ9>. Acesso em: 08 jan. 2021.

⁵⁸ Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, pelo código penal brasileiro.

Assim, como na experiência com trabalhadores da saúde e pacientes de instituições de saúde, que exigem uma construção de vínculos territoriais e institucionais para seus processos de vida, mais uma vez, a fotografia trouxe a confirmação de ser um dispositivo pedagógico para análise territorial. Um dispositivo tanto para a produção de narrativas fotográficas como cartografias sociais, valendo-se das representações urbanas presentes no cotidiano das cidades para falar de assuntos, gerar representações sobre uma diversidade de temas.

Num percurso de rua, os números das residências (Figura 125) podem identificar o ato infracional, o que faz com que o ator social que os fotografa compartilhe suas reflexões sobre a experiência que está vivendo e sobre o motivo que o levou a estar privado de liberdade, distante de sua cidade e bairro, de seu cotidiano cidadão.

Quem caminha é inevitavelmente levado a examinar o que encontra, a aguçar o engenho, a desenvolver o senso crítico que induz a fazer comparações e a perguntar porquê e o como das coisas que nos circundam. [...] a maior ambição de quem caminha é respeitar e valorizar os lugares que atravessa para que outros possam fazê-lo com o mesmo prazer (LABBUCCI, 2013, p. 34).

É preciso caminhar para fotografar, no *Imagens Faladas*. É preciso caminhar para geografar, para cartografar. E caminhar é uma prática socioespacial no processo de ressocialização, porém esse processo, em situações como as que vive Mateus, tem de oportunizar a reflexão e, ao mesmo tempo, a construção de pensamento crítico que expresse, em linguagens diversas, a experiência que o ator social está vivendo. Aqui reside outro indicativo forte da fotografia como um dispositivo pedagógico e artístico para análises dos vínculos de territorialidade.

Conforme Labbucci (2013, p. 33), “[...] caminhar, exprime como poucas experiências, essa abertura para o mundo e para si mesmo”, que se reflete nessa relação da fotografia com a geografia na prática socioespacial, como alfabetização espacial e a paisagem cultural, como texto, não só da apropriação do espaço, mas também de escrita, de comunicação para quem vier a contemplar as fotografias. Um dos processos importantes da construção das narrativas fotográficas em formato de exposição, que são parte do método *Imagens Faladas*, está na análise que constrói as exposições ou que define as fotos de uma reportagem fotográfica, que são os encontros de curadoria da montagem dessas produções (Figuras 64 e 65). Estão, também, presentes em todos os depoimentos dos atores sociais que produziram o livro *Imagens Faladas* e foram fundadores do coletivo fotográfico, bem como no dos jovens que participaram das ações fotográficas territórios educativos e compartilharam suas memórias dos percursos, além da leitura dos registros das análises das atividades pedagógicas, no início deste capítulo. Esse é

o momento de compartilhar as reflexões dos atos fotográficos, em que se tem a audição e os comentários por parte de cada fotógrafo, daquilo que trouxe ao grupo, o que é um exercício de análise territorial e das relações sociais espacializadas no percurso.

Desde esta perspectiva la Geografía sería la disciplina científica que, junto a otras, estudia las diferenciaciones en el espacio terrestre y en sus lugares entendida y explicada como compleja, solidaria y contradictoria dialéctica de las relaciones entre procesos sociales y procesos naturales; o bien, de los actores que, con sus percepciones, intereses y acciones, construyen lugares en una relación perpetua entre hombre y medio. De acuerdo a esta definición preliminar, el objeto de estudio dominante de la ciencia geográfica sería el espacio geográfico o territorio, con sus lugares, sus procesos y sus actores, o bien se estaría refiriendo al estudio del modo en que lugares, procesos y actores construyen o contribuyen a explicar un territorio (BOZZANO, 2009, p. 226).

Essa territorialidade também é transposta pelo ator social para um lugar que não é do seu território, mas que, numa prática socioespacial que envolva percursos em um espaço cotidiano e tenha uma linguagem artística para demonstrar sua relação com a estética e representação do lugar, expressa na paisagem, num exercício que promova a produção material de conhecimento, torna-se um dispositivo (fotografia) revelador de vínculos ou que possibilita revelar vínculos territoriais de um ator social que momentaneamente está privado de usufruí-los ou exercê-los no seu cotidiano. Essa ponte com o espaço e a fotografia se dá pela paisagem como expressão de pertencimento a uma territorialidade.

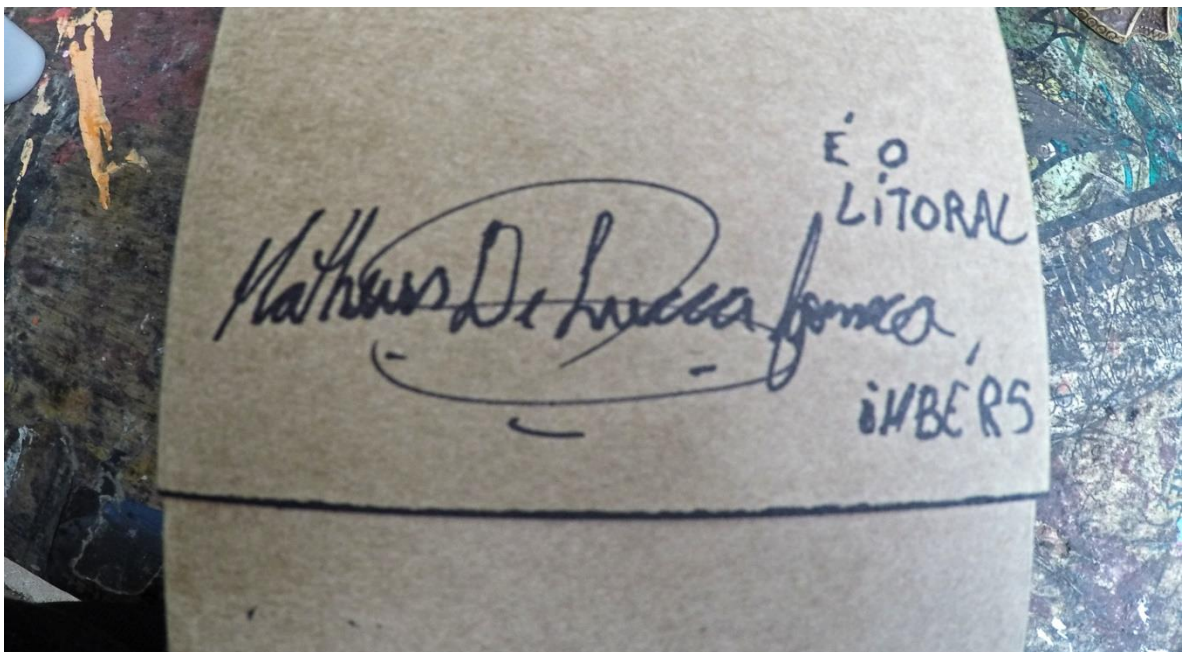


Figura 126: Pinholoscópio confeccionado por Mateus com a assinatura de sua territorialidade*

* Assim como a composição do seu olhar em fotografias.

Foto: Mateus.

A fotografia proporciona uma produção de conhecimento material que compartilha e constrói uma narrativa que conecta territórios-lugares. Ela literalmente revela, por uma prática cotidiana, o caminhar pelas ruas de um bairro e a territorialidade da memória individual de um ator social, pela paisagem (memória coletiva) de um lugar, a outros atores sociais com quem, momentaneamente, esteja compartilhando o tempo e espaço cotidianos.

Os registros de Mateus oportunizaram, pela linguagem fotográfica, tanto para os educadores sociais como para os outros jovens, integrantes do coletivo fotográfico efêmero, do qual ele estava fazendo parte, acessar a territorialidade litorânea, significada na água do Guaíba, no horizonte longínquo que esse lago-rio possui, de pés que caminham nas águas (Figuras 124) de Imbé que, para Mateus, era sua meta, retomar àquele espaço cotidiano (Figura 126). Na paisagem urbana surge o texto dos vínculos territoriais de seu lugar e do ato infracional que o levou a cumprir medidas socioeducativas, em privação de liberdade, narrado pelas fotografias de fachadas, com números indicando os artigos que tipificaram, qualificaram e definiram seu tempo de medida.

Costa, Reis Júnior e Steinke (2014) propõem cinco funções que relacionam fotografia e história: arquivar, ordenar, modernizar saberes, ilustrar e informar. A função ordenar (Figura 127) está presente na relação percurso e composição da exposição ou das reportagens fotográficas referentes aos percursos. Essa parte do método, a de ordenar, tem centralidade na construção da narrativa, juntamente com a fotografia, e não de forma linear e autoral individual. No *Imagens Faladas*, há a fragmentação para realizar uma composição a partir do estranhamento e também uma produção coletiva. O percurso é a fala e a fotografia é a imagem; o percurso é o enunciado e a fotografia é o visível para narrar o invisível. A fotografia como dispositivo realiza-se como tal no percurso e, assim, este está vinculado ao espaço cotidiano, no caso ao bairro, o que remete à compreensão, nessa prática socioespacial, de que o bairro é, também, um dispositivo espacial, social e cultural do meio urbano.

E esta ordenação podia advir de alguns específicos processos. Primeiramente, o de fragmentação. Pois que, diferentemente da pintura, a fotografia tinha condições, de explorar o potencial dos detalhes; e sendo assim, captava um fragmento do todo, mesmo que esta parte destacada guardasse com a ambiência dos orgânicos, causais. A fotografia podia, aparentemente, desdenhar toda uma situação hierárquica que explicaria as condições do objeto captado. Mas além da fragmentação, a unificação. Isso, contudo, não significava a reconstituição da organicidade que foi perdida; tratava-se, na verdade, da construção de uma nova unidade (COSTA; REIS JÚNIOR; STEINKE, 2014, p. 14).

Propõe-se explicitar a relação entre fotografia e história dos lugares, no método *Imagens Faladas*. Percebe-se que a apropriação do espaço passa pela apropriação da memória coletiva.

A prática da caminhada em percursos fotográficos pelo bairro produz narrativas fotográficas. A proposta é que as fotografias desse percurso expressem fragmentos da experiência com o território para, posteriormente, reconstruí-la como uma exposição fotográfica, uma reportagem fotográfica, um clipe fotográfico, um texto lido de forma dramatúrgica, uma crônica, uma poesia, a letra de uma música, ou tantas outras possibilidades de narrar, sobre possíveis costuras, entre esses fragmentos.



Figura 127: Narrativa fotográfica elaborada por Giordana Grohmann, 02 de dezembro de 2015*

* Postada no grupo do Coletivo Imagens Faladas do Facebook. Percursos Vila Pedreira, Vila Ecológica e Vila Cristal.

Fotos: Giordana Grohmann, Mateus Silva, Maria Eduarda Bortoli, Fernanda Medeiros, Kátia Lopes, Leandro Anton e Gabriel Feil.

A fotografia também funciona como um dispositivo para promover o diálogo entre quem fotografa e quem é fotografado. A intencionalidade do fotógrafo, em produzir uma narrativa, promove o diálogo com moradores de mais tempo de vida no bairro. Esse encontro acontece no cruzamento de gerações, pelo mesmo percurso, no bairro. O método Imagens Faladas procura articular memória, na ludicidade, uso do corpo, no tempo cotidiano, e numa liga chamada afeto e ritmo, que tem no coração sua produção. Esse diálogo não só constrói

vínculos territoriais para os jovens, como renova os vínculos das pessoas mais velhas.

Um exemplo disso é o que aconteceu no percurso do coletivo, na ação Territórios Educativos, do Colégio Estadual Paraná, em 2016. No percurso pela Vila Prisma, um dos trajetos de Maria Antônia, que integrava o coletivo naquele ano, o grupo foi conhecer o Bar do Oliveira por indicação de Maria. Ao chegar no bar, quando se falou com seu José Oliveira sobre a intenção de fazer fotos dele no bar para compor uma exposição fotográfica, ele solicitou que retornasse no outro dia.



Figura 128: José Oliveira e sua gaita no som

missioneiro*

* Vila Prisma, Bar do Oliveira.

Foto: Cristiano da Rosa.



Figura 129: José Oliveira pediu para retornarmos no dia seguinte e nos recebeu pilchado com seu lenço vermelho

Foto: Cristina da Rosa.

No outro dia, José Oliveira aguardava pilchado e com sua gaita (Figuras 12 e 13), para fazer uma apresentação para o ensaio fotográfico. Seu José de Oliveira é natural de Santo Ângelo, região missioneira, e, naquele momento, ele trouxe seus vínculos de territorialidade na vestimenta e nas canções tocadas durante o ensaio fotográfico.

Nas fotografias do percurso entre a Vila Ecológica, passando por trás do ICM, na direção da Vila Gaúcha, percurso do território educativo Morro Santa Tereza, conhecemos seu Nelson e família. A cena da Porto Alegre, com vista para o Guaíba e a antena da Record ao fundo, revela, nas ações visíveis, nos manejos das terras do morro, a iconografia dos fazeres da territorialidade de Nelson (Figura 130) e sua família de Bagé (Figuras 131), que, naquele momento, estavam plantando mandioca. Nelson disse que, desde que mora no Santa Tereza, mantém os hábitos de fazer o roçado e plantio de alimentos para a família. Esse diálogo de territorialidades, de gerações, em percursos nos territórios como processos de apropriação do espaço pelas narrativas presentes no bairro por seus narradores, faz com que se possa visitar outras territorialidades e outras culturas. Processos que a fotografia realça seu potencial de dispositivo e de que o *Imagens Faladas* constitui um método para análises territoriais do espaço

cotidiano.



Figura 130: Nelson cortando os nós para o plantio da mandioca.

Foto: Leandro Anton.



Figura 131: Filhos de Nelson, estudantes do Colégio Estadual Paraná e colegas de Maria Antônia, integrante do coletivo Imagens Faladas.

Foto: Leandro Anton.

É importante atuar na produção de territorialidades e fortalecer a possibilidade de participação dos jovens na sua ocupação e na produção de conhecimento deles, por eles e com eles. É importante, também, ser protagonistas da história, ser construtores dela e não somente reprodutores. Não só contar, mas fazer a história, ser parte dela, descobrir, questionar e se questionar. Dessa provocação, dizer que lá se esteve, pois tem uma fotografia ou um vídeo que confirma isso. Essas situações devem enriquecer a narrativa, mas por si só não são a narrativa, caso não se tenha sido sujeito daquele momento, que é a vida que nos move e não as lembranças. Estar nas ruas e junto com os nossos é viver e o tempo torna o presente vivido. É o conhecimento posto em prática que produz mais conhecimento e cria novas horizontalidades, ou que horizontaliza as relações e torna protagonistas da produção do conhecimento os que vivem e fazem a ação. Fazer para saber e saber para fazer. “Caminhamos para viver, e não para ter vivido” (LABBUCCI, 2013, p. 38).

Tem vários jeitos de caminhar, o percurso é um dos jeitos, é um estranhamento com o lugar. Conforme Pires (2010), o bairro, quando experimentado, torna-se lugar, se geografa o lugar, o espaço é apropriado pelo sujeito, a paisagem torna-se parte da construção de território.

A compreensão de nossa corporeidade na paisagem implica no entendimento dessas relações na dimensão espaço-tempo, advindas de práticas sociais, políticas, econômicas, culturais, coletivas e individuais. Essa relação acontece pela vivência entre sujeito e espaço, onde ao construir a paisagem, o corpo, na sua relação aberta com o mundo, torna-se uma possibilidade política emancipadora (PIRES, 2010, p. 207).

Caminhar é parte estruturante do método Imagens Faladas, é quando a fotografia e o

bairro se encontram como dispositivos. É o percurso que cria um fio condutor, uma linha de força que possibilita gerar uma narrativa fotográfica que expresse o pensamento crítico sobre eventos que estão em curso no lugar. O percurso se dá no labirinto do espaço cotidiano, muitas vezes manifestado na forma como estão construídas as habitações nas áreas irregulares da cidade, como o blairro Cristal. A fotografia possibilita uma fragmentação de imagens sobre os caminhos percorridos e encontros realizados.

4.4.2 Narrativas do cotidiano: inspirações a partir da obra de Walter Benjamin

As legendas das fotografias do livro *Imagens Faladas* – uma reportagem fotográfica da memória do bairro Cristal, ou das narrativas fotográficas resultantes dos percursos fotográficos nos territórios educativos do Cristal e Santa Tereza, são o próprio texto decupado do diálogo do encontro entre os jovens e os narradores mais antigos dos lugares. Essa metodologia de construir as reportagens fotográficas a partir da transcrição dos áudios das entrevistas realizadas nos encontros proporcionou uma condição de produção textual aos jovens, que não têm na escrita, mas na oralidade, musicalização e nos processos imagéticos sua principal expressão de narrar as histórias. Essa opção foi um desafogo para os jovens, foi um estímulo para a criação e também uma realização para eles, ao ver um texto que correspondia ao que vivenciaram e que estava presente nas fotografias. “A experiência que passa de pessoa para pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1987, p. 198).

A apropriação da técnica para captação da imagem com uma câmera *pinhole* é uma contação de histórias e é um tempo de se conhecer a história pelo uso da câmera feita pelas mãos e num material que não se encaixa na racionalidade atual como sendo um objeto possível de ser câmera. Essa relação com o fazer manual gera uma roda para falar sobre a fotografia, sobre o percurso, sobre o lugar ou sobre as personagens que serão encontradas para falar do lugar.

O tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência. O menor sussurro nas folhagens o assusta. Seus ninhos – as atividades intimamente associadas ao tédio – já se extinguíram na cidade e estão em vias de extinção no campo. Com isto, desaparece o dom de ouvir e, desaparece a comunidade dos ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e elas se perdem quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim esta rede hoje se desfaz por todos os lados, depois

de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual (BENJAMIN, 2017, p. 204-205).

Se a extinção da arte de narrar estava em curso pela substituição desenfreada dos trabalhos manuais, era preciso reinseri-los associados aos processos que democratizam a produção de narrativas dos lugares, como as tecnologias da informação e os aparelhos celulares com câmeras fotográficas. A arte dos narradores tem um caminho para se fortalecer pelos processos de representação construídos no fazer geografia pela fotografia, em que todos os gestos parecem ser novos para saber usar uma câmera fotográfica feita de latas e caixas de fósforos.

Essas câmeras são disparadoras e reveladoras do encontro com a prática de escutar os narradores da história do lugar. Esse é o espaço da fotografia com câmeras escuras, que a *pinhole* pode ocupar, sem rivalizar com as câmeras de celular. São aparelhos que, além de fotografar, podem gravar o áudio (Figuras 42, 50 e 103) ou o vídeo, em que a oralidade é transcrita e passa a ser texto da imagem falada. Há o encontro da oralidade, que se transforma em escrita textual e visual e que parece uma síntese da reflexão de Benjamin (2017) sobre um processo contemporâneo de alfabetização, quando ele diz que “o analfabeto do futuro”, disse alguém, ‘será aquele que não sabe ler as fotografias. E não o iletrado’. Mas não será praticamente um analfabeto o fotógrafo que não saber ler as suas próprias fotografias? Não se tornará a legenda parte essencial da fotografia?” (BENJAMIN, 2017, p. 70).

A fotografia *pinhole* e sua intersecção com a digital é o trabalho lúdico apoderando-se do ato fotográfico, o aqui e agora, o momento único, o sentido de aura na fotografia, a imagem falada como escuta da história do bairro, o dispositivo social e cultural do cotidiano urbano, possibilidade da aquisição espontânea da história e espontânea na imagem falada, o dom de narrar a história. A narrativa é, ela própria, numa certa forma, uma comunicação artesanal (BENJAMIN, 2017). O narrador é um historiador do cotidiano. O narrador é o cronista (quem ouve é historiador - escritor do cotidiano oral - sedentário) e o *flâneur* (historiador do cotidiano visual - nômade) podem ser o mesmo personagem.

O receptor/leitor não mais tem tempo para ouvir, concentra-se na sua solidão e tem preferência por histórias curtas. Não é mais a memória do ouvinte o lugar que guarda a experiência e a transmite em memória narrada, a memória se ancora na objetividade e nos arquivos. Benjamin enfatiza que com a perda da capacidade de transmissão, não só perdemos a capacidade de transmitir experiências ligadas a um processo político-histórico, mas perdemos, sobretudo, a capacidade de nos apropriarmos das coisas e, concomitantemente, com o desaparecimento delas (CAIMI; OLIVEIRA, 2015, p. 151).

Trata-se da geração de dinâmicas, ou seja, de ações que criam coletivos para ter-se atores

sociais estáveis, porém, que possuam ciclos que para alguns integrantes. O coletivo também necessita permitir-se ser passageiro, isto é, ter múltiplas efemeridades, que permitam, por dois ou três meses, vivenciar o tempo lento e a escuta. Essa possibilidade de experiência é pensar sobre a educação popular e o tempo do jovem que está ávido por experiências novas a cada semana, pois, também, a cada semana, há algo de novo ou diferente para a sua vida. Ter essa condição de interação nos tempos geracionais é uma das chaves de tornar o tempo lento e a contação de histórias, não somente lúdicas, mas como construção de pensamento crítico profundas e complexas na intensidade rítmica do tempo de uma nova geração de moradores que desejam transformação dos seus lugares de vida preexistentes e incompreensíveis.

A reprodutibilidade técnica desloca de lugar o original, ou melhor, permite a simultaneidade de acesso e de exposição, em ambientes distintos, da mesma obra. A rua vai para uma parede, o som sai do teatro e vai para o quarto ou sala de uma casa, o filme do cinema vai para o celular ou a rua de uma vila, com uma paisagem noturna, em que não há um espaço de convívio à noite, vai parar nas páginas de um livro fotográfico de bairro, em uma biblioteca acessada durante o dia. O aqui e agora, o original, passa a ser a emoção como única, irreprodutível, estar em exposição e ser parte da exposição torna a obra original.

Evelyn, moradora da Vila Ecológica e estudante do Colégio Estadual Paraná, participou de uma das ações do projeto *Imagens Faladas*, em 2011. Numa das produções textuais do projeto, intitulada “Ilusionismo – fotografia de sonhos”⁵⁹, Evelyn descreve e reflete sobre a fotografia da Figura 132, feita com uma câmera PinLux,⁶⁰ relacionando a narrativa composta aos seus sonhos. A narrativa fotográfica contém uma sequência de três fotos que se conectam, criando a ilusão de uma única fotografia, sem uma intencionalidade consciente de produzir tal resultado:

“Acontece de eu ver coisas e principalmente pessoas em formas assimétricas. Um rosto pequeno numa cabeça grande, braços desproporcionais, assim como o asfalto que virou chão batido” [na imagem anterior]. “Até hoje nunca tive um sonho normal, assim como são estas fotografias das PinLux’s. Nunca pensei que um dia eu poderia fotografar sonhos!”. [E no final salta da cadeira]: “Será que estas fotografias vão influenciar os meus sonhos? Acho bem capaz!” (Evelyn).

⁵⁹ Disponível em: <https://projetoimagensfaladas.wordpress.com/2011/12/03/ilusao/>, link que dá acesso ao texto completo e ao blog do projeto *Imagens Faladas*, que desde 2017 tem outro endereço: www.imagensfaladas.redelivre.org.br.

⁶⁰ As câmeras que produziram estas fotografias que estão numa sequência como foram obtidas nos percursos foram feitas com caixas de fósforos Fiat Lux, que significa *fez-se a luz*. Por esta peculiaridade foram denominadas como PinLux, ou podemos também dizer, agulhas de luz ou também agulhas que escrevem com a luz. Nestas câmeras escuras foram utilizados filmes coloridos 35mm.



Figura 132: Evelyn associou características de seus sonhos com estas fotografias*

* Elas se emendaram por sobreposição de suas extremidades, o que é uma característica nas produções de fotografia com câmeras *pinhole* feitas de caixas de fósforos e que utilizam rolo de filme 35mm.

Foto: Leandro Anton.

O que hoje é asfalto antes foi chão batido
 Antes houve grão perdido houve passos de gente
 Houve grão e semente
 Plantação pão somente
 O que hoje é calçamento foi poeira em pensamento
 (trecho de “Mãe Parteira da Preta Senzala”, de Richard Serraria, disco Vila Brasil, 2009).

A “montagem” deu-se no momento da captura das fotografias. A PinLux, por ser uma câmera artesanal e totalmente manual, bem como o giro dado para passar o filme, podem não gerar intervalos vazios. Essa situação altera a fragmentação e torna várias captações uma única, assim como que um roteiro de composição para narrar a passagem do asfalto para o chão batido, da cidade formal para a cidade informal, do que é reconhecido como bairro para o que é identificado por vila, pelo porvir bairro. São montagens que se revelam sem saber que elas foram produzidas no ato fotográfico dos percursos. Percurso feito no bairro Cristal, saindo da avenida Campos Velho e entrando num beco para acessar a Vila Icaraí I, às margens do Arroio Cavalhada (Figura 132).

Esse emaranhado entre processos oníricos, memória coletiva, tempo e espaço que está presente na paisagem, nem sempre visível, é que, para a fotografia *pinhole* (Figura 133), torna-se uma possibilidade estética para promover a leitura histórica dos lugares, como produção de conhecimento por situações de estranhamento, não previstas, e que são fruto da construção de percursos por espaços do cotidiano, que não se dá atenção nos deslocamentos diários. Também a construção do território como processo educativo, por outras linguagens e narrativas, como possibilidade de participação política e afetiva.

E nesse fragmento do passado, na fotografia, visado no presente como processo crítico para produção da imagem, revela na estética uma fotografia carregada de tempo, algo de pictórico, um diálogo imagético entre passado e presente, um fazer arte com função social, no estímulo à memória.

*“Em um sonho, lugares, pessoas e fatos se misturam e acontecem dentro de uma linha temporal relativa e variável. É como estar dentro de casa na cidade, abrir a porta e em um passo estar na praia. Ou ver pessoas fora do contexto, como uma colega de faculdade se transformar em uma vizinha, ou aparecer em um ambiente familiar.” Reflete ainda: “Dentro do sonho, antes de acordar, tudo isso parece normal, não nos questionamos. Ao ver esta foto, o leitor da fotografia vai estranhar, porque não viveu o momento do ato fotográfico. Já o autor da fotografia viveu dentro deste sonho, de onde trouxemos esta fotografia” (Deborah, novembro de 2011, oficina *Imagens Faladas*).*



Figura 133: Fotografia que inspirou Deborah a trazer a reflexão anteriormente citada*

*** Sequência de fotos feitas no percurso dentro da Vila Nossa Senhora das Graças, às margens do Arroio Cavalhada no Bairro Cristal.**

Fotos: Deborah.

É por essa estética que ela contribui, também, com a narrativa e o encontro entre gerações, “como o olho apreende mais rápido do que a mão desenha, o processo de reprodução da imagem foi acelerado tão gigantesicamente que pôde manter o passo com a fala.” (BENJAMIN, 2014, p.15). Apesar de a residência artística ser *Imagens Faladas*, o encontro também tem por fonte primordial, para a produção dessa fotografia, a escuta. Se a produção imagética acelerou, de tal forma que lhe permite acompanhar o ritmo da fala, ela, no processo de alteridade e de reconhecimento na narrativa do outro, por essa velocidade digna do capitalismo, na sua relação com o consumo e o descarte, parece que, intencionalmente, oblitera a escuta e a observação, tornando superficial o conhecimento, bloqueando ou extinguindo não somente os narradores, mas o diálogo, o outro e a memória coletiva.

A dimensão onírica, como uma estética da memória em fotografia, que as *pinhole* produzem para uma construção de narrativa, tem, nas imagens faladas de Evelyn e Deborah, um diálogo e uma reflexão sobre paisagem presente no texto ‘Pequena História da Fotografia’, de Benjamin, de que “a natureza que fala à câmera é diferente da que fala aos olhos. Diferente sobretudo porque a um espaço conscientemente explorado pelo homem se substitui um espaço em que ele penetrou inconscientemente” (BENJAMIN, 2017, p. 35). Mais adiante, o autor complementa, indicando que “[...] só conhecemos esse inconsciente óptico através da fotografia, tal como conhecemos o inconsciente pulsional através da psicanálise” (BENJAMIN,

2017, p. 35).

Evelyn e Deborah traduzem, em *Imagens Faladas*, essa pulsão como fotografia de sonhos presentes na paisagem urbana e em transformação dos territórios-lugares, que são as áreas em situação de irregularidade fundiária e que lutam por seu direito à cidade, que é alcançado quando reconhecidas como bairro, que é quando não há reassentamento dentro do bairro ou regularização fundiária da área, a memória coletiva

Transforma o passado porque este assume uma nova forma, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como a realização possível da promessa anterior – uma promessa que poderia se perder para sempre, que ainda pode ser perdida se não for descoberta inscrita nas linhas atuais.” in Löwy p. 63 Walter Benjamin: Aviso de Incêndio – uma leitura das teses Sobre o Conceito de História (GAGNEBIN, 1985, p. 16).

O movimento comunitário e a educação popular podem obter importante colaboração das práticas de alfabetização espacial, pela construção de narrativas fotográficas do lugar, uma possibilidade de descoberta e de construção de pensamento crítico, como linhas atuais, que fortalecem a democracia, valorizam a importância e a consequência da política pela participação no lugar, na associação de moradores, no orçamento participativo. “A rua se tornou, para o cidadão de hoje, um texto de decifração tão difícil, como sempre fora para os analfabetos a cultura letrada. Acredito que da nossa capacidade de decifrar esse texto difícil depende a qualidade de nossa cidadania” (COSTA, 2014, p. 84).

É preciso caminhar para geografar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, destacou-se uma ação que está ao alcance de todos: a prática da geografia, que tem convergência, promove encontro, reúne na construção de novas horizontalidades e é difusa suficientemente para promover a diversidade de leituras. Também possibilita o uso de linguagens contemporâneas e interativas, e, acima de tudo, promove a rua e a geografia como articuladora disso. É mapa, carta, desenho, fotografia, tem movimento e representações múltiplas, como são as cartografias sociais. Ela também tem escrita, faz contar histórias, as espacializa e, com isso, alfabetiza espacialmente, é interpretativa. Promove o encontro entre a escola e seu território educativo, seus espaços de resistência, e, principalmente, interroga o lugar, o bairro, o território, a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual. É uma prática de produção de conhecimento e de resistência.

A metodologia *Imagens Faladas* que vem sendo desenvolvida ao longo de dez anos nos parece definir a fotografia como fragmento, o espaço cotidiano como labirinto e em um método de construção de vínculos territoriais como rizoma, tendo como pontes para isso ações político-pedagógicas e a paisagem. A experiência de sistematização da metodologia de trabalho utilizada apontou o bairro como o espaço geográfico dentro do ambiente urbano para a construção de práticas socioespaciais como *Imagens Faladas*. Sua proposta de estimular a construção de vínculos territoriais dialoga com o interesse de atores institucionais que podem fazer da fotografia uma prática de educação popular a partir da construção de narrativas fotográficas do lugar, do bairro onde vivem. São atores como famílias, associações de bairro, escolas, centros culturais comunitários, que podem conformar um possível arranjo institucional de base comunitária. Atores com elevado vínculo territorial, presentes nos bairros em que podem legitimar e potencializar práticas pedagógicas voltadas para os espaços públicos como as ruas.

O bairro é o espaço social por excelência do cotidiano e tem, na relação com as escolas e centros comunitários, uma rede de atuação a ser explorada e aprofundada por práticas que, na geografia, possam ser estimuladas. Práticas como as propostas pela metodologia *Imagens Faladas* constroem, no espaço cotidiano, territórios educativos em que a escola possa se fortalecer como espaço de resistência e convergência propositivo para promover transformações em escala local.

Essa realidade evidencia a importância de as práticas socioespaciais estarem construindo um arranjo sociopolítico local que envolva a escola. O *Imagens Faladas* tem potencial de se valer do espaço cotidiano como fonte de produção e apropriação do

conhecimento. Algo a ser explorado no futuro é a relação das práticas da metodologia com o componente curricular Geografia e a possibilidade de apoiar ações da educação formal para promoção de apropriação do espaço e qualificação dele como território e lugar, assim como distensionador do cotidiano e desmistificador dos estereótipos propagados nos signos da violência, periferia e pobreza massificados.

Os percursos fotográficos ou a prática de percursos no espaço cotidiano para a produção de conhecimento que estrutura o método do *Imagens Faladas* robustece aquilo que Bozzano (2009) define como conceitos constitutivos de uma tríade social que posicionam teórica e metodologicamente estudos, pesquisas e projetos referidos a objetos transdisciplinares ou relativos a disciplinas muito diversas numa definição para a ciência geográfica de atores que com suas percepções, interesses e ações constroem lugares em uma relação perpétua entre o homem e o meio.

O *Imagens Faladas* e seu método demonstram que o diálogo entre gerações, que envolva o espaço cotidiano, é exigência e prática social necessária para construção de uma memória coletiva e condutora de uma linha do tempo, como um princípio de educação popular que tem, nos referentes do lugar onde vivem os educandos, as bases do encontro, da reunião. Ele é uma ação político-pedagógica para a realização do espaço social e cotidiano. É uma prática socioespacial que promove o processo de alfabetização espacial. É perceptível que o método *Imagens Faladas* trabalha com o processo histórico ao visibilizar o passado como texto atual e objetivação material para o encontro geracional preservando os protagonismos de cada geração. E, pela fotografia, revela que esse passado está presente no bairro como uma destas manifestações do espaço, que é a paisagem, para não nos perdermos num presente abstrato, alienado e sem história, ou seja, sem memória coletiva do lugar.

O *Imagens Faladas*, como método, tem essa importância para a construção de análises territoriais do espaço cotidiano associado à educação e a projetos pedagógicos para a Geografia, uma condição também técnica de se manter diante de processos tecnológicos informacionais e virtuais, que nos permitam reproduzir artefatos e torná-los acessíveis e nos levar a ter uma comunicação que nos coloca diante do outro sem que este esteja fisicamente presente no ambiente e no lugar onde se dá o encontro físico. O *Imagens Faladas* também ressalta, com suas metodologias, que a experiência é fundamental para termos memória coletiva e também narrativas geracionais, de saberes e conhecimentos que tiveram na oralidade preservação e sucessão geracional para terem presença nos dias de hoje.

A narrativa dos lugares é também estruturante para uma alfabetização espacial que reconheça o pertencimento ao espaço cotidiano, a parte que compõe o todo. Nisso, o método

Imagens Faladas dialoga com contribuições como as de Benjamin (2014), que tem formulações e análises que sinalizam que o analfabeto do futuro seria aquele que não conseguiria ler a história a partir das imagens, das fotografias; que essa linguagem teria de ser parte de equivalente importância para a alfabetização, o que, para nós, geógrafos, integra parte fundamental da obra de arte representacional que produzimos para a espacialização das relações sociais, alfabetização espacial por mapas, imagens satelitais e fotografias de percursos cotidianos para construção de cartografias sociais do lugar como narrativa e memória coletiva.

O *Imagens Faladas*, quando relaciona a fotografia com a geografia, contribui para promover uma ação. Estabelece engajamento de pessoas que passam a agir e possibilita a criação de um coletivo, de um ator social. Todo esse processo mostrou promover um estranhamento, seja por uma caixa de fósforos tornar-se câmera fotográfica, seja pelos percursos, cenas ou paisagens captadas em caminhos cotidianos numa interação estética com a memória coletiva. É a captação do percurso pela observação de um tempo lento que disponibiliza fragmentos para compor uma narrativa do cotidiano visualmente ainda inédita. Aqui, fica caracterizado o processo do fazer fotográfico como um dispositivo pedagógico dentro da prática socioespacial devido a essa sua capacidade de criar imaginários, espacialmente representativos, com as relações sociais, suas tensões e conflitos, algo fundamental na geografia social para processos de análise territorial.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografias sociais e territórios**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- ANTON, L. A. **Presença da ausência: sensibilização do olhar**. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2019. Disponível em: <http://online.fliphtml5.com/nyoyw/dtvt/>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- ANTONIO FILHO, F. D.; DEZAN, M. D. de S. A fotografia como instrumental no ensino de geografia: uma proposta de material pedagógico para o uso em sala de aula, *In: CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2.; CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 12., 2011, Águas de Lindóia. Anais [...]. Águas de Lindóia: UNESP; PROGRAD, 2014.*
- BALTAR, Luiz. Afinal, o que é fotografia popular? *In: ATELIÊ Oriente*. Rio de Janeiro, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://www.atelieorient.com/blog/21/3/2019/afinal-o-que-fotografia-popular>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari; Editora Record, 2002.
- BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Tradução de Francisco De Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2014.
- BENJAMIN, W. **Estética e sociologia da arte**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERTRAND, G. **Olhares cruzados, imagens enquadradas**. *In: COSTA, E. V.; REIS JÚNIOR, D. F.; STEINKE, V. A. (org.). Geografia & Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos*. Brasília: LAGIM - UnB, 2014. p. 6-9.
- BOZZANO, H. **Territorios posibles: procesos, lugares y actores**. 1. ed. Buenos Aires: Lumiere, 2009.
- CAIMI, C. L.; OLIVEIRA, R. P. de (org.). **Sobre alguns temas em Walter Benjamin**. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2015.
- CANCLINI, N. G. Diálogo con Néstor García Canclini: ¿Qué son los imaginarios y cómo actúan en la ciudad? Entrevista cedida à Alicia Lindón. **Revista Eure**, Ciudad de México, v. 33, n. 99, p. 89-99, 23 fev. 2007.
- CARVALHO, Mônica de. Cidade global: anotações críticas de um conceito. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 70-82, 2000.
- CASTROGIOVANNI, A. C.; COSTELLA, R. **Brincar e cartografar com os diferentes mundos geográficos: a alfabetização espacial**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- CERTEAU, M. de. **Artes de fazer: a invenção do cotidiano**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHIGNOLA, S. **Sobre o dispositivo**: Foucault, Agamben, Deleuze. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 12, n. 214, p. 3-25, 2014.

COMITÊ POPULAR DA COPA DE PORTO ALEGRE. **Copa do Mundo FIFA 2014 e as violações de direitos humanos em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2014.

COSTA, E. V.; REIS JÚNIOR, D. F.; STEINKE, V. A. (org.). **Geografia & Fotografia**: apontamentos teóricos e metodológicos. Brasília: LAGIM - UnB, 2014.

DELEUZE, G. **O mistério de ariana**. 3. ed. Lisboa: Nova Vega, 2015.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L' espace social**: Lecture géographique dès sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.

FERREIRA, D. M. M. Do semelhante ao mesmo, do diferente ao semelhante: sujeito, ator, agente e protagonismo na linguagem. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 619-640, 2017.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 65-83, jul./dez., 2000.

FOTOS Antigas: mapas e plantas. *In*: PRATI.com.br. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://prati.com.br/fotosantigas/fotos-antigas-mapas-e-plantas>. Acesso em: 08 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREISLEBEN, P. A.; KAERCHER, N. A. A linguagem fotográfica como recurso metodológico no ensino da geografia. **Revista de Ensino da Geografia**, v. 7, n. 12, p. 114-130, 2016.

GÂMBERA, José L. H. Mello. **Geografia e fotografia**: articulando a imagem pela palavra. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GIL, Gilberto. **Discurso recitado pelo Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em sua posse**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: <http://cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-docargo/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HEIDRICH, A. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. *In*: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2016. p. 15-33.

HEIDRICH, A. L. Vínculos territoriais: discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 29-40, 2017.

JACQUES, P. B. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LABBUCCI, A. **Caminhar, uma revolução**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, J. S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. *In*: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MAYOL, Pierre. Morar. *In*: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 37-114.

MORAES, Aldovan de Oliveira; ANTON, Flávio José. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. 2. ed. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1999.

MUSSOI, A. B. **A fotografia como recurso didático no ensino da geografia**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/785-2.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

OLIVEIRA, C. S. **Porto Alegre e sua formação**. Porto Alegre: Metrópoles, 1985.

PIRES, C. L. Z. **A cidade jardim e seus espelho**: paisagens e suas geografias. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25556/000754262.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 dez. 2020.

PONTO DE CULTURA QUILOMBO DO SOPAPO. **Projeto Imagens Faladas**. Porto Alegre, 13 jun. 2017. Disponível em <https://projetoimagensfaladas.wordpress.com/2011/11/10/buraco-de-agulha/>

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Habitação. **Plano municipal de habitação de interesse social**. Porto Alegre: Demhab, 2009.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Habitação. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. Porto Alegre: Demhab, 2000.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 12.112, de 22 de agosto de 2016**. Cria, extingue, denomina e delimita os bairros que integram o território do Município de Porto Alegre e revoga as Leis nos 1.762, de 23 de julho de 1957; 2.022, de 7 de dezembro de 1959; 2.681, de 21 de dezembro de 1963; 2.688, de 26 de dezembro de 1963; 3.159, de 9 de julho de 1968; 3.193-A, de 29 de outubro de 1968; 3.671, de 19 de julho de 1972; 4.166, de

21 de setembro de 1976; 4.249, de 27 de dezembro de 1976; 4.685, de 21 de dezembro de 1979; 4.686, de 21 de dezembro de 1979; 4.876, de 24 de dezembro de 1980; 5.799, de 19 de novembro de 1986; 6.218, de 17 de outubro de 1988; 6.571, de 8 de janeiro de 1990; 6.572, de 8 de janeiro de 1990; 6.594, de 31 de janeiro de 1990; 6.704, de 19 de novembro de 1990; 6.720, de 21 de novembro de 1990; 6.893, de 12 de setembro de 1991; 6.911, de 17 de outubro de 1991; 7.155, de 1º de outubro de 1992; 7.954, de 8 de janeiro de 1997; 8.258, de 22 de dezembro de 1998; 9.993, de 16 de junho de 2006; 10.364, de 22 de janeiro de 2008; 10.724, de 9 de julho de 2009; 11.058, de 11 de março de 2011; e 11.787, de 23 de janeiro de 2015. Porto Alegre: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: http://www2.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:0:1:DOWNLOAD:NO::P_CD_LEG:763288. Acesso em: 21 dez. 2020.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 2.022, de 07 de dezembro de 1959**. Dá denominação aos bairros de Porto Alegre. Porto Alegre: Câmara Municipal, 1959. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1959/202/2022/lei-ordinaria-n-2022-1959-da-denominacao-aos-bairros-de-porto-alegre>. Acesso em: 21 dez. 2020.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. **Memórias dos Bairros**: Cristal. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RELPH, E. Reflexões Sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. *In*: Eduardo Marandola Júnior (org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

RIBEIRO, Roberto Souza. **Geografia e imagem**: a foto-sequência como metodologia participativa no novo ano do ensino fundamental de geografia. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Justificativa PL 388/2009 Grande do Sul**. Porto Alegre: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/388/AnoProposicao/2009/Default.aspx>. Acesso em: 10 fev. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei nº 178, de 2010**. Introduz modificação no Decreto-Lei nº 813, de 04 de junho de 1945, que autoriza a doação de imóvel ao Jockey Club do Rio Grande do Sul. (Republicado de acordo com o art. 198 do Regimento Interno). Porto Alegre: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/178/AnoProposicao/2010/Default.aspx>. Acesso em: 10 fev. 2021.

RIOS, Renata L. Ferreira. **Memórias dos bairros**: Cristal. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEIDL, E. **Imagens Faladas**: uma reportagem fotográfica sobre a memória sobre o bairro Cristal. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2010. Disponível em: <http://online.fliphtml5.com/nyoyw/ipju/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3 e 4, 1959.

SONTAG, S. **Ensaio sobre a fotografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Arbor, 1981.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, C. Z.; ANTON, L. A.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Educação permanente em saúde e desenvolvimento adulto: a experiência das oficinas fotográficas de sensibilização do olhar, **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000200010&lng=pt&nrm=iso&tIng=pt. Acesso em: 22 fev. 2021.

SOUZA, M. J. L. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 139-172, jan./ mar. 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n2.pdf. Acesso em: 16 dez. 2020.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertand-Brasil, 2013.

TEIXEIRA, M. P. V.; MACHADO, R. M. **Conceito de bairro**: unidade popular ou técnica? Rio de Janeiro: Instituto de Geociências da UFRJ, 1986.

THOMAZ, T. S. Geografia e fotografia: relação entre paisagem, espaço e imagem. **Espaço & Geografia**, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 517-549, 2012.

ZIBECHI, R. **Territórios de resistência**: cartografia política das periferias latino-americanas. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

APÊNDICE A – OFICINA BOM JESUS NA LATA

I - Identificação:

Nome dos oficinairos: Leandro Anton e Alissa Gottfried
Nome da escola: Escola Estadual de Ensino Fundamental Coelho Neto
Endereço da escola: Rua: Alexandre Herculano nº 11 – Bairro Bom Jesus – Porto Alegre
Data da Atividade: 26 de maio de 2007 - Sábado
Horário da atividade: Das 9:30 às 12:30, intervalo e 14 às 17 h.

II – Atividade:

Nome da atividade	Bom Jesus na Lata
Descrição do assunto abordado (máximo de 500 palavras)	<p>Identidade Coletiva a partir do espaço-território da comunidade. Com um mapa topográfico da vila, uma dinâmica foi feita como apresentação individual.</p> <p>Solicitando a localização da casa de cada participante no mapa, buscou-se referências num Mapa de moradia, inclusive traçando um mapa de moradia dos ancestrais. Apresentação da comunidade no espaço territorial com a saída de campo para a captura das imagens.</p> <p>Técnica de <i>pinhole</i>.</p> <p>Relacionamento entre a comunidade e o espaço através da reflexão coletiva com as palavras: território – comunidade – meio ambiente – ecologia – cultura de colaboração.</p> <p>Obtenção de imagens, com as câmeras <i>pinhole</i> e digital, tematizadas pelas palavras-reflexão.</p> <p>Revelação das imagens em laboratório químico e digital.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Espacializar o território dos oficinairos no mapa topográfico do bairro pela localização das suas residências. - Através da conceituação de palavras estabelecer temas para serem refletidos na captação de imagens fotográficas em saída de campo relacionados ao direito à cidade. - Apresentar distintas tecnologias que estimulam a apropriação de ferramentas digitais e artesanais. - Direcionar a atenção à cultura local e a expressão da identidade coletiva-comunitária dos oficinairos. - Estimular a inclusão digital valorizando técnicas percursoras.
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> - Reflexões das palavras conceituadas pelos oficinairos nas fotos. - Gerar o mapa de moradia dos oficinairos por gênero sobre o topográfico do bairro. - Utilizar ferramentas digitais e artesanais de mesmo fim. - Por em contato tecnologias que tratam com pontos de vista diferentes o mesmo espaço seja pela escala ou pela técnica de leitura de imagem. - Apresentação do bairro, próximo à escola, pelos alunos na saída para as fotos.
Método (descreva em etapas, sequenciais e numeradas, as atividades realizadas)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação individual: localização da casa no mapa; percurso dos ancestrais. 2. Apresentação da oficina pelos oficinairos. 3. Comparação das significações dadas pelos oficinairos de palavras pré-definidas pelos oficinairos (território – comunidade – meio ambiente – ecologia – cultura de colaboração).

	<ol style="list-style-type: none"> 4. Apresentação da técnica de <i>Pinhole</i>. 5. Capturação de imagens com as latas só com os alunos que não poderiam voltar na segunda etapa da oficina. 6. Intervalo para almoço. 7. Retomada de todas as etapas da manhã (o motivo foi a troca de turma) 8. Saída de campo para realização das fotografias <i>Pinhole</i> e digital. 9. Laboratórios de revelação <i>Pinhole</i> e digitalização/edição das imagens.
Materiais utilizados (textos, jornais, vídeos, etc)	<ul style="list-style-type: none"> - Mapas Topográficos do Bairro - Biblioteca - Câmeras escuras artesanais (<i>pinhole</i>): latas recicladas, papel preto, tinta preta, etc. - Câmeras digitais - Laboratório fotográfico para revelação: químicos, bandejas, pinças, lâmpada, panos pretos, etc. - Computador, scanner e impressora.
Participantes presentes	Masculino (7) Feminino (6)
Faixa etária	O a 12 anos (8) 13 a 24 anos (5)
Origem dos participantes:	(10) escola (3) comunidade (0) outros

III - Avaliação

Avaliação dos participantes	Não teve avaliação por que foi possível concluir a oficina só até os laboratórios.
Avaliação dosicineiros	<p>A escola ofereceu todas as condições para realização da oficina, seja em materiais, orientação e acompanhamento da atividade inclusive refeições e ajuda de custo na aquisição de materiais utilizados na oficina.</p> <p>Os oficineiros se interessaram pela oficina, eles responderam a interatividade das dinâmicas desde a apresentação individual com o mapa até as revelações nos laboratórios. A estrutura da oficina se mostrou flexível suficiente para permitir a participação não permanente e o ingresso em momentos alternados dos oficineiros sem causar problemas na continuidade da oficina.</p> <p>Pela falta de prática não tínhamos a noção ajustada do tempo para cumprir as etapas da oficina, que para nós não são os imprevistos do dia os determinantes, mas soma deste a nossa atenção no andamento do programa e intensidade de cada momento para nós, não realizando as duas últimas etapas que eram a observação dos resultados, avaliação e a abertura da exposição fotográfica “Bom Jesus na Lata” à Comunidade do Escola Aberta Bom Jesus como encerramento. A oficina na sua concepção se propõe a ser aplicada em mais de um encontro com o mesmo grupo de participantes, contudo mostrou ser possível sua conclusão neste formato.</p> <p>Mesmo não concluindo a oficina em seu programa ideal entendemos ter alcançado os objetivos, da oficina e nossos, e durante a realização das dinâmicas com o diálogo constante entre participantes da atividade e a prática dos momentos este retorno está expresso na produção dos oficineiros anexada ao relatório.</p> <p>Quanto ao público, trabalhar com criança acima de 12 anos é mais adequado para a complexidade da oficina, principalmente na parte teórica do direito à cidade e fotografia (captura de imagens e uso do equipamento), mas ela permite que o público seja mais amplo quanto à faixa etária. Fomos surpreendidos positivamente pela desenvoltura do público acima de 12 anos nas dinâmicas demonstrando o potencial da</p>

	oficina e sua temática. É possível a arte e a diversão no planejamento da cidade, na escola e fora dela.
Observações (imprevistos, dificuldades e sugestões)	<ul style="list-style-type: none">- Chegada em horários distintos dos ofcinantes.- Pessoas com faixa etária inferior a 12 anos o que dificultou a compreensão e atenção na parte teórica.- Antecipação das fotos com quatro ofcinantes que não retornariam à tarde.- Pela troca completa na tarde dos participantes iniciamos outra oficina além do que os participantes da manhã que retornariam à tarde não realizaram as fotografias e os laboratórios.- A realização de uma nova oficina à tarde foi determinante para a não conclusão da oficina.

APÊNDICE B – OFICINA SANTA MARTA NA LATA

I - Identificação:

Nome dos oficinairos: Alissa Gottfried e Leandro Anton
Nome da escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Marta
Endereço Da Escola : Rua 01 S/Nº Arroio Da Manteiga – São Leopoldo
Data Da Atividade: 02 De Junho De 2007, Sábado
Horário da atividade (início e fim): 10h às 12h e 13h30min às 17h

II – Atividade:

Nome da atividade	Santa Marta na Lata
Descrição do assunto abordado	<p>Identidade Coletiva a partir do espaço-território da comunidade. Com um mapa topográfico da vila, uma dinâmica foi feita como apresentação individual.</p> <p>Solicitando a localização da casa de cada participante no mapa, buscou-se referências num Mapa de moradia, inclusive traçando um mapa de moradia dos ancestrais. Apresentação da comunidade no espaço territorial com a saída de campo para a captura das imagens.</p> <p>Técnica de <i>pinhole</i>.</p> <p>Relacionamento entre a comunidade e o espaço através da reflexão coletiva com as palavras: território – comunidade – meio ambiente – ecologia – cultura de colaboração.</p> <p>Obtenção de imagens, com as câmeras <i>pinhole</i> e digital, tematizadas pelas palavras-reflexão.</p> <p>Revelação das imagens em laboratório químico e digital..</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Espacializar o território dos oficinairos no mapa topográfico do bairro. - Através da conceituação de palavras estabelecer temas para serem refletidos na captação de imagens fotográficas em saída de campo relacionados ao direito à cidade. - Apresentar distintas tecnologias que estimulam a apropriação de ferramentas digitais e artesanais. - Voltar a atenção à cultura local e a expressão da identidade dos oficinairos. - Estimular a inclusão digital.
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> - Reflexões das palavras conceituadas pelos oficinairos nas fotos. - Foi gerado um mapa de moradia dos oficinairos por gênero e ancestralidade sobre o topográfico do bairro. - Utilizar ferramentas digitais e artesanais. - Por em contato tecnologias que tratam com pontos de vista diferentes o mesmo espaço seja pela escala ou pela técnica de leitura de imagem. - Apresentação do bairro, próximo à escola, pelos alunos na saída para as fotos.
Método (descreva em etapas, sequenciais e numeradas, as atividades realizadas)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação individual: localização da casa no mapa; 2. Percurso dos ancestrais. 3. Apresentação da oficina pelos oficinairos. 4. Comparação das significações dadas pelos oficinairos de palavras pré-definidas pelos oficinairos*. 5. Apresentação da técnica de <i>Pinhole</i>. 6. Divisão em duplas dos oficinairos para a saída de campo. 7. Intervalo para almoço.

	<p>8. Apresentação do laboratório fotográfico para os oficinantes.</p> <p>9. As duplas informam o que querem fotografar.</p> <p>10. Saída de campo para realização das fotografias <i>Pinhole</i> e digital.</p> <p>11. Laboratórios simultâneos de revelação <i>Pinhole</i> e digitalização/edição das imagens.</p> <p>* território – comunidade – meio ambiente – ecologia – cultura de colaboração – Escola Aberta.</p>
Materiais utilizados (textos, jornais, vídeos, etc)	<ul style="list-style-type: none"> - Mapas Topográficos do Bairro - Biblioteca - Câmeras escuras artesanais (<i>pinhole</i>): latas recicladas, papel preto, tinta preta, etc. - Câmeras digitais - Laboratório fotográfico para revelação: químicos, bandeijas, pinças, lâmpada, panos pretos, etc. - Computador e impressora
Participantes presentes)	Masculino (5) Feminino (13)
Faixa etária	O a 12 anos (8) 13 a 24 anos (10)
Origem dos participantes:	(17) escola (1) comunidade (0) outros

III - Avaliação

Avaliação dos participantes)	Não foi feita avaliação oral nem escrita por causa do desvio de atenção dos alunos pelo desfile que estava acontecendo na escola.
Avaliação dos oficineiros	<p>A escola disponibilizou todas as condições de instalação necessária; Mesmo tendo que competir a atenção dos alunos com o desfile que estava tendo na escola conseguimos concluir a oficina na etapa dos laboratórios.</p> <p>E a maioria dos alunos mantiveram o interesse na atividade.</p> <p>Uma das alunas na oficina fez perguntas sobre o projeto e a proposta da oficina para divulgar a oficina Santa Marta na Lata, na rádio poste da escola, no mesmo dia, durante o desfile.</p>
Observações (imprevistos, dificuldades e sugestões)	Os participantes foram dispersados durante a tarde pelo desfile “os bonitos da escola”, onde todos que desfilaram eram aplaudidos pelo público de alunos e professores da escola sem estarem competindo ou trabalhando para a moda. Isso fez com que a oficina competisse a atenção dos oficinantes.

APÊNDICE C – OFICINA CAMPINA NA LATA

I - Identificação:

Nome Dos Oficineiros: Alissa Gottfried e Leandro Anton
Nome Da Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Álvaro Luis Nunes
Endereço Da Escola : Rua Edmundo Felix Nunes , Bairro Campina 93.130-480
Data da Atividade: 03 de Junho de 2007, Domingo
Horário da atividade (início e fim): 13h30min às 17h

II – Atividade:

Nome da atividade	Campina na Lata
Descrição do assunto abordado (máximo de 500 palavras)	<p>Identidade Coletiva a partir do espaço-território da comunidade. Com um mapa topográfico da vila, uma dinâmica foi feita como apresentação individual.</p> <p>Solicitando a localização da casa de cada participante no mapa, buscou-se referências num Mapa de moradia, inclusive traçando um mapa de moradia dos ancestrais. Apresentação da comunidade no espaço territorial com a saída de campo para a captura das imagens.</p> <p>Técnica de <i>pinhole</i>.</p> <p>Relacionamento entre a comunidade e o espaço através da reflexão coletiva com as palavras: território – comunidade – meio ambiente – ecologia – cultura de colaboração.</p> <p>Obtenção de imagens, com as câmeras <i>pinhole</i> e digital, tematizadas pelas palavras-reflexão.</p> <p>Revelação das imagens em laboratório químico e digital.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Espacializar o território dos oficineiros no mapa topográfico do bairro. - Através da conceituação de palavras estabelecer temas para serem refletidos na captação de imagens fotográficas em saída de campo relacionados ao direito à cidade. - Apresentar distintas tecnologias que estimulam a apropriação de ferramentas digitais e artesanais. - Voltar a atenção à cultura local e a expressão da identidade dos oficineiros.
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> - Reflexões das palavras conceituadas pelos oficineiros nas fotos. - Foi gerado um mapa de moradia dos oficineiros por gênero e ancestralidade sobre o topográfico do bairro. - Utilizar ferramentas digitais e artesanais. - Por em contato tecnologias que tratam com pontos de vista diferentes o mesmo espaço seja pela escala ou pela técnica de leitura de imagem. - Apresentação do bairro, próximo à escola, pelos alunos na saída para as fotos.
Método :	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação individual: localização da casa no mapa 2. Apresentação da oficina pelos oficineiros. 3. Comparação das significações dadas pelos oficineiros de palavras pré-definidas pelos oficineiros*. 4. Apresentação da técnica de <i>Pinhole</i>. 5. “Saída” de campo para realização das fotografias <i>Pinhole</i> e digital. (não saímos da quadra da escola). 6. Apresentação do laboratório. 7. Laboratórios de revelação <i>Pinhole</i>.

	8. Avaliações orais. * território – comunidade – meio ambiente – ecologia – cultura de colaboração.
Materiais utilizados (textos, jornais, vídeos, etc)	<ul style="list-style-type: none"> - Mapas Topográficos do Bairro - Biblioteca; - Câmeras escuras artesanais (<i>pinhole</i>): latas recicladas, papel preto, tinta preta, etc. - Câmeras digitais - Laboratório fotográfico para revelação: químicos, bandejas, pinças, lâmpada, panos pretos, etc.
Participantes presentes	Feminino (1) Masculino (7)
Faixa etária	0 a 12 anos (2) 13 a 24 anos (6)
Origem dos participantes:	(7) escola (1) comunidade (0) outros

III - Avaliação

Avaliação dos participantes (indicar procedimento e resultado)	<p>As avaliações foram feitas individualmente de forma oral com registro, da parte doicineiro, da fala do aluno enquanto os colegas faziam a revelação de suas fotos no laboratório <i>pinhole</i>.</p> <p>Avaliação da Alvinho:</p> <p>Os alunos responderam as seguintes perguntas: O que você achou da oficina? O que não foi legal? Por que vc escolheu tal imagem para ser fotografada?</p> <p>Eu, Edson, achei a oficina de fotografia muito importante para mim que fiz o curso de fotografia. Mas só na oficina eu aprendi o verdadeiro mistério da revelação. Mas para ficar melhor eu acho que a oficina merecia pela sua força de vontade de ensinar um espaço mais adequado, para que não aja erro, mas que saia tudo dentro do padrão perfeito.</p> <p style="text-align: right;">Edson (Bocão) 17 anos</p> <p>Faço a oficina de grafite, porisso escolhi o muro da escola (grafitado) para fazer a foto. Eu não estava acreditando que dava pra fazer foto com uma lata. Gosto de jogar bola no Escola Aberta. Não gosto de ficar muito tempo parado a foto.</p> <p style="text-align: right;">Daniel 6 anos</p> <p>Eu não quis fotografar a comunidade por que acho ela feia. Gosto de grafite e bastante do Escola Aberta. Achei interessante a oficina. Pensei que tinha uma maquina dentro das latas. Nenhuma crítica, a experiência foi legal.</p> <p style="text-align: right;">Maique 14 anos</p>
--	---

Avaliação dosicineiros	<p>Não tivemos atendidas as condições necessárias para a realização da oficina por parte da escola além de termos sido forçados a reduzir o tempo de oficina para um turno apenas.</p> <p>A participação dos alunos foi consistente, mas não saímos da quadra da escola.</p> <p>Na etapa de revelação <i>pinhole</i> alguns alunos se dispersaram em outras atividades do Escola Aberta.</p> <p>A oficina foi dada numa versão bem reduzida, mesmo assim teve aproveitamento.</p>
Observações (imprevistos, dificuldades e sugestões)	<p>Por parte da escola não tivemos nenhum acesso a um computador, impedindo a realização do laboratório digital.</p> <p>Tivemos um problema técnico com a lâmpada do laboratório que foi resolvida com a colaboração do representante do Escola Aberta. Os alunos não quiseram sair da quadra da escola escolhendo apenas imagens no contexto da escola para serem fotografados.</p> <p>A oficina não havia sido divulgada com antecedência (mesmo tendo sido confirmada uma semana antes), porisso, perdemos um tempo na reunião de interessados na proposta. Houve resistência por parte da escola em nos ceder o espaço da biblioteca para a realização da reflexão de conceitos.</p> <p>Concluimos a oficina pressionados pelo horário com a revelação de todas as fotos <i>pinhole</i>.</p>

APÊNDICE D – OFICINA LOMBA DO PINHEIRO NA LATA

I - Identificação:

Nome dos oficinairos: Leandro Lanton e Alissa Gottfried
Nome da escola: Escola Estadual de Ensino Fundamental Eva Carminatti
Endereço da escola: Estrada 01 S/Nº Parada 03 Lomba do Pinheiro - Porto Alegre
Data da Atividade: 17 de junho de 2007 - Domingo
Horário da atividade: Das 9:00 às 12:00, intervalo e 14 às 17 h.

II – Atividade:

Nome da atividade	Lomba do Pinheiro na Lata
	<p>Identidade Coletiva a partir do espaço-território da comunidade. Com um mapa topográfico da vila, uma dinâmica foi feita como apresentação individual.</p> <p>Solicitando a localização da casa de cada participante no mapa, buscou-se referências num Mapa de moradia, inclusive traçando um mapa de moradia dos ancestrais. Apresentação da comunidade no espaço territorial com a saída de campo para a captura das imagens.</p> <p>Técnica de <i>pinhole</i>.</p> <p>Relacionamento entre a comunidade e o espaço através da reflexão coletiva com as palavras: território – comunidade – meio ambiente – ecologia – cultura de colaboração.</p> <p>Obtenção de imagens, com as câmeras <i>pinhole</i> e digital, tematizadas pelas palavras-reflexão.</p> <p>Revelação das imagens em laboratório químico e digital.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Espacializar o território dos oficinairos no mapa topográfico do bairro. - Através da conceituação de palavras estabelecer temas para serem refletidos na captação de imagens fotográficas em saída de campo relacionados ao direito à cidade. - Apresentar distintas tecnologias que estimulam a apropriação de ferramentas digitais e artesanais. - Voltar a atenção à cultura local e a expressão da identidade dos oficinairos. - Estimular a inclusão digital.
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> II. Reflexões das palavras conceituadas pelos oficinairos nas fotos. III. Foi gerado um mapa de moradia dos oficinairos por gênero e ancestralidade sobre o topográfico do bairro. IV. Utilizar ferramentas digitais e artesanais. V. Por em contato tecnologias que tratam com pontos de vista diferentes o mesmo espaço seja pela escala ou pela técnica de leitura de imagem. VI. Apresentação do bairro, próximo à escola, pelos alunos na saída para as fotos.
Método (descreva em etapas, seqüenciais e numeradas, as atividades realizadas)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação individual: localização da casa no mapa; 2. Percorso dos ancestrais. 3. Apresentação da oficina pelos oficinairos. 4. Comparação das significações dadas pelos oficinairos de palavras pré-definidas pelos oficinairos*.

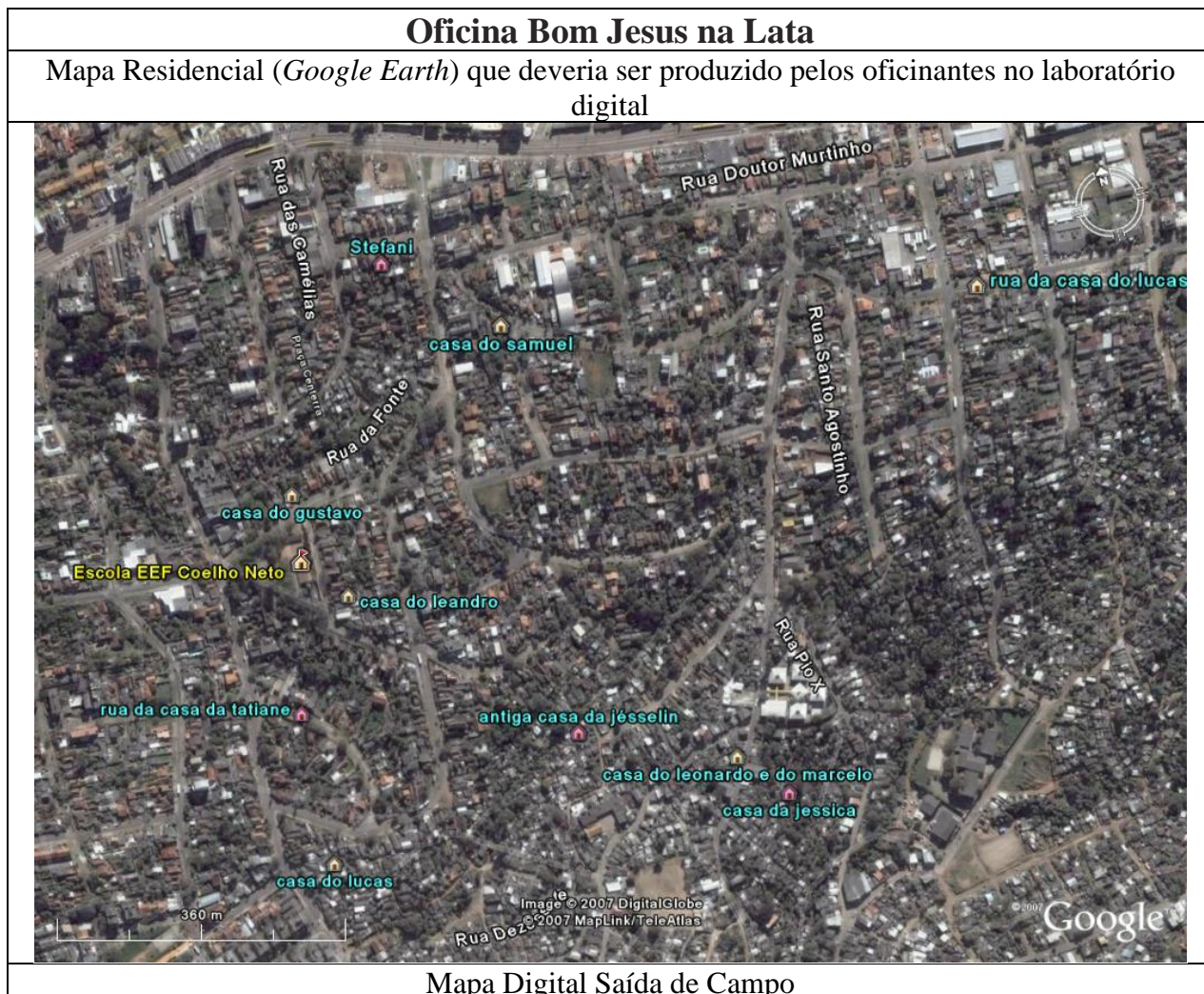
	<ol style="list-style-type: none"> 5. Apresentação muito breve da técnica de <i>Pinhole</i> para estimular a curiosidade sobre a técnica. 6. Saída de campo para realização das fotografias <i>Pinhole</i> e digital. 7. Intervalo para almoço. 8. Laboratórios de revelação <i>Pinhole</i> (momento para explicações sobre a técnica simultâneo a digitalização/edição das imagens. 9. Avaliações e fechamento com uma foto <i>pinhole</i> de toda a turma de alunos, os oficinairos e a representante da escola. <p>* território – comunidade – meio ambiente – ecologia – cultura de colaboração.</p>
Materiais utilizados (textos, jornais, vídeos, etc)	<ul style="list-style-type: none"> - Mapas Topográficos do Bairro - Biblioteca, dicionários, folhas A4, lápis. - Câmeras escuras artesanais (<i>pinhole</i>): latas recicladas, papel preto, tinta preta, etc. - Câmeras digitais - Laboratório fotográfico para revelação: químicos, bandejas, pinças, lâmpada, panos pretos, etc. - Laboratório de informática: Computador e impressora;
Participantes presentes	Masculino (3) Feminino (4)
Faixa etária	O a 12 anos (6) 13 a 24 anos (1)
Origem dos participantes: (indique o número)	(7) escola (0) comunidade

III - Avaliação

Avaliação dos participantes (indicar procedimento e resultado)	<p>A avaliação foi feita por escrito com os alunos, que escreviam com facilidade, e era oralmente registrada com os menores.</p> <p>Avaliação da Eva Carminatti:</p> <p>Perguntamos o que eles acharam da oficina, o que eles não gostaram e por que eles escolheram tais lugares para fotografar. Eles responderam às perguntas, utilizando os computadores no laboratório de informática.</p> <p>“Eu gostei muito da oficina porque eles são muito legais. Eu achei muito bom e muito da Alissa e do Leandro eu gostei muito deles”. (Ketlin, 8 anos).</p> <p>“Eu achei eles muito legais e gostei muito deles e gostei muito de tirar a minha foto no mato”. (Crislaine, 11 anos).</p> <p>“Gostei muito da minha foto”. (Eschilei, 8 anos).</p> <p>“Eu achei muito legal e eu gostei muito da Alissa e do Leandro e eu achei muito legal eles terem ido lá nas pedras comigo para tirarem a minha foto e eu adorei eles tirando a minha foto lá nas</p>
--	--

	<p>pedras o nome da minha foto é cachorrinha. Um beijo pra vocês. Tchau!” (Gabriela, 10 anos).</p> <p>“Eu achei muito legal, eu escolhi o Lugar para tirar a foto porque eu acho bonito (Pedra dentro da escola), e eu gostaria que vocês viessem mais vezes na escola”. (Andressa, 13 anos).</p>
Avaliação dos oficinairos	<p>Tivemos todo apoio da escola, como acesso ao laboratório de informática, a biblioteca e um banheiro para laboratório próximo, além de um almoço oferecido pela professora representante do Escola Aberta.</p> <p>A faixa etária dos oficinairos na sua maioria foi menor do que o proposto pelos oficinairos. A saída de campo foi uma das mais ricas pois fomos levados a um mato no alto do morro da Lomba, próximo a escola. Onde surgiram elementos interessantes no percurso como um altar de cultos de origem africana, a vista panorâmica da comunidade entorno da escola, um cemitério de cachorro e um pequeno rio cheio de resíduos (lixo). Alguns alunos dispersavam a atenção dos outros colegas e não se mantiveram presente em todas as etapas da oficina.</p>
Observações (imprevistos, dificuldades e sugestões)	<ul style="list-style-type: none"> - Chegada em horários distintos dos oficinairos. - Pessoas com faixa etária inferior a 12 anos tiveram dificuldade em manter o interesse na parte teórica da oficina,. - Antecipação das fotos com quatro oficinairos que não poderiam retornar à tarde. - Não foi possível fazer a exposição e o mapa digital também nessa oficina.

APÊNDICE E – OFICINA BOM JESUS NA LATA: MAPA RESIDENCIAL E CONCEITOS





Conceitos – As diferentes significações respondidas:

Território:

- Significa o lugar onde eu moro.
- Lugar onde moramos ou lugar para morar.
- Tem pessoas que precisam de território.
- Lugar marcado até um certo ponto.

Comunidade:

- Um espaço popular, para todos.
- É o bairro onde as pessoas moram.
- Lugar onde pessoas moram perto umas das outras.

Meio Ambiente:

- Onde é habitado por muitas espécies.
- É o lugar onde nós vivemos.
- É o ar e florestas.

Ecologia:

- Estudo das relações entre os seres vivos e o meio ambiente
- É o estudo que estuda animais e a vida no meio ambiente
- Ciência que estuda as relações entre seres vivos e o seu meio natural.

Cultura de Colaboração:

- As pessoas colaborando para haver mais cultura no mundo.
- Ação de cultivar a colaborar.
- Ação de cultivar as plantas e as pessoas.

APÊNDICE F – OFICINA SANTA MARTA NA LATA: MAPA RESIDENCIAL E CONCEITOS





Conceitos – As diferentes significações respondidas:

Território:

- O lugar onde a gente mora, a vila.
- Uma vila
- É o lugar onde nós moramos e convivemos.

Comunidade:

- São as pessoas que moram no mesmo lugar, ou na mesma vila.
- As pessoas que moram na vila, bairro.
- São as pessoas que moram na vila ou em bairros.
- São as pessoas que moram no mesmo lugar.
- São as pessoas

Meio Ambiente:

- O meio ambiente é os animais, as árvores e a natureza e o mundo.
- São as ruas, a natureza, a terra e o mar e o planeta.
- Natureza, ar, terra, comunidade, território.
- É a natureza que fala sobre ar, os peixes terem fonte de água.
- Ajudar não tocar lixo no chão, ruas e o mar e o território.
- É a natureza e o planeta todo

Ecologia:

- Ecologia é o estudo de plantas e animais e da natureza, e nós mesmo nosso corpo.
- É o ecossistema, é estudar nós mesmos o meio ambiente
- É o estudo da relação dos seres vivos e o meio ambiente
- É o estudo das relações, e onde vivem.

Cultura de Colaboração:

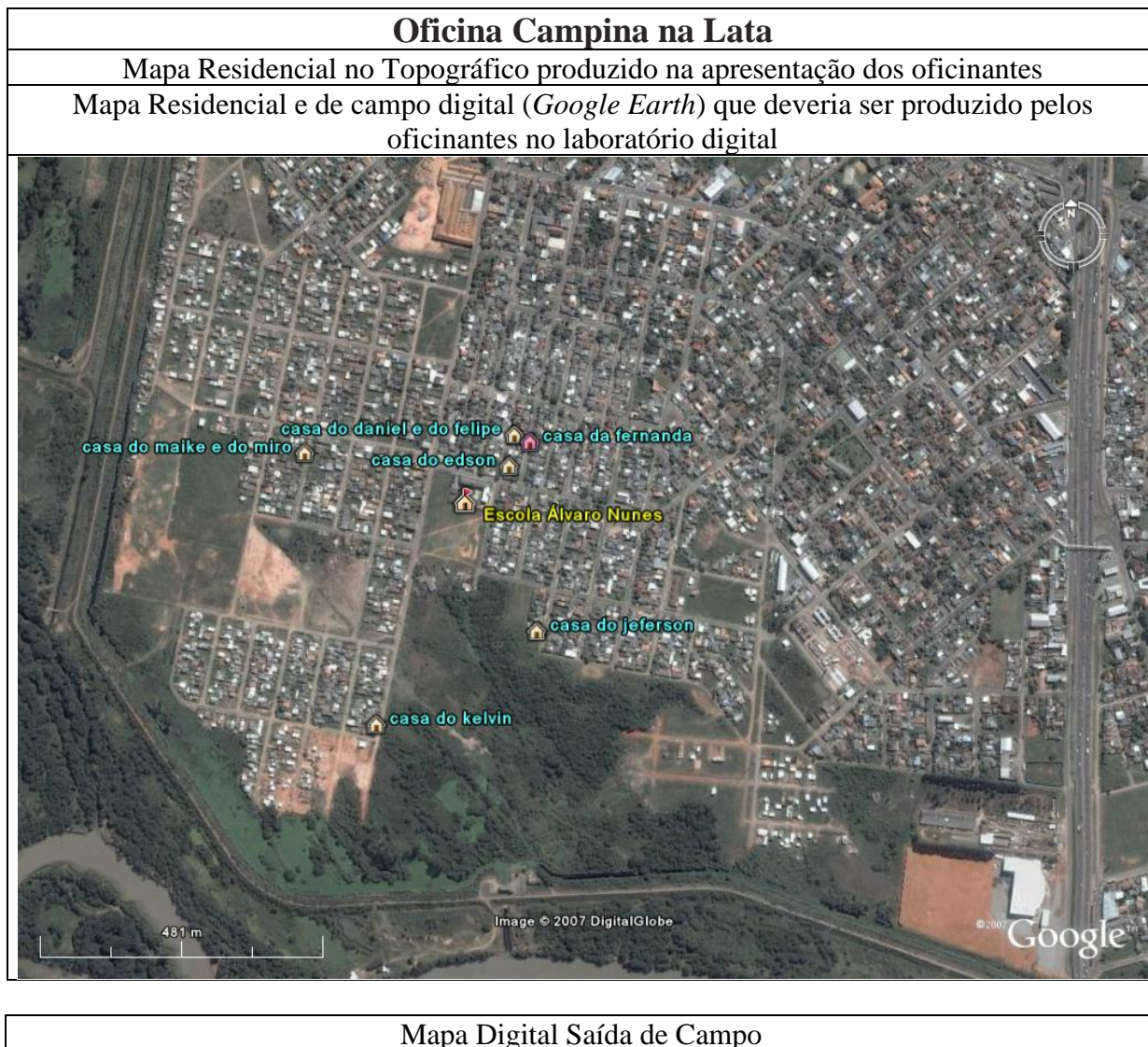
- Costume de colaboração
- São os costumes das pessoas.
- É a nossa história e nossos costumes.
- É um costume de ajudar.
- Nossa história de nossos antepassados.

Escola Aberta:

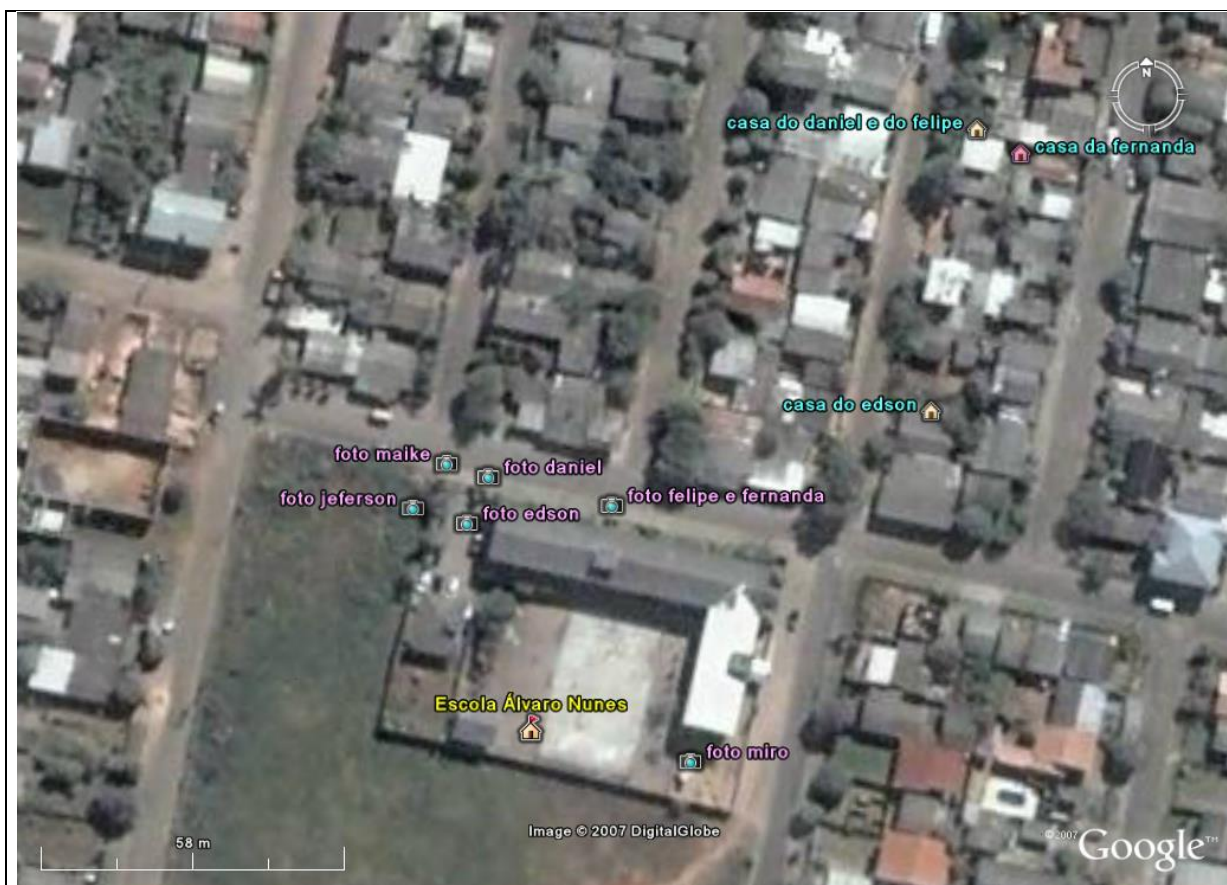
- É a escola que abre nos fins de semana para tirar as crianças das ruas e para dar mais alegria às crianças.
- É aprender. É a escola que abre nos finais de semana para nós jogarmos e fazermos esportes e não ficar na rua e para fazer atividades esportivas.
- Foi bom surgir o Escola Aberta porque as vezes nós temos que sair se divertir. Agora nós podemos aprender e fazer novas amizades.
- É um lugar onde pode se aprender coisas novas, podemos nos divertir, isso foi uma coisa muito boa.
- Escola Aberta significa para quem não conhece participar e se divertir.
- Para as crianças saírem das ruas, se divertirem

A escola aberta

APÊNDICE G – OFICINA CAMPINA NA LATA: MAPA RESIDENCIAL E CONCEITOS



Mapa Digital Saída de Campo



Conceitos – As diferentes significações respondidas:

Território:

- Uma palavra que vem de privacidade, um local ou um lugar que tem nome e escritura.
- Um lugar
- Onde eu moro num lugar que eu fico.
- Um lugar reservado para uma pessoa ou um grupo de pessoas
- Um lugar só meu.

Comunidade:

- Nome que é dado a uma população, que na verdade é formado pelas pessoas.
- Quem faz a comunidade é as pessoas.
- Pessoas que vivem próximo umas das outras.
- As pessoas.
- Tem por exemplo comunidade pobre que a escola aberta procura fazer diversão a elas.

Meio Ambiente:

- Tudo aquilo que envolve o planeta Terra, ou seja, tudo que tem vida.
- É um lugar que é chamado de natureza.
- Natureza.
- Tudo que é relativo com o ar.
- É a natureza, ou seja, tudo é meio ambiente.

Ecologia:

- Estudar o meio ambiente.
- Estuda as relações e o meio ambiente.
- Estuda as relações do meio ambiente, ou seja, tem as informações certas sobre o meio ambiente

Cultura de Colaboração:

- É feita pelos costumes, ou seja, tudo que permanece. Exemplo: Escola Aberta, *São Leopoldo Fest*.
- A Escola Aberta colabora com os alunos.
- Pessoas ajudam a comunidade.
- Ajudar as pessoas. Exemplo: colaborar com o meio ambiente.
- Como a Feira Popular.

**APÊNDICE H – OFICINA LOMBA DO PINHEIRO NA LATA: MAPA
RESIDENCIAL E CONCEITOS**

